



Este documento corresponde ao Relatório Final da Actualização da Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região Centro e foi produzido pelas unidades técnicas das empresas CEDRU, Lda, Quaternaire Portugal, S.A. e Quasar, S.A., sob a coordenação técnica e científica da Prof^ª. Eduarda Marques da Costa, do Dr. Sérgio Barroso e do Dr. Rodrigo Meireles.

APRESENTAÇÃO

O documento que agora se apresenta corresponde ao Relatório Final do Estudo de Actualização da Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região Centro 2000-2006.

A elaboração deste Relatório teve como referencial as Cláusulas Técnicas estabelecidas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro e seguiu o roteiro metodológico apresentado pelo consórcio CEDRU/QUATENAIRE/QUASAR no Relatório de Progresso (Junho de 2005), incorporando ainda as recomendações e orientações fornecidas pelo Grupo Técnico de Avaliação.

Foi entendimento da Equipa de Avaliação que, pese embora as grandes limitações de tempo para a realização do estudo de avaliação, nos moldes inicialmente previstos, se deveria empenhar, não só em utilizar uma grelha relativamente ampla de instrumentos de avaliação (entrevistas, inquéritos, estudos de caso, visitas de campo, etc.), bem como em apresentar um documento cumpridor de todas as componentes previstas e com um elevado grau de profundidade, de modo a que o documento constituísse uma base sólida para o processo de reflexão e discussão junto das Estruturas de Gestão do Programa e do Grupo Técnico de Avaliação.

É também importante referir que o trabalho desenvolvido é tributário da permanente disponibilidade de colaboração das estruturas técnicas e de Gestão do PO CENTRO, bem como da colaboração dos promotores de projectos que a Equipa, em contacto personalizado ou através de reuniões conjuntas ou de inquéritos, decidiu auscultar para levar a bom termo o Estudo.

O Relatório segue a proposta de índice apresentada quando do Relatório de Progresso, tendo-se introduzido apenas ligeiras alterações julgadas úteis e pertinentes. Assim, o presente Relatório tem a seguinte estrutura geral:

- I. Síntese da Abordagem Metodológica
- II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro
- III. Análise dos Impactes do Programa Operacional
- IV. Análise Específica das Medidas
- V. Análise Temática Aprofundada
- VI. Revisão das Conclusões e Recomendações

I. SÍNTESE DA ABORDAGEM METODOLÓGICA	4
II. REANÁLISE DO DESEMPENHO FÍSICO E FINANCEIRO	10
2.1. Reanálise Global do Desempenho	11
2.2. Análise das Alterações Introduzidas Através do Exercício de Reprogramação	17
2.3. Reanálise do Desempenho por Medida	23
III. ANÁLISE DOS IMPACTES DO PROGRAMA OPERACIONAL	46
3.1. Criação de Postos de Trabalho	47
3.2. Reforço da Empregabilidade	51
3.3. Melhoria da Fluidez do Trânsito	52
3.4. Melhoria da Qualidade Ambiental	56
IV. ANÁLISE ESPECÍFICA DAS MEDIDAS	61
4.1. Medida 1.1 - Equipamentos e Infra-estruturas Locais	62
4.2. Medida 1.4 – Qualificação dos Aglomerados Urbanos e Estruturas de Povoamento	69
4.3. Medida 1.5 – Apoio às Actividades Económicas, Acções de Desenvolvimento Territorial e Apoio à Eficácia das Políticas Públicas	75
4.4. Medida 2.1 – Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades	79
4.5. Medida 2.6 – Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior	86
4.6. Medida 3.2 – Educação: Ensino Profissional	94
4.7. Medida 3.3 – Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao Nível Local	98
4.8. Medida 3.11 – Economia	104
4.9. Medida 3.14 – Agricultura e Desenvolvimento Rural	108
V. ANÁLISE TEMÁTICA APROFUNDADA	115
5.1. A Questão da Concepção Estrutural do Programa e a Adequação à Evolução Contextual	116
5.2. A Questão das Experiências de Transversalização de Políticas Públicas no PO CENTRO	120
5.3. A Questão dos Graus de Desconcentração da Decisão e do Reforço da Territorialidade no PO CENTRO	122
5.4. Sistema de Gestão, Acompanhamento e Avaliação	125
5.5. Sistema de Indicadores	129
5.6. Sistemas de Informação	131
VI. SÍNTESE DAS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	134



I. SÍNTESE DA ABORDAGEM METODOLÓGICA



I. SÍNTESE DA ABORDAGEM METODOLÓGICA

I. SÍNTESE DA ABORDAGEM METODOLÓGICA

I. Síntese da abordagem Metodológica

1.1. Modelo Geral de Avaliação

A metodologia de estudo, seguida para a realização da Actualização da Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região Centro, teve como base de sustentação os referenciais comunitários para os processos de avaliação a empreender durante o período de programação 2000-2006, nomeadamente:

- o Regulamento 1.260/1999 do Conselho de 21 de Junho de 1999, no ponto 4 do artigo 42º;
- o Caderno de Encargos do Concurso para a realização do presente estudo;
- a proposta apresentada pelo consórcio, em Abril de 2005;
- o Relatório de Progresso, de Junho de 2005.

Sublinhe-se que esta fase - Actualização da Avaliação Intercalar, surge como uma novidade na estrutura de avaliação das intervenções promovidas pelos Fundos Comunitários. De facto, adicionalmente aos momentos de avaliação clássicos (avaliação *ex ante*, avaliação intercalar e avaliação *ex post*), a Comissão Europeia julgou ser proveitoso introduzir uma nova situação prevista no ponto 4 do artigo 42º do regulamento (CE) nº1260/1999, e definida como um “prolongamento da Avaliação Intercalar a fim de preparar as intervenções posteriores”.

A adopção deste novo procedimento vem resolver a lacuna existente na transmissão dos referenciais de experiência entre os diversos períodos de programação. Atendendo a que as avaliações *ex post* decorrem após a definição estratégica dos Programas Operacionais seguintes, as suas margens de utilidade passam a estar, essencialmente, limitadas à apreciação dos resultados alcançados e à medição de impactes. Ou seja, trata-se, sobretudo, de um instrumento de prestação de contas da forma como o investimento foi aplicado, com limitado efeito de aprendizagem e de aplicação no período de programação seguinte.

Inserindo-se num momento chave do ciclo de programação, a par da produção das primeiras reflexões estratégicas para o próximo período de programação, este Estudo de Actualização visa, principalmente, antecipar a avaliação *ex post*, estimando os resultados que irão ser alcançados pelo PO CENTRO, identificando práticas que deverão ser continuadas e melhoradas e fornecendo *inputs* para elaboração do quadro operativo futuro.

A metodologia de elaboração do Estudo, que agora se apresenta, foi adequada ao âmbito e objectivos estabelecidos para esta Actualização, sendo de destacar:

- Tratar-se de um exercício de actualização das conclusões e recomendações apresentadas em Novembro de 2003, tendo como elemento de partida o Estudo de Avaliação Intercalar;
- Pretender-se que o exercício, em algumas componentes, proceda a aprofundamentos que resultam, essencialmente, de leituras ao nível dos projectos e da sua concretização, e, não tanto, de leituras extensivas aflorando dimensões estratégicas do desenvolvimento regional;
- Pretender-se que o Estudo de Actualização releve, da experiência empreendida entre 2000 e 2005, elementos de aprendizagem que devam ser considerados na fase de formulação estratégica e operacional do próximo período de programação 2007-2013.

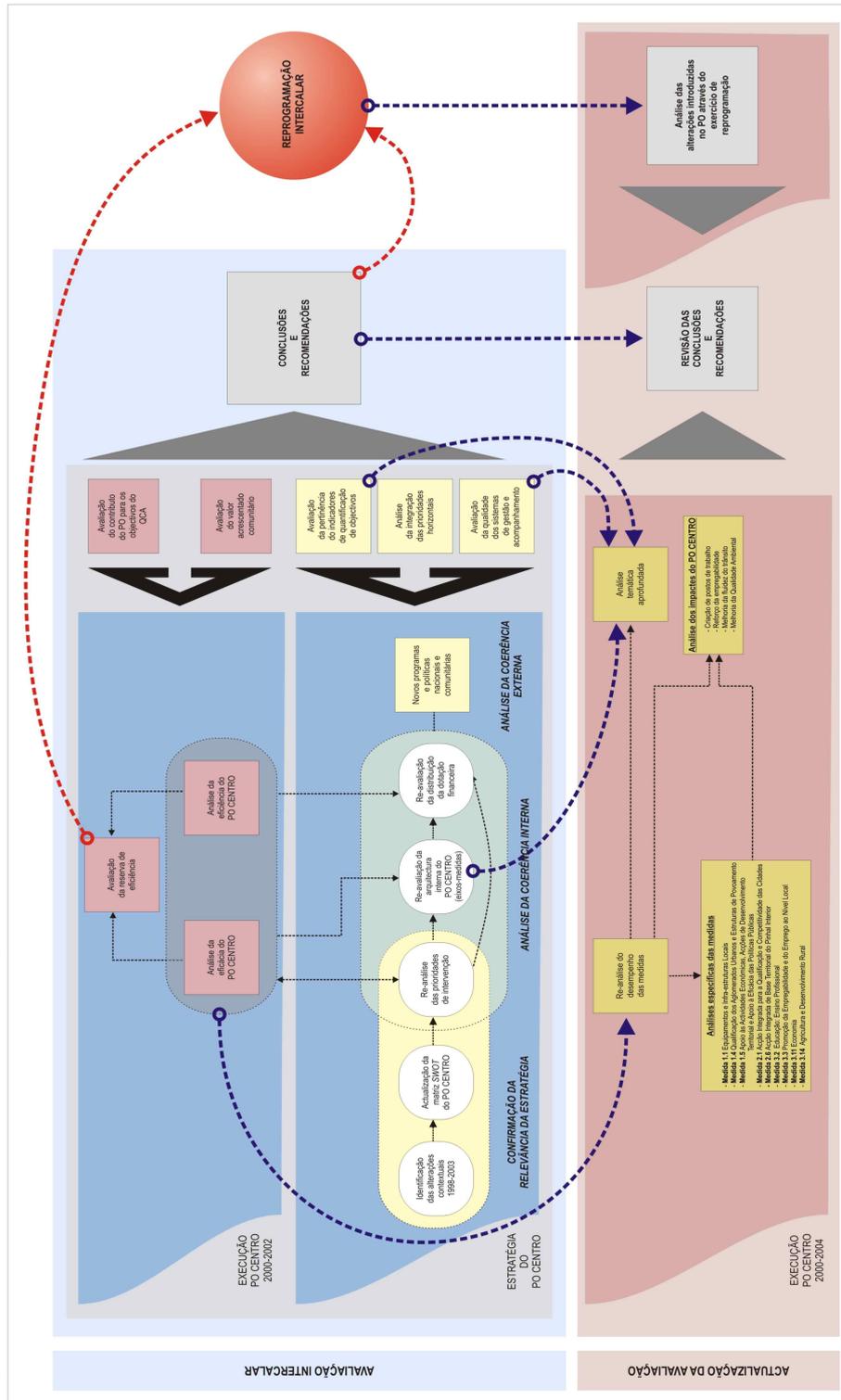
O faseamento dos trabalhos determinado pelo Caderno de Encargos e integrado na metodologia seguida, originou que o processo de avaliação se fraccionasse em 4 grandes blocos:

- A reanálise do desempenho do Programa;
- A avaliação de impactes nos quatro domínios consignados;
- O desenvolvimento da avaliação para cada uma das Medidas específicas;
- A avaliação temática correspondente à concepção, modelo de operacionalização e gestão do Programa.

Esta abordagem sequencial foi operacionalizada em 5 capítulos analíticos.

I. SÍNTESE DA ABORDAGEM METODOLÓGICA

Diagrama Lógico dos Processos de Avaliação do Período de Programação 2000-2006



I. SÍNTESE DA ABORDAGEM METODOLÓGICA

1.2. Componentes da Avaliação

A Actualização da Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região Centro está organizada e estruturada em 5 capítulos de análise:

- I. **Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro** – Procurou reavaliar-se o desempenho físico e financeiro do Programa, decorridos cerca de 2 anos desde o anterior momento avaliativo, numa análise comparativa entre os graus de realização financeira (em 30 de Junho de 2005) e física (31 de Dezembro de 2004) alcançados e os valores programados, segundo 3 níveis: i) Global e por Eixo Estratégico; ii) por Fundo Estrutural; iii) por Medida. Simultaneamente, foram consideradas as alterações introduzidas com o exercício de reprogramação, de acordo com duas perspectivas: i) coerência entre as conclusões e as recomendações da avaliação intercalar e a reprogramação; ii) pertinência do processo de reprogramação (análise do desempenho financeiro anterior à decisão);
- II. **Análise dos Impactes do Programa** – As directrizes da CE sobre o processo de actualização de avaliação intercalar enfatizam duas abordagens relativamente à questão dos impactes: i) o cálculo, o mais quantificado possível, dos impactes já alcançados pelo Programa; ii) a estimativa do grau de probabilidade em alcançar os impactes previstos. Os trabalhos desenvolvidos nesta componente de avaliação incidem sobre alguns domínios de actuação do PO CENTRO: criação de postos de trabalho, reforço da empregabilidade, melhoria da fluidez de trânsito e melhoria da qualidade ambiental;
- III. **Análise Específica das Medidas** – Este capítulo corresponde a uma avaliação intensiva, com carácter específico, de 9 Medidas do Programa, seleccionadas pela Gestão, com o propósito de retirar ensinamentos para o futuro. Da avaliação específica, e em sintonia com o Caderno de Encargos, consta uma apreciação global da eficácia e utilidade, averiguando resultados e impactes específicos e globais;
- IV. **Análise Temática Aprofundada** – capítulo onde se efectua uma abordagem de aprofundamento para um conjunto de temas complementares (relacionados com a operacionalização, gestão e acompanhamento do PO CENTRO);
- V. **Síntese das Conclusões e Recomendações** – O último capítulo procurou enformar uma síntese das principais conclusões retiradas do actual processo avaliativo. Complementarmente, são efectuadas recomendações a curto prazo, com vista a melhorar o desempenho do Programa durante o período final da sua implementação, bem como recomendações tendo em vista o próximo período de programação, procurando constituir-se como um conjunto de elementos de reflexão.

1.3. Abordagens Metodológicas

A concretização do processo de avaliação obedeceu a um princípio metodológico essencial, que se prende com a confrontação de informação e de fontes. No caso de um Programa com as características do PO CENTRO, este aspecto ganha particular relevância atendendo a que todo o desempenho se desenvolve num jogo entre dois binómios: regional-local / gestor-promotores.

Esta confrontação de informação reflecte-se no trabalho realizado, segundo duas ópticas:

- incremento da fiabilidade da informação de base, validando-a sistematicamente através da confrontação de dados e do trabalho apurado no terreno;
- credibilidade e imparcialidade dos resultados e conclusões alcançadas, através da confrontação de fontes e testemunhos.

A abordagem *top-down* foi utilizada de modo mais regular, através do recurso a entrevistas, e reuniões com os Gestores, Coordenadores, Estruturas Técnicas de Apoio, com evidente conhecimento do Programa.

A abordagem *bottom-up* foi igualmente utilizada com resultados satisfatórios através: (i) do lançamento de um inquérito aos utilizadores de um dos equipamentos apoiados (piscina coberta do Fundão), de modo a obter uma percepção da realidade a partir dos agentes locais, e de um inquérito telefónico, aplicado a formandos, de modo a verificar em que medida as acções desenvolvidas pelo FSE têm contribuído para melhorar as

I. SÍNTESE DA ABORDAGEM METODOLÓGICA

condições de empregabilidade dos activos desempregados; (ii) da realização de Casos de Estudo com visitas aos projectos e entrevistas com os promotores.

1.4. Fontes de Informação Principais

O exercício de Actualização da Avaliação Intercalar do PO CENTRO suportou-se num conjunto amplo de fontes e informação a saber:

- **estatísticas e documentais** - foram utilizados diversos documentos de entre os quais podemos destacar:
 - a) documentos de planeamento sectorial e ordenamento territorial às escalas nacional e regional;
 - b) documentos de orientação e regulamentos da CE (*pe, Cohesion Policy in Support of Growth and Jobs – Community Strategic Guidelines, 2007-2013*; *Novas Orientações para a Coesão a partir de 2007*; *Política de Coesão 2007-2013: as Propostas da Comissão*; *Terceiro Relatório sobre os Progressos Realizados em Matéria de Coesão: Rumo a uma nova parceria para o Crescimento, o emprego e a Coesão; ...*)
 - c) documentos de programação e de gestão do PO CENTRO (*pe, Complemento de Programação* (várias versões); *Relatório de Avaliação Intercalar*; *Relatórios de execução anual*; *pontos de situação da utilização do SIFEC/FEDER, do SIFSE, ...*)
 - d) informação/indicadores retirados do Sistema de Informação do PO CENTRO, constituindo uma ferramenta metodológica indispensável em todas as componentes de avaliação, devendo realçar-se a celeridade e o rigor com que a estrutura de gestão respondeu às solicitações da Equipa;
- **inquéritos** – com o objectivo de conhecer a sensibilidade dos utilizadores de um dos projectos apoiados, foi lançado um inquérito, em meados de Setembro de 2005, dirigido aos utentes da Piscina Coberta do Fundão (50 inquéritos). Foi, igualmente, realizado um inquérito telefónico, em Setembro de 2005, aplicado a 361 formandos de cursos encerrados até Dezembro de 2004, de modo a verificar em que medida as acções desenvolvidas pelo FSE têm contribuído para melhorar as condições de empregabilidade dos activos desempregados;
- **reunião com os Gestores e Coordenadores** – a Actualização realizou-se num processo continuado e sistemático de interacção entre a Equipa de Avaliação e a Gestão do Programa procedendo-se, nos diversos estádios de avaliação, à análise das diversas problemáticas que afectaram a execução do Programa, perspectivando e validando possíveis caminhos que permitissem incrementar o desempenho do PO CENTRO;
- **casos de estudo** – o principal objectivo subjacente à realização dos casos de estudo, baseou-se na necessidade de aprofundar a avaliação das Medidas específicas, seleccionadas do PO CENTRO. Assim, efectuou-se uma apreciação de projectos, com base numa matriz de avaliação (i. Planeamento e eficiência; ii. *Accountability*; iii. Implementação e sustentabilidade) que a partir da observação dos projectos, procurou extrair lições de aprendizagem para o próximo período de programação em diversos âmbitos. Durante o mês de Setembro de 2005, a Equipa de Avaliação realizou uma série de casos de estudo, seleccionados com base na importância do projecto para a realização de objectivo ou objectivos do PO CENTRO e dos seus efeitos sinérgicos e de alavancagem no quadro global do processo de desenvolvimento regional e local.

Casos de Estudo

Caso de Estudo	Concelho	Medida
Construção da Piscina Coberta do Fundão	Fundão	1.1
Revitalização e consolidação urbana das termas	São Pedro do Sul	1.4
Programa Empresa	NUTE II Centro	1.5
Intervenção Polis em Leiria – Reestruturação viária e urbana da cidade	Leiria	2.1
Plano de Aldeia / Recuperação do Edifício da Aldeia do Fajão	Pampilhosa da Serra	2.6
Incubadora de Empresas OPEN (Oportunidades Específicas de Negócio)	Marinha Grande	3.11

I. SÍNTESE DA ABORDAGEM METODOLÓGICA

Como foi referido ao longo do processo de Actualização do Estudo de Avaliação Intercalar, a Equipa estabeleceu um diálogo permanente com a estrutura técnica do PO CENTRO. Estas reuniões e contactos foram fundamentais para a condução de todo o processo avaliativo, particularmente para a aferição das expectativas gerais em relação à actualização da avaliação; para detalhar aspectos relacionados com o sistema de gestão, acompanhamento e controlo; para recolha de informação referente a rotinas processuais e para a apreciação do desempenho geral do Programa.

A Equipa de Avaliação reuniu igualmente com promotores de projectos e com personalidades regionais/actores externos. Nestas entrevistas/reuniões, nomeadamente os primeiros, foram questionados sobre os níveis de execução dos seus projectos, as dificuldades sentidas no processo de preparação, apresentação e aprovação das candidaturas e sobre o relacionamento com a estrutura de Gestão do PO CENTRO. Simultaneamente, abordou-se a importância dos Fundos Estruturais para a prossecução dos projectos apresentados, a própria arquitectura do PO CENTRO e principais alterações ocorridas na Região nos últimos dois anos e meio. O próximo período de programação (2007-2013) foi outra das temáticas abordadas em todas as reuniões realizadas.

1.5. Limitação na Avaliação da Eficácia do Processo de Reprogramação

A avaliação do processo de reprogramação dever-se-ia proceder segundo três aspectos:

- A sua coerência com as orientações e recomendações da Avaliação Intercalar;
- A sua pertinência quanto ao desempenho dos Eixos e Medidas até ao momento da reprogramação;
- Os resultados alcançados após a reprogramação.

Se para os dois primeiros vectores de análise, não se identificam problemas, o mesmo não se verifica para o terceiro. De facto, considerando que o novo documento programático foi somente aprovado pela Comissão Europeia em finais de 2004, será difícil encontrar, até ao final do primeiro semestre de 2005, evidências inequívocas de resultados/impactes imputáveis a essas alterações. Desta forma a análise a empreender estará, essencialmente, suportada nos dois primeiros aspectos procurando-se, sempre que possível, extrair dos dados relativos à execução física e financeira em 30 de Junho de 2005, elementos que permitam obter conclusões.



II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro



II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

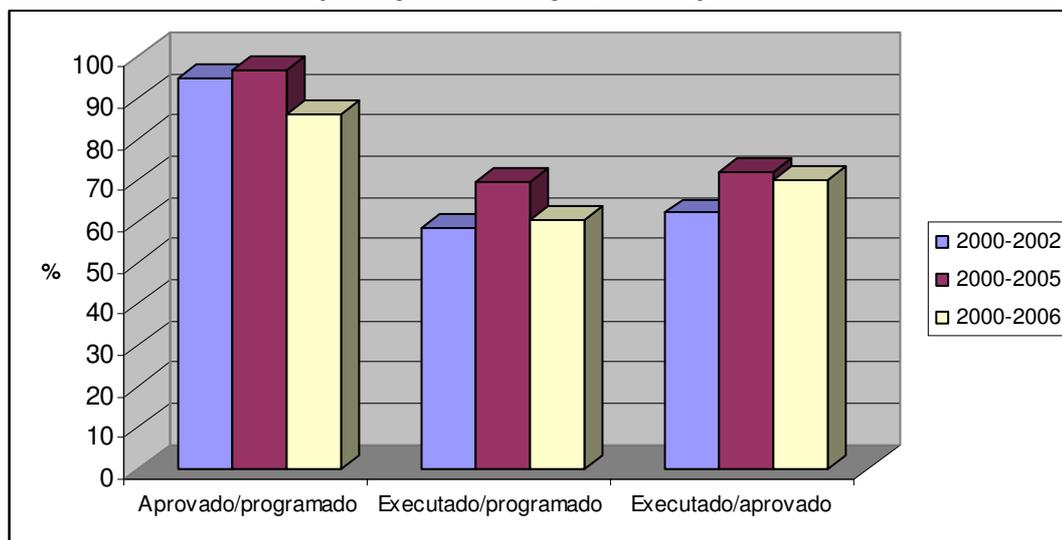
II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

2.1. Reanálise Global do Desempenho

Nos 6 anos de vigência do Programa, e após a reprogramação, o PO CENTRO conta com 2.801.098.505€ de investimento (o que representa um acréscimo de 4% relativamente ao valor programado, 2.693.321.000€), dos quais 1.795.385.072€ são comparticipados. Em 30 de Junho de 2005, estavam aprovados 2.407.385.162€ e executados 1.687.993.393€, o que dá uma taxa de aprovação em relação ao programado para 2000-2006 de 85,9% e uma taxa de execução (em relação ao aprovado) de 70,1%, para o conjunto de 13.634 projectos.

Uma análise da execução do Programa ao longo dos 5 anos, permite verificar que foi no ano de 2002 que se registaram níveis de aprovação, em relação ao programado mais elevados (148,2%) mas é, em 2003, que se atingem os maiores níveis de execução relativamente ao investimento programado (110,6%).

Ritmo de Aprovação e Execução, da Despesa Pública*



* No caso da coluna 2000-2002, a informação reporta-se a 31/12/2002, quando do anterior momento avaliativo, nas restantes colunas a informação reporta-se a 30/06/2005.

Em termos médios, apesar da baixa de execução registada em 2004 e no primeiro semestre de 2005, no período compreendido entre o início do Programa e 30 de Junho de 2005, o desempenho do Programa foi muito positivo: a taxa de aprovação relativamente ao programado é 96,6% enquanto o nível de execução, em relação ao aprovado, para o mesmo período é de 72%.

A evolução verificada permite sublinhar dois aspectos:

- a programação financeira para o primeiro ano era desajustada face ao conjunto de inovações/mudanças introduzidas na gestão e estrutura do PO CENTRO. A introdução de Medidas Desconcentradas no Eixo III e a integração dos 4 Fundos, exigiu novos procedimentos (elaboração de regulamentos), ao mesmo tempo que no Eixo II, as AIBT constituíam acções inovadoras, que implicavam uma leitura estratégica territorializada e uma concertação entre os actores.
- os níveis de candidatura e de execução registados no segundo e terceiro ano do Programa deveram-se em grande medida ao desempenho do Eixo I, nomeadamente às Medidas apoiadas pelo FEDER, situação que é posteriormente corrigida com a melhoria dos resultados dos Eixos II e III.

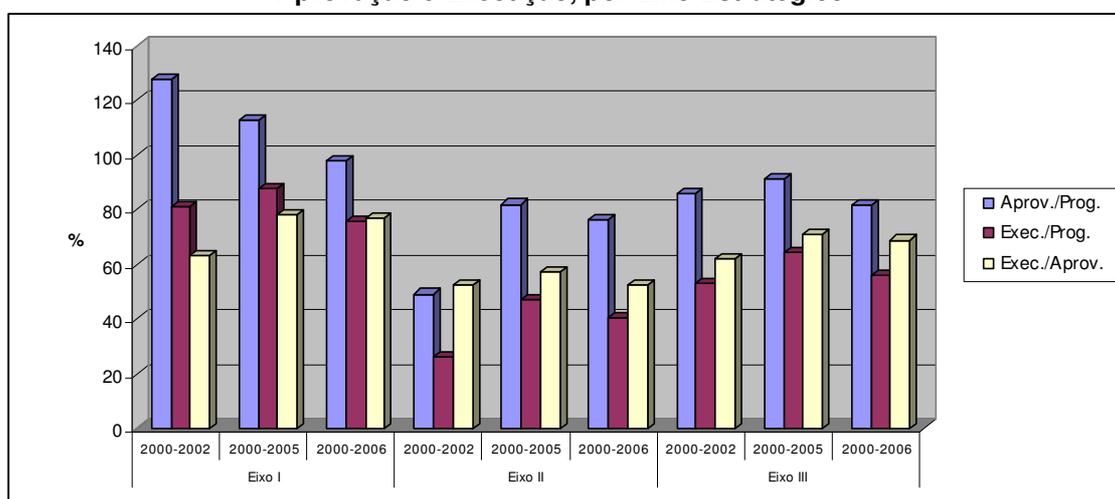
Neste contexto, a análise da eficácia por Eixo mostra desempenhos diferenciados. O Eixo I é o que apresenta níveis de aprovação e execução mais elevados, muito embora, o ritmo tenha sido decrescente relativamente

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

ao período 2000-2002 face ao esgotamento da disponibilidade financeira de muitas Medidas. Ao contrário, os Eixos II e III reforçaram os seus ritmos de aprovação e execução em relação a 2000-2002. Esta evolução diferenciada reflecte, como foi referido, sobretudo o carácter “inovador” decorrente das AIBT e das Medidas Desconcentradas do Eixo III.

Sublinhe-se, em termos estratégicos, o cumprimento dos objectivos subjacentes a criação dos diversos Eixos de Intervenção. Assim, o Eixo I tem vindo a contribuir largamente para garantir os equipamentos e infra-estruturas a que a população tem direito e que definem as condições materiais de vida e as condições básicas do exercício das actividades, ao passo que o Eixo II tem permitido apoiar um conjunto coerente de acções orientadas para o aproveitamento e valorização das potencialidades de territórios singulares ou resolução de problemas específicos, fomentadores de uma maior coesão regional. Quanto ao Eixo III é evidente a preocupação com a qualificação dos factores de competitividade da economia regional.

Aprovação e Execução, por Eixo Estratégico



* Para o período 2000-2002, a informação reporta-se a 31/12/2002, quando do anterior momento avaliativo, nos restantes períodos a informação reporta-se à situação a 30/06/2005.

2.1.1. Reanálise Global do Desempenho por Medida

Numa análise mais detalhada, verificamos que algumas Medidas do Eixo I, nomeadamente as Medidas 1.9 – Saneamento Básico, 1.4 - Qualificação dos Aglomerados Urbanos e das Estruturas de Povoamento, 1.7 – Acções Específicas de Valorização Territorial, assim como as Medidas 1.8 – Bonificação de Juros e 1.3 – Acessibilidades, estão ao nível da despesa pública, com verbas esgotadas. Todas estas Medidas, exceptuando a Medida 1.9 – Saneamento Básico, criada com a reprogramação, apresentam elevados níveis de execução. Apesar da grande recuperação verificada após a Avaliação Intercalar, a Medida que tem níveis de execução mais baixos é a Medida 1.6 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos. Este quadro de desempenho do Eixo I é semelhante ao identificado na Avaliação Intercalar.

No total do Eixo I, até de 30 de Junho tinham sido aprovados 1.664 projectos, dos quais 477 foram aprovados na Medida 1.1 e 322 na Medida 1.6.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

Síntese do Desempenho Financeiro do Programa Operacional – 30 de Junho de 2005

	Nº de Projectos aprovados	Programação 2000-2006		Aprovação 2000-2006		Execução 30/06/2005		Despesa Pública (2000-2006) - Tx		
		Desp. Públ.	Fundo	Desp. Públ.	Fundo	Desp. Públ.	Fundo	A/P.	E./P.	E./A.
PO	13.634	2.801.098.505	1.795.385.072	2.407.385.162	1.495.364.296	1.687.993.393	1.049.764.497	85,9	60,3	70,1
FEDER	2.839	2.169.289.387	1.369.991.072	1.853.245.762	1.129.789.611	1.378.121.466	847.986.832	85,4	63,5	74,4
FSE	857	347.545.472	218.176.000	285.564.274	177.886.407	186.877.224	114.386.055	82,2	53,8	65,4
FEOGA-O	9.922	282.214.326	205.681.000	266.874.522	186.318.708	121.898.875	86.521.783	94,6	43,2	45,7
IFOP	16	2.049.320	1.537.000	1.700.603	1.369.571	1.095.829	869.827	83,0	53,5	64,4
EIXO I	1.664	847.781.949	596.171.851	831.080.742	554.951.846	640.676.203	439.860.036	98,0	75,6	77,1
1.1	477	304.874.821	198.168.635	276.352.842	176.379.145	220.372.383	141.543.202	90,6	72,3	79,7
1.2	266	162.202.254	121.651.648	162.888.922	121.658.066	147.501.775	110.150.494	100,4	90,9	90,6
1.3	115	116.785.215	87.588.911	119.034.544	86.922.882	105.921.883	77.880.884	101,9	90,7	89,0
1.4	87	67.712.293	49.562.908	72.299.088	47.895.694	52.002.223	36.615.717	106,8	76,8	71,9
1.5	102	41.039.033	26.675.448	29.921.066	19.799.834	21.032.504	13.854.998	72,9	51,2	70,3
1.6	321	30.642.831	22.982.184	21.218.951	15.908.854	6.076.408	4.555.699	69,2	19,8	28,6
1.7	32	77.033.309	53.922.973	81.082.734	52.854.789	66.536.712	44.962.696	105,3	86,4	82,1
1.8	157	6.158.859	4.619.144	6.272.162	4.702.534	1.034.124	775.234	101,8	16,8	16,5
1.9	107	41.333.334	31.000.000	62.010.432	28.830.048	20.198.192	9.521.112	150,0	48,9	32,6
EIXO II	893	300.034.797	210.744.238	229.525.703	158.540.092	120.612.965	83.950.916	76,5	40,2	52,5
2.1	20	88.720.556	62.104.647	83.458.083	58.504.226	31.019.674	21.834.547	94,1	35,0	37,2
2.2	0	0	0	0	0					
2.3	157	25.251.751	17.675.724	21.084.659	14.560.822	18.298.193	12.645.590	83,5	72,5	86,8
2.4	65	63.120.794	44.185.001	34.677.511	24.254.373	24.755.184	17.311.191	54,9	39,2	71,4
2.5	60	31.560.497	22.092.600	30.751.925	21.042.965	21.609.527	14.643.286	97,4	68,5	70,3
2.6	181	26.078.074	18.254.651	21.163.033	14.338.774	11.039.217	7.539.670	81,2	42,3	52,2
2.7	377	41.980.900	28.939.937	39.551.517	26.178.367	10.185.123	7.197.097	94,2	24,3	25,8
2.8	33	23.322.225	17.491.678	8.324.652	6.243.489	3.706.047	2.779.535	35,7	15,9	44,5
EIXO III	11.077	1.653.281.759	988.468.983	1.346.778.717	781.872.358	9.267.04.225	525.953.545	81,5	56,1	68,8
3.1	111	108.757.642	81.567.997	90.414.480	65.983.411	80.554.444	59.137.474	83,1	74,1	89,1
3.2	103	115.003.816	66.127.063	87.108.890	50.087.611	73.750.234	42.406.385	75,7	64,1	84,7
3.3	390	169.058.988	105.661.867	166.796.967	104.247.759	101.800.282	63.624.830	98,7	60,2	61,0
3.4	462	29.333.250	17.599.930	18.838.778	11.303.266	6.720.978	4.032.586	64,2	22,9	35,7
3.5	4	7.985.276	3.992.636	3.107.937	1.553.969	955.812	477.906	38,9	12,0	30,8
3.6	15	44.510.500	30.783.000	13.291.009	9.200.852	7.483.026	5.270.852	29,9	16,8	56,3
3.7	0	4.564.667	2.676.000	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
3.8	41	81.889.120	61.417.000	60.292.617	45.062.364	40.825.036	30.463.686	73,6	49,9	67,7
3.9	14	9.881.192	7.411.192	8.868.021	6.404.019	5.874.915	4.355.342	89,7	59,5	66,2
3.10	25	99.305.549	35.749.998	96.531.937	31.881.551	71.806.709	22.153.137	97,2	72,3	74,4
3.11	42	251.878.100	115.786.337	228.261.939	97.060.389	166.941.169	66.539.878	90,6	66,3	73,1
3.12	117	402.148.310	216.944.990	277.553.845	147.770.927	214.452.519	115.411.171	69,0	53,3	77,3
3.13	144	53.438.345	40.078.351	41.516.749	31.114.790	25.034.648	18.753.215	77,7	46,8	60,3
3.14	9.535	235.400.093	173.116.063	222.752.636	156.712.564	108.824.990	77.158.115	94,6	46,2	48,9
3.15	5	12.103.344	9.077.473	11.644.535	8.733.401	8.911.595	6.683.696	96,2	73,6	76,5
3.16	16	2.049.320	1.537.000	1.700.603	1.369.571	1.095.829	869.827	83,0	53,5	64,4
3.17	33	16.187.969	12.079.878	11.412.591	8.559.443	7.239.024	5.429.268	70,5	44,7	63,4
3.18	10	4.952.945	3.237.208	2.114.814	1.398.694	1.544.253	1.019.606	42,7	31,2	73,0
3.19	10	4.833.333	3.625.000	4.570.369	3.427.777	2.888.762	2.166.571	94,6	59,8	63,2

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

Avaliação da Eficácia do Eixo I, ao nível da Despesa Pública (situação 31/12/2002)

EIXO PRIORITÁRIO		EIXO I							
		1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8
Ritmo de Execução	Muito Forte > 80%								
	Forte (60 a 80%)								
	Médio (40 a 60%)								
	Fraco (20 a 40%)								
	Muito Fraco (<20%)								
	Nulo								
Nível de Aprovação	Esgotamento								
	Muito Forte (80 a 100%)								
	Forte (60 a 80%)								
	Médio (40 a 60%)								
	Fraco (20 a 40%)								
	Muito Fraco (<20%)								
	Nulo								

Avaliação da Eficácia do Eixo I, ao nível da Despesa Pública (situação 30/06/2005)

EIXO PRIORITÁRIO		EIXO I							
		1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8
Ritmo de Execução	Muito Forte > 80%								
	Forte (60 a 80%)								
	Médio (40 a 60%)								
	Fraco (20 a 40%)								
	Muito Fraco (<20%)								
	Nulo								
Nível de Aprovação	Esgotamento								
	Muito Forte (80 a 100%)								
	Forte (60 a 80%)								
	Médio (40 a 60%)								
	Fraco (20 a 40%)								
	Muito Fraco (<20%)								
	Nulo								

O Eixo II, com 893 projectos aprovados, apresenta os níveis de comprometimento mais baixos (76,5% de investimento aprovado em relação ao programado para 2000-2006), situação que é particularmente explicada pelos resultados menos eficazes das Medidas 2.4 - AIBT Turismo e Património no Vale do Côa (54,9%) e 2.8 - Desenvolvimento Recursos Humanos e promoção da coesão social (35,7%). A Medida do Eixo II com níveis de comprometimento mais altos é a Medida 2.1 – Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades, tendo contudo níveis de execução muito baixos. De salientar, a Medida 2.3 – Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias, que em termos de execução apresenta valores muito positivos.

Relativamente a finais de 2002, as Medidas que mais recuperaram no seu ritmo de aprovação foram a 2.1 – Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades (FEDER), que registava valores inferiores a 20%, a 2.3 – Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias, a 2.5 – AIBT da Serra Estrela e a 2.7 – AIBT do Pinhal Interior (FEOGA), as três com valores inferiores a 60%, que passaram a ter ritmos de aprovação superiores a 80%.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

Avaliação da Eficácia do Eixo II, ao nível da Despesa Pública (situação 31/12/2002)

EIXO PRIORITÁRIO/MEDIDA		Eixo II							
		2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	2.6	2.7	2.8
Ritmo de Execução	Muito Forte > 80%								
	Forte (60 a 80%)								
	Médio (40 a 60%)								
	Fraco (20 a 40%)								
	Muito Fraco (<20%)								
	Nulo								
Nível de Aprovação	Esgotamento								
	Muito Forte (80 a 100%)								
	Forte (60 a 80%)								
	Médio (40 a 60%)								
	Fraco (20 a 40%)								
	Muito Fraco (<20%)								
Nulo									

Avaliação da Eficácia do Eixo II, ao nível da Despesa Pública (situação 30/06/2005)

EIXO PRIORITÁRIO/MEDIDA		Eixo II							
		2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	2.6	2.7	2.8
Ritmo de Execução	Muito Forte > 80%								
	Forte (60 a 80%)								
	Médio (40 a 60%)								
	Fraco (20 a 40%)								
	Muito Fraco (<20%)								
	Nulo								
Nível de Aprovação	Esgotamento								
	Muito Forte (80 a 100%)								
	Forte (60 a 80%)								
	Médio (40 a 60%)								
	Fraco (20 a 40%)								
	Muito Fraco (<20%)								
Nulo									

O Eixo III, apresenta uma taxa de aprovação de 81,5% e um nível de execução em relação ao montante aprovado de 68,8%. Face ao período da Avaliação Intercalar, as Medidas 3.1 – Educação – Infra-Estruturas Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, 3.2 – Educação – Ensino Profissional, 3.8 - Saúde, 3.9 - Cultura, 3.11 - Economia, 3.12 – Acessibilidades e Transportes, 3.13 - Ambiente, 3.15 – Pescas – Infra-estruturas de Portos, 3.16 – Pescas – Equipamentos e Transformação, aumentaram os seus ritmos de execução e nos casos da 3.3 – Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao Nível Local, 3.9 - Cultura, 3.11 – Economia e 3.14 – Agricultura e Desenvolvimento Rural, houve um claro reforço dos níveis de aprovação. No conjunto foram aprovados 11.077 projectos dos quais 9.535 se enquadram na Medida 3.14 – Agricultura e Desenvolvimento Rural que é suportada pelo FEOGA.

A importância das aprovações em domínios como a promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local (Medida 3.3), as infra-estruturas portuárias (Medida 3.15), assim como a agricultura e desenvolvimento rural (Medida 3.14) e a cultura (Medida 3.9), mostram aspectos diferenciados. No caso da Medida 3.3 corresponde a uma resposta ao aumento do desemprego, identificado na Avaliação Intercalar como uma das mais importantes alterações verificadas na Região durante o período de vigência do Programa; enquanto os valores da 3.14 retratam a importância da agricultura como actividade, nomeadamente no interior da Região. Contrariamente, existem algumas Medidas que persistem desde a Avaliação Intercalar com níveis de aprovação e execução baixos. É o caso da 3.5 – Ciência, Tecnologia e Inovação (38,9% de aprovação) e a 3.6 – Sociedade de Informação (29,9% de aprovação), 3.4 – Apoio ao investimento no desenvolvimento local (64,2% de aprovação) e a 3.18 – Assistência Técnica – FSE (42,7% de aprovação).

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

Avaliação da Eficácia do Eixo III, ao nível da Despesa Pública (situação 31/12/2002)

		Eixo III															
		3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	3.8	3.9	3.10	3.11	3.12	3.13	3.14	3.15	3.16
Ritmo de Execução	Muito Forte > 80%																
	Forte (60 a 80%)																
	Médio (40 a 60%)																
	Fraco (20 a 40%)																
	Muito Fraco (<20%)																
	Nulo																
Nível de Aprovação	Esgotamento																
	Muito Forte (80 a 100%)																
	Forte (60 a 80%)																
	Médio (40 a 60%)																
	Fraco (20 a 40%)																
	Muito Fraco (<20%)																
Nulo																	

Avaliação da Eficácia do Eixo III, ao nível da Despesa Pública (situação 30/06/2005)

		Eixo III															
		3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	3.8	3.9	3.10	3.11	3.12	3.13	3.14	3.15	3.16
Ritmo de Execução	Muito Forte > 80%																
	Forte (60 a 80%)																
	Médio (40 a 60%)																
	Fraco (20 a 40%)																
	Muito Fraco (<20%)																
	Nulo																
Nível de Aprovação	Esgotamento																
	Muito Forte (80 a 100%)																
	Forte (60 a 80%)																
	Médio (40 a 60%)																
	Fraco (20 a 40%)																
	Muito Fraco (<20%)																
Nulo																	

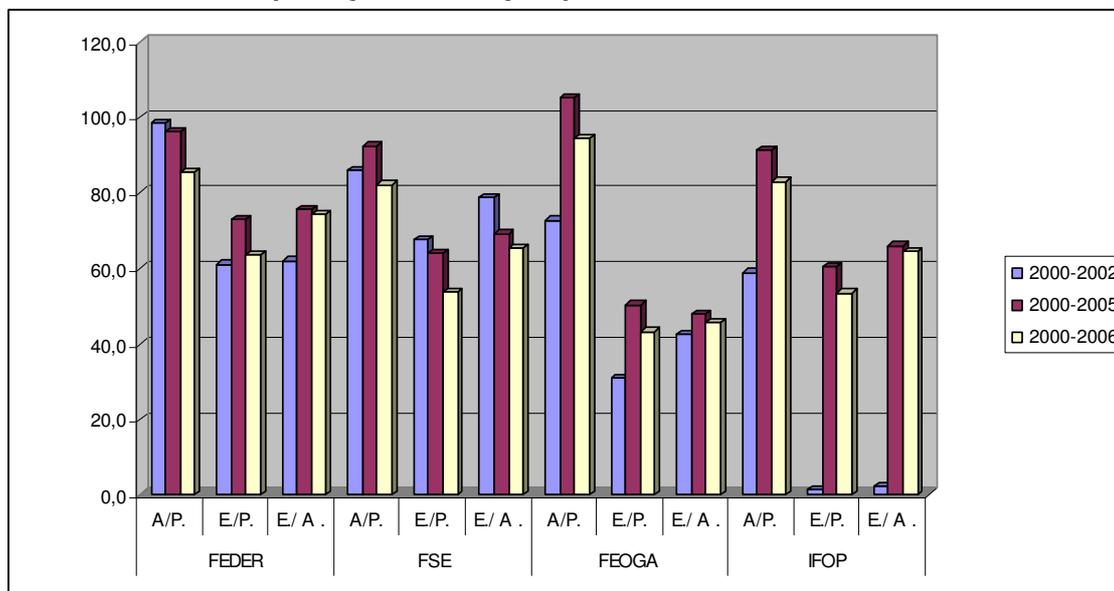
2.1.2. Reanálise Global do Desempenho por Fundo

Se considerarmos, comparativamente, o desempenho dos Fundos, verifica-se que o FEOGA é o que regista os valores de aprovação mais elevados (105,3% para o período de 2000-2005 e 83% para 2000-2006), embora no que respeita à execução, o seu desempenho seja o pior dos 4 Fundos, cifrando-se em valores inferiores a 50%. O FEDER apresenta, simultaneamente, níveis de aprovação e de execução elevados; a execução é de 63,5% em relação ao programado e de 74,4% em relação ao aprovado para 2000-2006.

Se restringirmos a análise ao período que medeia entre 2000 até 30 de Junho de 2005, os valores são naturalmente superiores, demonstrando a importância do FEDER para o desempenho do PO CENTRO. O IFOP e o FSE têm níveis de aprovação e de execução mais baixos.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

Aprovação e Execução, por Fundo Estrutural



* No caso da coluna 2000-2002, a informação reporta-se a 31/12/2002, quando do anterior momento avaliativo, nas restantes colunas a informação reporta-se a 30/06/2005.

2.2. Análise das Alterações Introduzidas Através do Exercício de Reprogramação

O desempenho do Programa Operacional da Região Centro, entre 2000-2002, caracterizado na Avaliação Intercalar realizada para o período em questão, permitiu a sua classificação como muito eficiente, tendo por isso acedido à Reserva de Eficiência num valor de 85,29 Milhões de euros de Fundo (5% da sua dotação inicial). Este valor foi reforçado pela Reserva de Programação tendo a proposta de reprogramação sido aprovada em 21 de Dezembro de 2004 (Decisão C(2004)5492).

O Eixo I cresceu 7,8%, acréscimo de disponibilidade financeira que foi especialmente apontado para as Medidas 1.4 – Qualificação dos aglomerados urbanos, Medida 1.7 - Acções específicas de valorização territorial, Medida 1.1 – Equipamentos e infra-estruturas locais e para a criação de uma nova Medida, a Medida 1.9 – Saneamento Básico, com o objectivo de suportar projectos estruturantes. Estas alterações foram assinaladas e consideradas como necessárias na Avaliação Intercalar.

Face às dificuldades de execução, foi igualmente sugerido em sede de Avaliação Intercalar, uma reafectação de verbas das Medidas 1.5 – Apoio às actividades económicas e 1.6 – Desenvolvimento de Recursos Humanos que, decorrente da reprogramação interna, viram reduzidos os seus montantes.

No Eixo II, as Medidas 2.1 – Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades, 2.6 – AIBT do Pinhal Interior e 2.8 – Desenvolvimento de Recursos Humanos, viram também as suas dotações financeiras reforçadas, a 2.1 no âmbito da reserva de eficiência e de programação, a 2.6 no âmbito da reserva de eficiência e a 2.8 (após a reestruturação conjunta da 2.2), enquadrada na reserva de programação. A Medida 2.7 viu igualmente reforçados os seus quantitativos, no âmbito da reserva de programação.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

No Eixo III, as Medidas 3.1 – Educação – Infra-estrutura e 3.13 – Ambiente, reforçaram a sua quota, pois captaram 14 milhões de Fundo e mais de 18 milhões de Despesa Pública, assim como a 3.3 que foi alvo de reprogramação interna (9,5 milhões de euros) e acolheu importantes montantes provenientes da Reserva de Eficiência (5 milhões de euros).

	Programação Inicial		Variação (euros)										Reprogramação		Variação (%)	
			Ajust.Tx		Reprogramação Interna		Reserva de Eficiência		Reserva de Programação		Reaffectação a outros Programas					
	Desp. Públ.	Fundo	Desp. Públ.	Fundo	Desp. Públ.	Fundo	Desp. Públ.	Fundo	Desp. Públ.	Fundo	Desp. Públ.	Fundo	Desp. Públ.	Fundo	Desp. Públ.	Fundo
PO	2.684.615.010	1.707.599.000	-7.354.034	0	2.339.810	0	118.537.391	85.286.072	5.000.000	4.000.000	-2.039.672	-1.500.000	2.801.098.505	1.795.385.072	4,3	5,1
EIXO I	786.427.331	551.608.054	0	0	-13.373.249	-9.722.275	74.727.867	54.286.072	0	0	0	0	847.781.949	596.171.851	7,8	8,1
1.1	295.203.941	191.882.563	0	0	0	0	9.670.880	6.286.072	0	0	0	0	304.874.821	198.168.635	3,3	3,3
1.2	162.202.254	121.651.648	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	162.202.254	121.651.648	0,0	0,0
1.3	116.785.215	87.588.911	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	116.785.215	87.588.911	0,0	0,0
1.4	55.417.211	40.562.908	0	0	0	0	12.295.082	9.000.000	0	0	0	0	67.712.293	49.562.908	22,2	22,2
1.5	44.115.956	28.675.448	0	0	-3.076.923	-2.000.000	0	0	0	0	0	0	41.039.033	26.675.448	-7,0	-7,0
1.6	40.939.157	30.704.459	0	0	-10.296.326	-7.722.275	0	0	0	0	0	0	30.642.831	22.982.184	-25,2	-25,2
1.7	65.604.738	45.922.973	0	0	0	0	11.428.571	8.000.000	0	0	0	0	77.033.309	53.922.973	17,4	17,4
1.8	6.158.859	4.619.144	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.158.859	4.619.144	0,0	0,0
1.9							41.333.334	31.000.000					41.333.334	31.000.000		
EIXO II	281.257.349	194.620.279	-3.721.164	0	355.754	123.959	17.142.858	12.000.000	5.000.000	4.000.000	0	0	300.034.797	210.744.238	6,7	8,3
2.1	75.863.414	53.104.647	0	0	2.857.142	2.000.000	10.000.000	7.000.000	0	0	0	0	88.720.556	62.104.647	16,9	16,9
2.2	6.883.288	5.162.466	0	0	-2.501.388	-1.876.041	0	0	0	0	0	0	0	0	-100,0	-100,0
2.3	25.251.751	17.675.724	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25.251.751	17.675.724	0,0	0,0
2.4	63.120.794	44.185.001	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	63.120.794	44.185.001	0,0	0,0
2.5	31.560.497	22.092.600	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31.560.497	22.092.600	0,0	0,0
2.6	18.935.216	13.254.651	0	0	0	0	7.142.858	5.000.000	0	0	0	0	26.078.074	18.254.651	37,7	37,7
2.7	40.702.064	24.939.937	-3.721.164	0	0	0	0	0	5.000.000	4.000.000	0	0	41.980.900	28.939.937	3,1	16,0
2.8	18.940.325	14.205.253	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23.322.225	17.491.678	23,1	23,1

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

	Programação Inicial		Variação (euros)										Reprogramação		Variação (%)	
			Ajust.Tx		Reprogramação Interna		Reserva de Eficiência		Reserva de Programação		Reafecção a outros Programas					
	Desp. Públ.	Fundo	Desp. Públ.	Fundo	Desp. Públ.	Fundo	Desp. Públ.	Fundo	Desp. Públ.	Fundo	Desp. Públ.	Fundo	Desp. Públ.	Fundo	Desp. Públ.	Fundo
EIXO III	1.616.930.330	961.370.667	-3.632.870	0	15.357.305	9.598.316	26.666.666	19.000.000	0	0	-2.039.672	-1.500.000	1.653.281.759	988.468.983	2,2	2,8
3.1	93.335.309	71.567.997	2.089.000	0	0	0	13.333.333	10.000.000	0	0	0	0	108.757.642	81.567.997	16,5	14,0
3.2	115.028.816	66.127.063	-25.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	115.003.816	66.127.063	0,0	0,0
3.3	145.726.883	91.063.551	-25.200	0	15.357.305	9.598.316	8.000.000	5.000.000	0	0	0	0	169.058.988	105.661.867	16,0	16,0
3.4	29.338.550	17.599.930	-5.300	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29.333.250	17.599.930	0,0	0,0
3.5	7.985.276	3.992.636	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.985.276	3.992.636	0,0	0,0
3.6	46.393.000	30.783.000	-1.882.500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	44.510.500	30.783.000	-4,1	0,0
3.7	6.218.000	2.676.000	-1.653.333	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.564.667	2.676.000	-26,6	0,0
3.8	81.889.120	61.417.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	81.889.120	61.417.000	0,0	0,0
3.9	9.881.192	7.411.192	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.881.192	7.411.192	0,0	0,0
3.10	99.305.549	35.749.998	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	99.305.549	35.749.998	0,0	0,0
3.11	251.878.100	115.786.337	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	251.878.100	115.786.337	0,0	0,0
3.12	404.164.710	216.944.990	-2.016.400	0	0	0	0	0	0	0	0	0	402.148.310	216.944.990	-0,5	0,0
3.13	48.105.012	36.078.351	0	0	0	0	5.333.333	4.000.000	0	0	0	0	53.438.345	40.078.351	11,1	11,1
3.14	237.439.765	174.616.063	0	0	0	0	0	0	0	0	-2.039.672	-1.500.000	235.400.093	173.116.063	-0,9	-0,9
3.15	12.105.444	9.077.473	-2.100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12.103.344	9.077.473	0,0	0,0
3.16	2.096.490	1.537.000	-47.170	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.049.320	1.537.000	-2,2	0,0
3.17	16.253.169	12.079.878	-65.200	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16.187.969	12.079.878	-0,4	0,0
3.18	4.952.945	3.237.208	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.952.945	3.237.208	0,0	0,0
3.19	4.833.000	3.625.000	333	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.833.333	3.625.000	0,0	0,0

Considerando a Proposta de Reprogramação apresentada pela CCDR Centro, este conjunto de alterações do Programa estruturam-se segundo 4 domínios:

- o primeiro conjunto de alterações tem como objectivo **colmatar as carências de infra-estruturas e equipamentos vocacionados para a melhoria das condições de vida da população e para a competitividade regional**. Conforme **recomendação da Avaliação Intercalar, os domínios do ambiente, da reabilitação urbana e educação**, necessitariam de ver reforçados os montantes atribuídos. No caso do ambiente, foi criada uma nova Medida, a Medida 1.9 – Saneamento Básico, por forma a realizar um conjunto de intervenções consideradas estruturantes e fundamentais para a optimização da rede em baixa e em alta, contribuindo para aumentar os níveis de atendimento. Por outro lado, as necessidades da Região em matéria de reabilitação urbana e de equipamentos sociais ficaram bem evidenciadas no ritmo de aprovação das Medidas do Eixo I relacionadas com estes domínios. A Avaliação Intercalar reflectiu sobre essas necessidades, tendo considerado que a dotação prevista era insuficiente face às necessidades da Região. **Os ritmos de aprovação e de execução registados até ao momento mostram a pertinência da alteração proposta;**
- o segundo grupo de mudanças consistiu no **reajustamento do investimento programado para as Medidas FSE**, no sentido de reforçar as Medidas **que melhor poderiam dar resposta às alterações de contexto verificadas na Região**, nomeadamente, melhorar a capacidade de resposta à formação de recursos humanos ou ao aumento do desemprego. Neste sentido foi reforçada a formação de recursos humanos e o apoio à empregabilidade, **tal como sugerido na Avaliação Intercalar**, uma vez que a situação económica da Região e do país veio reforçar as fragilidades em matéria de qualificação e de capacidade de atrair investimento e emprego. **Face ao contexto, as alterações foram pertinentes.**
- o terceiro grupo de alterações financeiras tiveram como suporte a **necessidade de ajustar os conteúdos, resultados e metas a atingir de algumas Medidas** (casos da 2.2, 2.3, 2.7, 2.8, 7, 3.8,

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

3.14). Assim, foi feito um conjunto de alterações que não tendo comprometido os objectivos gerais e específicos das Medidas, permitiu um melhor ajustamento à realidade da Região e uma agilização dos processos de gestão;

- finalmente, o **reforço da 2.7, associado às alterações de contexto ocorridas na Região**, surge como consequência da vaga de incêndios que assolou o território. **Este reforço resulta da reserva de programação e é, sem qualquer dúvida, pertinente no contexto da Região em causa.**

Eixo	Medida	Recomendações da Avaliação Intercalar	Processo de Reprogramação
I	1	Alterações de conteúdo - São propostas alterações de conteúdo	Reforço A medida recebeu um ligeiro reforço financeiro no sentido de responder à procura de equipamentos e infra-estruturas locais
	2	Alterações de conteúdo - São propostas alterações de conteúdo Alterações na dotação financeira – Recomendava-se a necessidade de reforçar a Medida	As recomendações deram lugar à criação de uma nova medida (Medida 1.9), directamente vocacionada para o Saneamento Básico. Este ajustamento era de fundamental importância se considerarmos o quadro de carências regionais reavaliado na avaliação intercalar, e a insuficiente dotação financeira afecta a este domínio.
	3	Alterações de conteúdo - São propostas alterações de conteúdo Alterações na dotação financeira – Recomendava-se a necessidade de reforçar prioritariamente os domínios estratégicos mais relevantes, devendo o reforço financeiro convergir prioritariamente para os vectores-chave do desenvolvimento regional, incluindo esta Medida.	-
	4	Alterações de conteúdo - São propostas alterações de conteúdo Alterações na dotação financeira – Recomendava-se a necessidade de reforçar prioritariamente os domínios estratégicos mais relevantes, devendo o reforço financeiro convergir prioritariamente para os vectores-chave do desenvolvimento regional, incluindo esta Medida Alterações de conteúdo - São propostas alterações de conteúdo	Reforço Sub-dotação na programação face às necessidades da Região
	5	-	Reafecção No primeiro triénio, o Medida registou menos procura, e atendendo à insuficiência na dotação financeira da Medida 2.1, foi reduzida a sua verba a favor da Medida 2.1.
	6	Alterações de conteúdo - São propostas alterações de conteúdo Alterações na dotação financeira – No quadro do FSE e das prioridades regionais face ao incremento do desemprego apontava-se a necessidade de proceder a uma transferência de dotação financeira da Medida 1.6 (dispunha de recursos financeiros desproporcionados da procura real) para a Medida 3.3 no sentido de incrementar as políticas activas de emprego Alterações de conteúdo - São propostas alterações de conteúdo	Reafecção Parte da dotação financeira foi reafectada às novas modalidades de formação, que passaram a ser elegíveis, procurando responder ao incremento do desemprego
	7	Alterações na dotação financeira – Recomendava-se a necessidade de reforçar prioritariamente os domínios estratégicos mais relevantes, devendo o reforço financeiro convergir prioritariamente para os vectores-chave do desenvolvimento regional, incluindo esta Medida	Reforçada Sub-dotação na programação face às necessidades da Região e face à importância estratégica da Medida
	8	Alterações de conteúdo - São propostas alterações de conteúdo Alterações na dotação financeira – Recomendava-se a necessidade de reforçar prioritariamente os domínios estratégicos mais relevantes, devendo o reforço financeiro convergir prioritariamente para os vectores-chave do desenvolvimento regional, incluindo esta Medida	-
	9	-	Criação de uma nova Medida, como resposta à sub-dotação na programação destinada ao ambiente, face às necessidades da Região

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

Eixo	Medida	Recomendações da Avaliação Intercalar	Processo de Reprogramação
II	1	-	Reforço Sub-dotação na programação face à amplitude das intervenções
	2	Alterações de conteúdo – Proceder à fusão das Medidas 2.2 e 2.8, atendendo às suas características transversais ao Eixo II e ao facto de que com a agregação da DRAOT e da CCRC na CCDRC se terem agregado as duas entidades coordenadoras, recomendava-se que estas Medidas se fundam numa só, estruturadas em Linhas de Acção	Reafecção Face aos níveis de procura, e de acordo com o sugerido na Avaliação Intercalar, foi feita a fusão das Medidas 2.2 e 2.8, não se comprometendo os objectivos específicos de cada uma delas. Por outro lado, foi feita a reafecção para a Medida 3.3., no sentido de incrementar as políticas activas de emprego, como sugerido na Avaliação Intercalar.
	3	Alterações de conteúdo e de dotação financeira - Necessidade de apoiar a concretização de projectos de excelência de grande impacte estratégico Recomendava-se a supressão das Linhas de Acção da Medida 2.3 "Aldeias Digitais" e "Vilas de Tele-trabalho", integrando a dotação financeira programada nas restantes Linhas de Acção	Reafecção - de acordo com o sugerido na Avaliação Intercalar, foram suprimidas as Linhas de Acção da Medida 2.3, "Aldeias Digitais" e "Vilas de Tele-trabalho", integrando-se a dotação financeira programada nas restantes Linhas de Acção; - ocorreu uma redução do número de contratos de aldeias; - ocorreu uma redução do número de novos centros rurais a seleccionar. Este conjunto de alterações, não puseram em causa os objectivos gerais e específicos da Medida e tornaram o programa de trabalhos mais coerente e adaptado à realidade da Região.
	4	Alterações de conteúdo e de dotação financeira - Apoiar a concretização de projectos de excelência de grande impacte estratégico	-
	5	São propostas alterações de conteúdo	-
	6	São propostas alterações de conteúdo	Reforço Reforçada através da reserva de eficiência.
	7	São propostas alterações de conteúdo	Reforço Alteração das taxas de co-financiamento no sentido de favorecer as acções nas áreas devastadas por incêndios, respondendo ao reforço das condições adversas da Região. Reforçada através da reserva de programação
	8	São propostas alterações de conteúdo	Alteração Fusão com a 2.2

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

Eixo	Medida	Conclusões/Recomendações da Avaliação Intercalar	Processo de Reprogramação
III	1	São propostas alterações na dotação financeira - A Medida 3.1 deveria beneficiar de reforço financeiro destinado a incrementar o grau de cobertura regional da rede de equipamentos do pré-escolar	Reforço Seguindo recomendações da Avaliação Intercalar, no sentido de incrementar o grau de cobertura regional e a qualidade da rede de equipamentos do pré-escolar, a medida foi reforçada.
	2	São propostas alterações de conteúdo	-
	3	São propostas alterações na dotação financeira - Transferência de dotação financeira da Medida 1.6 (dispõe de recursos financeiros desproporcionados da procura real) para a Medida 3.3	Reforço Seguindo recomendações da Avaliação Intercalar, transferência de verbas das Medidas 1.6 e 2.2 e da atribuição da reserva de eficiência, no sentido de responder de forma mais eficaz às alterações de contexto da Região e desenvolver políticas activas de emprego.
	4	-	-
	5	São propostas alterações de conteúdo	-
	6	São propostas alterações de conteúdo	Ajustamento de taxas
	7	-	Ajustamento de taxas
	8	-	-
	9	-	-
	10	Alterações de conteúdo e de dotação financeira - Necessidade de alcançar uma adequada correspondência entre os valores programados e aprovados. É recomendável, que exista um sólido esforço, durante os anos de 2003 e 2004	-
	11	São propostas alterações na dotação financeira - reprogramar dotações São propostas alterações de conteúdo - redefinir domínios de acção	-
	12	São propostas alterações de conteúdo	Ajustamento de taxas
	13	São propostas alterações de conteúdo	Reforço Reforçada através da Reserva de Eficiência No sentido de continuar a dar apoio ao tipo de projectos enquadrados na Medida
	14	São propostas alterações na dotação financeira - Necessidade de um sólido esforço, durante os anos de 2003 e 2004, no sentido de reduzir a disparidade entre os valores programados e aprovados. Ponderar a reprogramação da Medida.	Reafectação De acordo com o recomendado na avaliação intercalar, são reafectados 1,5 milhões de euros para o PO Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRO)
	15	-	-
	16	São propostas alterações de conteúdo	Ajustamento de taxas
	17	São propostas alterações na dotação financeira - Proceder, se necessário, à reprogramação financeira em benefício da Linha de Acção I;	Ajustamento de taxas
	18	São propostas alterações na dotação financeira - Proceder, se necessário, à reprogramação financeira, em benefício da Linha de Acção I	-
	19	-	-

Efectivamente, as recomendações da Avaliação Intercalar e o acompanhamento por parte da Gestão, garantiram a recondução de objectivos e de financiamento do Programa segundo duas grandes linhas:

- no sentido de **corrigir subdotações ou sobredotações financeiras na programação;**

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

- no sentido de **acompanhar as alterações de contexto da Região**.

As carências de infra-estruturas e equipamentos de base, encontraram uma resposta no reforço de Medidas do Eixo I e algumas do Eixo III, como as da educação, desporto, cultura e ambiente, enquanto o aumento do desemprego e a perda relativa de condições de competitividade regional encontraram resposta numa reafecção e/ou reforço das Medidas de emprego e formação. A salientar ainda o reforço financeiro destinado ao apoio às áreas de incêndios.

As **alterações efectuadas** evidenciam dois aspectos:

- uma **coerência entre as conclusões e as recomendações da Avaliação Intercalar e a reprogramação**;
- a **pertinência do processo de reprogramação**.

2.3. Reanálise do Desempenho por Medida

MEDIDA 1.1 – Equipamentos e infra-estruturas locais
Breve Apresentação...
A Medida 1.1 – Equipamentos e infra-estruturas locais é uma Medida com um espectro largo de objectivos que visa fundamentalmente satisfazer as necessidades de equipamentos e infra-estruturas de nível municipal. Contava, a 30 de Junho deste ano, com 80 promotores, 78 dos quais, câmaras municipais. À mesma data tinham sido aprovados 477 projectos com uma dimensão média de 579.356,1€, estando 443 projectos aprovados a 31 de Dezembro de 2004 (443). A importância da Medida para a prossecução dos objectivos do Programa está bem patente na dotação financeira que detém no total do Programa (cerca de 11%) e no total do Eixo I (cerca de 38%).
Principais Conclusões...
<ul style="list-style-type: none">• No que toca ao desempenho financeiro, a Medida regista níveis de aprovação e de execução elevados. A 30 de Junho de 2005, a taxa de aprovação relativamente ao programado para 2000-2005 era de 104% (inferior aos 110,8% registados a 31 de Dezembro) estando já comprometidos 90,6% do total previsto para 2000-2006, após o exercício de reprogramação. A elevada taxa de aprovação é acompanhada por bons ritmos de execução que rondam os 80% (83,1% de execução em relação ao programado e 80,0% de execução em relação ao aprovado) para o período 2000-2005.• A dinâmica financeira registada desde o início do Programa reflecte-se numa elevada taxa de projectos concluídos, estando, à data de 31 de Dezembro de 2004, terminados 193 dos 443 projectos.• No que toca ao desempenho físico, os projectos concluídos ultrapassam largamente as metas estipuladas, com excepção do projectos que se enquadram no domínio das infra-estruturas de saneamento (água potável), cuja elevada pressão em termos de procura por parte de municípios, encontrou resposta em outras Medidas do mesmo Eixo. O maior número de projectos incide nas infra-estruturas de transporte, domínio já identificado como dominante na Avaliação Intercalar.• A lógica subjacente a esta Medida era fazer aprovar um conjunto de equipamentos e infra-estruturas de carácter local, remetendo outros projectos de carácter supra-municipal para outras Medidas do Programa. A Medida inclui assim um perfil muito diversificado de projectos. Foi neste sentido, que a Avaliação Intercalar recomendou para esta Medida de largo espectro a criação de linhas de acção, onde os objectivos específicos, as metas e as respectivas dotações estivessem bem explicitadas, recomendação que não foi considerada. Contudo, se analisarmos a evolução do tipo de projectos aprovados neste segundo triénio, verificou-se uma reorientação na tipologia de candidaturas apresentadas e aprovadas, considerada fundamental para o cumprimento dos objectivos e das metas da Medida e do Eixo, nomeadamente na construção de equipamentos de uso colectivo nos domínios social e cultural, assim como equipamentos de apoio à actividade produtiva (caso dos mercados e dos loteamentos industriais), ultrapassando-se a limitação anteriormente identificada na Avaliação Intercalar e que tinha sido alvo de recomendação.• Entre os 4 projectos de maior dimensão financeira, o primeiro enquadra-se no domínio das acessibilidades e os restantes 3, correspondem à reabilitação do Mercado Municipal de Águeda (infra-estrutura de apoio à actividade económica) e dois equipamentos de desporto e lazer (Complexo Desportivo da Covilhã e a piscina coberta do Fundão).

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 1.2 – Ambiente e recursos naturais

Breve Apresentação...

As intervenções enquadradas na Medida 1.2 visam essencialmente a constituição e reforço de redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, complementares dos diferentes sistemas multimunicipais que se estão a desenvolver na Região, e a criação de sistemas de saneamento básico em aglomerados de pequena dimensão. À data de 30 de Junho de 2005, a Medida congregava um total de 266 projectos aprovados, da responsabilidade de 59 entidades executoras (todas públicas).

O investimento médio por projecto aprovado era de 611.540,30€. Trata-se de uma Medida com um peso financeiro significativo no respectivo Eixo – perto de 20% –, facto a que não é alheia a situação deficitária da Região Centro ao nível dos sistemas de abastecimento de água e tratamento de efluentes. Esta situação explica igualmente a sobrecarga em termos de aprovações a que Medida tem estado sujeita.

Principais Conclusões...

- No que toca ao desempenho financeiro da Medida, mantém-se a situação de esgotamento das verbas diagnosticada no Relatório de Avaliação Intercalar. A 30 de Junho de 2005, as taxas de aprovação e execução da despesa total em face dos valores programados até ao presente ano eram respectivamente de 114,7% e 103,8%. As aprovações ultrapassaram, aliás, os valores programados até 2006, situando-se a respectiva taxa nos 100,4% em relação à despesa total (e 100% para a componente Fundo). O período que mediou entre a Avaliação Intercalar e a presente Actualização, viu também crescer de forma muito significativa a taxa de execução dos projectos aprovados, actualmente situada nos 90,6%, valor que atesta o desempenho físico da Medida. Destaque para a aprovação, já depois do exercício de Avaliação Intercalar, daquele que é o projecto financeiramente mais relevante da Medida – Rede de Saneamento Doméstico de Maceira –, com um custo total de 3.732.315,74€ e um forte ritmo de execução que certamente contribuiu para o reforço da taxa de execução global da Medida.
- À data de 31 de Dezembro de 2004, a Medida apresentava um número apreciável de projectos concluídos em termos de execução da despesa – 110 (cerca de um terço do investimento total da Medida).
- Ao nível do desempenho físico, verifica-se uma forte correspondência com a situação financeira. Todas as metas definidas para 2006 foram já alcançadas ou encontram-se praticamente cumpridas, sendo que os projectos aprovados deixam antever a superação, para a maior parte dos indicadores, das metas inicialmente previstas. Refira-se que os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas, que correspondem maioritariamente à execução de infra-estruturas “em baixa” (redes de distribuição de água e de drenagem e tratamento de águas residuais); as infra-estruturas “em alta” (captações, grandes adutoras, tratamento de água, ETAR e emissários) foram predominantemente apoiadas pelo Fundo de Coesão através dos sistemas multi-municipais.

MEDIDA 1.3 – Acessibilidades

Breve Apresentação...

Com uma dotação financeira correspondente a cerca de 4% do Programa e a 14,7% dos valores programados para o Eixo I, a Medida 1.3 – Acessibilidades, tem como principal objectivo promover a articulação e coesão do espaço regional através da melhoria da mobilidade e das acessibilidades de carácter supra-municipal. A 30 de Junho de 2005, contavam-se 115 projectos aprovados, envolvendo 56 promotores – câmaras municipais, que totalizavam 119 Milhões de euros, dos quais 87 milhões eram FEDER.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 1.3 – Acessibilidades (continuação)

Principais Conclusões...

- A análise do desempenho financeiro da Medida entre 2000 e 2005, mostra que no ano 2000, os montantes aprovados foram reduzidos. Contudo, nos dois anos seguintes, a taxa de aprovação relativamente ao programado foi elevada, registando-se 100 projectos aprovados a 31 de Dezembro de 2002. A partir de 2003, o ritmo de aprovações voltou a decrescer, cifrando-se em 2004 na ordem dos 47,3%. Neste quadro, até Dezembro de 2004 tinham sido aprovados 108 projectos (apenas mais 8 que em finais de 2002, a quando do exercício de Avaliação Intercalar) correspondendo a 113,2 milhões de euros. A 30 de Junho de 2005 o número ascendeu a 115 projectos.
- Este ritmo de desempenho não permitiu alterar significativamente as características dos projectos apresentados até finais de 2002, onde estavam fortemente representadas as intervenções em estradas municipais e de recuperação de vias (intempéries), evidenciando a continua pressão da procura por parte dos municípios em colmatar as suas necessidades neste domínio. Neste contexto, em termos de desempenho físico, a 31 de Dezembro de 2004, estavam superadas as metas previstas para 2006 relativas à construção/remodelação de rede viária, enquanto as componentes relativas à construção de circulares/variantes construídas para ligação aos principais centros urbanos, assim como a construção de parques de estacionamento e terminais intermodais apresentam valores inferiores às metas estabelecidas para 2006, apesar da sua prioridade para a concretização do objectivo específico, a dinamização e consolidação de bacias de emprego e/ou sistemas urbanos territoriais.
- Este facto, é potencialmente explicado, pelo desajustamento entre as tipologias de projectos e os seus possíveis beneficiários, nomeadamente as câmaras municipais, tal como foi apontado pela Avaliação Intercalar. É ainda importante sublinhar que o reduzido número de projectos aprovados após 2002, apresenta um maior nível de ajustamento às tipologias consignadas no complemento de programação. Vejam-se os casos de: a “Recuperação e remodelação da EM 619 (Alto de Famalicão-Entroncamento dos Trinta)” na Guarda, a “Execução da variante Nascente/Nordeste a Oliveira do Hospital - 1ª fase” em Oliveira do Hospital, a “Requalificação de infra-estruturas rodoviárias de acesso aos nós da A24” em Castro Daire e a “Construção da Variante” na Covilhã, que procuram responder ao objectivo de articulação e coesão do espaço regional.

MEDIDA 1.4 – Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento

Breve Apresentação...

A Medida 1.4 direcciona-se para os domínios da requalificação e melhoria da imagem dos aglomerados urbanos da Região, constituindo-se como uma Medida fundamental para a melhoria das condições de habitabilidade, mobilidade e funcionalidade da população que vive nas cidades e vilas da Região Centro. Correspondendo apenas a 1,7% do montante programado, até 30 de Junho de 2005, foram aprovados 87 projectos com uma dimensão média que rondava os 831.024,0€. Estes projectos foram propostos por 62 promotores, todos eles câmaras municipais, que totalizam um montante de investimento que ascende a quase 68 milhões de euros. Durante o primeiro semestre deste ano o ritmo de apresentação, aprovação e execução de projectos foi bastante positivo, se considerarmos que em 31 de Dezembro de 2004, estavam aprovados 65 projectos e que, no final de 2002, data a que se reporta a Avaliação Intercalar, eram 16 projectos.

Principais Conclusões...

- No que toca ao desempenho financeiro, a 30 de Junho do presente ano, os valores aprovados relativamente ao programado eram de 129,2% enquanto os valores de execução, quer em relação ao programado, quer em relação ao aprovado, para 2000-2005, eram respectivamente, 93,5 e 72,4%. Se considerarmos os montantes totais para 2000-2006, verificamos que a taxa de aprovação relativamente ao programado ultrapassa os 100%, ascendendo a 107%.
- A 31 de Dezembro de 2004, 50% dos projectos estavam concluídos (32/65) apresentando uma distribuição territorial equilibrada entre o litoral e o interior da Região. Este facto mostra a evolução positiva no desempenho da Medida, que no exercício de Avaliação Intercalar apresentava uma forte concentração de projectos e investimento no litoral, em projectos de maior dimensão.
- No que toca ao desempenho físico, a 31 de Dezembro de 2004 as acções desenvolvidas centravam-se em torno dos arranjos urbanísticos e ultrapassavam largamente as metas estabelecidas. Relativamente aos projectos de recuperação de edifícios e monumentos, em 31 de Dezembro de 2004, estavam aprovados e executados 7 dos 10 previstos para 2000-2006, devendo no entanto salientar-se que estes projectos, pela sua dimensão financeira e amplitude de intervenção, na maioria dos casos não se restringem à recuperação dos edifícios mas constituem acções integradas que envolvem outras iniciativas que contribuem para a qualificação dos aglomerados urbanos.
- Entre os maiores projectos aprovados cabem salientar: a revitalização e consolidação urbana das Termas de S. Pedro do Sul, o Parque Urbano da Senhora do Pranto, os Arranjos Urbanísticos em Tondela e a recuperação do Centro Cívico de Condeixa-a-Nova.
- Deve ainda referir-se que os indicadores existentes em Complemento de Programação não retratam a amplitude das intervenções efectuadas.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 1.5 – Apoio às actividades económicas, acções de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas

Breve Apresentação...

Os projectos desenvolvidos no âmbito da Medida 1.5 visam a dinamização da economia regional e a promoção da coesão dos sistemas sociais mais fragilizados, designadamente através do apoio a acções inovadoras de dinamização económica e de valorização das potencialidades locais, reforço das estruturas organizativas de apoio ao desenvolvimento e de incremento da competitividade regional, dinamização do acesso à informação, do intercâmbio de experiências e da cooperação no quadro regional e inter-regional e do reforço da eficácia das políticas públicas.

À data de 30 de Junho de 2005, a Medida congregava um total de 102 projectos aprovados, da responsabilidade de 60 entidades executoras. O investimento médio por projecto aprovado era relativamente reduzido – 289.074,70€ –, facto que está associado à especificidade da Medida e à sua natureza imaterial, potenciadora de candidaturas envolvendo geralmente pequenos montantes.

Trata-se de uma Medida com um peso de 4,8% no respectivo Eixo e que foi alvo de reprogramação financeira em 2004, no sentido da redução dos valores programados, redução essa justificada pelo facto de se tratar da Medida FEDER do Eixo I com menor procura.

Principais Conclusões...

- No que toca ao desempenho financeiro da Medida, assistiu-se, no período entre os dois exercícios de Avaliação Intercalar, a uma progressão considerável dos níveis de aprovação e execução, não só por força do efeito estatístico resultante da reprogramação financeira, mas também por força da aprovação de alguns projectos relevantes, dos quais se destaca o Plano de Promoção da Região Centro do Euro 2004, o projecto financeiramente mais relevante da Medida e um dos mais relevantes de todo o PO, com um custo total de 5.442.500€. A 30 de Junho de 2005, as taxas de aprovação e execução em face dos valores programados para o período 2000-2005 eram já de 76,0% e 55,6%, respectivamente (70% e 51,2% se tomarmos em consideração os valores programados para 2000-2006). A taxa de execução da despesa aprovada era de 73,2%, valor que ilustra o processo de *catching up* financeiro da Medida no período após o primeiro exercício de Avaliação Intercalar. Ainda assim, continua a existir uma margem de manobra significativa para a apresentação de novas candidaturas.
- À data de 31 de Dezembro de 2004, encontravam-se encerrados, em termos de execução da despesa, 27 projectos, que correspondiam a 17,9% do investimento total da Medida (110).
- Ao nível do desempenho físico, verifica-se, desde logo, uma maior concentração de projectos na linha de acção relativa às “acções inovadoras de promoção e valorização de recursos”, facto que se traduz em níveis de realização muitos superiores aos inicialmente previstos para este indicador. O mesmo se pode afirmar no caso dos indicadores relacionados com a “dinamização de redes e acções de cooperação inter-regional”. Mantém-se, pois, válida a ideia exposta no Relatório de Avaliação Intercalar sobre a maior capacidade dos promotores em apresentar candidaturas baseadas na experiência adquirida nos anteriores Quadros Comunitários (feiras, mostras, certames, publicações e edição de materiais promocionais e de divulgação, etc.). Aquém do previsto mantêm-se os projectos orientados para intervenções de maior imaterialidade e inovação, como os relacionados com o reforço das estruturas organizativas de apoio à actividade económica ou com o reforço da eficácia das políticas públicas (nestes casos, os indicadores físicos estão ainda muito longe das metas previstas para 2006).

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 1.6 – Desenvolvimento dos recursos humanos

Breve Apresentação...

Única Medida do Eixo I apoiada pelo Fundo Social Europeu, a Medida 1.6 visa financiar acções de formação profissional para funcionários e agentes autárquicos. Os seus principais objectivos passam pela qualificação profissional dos funcionários e agentes autárquicos, de modo a modernizar e reorganizar os serviços da Administração Local; pela constituição, qualificação e manutenção de uma bolsa de formadores em domínios específicos e de interesse para a Administração Local; pelo desenvolvimento e melhoria das competências dos funcionários autárquicos, na gestão e acompanhamento dos equipamentos e infra-estruturas autárquicas.

À data de 30 de Junho de 2005, a Medida congregava um total de 321 projectos aprovados. O investimento médio por projecto aprovado era de 62.403,53€, valor relativamente baixo que está associado à tipologia de projectos prevista na Medida.

Trata-se de uma Medida com um peso de 3,6% no respectivo Eixo e que foi alvo de reprogramação financeira em 2004, no sentido da redução significativa dos valores programados (de cerca de 50 milhões de euros para cerca de 30 milhões de euros). Redução justificada pelo atraso inicial na aprovação do regulamento específico da Medida, pelo desajustamento da programação relativamente ao universo do público-alvo, pela duração reduzida das acções formativas propostas (duração média de cerca de 35 horas, muito abaixo das 250 horas previstas, com consequências directas na redução da execução financeira) e pela insuficiente capacidade técnica das câmaras municipais e suas organizações para a apresentação e gestão de candidaturas.

Principais Conclusões...

- No que toca ao desempenho financeiro da Medida, assistiu-se, no período entre os dois exercícios de Avaliação Intercalar, a uma progressão considerável dos níveis de aprovação e execução, não só por força do efeito estatístico resultante da reprogramação financeira, mas também por força do avanço considerável da aprovação e execução de novos projectos, avanço particularmente visível durante o ano de 2004. A 30 de Junho de 2005, as taxas de aprovação e execução em face dos valores programados para o período 2000-2005 eram já de 65,4% e 19,8%, respectivamente. A taxa de execução da despesa aprovada era de 30,3%, valor que se mantém muito baixo, apesar da progressão face a 2002. A análise destes dados deixa antever grandes dificuldades no cumprimento das metas de realização financeira previstas.
- Ao nível do desempenho físico, é possível afirmar que os níveis de realização são superiores aos da realização financeira. A 31 de Dezembro de 2004, tinham sido aprovados projectos abrangendo mais de 47 mil formandos, o que levou os indicadores de realização física a aproximarem-se consideravelmente das metas previstas em complemento de programação para o período 2000-2006. Ainda assim, estávamos ainda muito longe de níveis de execução satisfatórios, uma vez que as acções realizadas haviam abrangido apenas cerca de 50% do total de formandos previsto para 2006. Destaque para o desempenho verificado em 2004, ano de forte realização física da Medida.
- Refira-se ainda a relevância, em termos das áreas temáticas, da formação no âmbito das TIC.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 1.7 – Acções específicas de valorização territorial

Breve Apresentação

A Medida 1.7 tem como objectivo estratégico o desenvolvimento e a consolidação de potencialidades específicas da Região. Neste contexto, enquadra um conjunto de iniciativas em domínios de intervenção muito diversificados. O seu carácter estratégico e inovador está demonstrado no estudo intitulado “Orientações Estratégicas para a Aplicação da Medida 1.7 – Acções Específicas de Valorização Territorial” apresentado em 15 de Novembro de 2000. A Medida correspondia a 2,3% do investimento programado e a 8,2% do total do Eixo. A 30 de Junho de 2005 estavam aprovados 32 projectos correspondentes a cerca de 81,1 milhões de euros, dos quais 53 milhões são FEDER, o que representa um acréscimo significativo em relação a 31 de Dezembro, data em que estavam aprovados 23 projectos (estando 10 concluídos), que envolviam um montante de 68 milhões de euros. A dimensão média dos projectos é de 2.533.835,4€.

Principais Conclusões...

- No que toca ao desempenho financeiro, a Medida apresenta um bom desempenho. A 30 de Junho a taxa de aprovação em relação programado para 2000-2005 era de 124,3% (e 105,3% sobre o programado para 2000-2006), tendo os níveis de execução sobre o programado para o mesmo período ultrapassado os 100,0%, mais precisamente 102,1%. Refira-se que no processo de reprogramação, em consonância com as recomendações efectuadas na Avaliação Intercalar, a Medida beneficiou de um reforço da reserva de eficiência correspondente a 8,0 Milhões de euros de FEDER, o que pressupõe um reforço de investimento na ordem dos 11,4 milhões de euros.
- O investimento realizado no primeiro período de avaliação (2000-2002) apresentava um elevado nível de concentração financeira e territorial; o “Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz”, o “Parque de Feiras e Exposições de Aveiro” e “Área de Localização Empresarial - Requalificação da zona existente - 1ª Fase” em Castelo Branco, representavam 50% da verba aprovada. A partir de 2003, foram aprovados um conjunto de novos projectos de menor dimensão, localizados maioritariamente nas médias e pequenas cidades da Região de que são exemplo a Marinha Grande e Viseu, mas igualmente Mealhada (Recuperação do Cine-Teatro Messias), Batalha (Construção de um Pavilhão Multiusos - Mercado de Produtos Agrícolas), Carregal do Sal (Centro cultural), ou Sever do Vouga (adaptação do Cine-Alba para Casa da Cultura, artes e espectáculos), o que configurou uma distribuição do investimento mais equilibrada assente no sistema urbano da Região, contudo, ainda fortemente implantada no litoral, onde a malha urbana é mais densa.
- No que diz respeito ao desempenho físico, a tipologia de projectos e os domínios em que estes se classificam, podem destacar-se os equipamentos culturais estruturantes assim como os parques/pavilhões de exposições (4 dos 20 equipamentos, 31 de Dezembro de 2004) mostrando a dupla vertente da Medida traduzida no indicador “Equipamentos estruturantes”: melhoria da qualidade de vida das populações e a promoção das condições de competitividade regional. A menor *performance* do segundo indicador presente em complemento de programação (“Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados”) é parcialmente explicada pela necessidade de classificação dos projectos em categorias exclusivas, havendo projectos que não sendo classificados assim, incluem nas suas intervenções a recuperação de edifícios.

MEDIDA 1.8 – Bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico

Breve Apresentação...

Esta Medida procura apoiar financeiramente as autarquias locais, permitindo-lhes aproveitar determinadas oportunidades ao nível do desenvolvimento local. Este apoio financeiro materializa-se na bonificação dos juros em linhas de crédito para o financiamento complementar dos projectos municipais e inter-municipais aprovados através de comparticipação FEDER. Essa complementaridade é assegurada mediante a definição de um montante máximo do financiamento FEDER, combinado com a bonificação FEDER da taxa de juro (que não poderá exceder 75% do investimento elegível). Com uma despesa pública programada de 6,2 milhões de euros, os projectos candidatos deverão beneficiar de uma linha de crédito contratada com uma das instituições financeiras que tenham celebrado protocolo para esse efeito com a CCDRC e que essa linha de crédito se enquadre nos critérios e condições estabelecidos nesse mesmo protocolo. Até 30 de Junho de 2006, tinham sido aprovados 157 projectos, num montante de 6.272.162 euros.

Principais Conclusões...

- As aprovações no período 2000-2006, ultrapassam em cerca de 2% o valor da dotação FEDER programado. Não obstante, o grau de execução é bastante reduzido (16,5%), radicanço as explicações no facto dos projectos serem aprovados com a taxa de bonificação máxima (3%) enquanto os pagamentos das respectivas bonificações são efectuados com base em taxas inferiores. Por outro lado, a amortização dos empréstimos, em termos de afectação ao FEDER, dilata-se por um período de oito anos (2001-2008).
- A elevada eficácia financeira (dotação financeira esgotada), comprova a sua relevância para a concretização de muitos investimentos autárquicos.
- O padrão territorial do investimento é heterogéneo, muito marcado pelos “grandes” financiamentos, nomeadamente no Baixo Mondego e Beira Interior Norte.
- O desempenho financeiro da Medida, tem sido bastante afectado pela programação financeira que é inversa ao padrão de necessidades e da procura dos promotores, dado que é decrescente, quando seria natural que fosse crescente, dado que o recurso a este apoio financeiro depende da procura das outras Medidas e dos níveis de endividamento e envolvimento das autarquias nos diversos projectos a prosseguir.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 2.1 - Acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades - FEDER

Breve Apresentação...

A Medida 2.1 - Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades – Componente Territorial (FEDER) do PO CENTRO destina-se a apoiar operações integradas de requalificação urbana e de valorização ambiental de cidades sendo, conjuntamente com o PO Ambiente e a Medida 3.13, um instrumento financeiro de suporte às iniciativas promovidas pelo “Programa Polis”. Embora o Complemento de Programação não o determinasse, a Medida foi limitada às cidades de Aveiro, Coimbra, Viseu, Guarda, Covilhã, Castelo Branco e Leiria.

Principais Conclusões...

- A mensurabilidade dos resultados alcançados foi limitada dado que a Medida é apenas um instrumento financeiro destinado a suportar intervenções do Programa Polis. Embora seja positiva a forte integração de Medidas com um mesmo objectivo, julgamos que dado o carácter nacional desse Programa, e por questões de *accountability*, eficácia de gestão e mensurabilidade do desempenho, que o referido Programa Polis deveria ter sido inscrito na estrutura do QCAIII como um Programa específico para a qualificação urbana e valorização ambiental ao invés de ser montado sobre os programas operacionais regionais. Por seu lado, o programa regional deveria ter disposto de uma intervenção focalizada nos subsistemas urbanos que estruturam o seu território.
- A Medida é territorialmente selectiva visando, dessa forma, ter um forte carácter demonstrativo e visibilidade nacional. Todavia, o generoso esforço financeiro empreendido nestas intervenções limita a possibilidade de repetição do paradigma adoptado. Acresce, que a opção territorial centrada nas principais cidades da rede urbana conduziu a um desequilíbrio no tratamento dos sistemas urbanos estruturantes da Região Centro dado que foi excluído um conjunto amplo de cidades.
- Em 30/06/2005 a Medida tinha apoiado 18 projectos (mais 11 do que aquando da Avaliação Intercalar) e registava uma taxa de aprovação da totalidade do investimento programado de 94,1%, o que reflecte a aceleração positiva que a Medida registou no período 2003-2005. Todavia, face aos diversos atrasos e indefinições que afectaram o Programa Polis e, por conseguinte, a Medida 2.1 a sua taxa de execução em 30/06/2005 era extremamente baixa situando-se nos 35%.
- Embora a programação financeira da Medida previsse um ritmo de execução inicial pouco ambicioso, verificou-se que a morosidade processual resultante da complexidade das operações integradas, em particular a realização de Planos de Pormenor, atrasou o desempenho financeiro da Medida, sendo no entanto previsível que até ao final do período de programação se esgote a dotação financeira programada
- O facto das operações integradas estarem suportadas num plano estratégico parece-nos um aspecto extremamente positivo, todavia verificou-se que estes documentos apresentaram uma evidente suborçamentação das intervenções programadas, obrigando a um processo de reavaliação dos investimentos numa fase intermédia ao seu reforço financeiro.
- A escassa execução financeira reflectiu-se sobre a realização física verificando-se, em 31/12/2004, um desempenho extremamente insuficiente nos dois indicadores de acompanhamento adoptados, não se tendo registado qualquer aprovação ou execução de “extensão de ciclovia a criar/reabilitar”.
- Pese embora a recomendação da Avaliação Intercalar, o PO Centro continua a dispor de dois indicadores de acompanhamento que reflectem insuficientemente o âmbito de actuação da Medida e em que as metas estabelecidas são totalmente desproporcionadas do elevado esforço financeiro a ela associado.
- Os objectivos estratégicos da Medida estão satisfatoriamente cobertos pelos 18 projectos aprovados, assegurando a sua concretização no presente período de programação.
- O facto de os projectos incidirem exclusivamente na requalificação de espaços públicos das cidades seleccionadas, não assegura que se gerem dinâmicas de requalificação urbana das cidades, em particular do degradado parque habitacional.
- Não é evidente que os projectos contribuam para o acréscimo de competitividade das Cidades abrangidas, dado que não incidem sobre os elementos motrizes do desenvolvimento territorial dos subsistemas regionais.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 2.3 - Acção inovadora de dinamização das aldeias

Breve Apresentação...

A Medida 2.3 – Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias assume-se como um instrumento privilegiado de intervenção nas áreas rurais localizadas nos espaços mais fragilizados da Região Centro, privilegiando intervenções de micro-escala. A Medida pretende dar continuidade a lógicas de intervenção ensaiadas no QCA II e lançar, no mesmo enquadramento, outras tipologias de iniciativa. Foi organizada em cinco Linhas de Acção que respeitam a lógicas temáticas e as escalas financeiras de intervenção diferenciadas, a saber: Aldeias Históricas, Contratos de Aldeia e Centros Rurais.

Principais Conclusões...

- O padrão territorial da Medida, embora difuso, está correctamente suportado na identificação e avaliação dos locais com maiores potencialidades de alavancagem de desenvolvimento local em áreas de baixa densidade demográfica e económica. O padrão segue ainda uma lógica estruturada de intervenção definida por três redes de espaços: aldeias históricas, contratos de aldeia e centros rurais.
- O padrão geográfico da execução reflecte que o privilégio dado pela Gestão aos territórios mais deprimidos registando-se uma maior concentração de investimento na zona raiana, logo seguido de outros espaços, igualmente críticos, como Pinhal Interior e o limite norte de Dão-Lafões.
- As intervenções, em cada um dos locais seleccionados, foram correctamente suportadas num documento estratégico e operacional que vincula a Gestão do Programa, a Administração Local, a Administração Central, e outros parceiros locais o que nos parece uma experiência muito positiva a ser continuada.
- Tanto a Medida, como as inúmeras intervenções realizadas abrigo desta, estão suportadas em reflexão estratégica quanto à selecção dos núcleos urbanos a qualificar, como relativamente à definição dos projectos que melhor se adequam aos recursos locais e ao saber-fazer e que configuram maiores possibilidades de alavancagem do desenvolvimento local.
- Em 30/06/2005 a Medida tinha apoiado 151 projectos (mais 70 que aquando da Avaliação Intercalar) e registava uma taxa de aprovação da totalidade do investimento programado de 83,5%, dando continuidade ao bom desempenho registado em 2003. Acresce que a Medida é também aquela que regista a mais elevada taxa de execução do Eixo II (72,5%) e a que apresenta melhores resultados no acompanhamento da execução dos projectos com uma taxa de execução do investimento aprovado de 87%.
- O bom desempenho financeiro da Medida resultou de um conjunto de factores: (i) o facto do conceito estratégico/operacional de intervenção estar consensualizado; (ii) de no âmbito das Aldeias Históricas se dispor de projectos em carteira; (iii) da ampla experiência da Coordenação da Medida na gestão de projectos co-financiados com reflexos numa eficaz selecção dos actores a dinamizar e na sua mobilização para realização dos estudos de base, formulação de candidaturas e concretização de projectos.
- A Medida permitiu, correctamente, apoiar a realização de pequenos projectos privados através de um sistema de incentivos ajustado às realidades locais, sendo extremamente positivo registar que, entre 2003-2005, foram aprovadas candidaturas para três projectos de TER no âmbito da Linha de Acção das Aldeias Históricas. Esta situação deverá ser atentamente observada dado o potencial futuro de replicação.
- O bom desempenho financeiro reflectiu-se no desempenho físico e no elevado volume de realizações que a Medida apresentou até 31/12/2004. Neste âmbito, para além da elevada quantidade de recuperação de fachadas e de arranjos urbanísticos realizados, importa destacar que alguns indicadores, como as “acções de animação e divulgação” e a criação de uma Pousada, em que as metas foram já cumpridas.
- Os objectivos estratégicos estabelecidos para a Medida foram adequadamente cobertos pelos 171 projectos aprovados, com excepção do objectivo referente ao facto de não terem sido implementados projectos no âmbito das Linhas de Acção de Aldeias Digitais e Vilas de Tele-trabalho, entretanto suprimidas do Complemento de Programação.
- No domínio da transversalidade de políticas públicas merece destaque a articulação verificada entre esta Medida e a Medida 3.14 através de uma adequada conjugação de intervenções de desenvolvimento local-desenvolvimento rural demonstrando oportunidades de articulação entre diferentes fundos (FEDER-FEOGA).

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 2.4 - Acção integrada “turismo e património do Vale do Côa”

Breve Apresentação...

A Medida 2.4 – Acção Integrada “Turismo e Património do Vale do Côa” incide sobre um território raiano, contemplando 10 concelhos profundamente ruralizados, com défices infraestruturais significativos e estrangulamentos económico, verificando-se uma escassa capacidade de investimento endógeno. Esta acção sucede ao Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa (PROCÔA) implementado no âmbito do QCA II. A estratégia seguida foi estruturada em torno de quatro Linhas de Acção. A Linha de Acção “Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa” assume um papel central, enquanto que as restantes três são complementares (“Promoção do Desenvolvimento Turístico”, “Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património”, “Dinamização Económica e Social”).

Principais Conclusões...

- A Medida apresenta uma temática de abordagem correctamente definida e adequada às potencialidades de desenvolvimento económico e social do território, criadas com a revelação do notável património arqueológico do Vale do Côa. A sua definição estratégica girou em torno deste recurso, sugerindo a criação de uma malha de investimentos que permitisse desenvolver a actividade turística como um novo pilar de sustentabilidade social e económico, complementar à agricultura, amarrando diversos actores locais.
- A AIBT revela um salto qualitativo face à intervenção definida no QCA II, na medida em que é mais selectiva e focalizada, visando a competitividade territorial e apoiando-se, de modo adequado, na valorização e qualificação dos recursos.
- A recente classificação do Vale do Douro pela UNESCO, como Património da Humanidade, acentuou a pertinência da estratégia seguida, alargando o espectro de recursos e incrementando a visibilidade deste território.
- Embora se tenham verificado atrasos na regulamentação do sistema de incentivos, é extremamente positivo que a Medida tivesse tratado a componente da qualificação e alargamento da oferta turística, pelo carácter prioritário que revela para a estratégia de desenvolvimento turístico, sendo de destacar nesse âmbito as três unidades de TER apoiadas e as duas unidades de restauração.
- A transversalização de políticas públicas, essencial no quadro da AIBT, ficou negativamente marcada pelo facto do projecto do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, da responsabilidade do Instituto Português de Arqueologia/Ministério da Cultural não ter sido concretizado, ou candidatado até Junho de 2005. Este facto afecta simultaneamente a estratégia da Medida, dado que se tratava do projecto estruturante, bem como o seu desempenho financeiro, atendendo à sua elevada dimensão financeira.
- A focalização territorial e temática da Medida está correctamente definida verificando-se uma adequada integração de recursos territoriais de modo a constituir um produto turístico sólido e diversificado.
- Em 30/06/2005, a Medida tinha apoiado 65 projectos e registava uma taxa de aprovação da totalidade do investimento programado de somente 54,9%, o que revela um desempenho sofrível, comparativamente com as demais Medidas, resultante dos atrasos na candidatura do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa. Por conseguinte a taxa de execução da Medida é igualmente fraca cifrando-se em 39,2%.
- A apreciação do ritmo de execução da Medida reflecte o facto da programação não ter sido ajustada ao carácter inovador e experimental, evoluindo progressivamente e permitindo que numa fase inicial a gestão pudesse concentrar o seu esforço na selecção de prospecção de projectos de excelência.
- A territorialidade dos investimentos da Medida 2.4 foi correctamente definida dado que segue a estratégia de base à AIBT privilegiando os recursos territoriais a serem valorizados, e evitando uma distribuição equitativa e de escasso alcance estratégico da dotação financeira pelas autarquias. A selectividade da localização do investimento, consoante o seu contributo para a estratégia, é manifestamente positiva e reflecte um avanço na mobilização dos actores locais para a necessidade e bondade de uma lógica de intervenção supra-municipal.
- Os objectivos estratégicos estabelecidos para esta Medida foram cumpridos, em geral, pelos 65 projectos aprovados, verificando-se avanços positivos, entre 2003-2005 relativamente ao quarto objectivo pelo facto de o “Sistema de Incentivos de Auxílios à Dinamização Económica e Social à Acção Integrada Turismo e Património do Vale do Côa” ter sido implementado.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 2.5 - Acção integrada de base territorial da Serra da Estrela

Breve Apresentação...

A Medida 2.5 – Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela, que teve como antecedente o Programa de Desenvolvimento Integrado da Serra da Estrela (PROESTRELA) no âmbito do QCA II, visa valorizar o património natural e as ligações deste ao turismo, propondo um conjunto de projectos que permitam obter um desenvolvimento turístico que simultaneamente aproveite e preserve os principais recursos naturais. Incide sobre 10 concelhos e está estruturada em 6 Linhas de Acção que recaem sobre diferentes vertentes estratégicas: (i) qualificação e valorização ambiental paisagística; (ii) recuperação do povoamento rural e qualificação dos aglomerados tradicionais; (iii) acessibilidades e circuitos turísticos; (iv) reforço do potencial turístico e ambiental; (v) acções de ordenamento e planeamento e (vi) valorização e animação turística e ambiental.

Principais Conclusões...

- O desenho estratégico da AIBT e o quadro de objectivos que se propõe alcançar revela um salto qualitativo face à intervenção precedente, suportando-se numa estratégia de desenvolvimento integrado pertinente, relativamente aos desafios que o território enfrenta.
- A actuação da Medida foi sustentada num documento estratégico que definiu prioridades e identificou os investimentos estruturantes para o desenvolvimento da sub-região, permitindo ainda amarrar os diversos actores num modelo de desenvolvimento único, o que deve ser apontado como um aspecto extremamente positivo.
- A evolução contextual da sub-região nos últimos anos, caracterizada por um forte crescimento da actividade turística, evidenciada pelo alargamento da oferta hoteleira e pelo crescimento dos fluxos de visitantes, reflecte a extrema acuidade da estratégia seguida.
- Existe uma evidente desproporção entre a ambição de objectivos da Medida, plasmada na diversidade de domínios de intervenção evidenciados por 6 Linhas de Acção, e a escassez de recursos financeiros que foram afectos.
- A excessiva amplitude das tipologias de projectos e do quadro estratégico criaram condições para a aprovação de um elevado volume de pequenos projectos, sem capacidade de alavancagem. Esta situação, conjugada com a obrigatoriedade de cumprir critérios de realização e a pressão que a tutela criou, durante 2001, pelo facto de não serem apresentadas candidaturas, geraram uma pressão adicional sobre a Coordenação o que rapidamente desgastou a dotação financeira da Medida.
- Em 30/06/2005, a Medida tinha apoiado 60 projectos (mais 21 que aquando da Avaliação Intercalar) e registava uma taxa de aprovação da totalidade do investimento programado de 97,4%, sendo a mais alta taxa do Eixo II. Todavia, o ritmo de execução embora positivo regista algum desfasamento face ao nível de aprovações situando-se somente em 68,5% da dotação global da Medida.
- A evolução do ritmo de aprovação permite verificar que a programação financeira se revelou desajustada, não se assistindo à apresentação de candidaturas ao longo de 2000. Esta situação resultou, como noutros casos, do retardamento na recepção de candidaturas devido à elaboração dos documentos estratégicos.
- O padrão territorial dos projectos reflecte a prossecução da estratégia definida o que deve ser destacado como um aspecto positivo.
- O desempenho físico da Medida, avaliado a partir do cumprimento das metas de realização, permite verificar que a Medida registou um desempenho desigual tendo registado avanços muito positivos em alguns domínios, onde inclusive ultrapassou as metas estabelecidas, sendo exemplo os “Parques Temáticos/Museus construídos”. Em situação oposta encontra-se a dos “Parques de Estacionamento” – estavam previstos dois e não foi aprovado nenhum – e da “Beneficiação de Estradas”, em que o valor aprovado é cerca de metade do programado.
- Os 3 objectivos estratégicos estabelecidos para a Medida, obtiveram resposta positiva, estando globalmente cobertos, pelos 60 projectos aprovados.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 2.6 - Acção integrada de base territorial do Pinhal Interior (FEDER)

Breve Apresentação...

A Medida 2.6 – Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEDER) incide sobre um dos territórios mais deprimidos da Região Centro, profundamente desertificado e ruralizado, com défices infraestruturais significativos e diversos estrangulamentos económicos resultantes de uma capacidade de investimento endógeno extremamente limitada. A Medida visa a preservação e valorização dos recursos naturais, em articulação com a promoção do Turismo de Natureza e do Turismo Rural.

Principais Conclusões...

- Considerando as dificuldades institucionais, em responder aos estrangulamentos e à valorização territorial, é extremamente positivo o desenho da presente intervenção intermunicipal, pese embora a sua incidência espacial possa ser considerada demasiado extensa.
- A existência de um documento de base de diagnóstico territorial, definição estratégica e identificação dos projectos emblemáticos deve ser apontado como um exemplo positivo dado que permite amarrar os diversos actores locais numa visão de desenvolvimento única para este território puxando pela qualidade das iniciativas.
- A estratégia de abordagem da AIBT e o enfoque temático estabelecido foi correctamente estruturado e adequado às potencialidades e aos estrangulamentos territoriais, sendo de destacar a forma como a estratégia integrou os diversos recursos do território com vista a criar sinergias e um quadro de desenvolvimento sustentável.
- A AIBT registou um desempenho sofrível enquanto plataforma integradora de políticas públicas estando demasiado centrada nos projectos de âmbito municipal e não captando actores públicos de nível nacional, com excepção da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o que é manifestamente insuficiente, num território que necessitava de concentração e intensificação do investimento público para romper com os ciclos de pobreza e carência de investimento.
- Em 30/06/2005, a Medida tinha apoiado 181 projectos (mais 162 projectos que aquando da Avaliação Intercalar) e registava uma taxa de aprovação da totalidade do investimento programado de 81,2%. Todavia, o ritmo de execução, embora positivo, registava um importante desfasamento face ao nível de aprovações, situando-se somente em 42,4% da dotação global da Medida.
- A leitura dos ritmos de execução permite concluir que a programação financeira apresentada não considerou que a aplicação desta Medida, com um grau de inovação maior e num território com escasso planeamento territorial e estratégico, obrigava a um conjunto de tarefas prévias que atrasariam o arranque da apresentação de candidaturas. Se a programação tivesse ponderado devidamente estas questões, a pressão sobre a Gestão teria sido substancialmente inferior, permitindo uma outra folga para gerar por projectos com maior grau de desenvolvimento.
- Embora se tenham verificado atrasos na regulamentação do sistema de incentivos é extremamente positivo que a Medida tivesse tratado a componente da qualificação e alargamento da oferta turística, pelo carácter prioritário que revela para qualquer estratégia de desenvolvimento turístico, sendo de destacar nesse âmbito os cinco projectos apoiados.
- O desempenho físico da Medida evidencia os débeis níveis de realização financeira. Essa situação é expressa pelo facto da generalidade dos indicadores de realização se apresentarem relativamente distantes das metas fixadas para 2006. Se considerarmos as aprovações a situação melhora substancialmente sobressaindo, no entanto, a existência de diversas desigualdades como seja o facto de não ter sido aprovada qualquer uma das 3 “redes de percursos” prevista e da requalificação de 6 “Aldeias de Xisto” já ter sido amplamente ultrapassada, dado que estão a decorrer acções em 23.
- O padrão territorial dos projectos aprovados e do investimento realizado reflecte a prossecução da estratégia definida o que deve ser destacado como um aspecto positivo.
- A experiência de amarração FEDER-FSE-FEOGA com vista á concretização de uma estratégia global incluindo três Fundos é um exemplo de integração de fundos de extrema relevância pela forma articulada e sinérgica como foi conseguida e pelos resultados que tal iniciativa terá.
- Os impactes dos projectos apoiados, no domínio da animação turística têm sido extremamente positivos verificando-se a criação de uma nova atractividade turística que sem a AIBT não teria sido criada.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 2.7 – Acção integrada de base territorial do Pinhal Interior (FEOGA)

Breve Apresentação...

A componente FEOGA da “Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior”, integrada no Programa Operacional da Região Centro, concentra as acções dirigidas para a floresta, que se enquadram, igualmente, na Medida 3.14 e no PO Sectorial, nomeadamente na Medida 3 do Programa AGRO. A Medida 2.7 integra, no actual momento, 9 acções, todas viradas para a floresta, que abrangem uma tipologia de projectos muito diversificada: o apoio a acções individualizadas de plantação e rearboreção; a constituição de associações e o apoio à prestação de serviços; prevenção de incêndios e apoios à transformação e comercialização dos produtos da floresta.

À data de 30 de Junho de 2005, a Medida congregava um total de 377 projectos aprovados distribuídos por 7 linhas de acção. Ou seja, duas acções não tiveram qualquer projecto aprovado, “Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais (nº 4)” e “Apoio à valorização de espaços florestais de interesse público (nº 7)”. Em consonância com o que ocorreu em sub-acções semelhantes da Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos PO Regionais. Trata-se de uma Medida com um peso financeiro significativo no respectivo Eixo (14%), embora reduzido em termos do PO CENTRO (1,5%). É de salientar que no final de 2004, a Medida teve um reforço financeiro de 4 milhões de euros de Fundo FEOGA, proveniente da Reserva de Programação. A Medida foi fortemente marcada pelo atraso inicial na publicação da regulamentação específica de cada acção e só após a situação de calamidade, que ocorreu com os incêndios de 2003, se verificou um forte incentivo à aplicação da Medida.

Principais Conclusões...

- No que toca ao desempenho financeiro da Medida o nível de aprovações aproxima-se francamente das dotações disponíveis para o período de programação. A 30 de Junho de 2005, a taxa de aprovação face aos valores programados (2000-2006) era de 94,2%. Contudo, o executado em relação ao programado apresenta um comportamento muito menos positivo.
- Destaca-se a acção 1 de apoio à silvicultura, com 69% dos projectos aprovados até final de 2004, embora face à sua menor dimensão representem apenas 14% do aprovado pela Medida.
- Em termos de impacto global são de destacar duas acções claramente estruturantes, o “apoio à constituição de Organizações de Produtores Florestais (acção 3, com 16 entidades apoiadas) e a acção 6 apoio à prevenção dos riscos provocados por agentes abióticos” (leia-se incêndios), com 43 aprovações e 21 milhões de euros de investimento, ou seja 59% do total da acção. Dos projectos da acção 6 apenas foram aprovados em 2004.
- Ao nível do desempenho físico, apenas em 2004 foi possível atingir bons indicadores, 99,7% de execução face ao programado, face a uma média de 30,4 % entre 2000 e 2004.
- A acção 1 apresenta a maior taxa de execução, (45% face ao aprovado) enquanto, em média, a execução se encontra em 27% do aprovado.
- Face à sua aprovação recente, os projectos da acção 6 apresentam, ainda, uma muito diminuta execução (inferior a 5%), não sendo possível atribuir-lhe efectivas responsabilidades na melhoria da prevenção dos incêndios.

MEDIDA 2.8 – Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social

Breve Apresentação...

As intervenções apoiadas pela Medida 2.8 visam exclusivamente acções/projectos de formação profissional, relacionadas com os 3 domínios estratégicos que orientam a sua acção: 1. Promoção da empregabilidade em sectores de actividade relacionados com os recursos específicos dos territórios de intervenção; 2. Formação para a integração social; 3. Formação para o fomento da empregabilidade na requalificação das cidades. Esta última linha de acção era anteriormente a Medida 2.2. A fusão entre estas duas Medidas está de acordo com a recomendação feita na Avaliação Intercalar do PO CENTRO: “Fusão das Medidas 2.2 e 2.8 – atendendo às suas características transversais ao Eixo II e ao facto de que com a agregação da DRAOT e da CCRC na CCDRC se terem agregado as duas entidades coordenadoras, recomenda-se que estas Medidas se fundam numa só, estruturadas em Linhas de Acção”.

Segundo o documento da Reprogramação, a fusão destas Medidas não prejudicará a prossecução dos objectivos gerais de cada uma delas e, simultaneamente, possibilitará ganhos de eficiência e eficácia em termos de gestão. A Medida 2.8 foi reforçada com parte das verbas afectas à Medida 2.2, dos cerca de 5,1 milhões de euros da Medida 2.2, aproximadamente 3,3 milhões foram acrescer à dotação financeira de Medida 2.8 (sendo que o remanescente foi afecto à Medida 3.3). A Medida 2.8 representa, depois desta reprogramação, 7,4% da despesa pública total programada para o Eixo II, e 6,7% do programado para o FSE. No final do primeiro semestre de 2005 tinham sido aprovados 33 projectos, 28 deles desde 31/12/2002.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 2.8 – Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social (continuação)

Principais Conclusões...

- O desempenho financeiro desta Medida é muito baixo, situação que já se verificava aquando da Avaliação Intercalar. A 30/06/2005 a taxa de aprovação da despesa pública não ia para além dos 36% do programado para 2000-2006, e dos 38,2% do programado até ao final de 2005. O desempenho da taxa de execução era ainda mais incipiente pois só 16% da despesa, programada até ao final do Programa, foi executada. É no entanto, de destacar o desempenho da Medida no ano de 2004, em que houve aprovações que correspondiam a 167% do programado para esse ano, e a execução rondou os 88%.
- Os constrangimentos da Medida prendem-se com a adequada e necessária convergência dos objectivos das formações previstas/propostas com os objectivos específicos de cada uma das AIBT. Tem havido grande dificuldade, por parte de potenciais e reais promotores, em que os projectos formativos traduzam esta convergência.
- A 31/12/2004 tinham sido executados projectos que possibilitaram a formação de 1.545 indivíduos. Este indicador físico tem como meta para 2006 os 3.500 formandos, ou seja, a 2 anos do final do Programa tinha sido executado 44% do objectivo. No que concerne aos indicadores de formandos por género, no final de 2004 eles estavam alcançados em 40%, no caso dos homens, e em 47% no caso das mulheres.

MEDIDA 3.1 – Educação – Infra-estruturas da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundários

Breve Apresentação...

A Medida 3.1 pretende apoiar financeiramente a construção, reparação, remodelação, ampliação e apetrechamento de estabelecimentos de educação e ensino, ao nível da educação pré-escolar, dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, incluindo-se neste último as escolas profissionais, públicas e privadas. O grande objectivo é o de criar as condições infraestruturais necessárias à prossecução das metas gerais do Plano de Desenvolvimento Educativo para Portugal – PRODEP III (2000-2006).

À data de 30 de Junho de 2005, a Medida congregava um total de 111 projectos aprovados, da responsabilidade de 49 entidades executoras. O investimento médio por projecto aprovado era de 784.686,90€.

Trata-se de uma Medida com um peso de 6,2% no respectivo Eixo e que foi alvo de reprogramação financeira em 2004, no sentido de um ligeiro reforço do seu peso, com vista ao incremento do grau de cobertura regional e da qualidade da rede de equipamentos do pré-escolar, nível de ensino considerado de intervenção prioritária.

Principais Conclusões...

- No que toca ao desempenho financeiro da Medida, mantêm-se os níveis francamente positivos de aprovação e execução, na linha do que acontecia aquando do primeiro exercício de Avaliação Intercalar. A 30 de Junho de 2005, as taxas de aprovação e execução em face dos valores programados para o período 2000-2005 eram de 89,0% e 80,3%, respectivamente (82,1% e 74,1% se tomarmos em consideração os valores programados para 2000-2006). A taxa de execução da despesa aprovada era de 90,3%.
- Este conjunto de valores deixa antever a consecução relativamente à problemática das metas previstas para 2006, tanto mais que a Medida assistiu recentemente à aprovação de alguns projectos financeiramente muito relevantes, de que é exemplo o projecto de substituição da Escola EB 2,3 e Secundária da Murtoza, com um custo total de 4.121.000€, estando igualmente em fase de análise várias dezenas de candidaturas para financiamento de infra-estruturas para a educação pré-escolar.
- Ao nível do desempenho físico, verifica-se, em termos globais, um cumprimento elevado das metas de realização previstas. Apenas nos casos do número de salas de educação pré-escolar novas ou ampliadas e do número de novas escolas do ensino básico o desempenho fica aquém do previsto (note-se que a reprogramação financeira da Medida conduziu também a uma reprogramação das metas de realização física, designadamente no indicador “salas novas/ampliadas de educação pré-escolar”, cuja meta passou de 70 para 120 salas).
- Para os restantes indicadores, os valores previstos foram já alcançados ou até largamente ultrapassados.
- Nos próximos meses, e tendo em conta o número de candidaturas em apreciação, é de esperar uma aproximação dos valores aprovados e executados aos valores previstos no domínio dos equipamentos e infra-estruturas do pré-escolar.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 3.2 – Educação – Ensino profissional

Breve Apresentação...

A Medida 3.2 tem como objectivo central estimular a procura de formação inicial (escolar e profissional) através do apoio ao funcionamento de cursos profissionais, predominantemente de Nível III, que preparem os jovens para a integração qualificada no mundo do trabalho ou ingresso no ensino superior. Na Reprogramação Intercalar houve uma diminuição da Despesa Pública, de forma que a taxa Fundo/DP correspondesse a 62,5%.

Até ao final do primeiro semestre de 2005 tinham sido aprovados 103 projectos, o que correspondeu a um acréscimo de 50 relativamente ao período de Avaliação Intercalar. É uma Medida que corresponde a 4,1% do custo total do Programa e 6,2% do Eixo.

Principais Conclusões...

- A Medida 3.2 teve um desempenho financeiro ligeiramente inferior à média do PO. A 30/06/2005 tinham sido aprovados projectos que afectavam a despesa pública em 75,7% do programado para 2000-2006. A 18 meses do final do Programa faltava ainda comprometer 16 milhões de euros do fundo disponível até 2006. Relativamente ao período da Avaliação Intercalar de 2003, verificou-se um acréscimo de cerca de 27 pontos percentuais. Até ao final de Junho de 2005 tinham já sido executados 73.750 mil euros de despesa pública, o que correspondia mais de 80% do programado até ao final do mesmo ano.
- As intervenções desta Medida têm tido maior incidência no Interior da Região, tendo como objectivo uma distribuição mais equitativa de recursos humanos com um nível médio de qualificação.
- Quanto ao desempenho físico, o número de formandos abrangidos, até 31/12/2004, foi de 18.933 alunos, o que representa 81% da meta definida para 2006. Dos finalistas de 2000/2001 a 2003/2004, 3.136 atingiram uma qualificação de Nível III, perspectivando-se desta forma a consecução do objectivo de 5.070 até ao final do Programa.

MEDIDA 3.3 – Promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local

Breve Apresentação...

A Medida 3.3 é orientada para uma actuação na reinserção, a curto prazo, dos desempregados, assumindo um carácter de complementaridade relativamente aos Eixos I e II do POEFDS. Tem como principais objectivos: a melhoria da empregabilidade dos desempregados (particularmente aqueles com mais baixas qualificações); o desenvolvimento de instrumentos promotores do espírito empresarial; e a criação de postos de trabalho locais.

Na Avaliação Intercalar foi recomendado que no quadro do FSE e das prioridades regionais face ao incremento do desemprego, se procedesse a uma transferência de dotação financeira da Medida 1.6 (dispõe de recursos financeiros desproporcionados da procura real) para a Medida 3.3 no sentido de incrementar as políticas activas de emprego. Na reprogramação a Medida foi dotada com mais 14,6 milhões de euros, este reforço resultou não só da redistribuição de fundos com a Medida 1.6, como também recebeu parte da dotação da Medida 2.2 e ainda mais 5 milhões de euros de Reserva de Eficiência.

A Medida tem um peso significativo no Eixo, representando 10% da Despesa Pública programada para o Eixo III. Mas a sua importância ainda é superior no FSE. Sozinha, esta Medida representa quase metade (49%) da Despesa Pública programada para 2000-2006.

Até ao final do primeiro semestre de 2005 tinham sido aprovados 390 projectos, 239 dos quais após 31/12/2002.

Principais Conclusões...

- A Medida, a 18 meses do final do Programa, está praticamente fechada. A taxa de aprovação era de 98,7% do programado para o período de 2000-2006, sendo que o programado para o período 2000-2005 já tinha sido ultrapassado. O desempenho da taxa de execução é um pouco diferente, no final do primeiro semestre de 2005 ainda só tinha sido executado 72% do programado até ao final do ano, e 64% do programado até ao fim do Programa. Embora estes valores, *per sí*, não sejam muito baixos, correspondem a taxas de execução/aprovação inferiores a 67%.
- No que diz respeito ao desempenho físico da Medida, o indicador de realização correspondente a desempregados abrangidos por medidas de política activa (formação e estágios), era, a 31/12/2004, de cerca de 5.645 formandos/ano, sendo a meta para 2006 os 5.500. Quanto ao indicador de resultado, a % de desempregados não DLD que receberam acções de política activa, era de 47%, mantendo-se esta média, o objectivo de 46% em 2006 poderá ser ultrapassado.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 3.4 – Apoio ao investimento no desenvolvimento local

Breve Apresentação...

A Medida 3.4 pretende apoiar a dinamização do desenvolvimento local, designadamente através do apoio à criação de emprego e à reinserção de desempregados. Assim, as acções integradas nesta Medida assumem um papel complementar das intervenções orientadas para a promoção do emprego e da empregabilidade promovidas no âmbito do POEFDS. Os apoios visam a criação, viabilização e consolidação de pequenas unidades empresariais, estando obrigatoriamente associados à criação directa de postos de trabalho. Podem também ser apoiadas acções de consultoria especializada às empresas apoiadas.

À data de 30 de Junho de 2005, a Medida congregava um total de 462 iniciativas locais de emprego, desenvolvidas no quadro de um Contrato Programa assinado com o IEFP para a gestão da Medida. É de esperar a progressão do número de iniciativas desenvolvidas no âmbito desta Medida, uma vez que no passado mês de Fevereiro foi assinado novo Contrato Programa com o IEFP, nos moldes do Contrato anterior. Trata-se de uma Medida com um peso de 1,9% no respectivo Eixo e uma taxa média de co-financiamento de cerca de 50%.

Principais Conclusões...

- Relativamente ao desempenho financeiro da Medida, registam-se níveis baixos de aprovação e execução, facto que não é alheio à tardia assinatura do primeiro Contrato Programa com o IEFP (Março de 2002) e à tardia publicação do regulamento específico da Medida (Setembro de 2002). A 30 de Junho de 2005, as taxas de aprovação e execução em face dos valores programados para o período 2000-2005 eram de apenas 57,4% e 26,6%, respectivamente (49,3% e 22,9% se tomarmos em consideração os valores programados para 2000-2006). A taxa de execução da despesa aprovada era de 46,5%. Este conjunto de valores deixa antever dificuldades quanto à consecução das metas previstas para 2006. A assinatura, em Fevereiro deste ano, de um novo Contrato Programa com o IEFP para a gestão da Medida, de conteúdo semelhante ao assinado em 2002, poderá afirmar-se com um elemento decisivo para a elevação do desempenho financeiro da Medida, bastando para tal que a aprovação de projectos de iniciativa local de emprego decorra a bom ritmo.
- Ao nível do desempenho físico, verifica-se a criação, até Dezembro de 2004, de um total de 954 postos de trabalho em resultado dos apoios concedidos às 462 iniciativas locais de emprego enquadradas na Medida (valor que representa já uma superação do valor previsto em complemento de programação para 2006). 77% destes postos de trabalho foram criados nas áreas da restauração (22%), comércio (26%) e serviços (29%), actividades que concentraram cerca de 80% do total de apoios concedidos. Os restantes 23% dos postos de trabalho criados foram-no nos sectores da indústria transformadora e da construção.

MEDIDA 3.5 – Ciência, tecnologia e inovação

Breve Apresentação...

Em consonância com a natureza do Eixo III, a Medida 5 procura responder às principais linhas estratégicas do POCTI, nomeadamente a que se relaciona com a promoção da cultura científica e tecnológica, através da criação de Centros de Ciência Viva. Após a Avaliação Intercalar, assistiu-se a um leve aumento do peso da Medida 5 do Eixo III do PO CENTRO, que passou de 0,28% para 0,3% do investimento programado e de 0,23% para 0,6% no total do FEDER disponibilizado para a Região. Este volume financeiro corresponde, na actualidade, a 1% do investimento elegível do Eixo III. Estamos, assim, perante uma Medida que apresenta um reduzido peso financeiro, limitando o cumprimento dos seus objectivos programáticos.

Em 30 de Junho de 2005, a Medida 3.5 apresentava um avanço significativo em relação a Avaliação Intercalar, passando de um 1 para 4 projectos aprovados. Salientando-se nestes, os dois novos Centros “Ciência Viva” de Aveiro e de Proença-a-Nova, para além dos projectos de melhoramentos no Centro de Ciência de Coimbra. O investimento médio por projecto corresponde a 1.996.319 euros.

Principais Conclusões...

- Verificou-se uma melhoria assinalável em relação ao fraco desempenho financeiro da Medida, diagnosticado no Relatório de Avaliação Intercalar. De final de 2002 a 30 de Junho de 2005, a taxa de aprovação passou de 5,5% para 38,9% e o executado, mesmo sem um crescimento tão assinalável, passou de 2,6% para 12%. Deve, contudo, referir-se que em relação ao final de 2004, o executado em relação ao programado não apresenta esse nível de evolução (de 11% para 12,9%), apesar de um claro aumento da aprovação, de 35,1% para 42,1%. Esta situação é explicada pela reduzida taxa de execução em relação aos projectos aprovados, que passou de 31,2% em relação a 31/12/2004 para 30,8% em 30/06/2005.
- Entre os projectos aprovados, após a Avaliação Intercalar, destacam-se os novos Centros de Ciência Viva, com um custo total de 1.300.000€ e 1.000.000€, respectivamente, para o Centro de Aveiro e de Proença-a-Nova, correspondendo a aproximadamente a 75% do investimento total aprovado na Medida. Estes centros deverão estar concluídos em finais de 2005.
- Ao nível do desempenho físico, verifica-se uma assinalável evolução. Alargando a natureza do indicador físico ao melhoramento de Centros já existentes (beneficiação), pode afirmar-se que esta Medida apresenta uma importante recuperação em relação à situação verificada na Avaliação Intercalar. Todavia, entre o final de 2004 e 30/06/2005 a situação mantém-se estável, com 4 projectos aprovados, dois dos quais de melhoramentos. Perspectivam-se, no entanto, para além da aprovação do Centro “Ciência Viva” de Viseu, já aprovado em Unidade de Gestão, novas iniciativas em Leiria, Guarda, Ovar, Estarreja e Covilhã, que permitirão ultrapassar o actual objectivo programático: 6 novos centros criados/beneficiados.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 3.6 – Sociedade da informação – Portugal Digital

Breve Apresentação...

A Medida 3.6 - Sociedade da Informação - Portugal digital (FEDER) constitui a face mais visível da incorporação do POSI no PO CENTRO e contempla duas linhas de acção: Portugal Digital e Estado Aberto. No primeiro caso, integram-se os projectos que permitirão a massificação social do uso das tecnologias de informação e comunicação; no segundo caso, as acções no âmbito do Estado Aberto, que deverão permitir a promoção e generalização sistemática das tecnologias da informação e comunicação na administração pública.

A linha de acção Portugal Digital, com um arranque conturbado, com algumas dificuldades relacionadas com a definição de objectivos, apresenta uma renovada dinâmica, com 9 projectos enquadrados na iniciativa "Campus Virtual", envolvendo Universidades e Institutos Politécnicos da Região. Em relação à linha de acção Estado Aberto, verificou-se uma evolução muito positiva na Medida, passando de 3 projectos, aprovados e homologados em finais de 2002, para 6 projectos aprovados em Junho de 2005.

Assistiu-se, também, a uma revisão das metas físicas na sequência da reprogramação em 2004, com a criação de duas novas linhas de acção ligadas à promoção da coesão digital através da criação de centros de disponibilização de serviços de *Internet* de Banda Larga e estímulo ao comércio electrónico através da generalização de procedimentos electrónicos e promoção da confiança dos cidadãos e das organizações no processo de adopção das compras electrónicas. A Medida apresenta significativas alterações em relação à Avaliação Intercalar.

Principais Conclusões...

- No que toca ao desempenho financeiro da Medida, verificou-se uma evolução muito positiva. De uma situação problemática em relação ao programado, com apenas 9,7% de aprovação em 31/12/02, evoluiu para 29,9% em finais de 2004. Todavia, este valor desce para 29,1% em 30/06/2005. A execução em relação ao programado, apresenta-se muito reduzida apesar da evolução positiva, passando de 12,4% em 2004 para 16,8% em Junho de 2005. Se considerarmos a execução dos projectos aprovados assiste-se, também, a uma evolução positiva de 41,6% para 57,8%, considerando as linhas de acção Portugal Digital e Estado Aberto.
- Os atrasos verificados na regulamentação da linha de acção "Portugal Digital" condicionaram a execução da Medida. A Unidade de Gestão referiu a este nível, que o comportamento da Medida, no caso da linha de acção "Portugal Digital" teve uma forte evolução ao longo de 2004, com as candidaturas de várias Universidades e Institutos Politécnicos da Região para a implementação dos "Campus Virtuais".
- Ao nível do desempenho físico, verifica-se uma forte correspondência com a situação financeira. A redefinição de indicadores físicos alterou as condições de avaliação da Medida. Por exemplo, os projectos aprovados e integrantes da linha de Acção Portugal Digital permitem o cumprimento, na íntegra, do valor previsto (9) e o número de instituições de ensino envolvidas (35) é também atingido.
- Como se referiu, a revisão das metas alterou os indicadores físicos de desempenho, integrando novos indicadores: número de acções no âmbito de projectos integrados (27), já aprovadas, mas com a execução em 0%; redes locais instaladas (com um valor previsto de 280), com 109 executadas em finais de 2004; n.º de aplicações informáticas/BD (em número de 10), com uma taxa de aprovação de 100%, mas sem execução; espaços de acesso à *Internet* de Banda Larga com uma previsão de 50, não se encontra nenhum aprovado.
- Estranha-se, em relação aos dados de 31/12/2004, que não se tenham verificado alterações significativas, no número de projectos, nomeadamente no âmbito das novas linhas de acção.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 3.7 – Sociedade de informação – certificar competências em TIC (FSE)

Breve Apresentação...

Na Avaliação Intercalar de 2003 foi destacada a necessidade de articulação entre a Medida desconcentrada e o Programa Nacional. Segundo o Relatório de Execução do PO CENTRO de 2004 com o novo Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento e o reconhecimento de que o desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento passa pela aposta dos principais actores do território, optou-se por propor um novo enquadramento para a vertente desconcentrada, procurando adaptá-la à expectativas dos actores regionais. A Medida 3.7 tem como objectivos centrais: promover uma maior capacidade de integração e participação dos cidadãos na Sociedade da Informação e do Conhecimentos (reforçando as suas capacidades a nível pessoal e profissional) e reforçar as capacidades do capital humano da Região (com o intuito de uma maior competitividade do tecido económico). Para isso a Medida financia a certificação ou formação com certificação de competências genéricas, por um lado, ou profissionalizantes, por outro, de utilização em Tecnologias de Informação e da Comunicação.

Principais Conclusões...

- Apesar da alteração significativa no âmbito de intervenção da Medida e da expectativa de que, durante o ano de 2005, o nível de aprovações tivesse um acréscimo muito relevante não foi aprovado nenhum projecto no primeiro semestre de 2005. A 18 meses do final do período de programação a Medida ainda continua sem execução.

MEDIDA 3.8 – Saúde: implementação dos sistemas locais de saúde

Breve Apresentação...

Os projectos desenvolvidos no âmbito da Medida 3.8 visam a melhoria do acesso e da qualidade da prestação de cuidados de saúde, o reforço da promoção da saúde e uma maior qualificação/requalificação das instituições do Serviço Nacional de Saúde. Neste sentido, a Medida inclui iniciativas referentes à disponibilização de infra-estruturas, equipamentos e serviços que dêem conteúdo aos chamados sistemas locais de saúde, incluindo intervenções ao nível da promoção da saúde e da formação. À data de 30 de Junho de 2005, a Medida congregava um total de 41 projectos aprovados, da responsabilidade de 11 entidades executoras (a Administração Regional de Saúde do Centro era a principal entidade executora, com 29 projectos aprovados). Dos projectos aprovados, 28 dizem respeito a intervenções em centros de saúde, 11 a intervenções em unidades hospitalares, 1 à reconversão de um antigo hospital em Unidade de Apoio Integrada (projecto da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia) e 1 à constituição de unidades móveis tendentes ao reforço do acesso aos cuidados de saúde por parte da população mais idosa e/ou isolada. O investimento médio por projecto aprovado era de 1.471.119,00€. Trata-se de uma Medida com um peso de 4,6% no respectivo Eixo e uma taxa média de co-financiamento de 75%.

Principais Conclusões...

- No que concerne ao desempenho financeiro da Medida, assistiu-se, no período entre os dois exercícios de Avaliação Intercalar, a uma reduzida progressão das taxas de aprovação e execução, apesar do aparecimento de alguns projectos financeiramente importantes, como os do Centro de Saúde de Gouveia – 3.363.617€ – ou do Centro de Saúde Arnaldo Sampaio – 3.002.805€.
- A 30 de Junho de 2005, as taxas de aprovação e execução em face dos valores programados para o período 2000-2005 eram de 80,8% e 57,8%, respectivamente (69,7% e 49,9% se tomarmos em consideração os valores programados para 2000-2006). No final de 2002, aquando do primeiro exercício de Avaliação Intercalar, essas taxas eram de 76,0% e 53,1%, o que sublinha a reduzida progressão das taxas de execução e aprovação face aos valores programados. A taxa de execução da despesa aprovada era de 71,5%, um valor próximo do nível médio de execução do Eixo III do Programa, e que deixa antever boas possibilidades de cumprimento dos objectivos financeiros inicialmente programados.
- Ao nível do desempenho físico, os índices de realização são mais modestos. Os indicadores de realização física encontram-se ainda muito longe das metas definidas para 2006, porventura demasiado ambiciosas, não sendo de esperar – tendo em conta as limitações temporais e a taxa de absorção financeira da Medida – o seu pleno cumprimento.
- Nenhum indicador de acompanhamento da realização física ultrapassava, os 60% da meta definida para 2006. A criação de infra-estruturas para promoção da saúde e para formação, uma das linhas de acção mais ambiciosas previstas na Medida, não viu ainda qualquer projecto ser aprovado, mantendo-se a realização física a zero. Destaque para a criação de 6 unidades móveis de prestação de cuidados de saúde, intervenções não previstas na definição inicial dos indicadores de acompanhamento da realização física.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 3.9 – Cultura

Breve Apresentação...

As intervenções enquadradas na Medida 3.9 visam a recuperação do importante património histórico e cultural mediante o apoio técnico e financeiro a projectos de reabilitação e valorização de imóveis de reconhecido valor patrimonial, como sejam igrejas, conventos e outros monumentos. A recuperação desses imóveis tem como objectivo a sua reabilitação física, bem como o restauro dos bens móveis integrados, a aquisição de equipamento e a realização de actividades de dinamização e de promoção capazes de colocar tais imóveis à disposição do público e de potenciar a realização de actividades culturais, sociais, turísticas e outras de interesse público.

À data de 30 de Junho de 2005, a Medida congregava um total de 14 projectos aprovados, da responsabilidade de 4 entidades executoras (10 projectos da responsabilidade do IPPAR – em parceria com diversas entidades -, 2 da responsabilidade da Câmara Municipal de Coimbra, 1 da responsabilidade da Câmara Municipal da Guarda e 1 da responsabilidade da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho). O investimento médio por projecto aprovado é relativamente baixo – 632.390,80€. Trata-se de uma Medida com uma taxa média de co-financiamento de 75% e um peso muito reduzido no respectivo Eixo – apenas 0,6%.

Principais Conclusões...

- No que concerne ao desempenho financeiro da Medida, assistiu-se, no período entre os dois exercícios de Avaliação Intercalar, a uma progressão muito significativa das taxas de aprovação e execução, em virtude da homologação de um conjunto de projectos financeiramente relevantes, entre os quais se destacam o projecto de conservação e revalorização da Igreja de S. Miguel (Castelo Branco) - 1.434.344€ – e o projecto de recuperação do Solar dos Alarcões (para instalação da Biblioteca Municipal de Montemor-o-Velho) - 1.129.388€. A 30 de Junho de 2005, as taxas de aprovação e execução em face dos valores programados para o período 2000-2005 eram de 102,8% e 68,1%, respectivamente (89,7% e 59,5% se tomarmos em consideração os valores programados para 2000-2006). No final de 2002, aquando do primeiro exercício de Avaliação Intercalar, essas taxas eram de 15,6% e 9,5%, o que ilustra bem a relevância financeira da maior parte das candidaturas entretanto aprovadas. A taxa de execução da despesa aprovada era, a 30 de Junho de 2005, de 66,2%, um valor que representa um progresso importante face a anos anteriores, mas que continua a impor, tendo em conta o volume de aprovações já realizado, a necessidade de incremento dos ritmos de execução financeira dos projectos.
- Ao nível do desempenho físico, apenas dois dos sete indicadores inicialmente definidos apresentam realização física. Esta está restringida à recuperação/valorização de castelos (5 intervenções aprovadas até 31 de Dezembro de 2004) e à intervenção em edifícios de interesse patrimonial (7 intervenções aprovadas). De referir a aprovação de 6 iniciativas de valorização do património histórico e paisagístico, indicador de desempenho físico não previsto em complemento de programação. Tendo em conta as limitações temporais e a taxa de absorção financeira da Medida, parece difícil o cumprimento pleno das metas de realização física previstas para 2006.

MEDIDA 3.10 – Desporto

Breve Apresentação...

A Medida 3.10 assenta num conjunto de objectivos gerais que passam pela promoção e desenvolvimento do desporto enquanto factor contributivo para a melhoria da qualidade de vida das populações; pela generalização do acesso à prática desportiva; pelo incentivo ao desenvolvimento de hábitos de continuidade da prática desportiva; pela inserção de equipamentos desportivos em programas de requalificação urbana; pela promoção do desenvolvimento do desporto ao nível do alto rendimento desportivo como forma de incentivo à prática desportiva. A consecução destes objectivos gerais compreende intervenções de desenvolvimento da rede de equipamentos de base, intervenções de desenvolvimento da rede de equipamentos especializados e intervenções de desenvolvimento da rede de equipamentos para alta competição e espectáculos.

À data de 30 de Junho de 2005, a Medida congregava um total de 25 projectos aprovados. O investimento médio por projecto aprovado era dos mais elevados de todo o PO – 3.834.482,92€. Trata-se de uma Medida com um peso considerável no respectivo Eixo – 5,5% – e com uma taxa média efectiva de co-financiamento relativamente baixa – 36% (taxa revista em virtude do acolhimento de projectos com baixas taxas de co-financiamento).

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 3.10 – Desporto (continuação)

Principais Conclusões...

- No que concerne ao desempenho financeiro da Medida, assistiu-se, no período entre os dois exercícios de Avaliação Intercalar, a uma normalização das elevadas taxas de aprovação verificadas nos primeiros anos do período de programação e a uma progressão considerável das taxas de execução, concretamente da taxa de execução dos projectos aprovados, facto indissociavelmente ligado ao ritmo elevadíssimo de execução dos projectos financeiramente mais importantes da Medida – construção do estádio municipal de Aveiro (29.927.873,83€), remodelação do estádio municipal de Leiria (19.453.117,99€) e remodelação do estádio municipal de Coimbra (14.963.936,91€). Os três projectos congregaram cerca de dois terços da despesa pública elegível da Medida. A 30 de Junho de 2005, as taxas de aprovação e execução em face dos valores programados para o período 2000-2005 eram de 116,7% e 87,4%, respectivamente (96,5% e 72,3% se tomarmos em consideração os valores programados para 2000-2006). A taxa de execução da despesa aprovada era, a 30 de Junho de 2005, de 74,9%; aquando do primeiro exercício de Avaliação Intercalar essa taxa era de 30,6. Os indicadores de desempenho financeiro deixam antever o cumprimento dos objectivos definidos para 2006. Porém, a elevada taxa de aprovação registada nesta altura deixa muito pouca margem de manobra para a aprovação de novas candidaturas.
- Ao nível do desempenho físico, regista-se um considerável nível de realização. A meta prevista para intervenções em equipamentos desportivos foi já ultrapassada e a área útil desportiva construída ou modernizada é largamente superior à quantificação definida para 2006. Apesar de os indicadores de realização física apresentarem níveis de realização claramente positivos, não deixa de ser importante lembrar os constrangimentos colocados ao desempenho físico da Medida pelos três maiores projectos. O facto de dois terços da despesa pública elegível serem absorvidos por estes projectos impediu naturalmente a aprovação e diversificação das intervenções. Dada a taxa de absorção financeira actualmente registada, não é de prever grandes evoluções no plano da realização física, estando essencialmente em causa a conclusão dos projectos aprovados.

MEDIDA 3.11 – Economia

Breve Apresentação...

Enquanto Medida desconcentrada, a Medida 3.11 pretende contribuir de forma complementar para os objectivos gerais e específicos do PO Economia. Trata-se de uma Medida assente num conjunto alargado de objectivos e que prevê um leque considerável de intervenções, visando essencialmente a promoção das condições de funcionamento das empresas (infra-estruturas e equipamentos) e a aceleração do processo de ajustamento da economia em direcção a novos perfis de especialização e a maiores níveis de produtividade e competitividade. Divide-se em duas grandes linhas de acção: A) *promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento* e B) *melhoria da envolvente empresarial*.

À data de 30 de Junho de 2005, a Medida congregava um total de 42 projectos aprovados. O investimento médio por projecto aprovado era dos mais elevados de todo o Programa – 5.321.163,64€. Trata-se da terceira Medida financeiramente mais importante do PO CENTRO, com um peso global de 8,5% e um peso no respectivo Eixo de 14%. A taxa média de co-financiamento é relativamente baixa – 46%.

Principais Conclusões...

- No que diz respeito ao desempenho financeiro da Medida, mantêm-se os níveis positivos de aprovação e execução já referenciados no anterior exercício de avaliação. A taxa de aprovação em face dos valores programados para o período 2000-2006 é já de 88,1%, mantendo-se os níveis de execução num plano mais baixo: 66,3%. Se tomarmos em consideração a programação para o período 2000-2005, esses valores sobem para 96,8% e 72,8%, respectivamente. A 30 de Junho de 2005, a taxa de execução dos projectos aprovados era de 75,2%. O elevado nível de comprometimento financeiro está indissociavelmente ligado à inclusão na Medida de um grande projecto – construção de instalações subterrâneas de gás natural –, por si só responsável por um investimento de cerca de 90 milhões de euros. Os projectos da linha de acção B), na qual este grande projecto se inclui, concentram perto de 80% da despesa total aprovada.
- Os indicadores de desempenho financeiro deixam antever o cumprimento dos objectivos definidos para 2006. Porém, a elevada taxa de aprovação registada nesta altura deixa muito pouca margem de manobra para a aprovação de novas candidaturas.
- Ao nível do desempenho físico, parece ser correcto afirmar que, tendo em conta o actual ritmo de execução, será possível alcançar os níveis de realização previstos nas baterias de indicadores físicos e de resultado. No que toca à expansão da rede de gás, as metas previstas para 2006 foram já ultrapassadas. Este facto traduziu-se no alargamento significativo do número de clientes da rede de gás natural na Região, acima já das metas definidas. A situação dos restantes indicadores deixa antever igualmente fortes possibilidades de cumprimento dos objectivos de realização física da Medida. A acrescentar a este dado, vale a pena sublinhar a aprovação de projectos visando intervenções para as quais não foram definidas metas de realização, como são os casos das unidades operativas PITER (3 projectos executados), das infra-estruturas tecnológicas (lotes e módulos de incubação – 25 e 104 intervenções aprovadas, respectivamente) e das infra-estruturas de formação (salas – 22 intervenções aprovadas).

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 3.12 – Acessibilidades e transportes

Breve Apresentação...

As intervenções apoiadas na Medida 3.12 dizem essencialmente respeito à beneficiação e requalificação da rede de estradas nacionais. À data de 30 de Junho de 2005, a Medida congregava um total de 117 projectos aprovados, da responsabilidade de 20 entidades executoras, sobressaindo o Instituto das Estradas de Portugal com 104 projectos. Verificavam-se, ainda, apoios à melhoria das acessibilidades ferroviária e marítima ao Porto da Figueira da Foz e os estudos de base para o Metro do Mondego. Trata-se de uma Medida com um peso financeiro significativo, correspondendo a 23% do respectivo Eixo, a 13,9% do total do Programa e a 30,2% do FEDER. O investimento médio por projecto aprovado é de 3.533.560 euros.

A estratégia subjacente à Medida, no contexto do Eixo III (as intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas), corresponde à uma lógica nacional e sectorial, implementada numa base regional. O investimento nas ligações secundárias, de interligação com a rede rodoviária fundamental e de melhoria das acessibilidades urbanas, correspondia em 31/12/2004 a 95,5% do total da despesa pública aprovada.

Principais Conclusões...

- No que toca ao desempenho financeiro da Medida, assistiu-se a uma melhoria significativa do grau de execução em relação ao programado para o período 2000-2006, passando de 21,5% em 2002 para 53,3% em Junho de 2005, acompanhando a evolução da aprovação que passou de 37,7% para 67,9%. À data de 31/12/2004, o conjunto de projectos aprovados correspondiam a 82,4% do programado, verificando-se comparativamente uma pequena descida, em 30/06/05, para 76,3%.
- Ao nível do desempenho físico, de acordo com a situação em 31/12/2004, verificava-se a ausência de resultados em relação a três dos seis indicadores físicos. Como a Unidade de Gestão reconhece, a situação actual do "Metropolitano Ligeiro do Mondego" permite perspectivar que as metas dos dois indicadores relativos a esta componente não sejam alcançadas.
- O indicador "rede de estradas construídas ou requalificadas" apresenta uma evolução muito positiva, estando em 31/12/2004 aprovados 164,5 km de estradas e em execução, 95,1 km. Em relação à meta prevista, o valor aprovado corresponde a 75% do objectivo.
- O indicador físico "Rede de estradas beneficiadas", apenas inscrito no Relatório de Execução de 2002, corresponde, pela dimensão da realização física, ao principal resultado do desempenho físico da Medida, estando aprovados, em 31/12/2004, projectos com um extensão de 863,9 km, dos quais, 547,3 km em execução.

MEDIDA 3.13 – Ambiente

Breve Apresentação...

A Medida 3.13, à semelhança do Programa Operacional do Ambiente, destina-se a melhorar as condições naturais dos recursos existentes, com particular incidência na conservação da natureza, nos meios hídricos e no litoral (Linhas de Acção A e B). Contempla também a possibilidade de financiar projectos de informação e gestão ambiental (Linha de Acção C), de melhoria do ambiente urbano – nos domínios que, genericamente, implicam menores investimentos unitários, como os da monitorização, sensibilização ou informação (Linha de Acção D) – e, por último, acções de recuperação ambiental (Linha de Acção E).

À data de 30 de Junho de 2005, a Medida congregava um total de 144 projectos aprovados, da responsabilidade de 29 entidades executoras. O investimento médio por projecto era relativamente reduzido, não chegando aos 300 mil euros. Trata-se de uma Medida que foi alvo de reprogramação, no sentido de um ligeiro reforço financeiro (através da atribuição da reserva de eficiência), e que apresenta um peso global de 1,8% e um peso no respectivo Eixo de 3%. A taxa média de co-financiamento é de 75%.

Principais Conclusões...

- Relativamente ao desempenho financeiro da Medida, registam-se níveis positivos de aprovação e execução, mas ainda aquém do que seria expectável. Apesar de o número de projectos aprovados ser bastante significativo, a maioria é de dimensão financeira bastante modesta. Os projectos financeiramente mais relevantes estão associados a intervenções de estudo, comunicação e/ou sensibilização ambiental no âmbito dos programas Polis de Viseu (2.752.471,55€), Castelo Branco (2.375.872,27€) e Aveiro (2.339.164€).
- A 30 de Junho de 2005, as taxas de aprovação e execução em face da despesa programada para o período 2000-2005 eram de 89% e 54,6%, respectivamente (76,3% e 46,8% se tomarmos em consideração os valores programados para o período 2000-2006). A taxa de execução dos projectos aprovados era de 61,4%, um valor que exige uma aceleração dos ritmos de execução em ordem a atingir os objectivos financeiros propostos.
- Face aos valores registados no período 2000-2002, os actuais valores registam progressos modestos.
- Ao nível do desempenho físico, estamos perante índices de realização consideráveis face às metas propostas para o período de vigência do Programa. Mesmo considerando alguns dos indicadores de resultado vagos (ex.: população a abranger por intervenções de requalificação urbana), parece ser correcto afirmar que a Medida apresenta um desempenho físico bastante positivo: as metas definidas para a maior parte dos indicadores foram já atingidas ou mesmo superadas.
- Destaque para as intervenções na rede hidrográfica (82 km intervencionados), indicador não previsto em complemento de programação mas com considerável nível de execução.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 3.14 – Agricultura e desenvolvimento rural

Breve Apresentação...

A componente “Agricultura e Desenvolvimento Rural”, integrada no Programa Operacional da Região Centro, assume um carácter de complementaridade face ao Programa Sectorial (PO Agricultura). A Medida reparte-se por 8 acções que abrangem uma tipologia de projectos muito diversificada desde o apoio as pequenas explorações agrícolas familiares até ao apoio à construção de importantes infra-estruturas de regadio público. O carácter regional é marcado principalmente pelo tipo de projectos apresentado que, obviamente, reflecte a realidade regional, uma vez que a Medida surge com a mesma formulação a nível de todos os PO Regionais do Continente.

Trata-se de uma Medida sem diferenciação regional, onde a margem de manobra da equipa de gestão é muito reduzida. À data de 30 de Junho de 2005, a Medida congregava um total de 9.454 projectos aprovados (70% do PO CENTRO), com um investimento médio por projecto aprovado de 30 246,18€. Trata-se de uma Medida com um peso financeiro significativo no respectivo Eixo – 18,9% e de 11,4% do total do PO CENTRO. O interesse que algumas acções da Medida despertaram junto dos agentes económicos, à semelhança de outras regiões, explica a sobrecarga em termos de aprovações a que Medida tem estado sujeita.

Principais Conclusões...

- No que toca ao desempenho financeiro da Medida é necessário distinguir as aprovações dos montantes pagos (executados). O nível de aprovações da Medida aproxima-se francamente das dotações disponíveis para o período de programação. A 30 de Junho de 2005, as taxas de aprovação face aos valores programados (2000-2005) era de 110% e face ao total do período de programação era de 94,2%. Com um início bastante dificultado pelo atraso na implementação do Programa, foi no período posterior à Avaliação Intercalar que a taxa de execução cresceu de forma significativa, tendo no ano de 2004 sido executados 115% do valor anual programado. Contudo a taxa de execução face ao programado para 2000-2005 cifrava-se em 30/06/2005 em 53,7% e em 46,2% face ao programado para 2000-2006.
- Em termos de afectação sub-regional, e face á distribuição indicativa acordada pela gestão da Medida, os montantes financeiros para novas aprovações centram-se na Região da Beira Litoral, face a uma maior taxa de aprovações na Região da Beira Interior.
- À data de 31 de Dezembro de 2004, a Medida apresentava 6.003 projectos concluídos, dos quais 89,8% eram da acção 1, sendo a que assume maior destaque.
- Ao nível do desempenho físico, verifica-se um forte atraso na execução dos projectos, o que se pode atribuir à sua tipologia, como por exemplo, o apoio plurianual a associações de produtores e à construção de perímetros públicos de rega. Contudo, muitos projectos e mesmo acções, se prolongam vários anos sem execução, sem aparente justificação. A comparação com os objectivos físicos definidos no início do Programa revela a insuficiência de realizações na maioria das acções, exceptuando a acção 1 e a acção 7.2 onde as taxas de execução já ultrapassam 75%.

MEDIDA 3.15 – Pescas: infra-estruturas de portos

Breve Apresentação...

A Medida 3.15 visa melhorar as infra-estruturas de portos de pesca que integram a rede básica de portos de pesca e melhorar as condições de exercício da actividade em pequenos núcleos piscatórios, com condições ainda deficientes e onde a actividade da pesca tenha um impacto económico e social importante. As intervenções desenvolvidas no âmbito desta Medida asseguram a continuidade de intervenções idênticas do QCA II e orientam-se para a construção, reforço, reordenamento e arranjos dos portos ou pequenos núcleos de pesca, e da sua área de acesso.

À data de 30 de Junho de 2005, a Medida congregava apenas 5 projectos aprovados, da responsabilidade de 3 entidades executoras. O investimento médio por projecto aprovado era, contudo, relativamente elevado – 2.328.907€ –, o que realça a significativa dimensão das intervenções enquadradas na Medida. Trata-se de uma Medida com um peso residual no respectivo Eixo – 0,7% – e com uma taxa média efectiva de co-financiamento de 75%.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 3.15 – Pescas: infra-estruturas de portos (continuação)

Principais Conclusões...

- No que toca ao desempenho financeiro da Medida, assistiu-se, no período entre os dois exercícios de Avaliação Intercalar, a um ritmo elevado de progressão das taxas de aprovação e execução, actualmente já acima da média do que se verifica no respectivo Eixo.
- Destaque para a progressão dos níveis de execução, muito baixos no final de 2002 (em virtude da ausência de aprovações em 2000 e 2001) e agora já acima dos 70% da programação global da Medida, valor que deixa antever o cumprimento dos objectivos financeiros inicialmente estipulados. A 30 de Junho de 2005, as taxas de aprovação e execução em face dos valores programados para o período 2000-2005 eram de 112% e 85,7%, respectivamente (96,2% e 73,6% se tomarmos em consideração os valores programados para 2000-2006). A taxa de execução da despesa aprovada era, a 30 de Junho de 2005, de 76,5%.
- Tendo em conta a tipologia de projectos abrangida pela Medida e a elevada taxa de aprovação registada nesta altura, é pouco provável que venhamos a assistir à aprovação de novas candidaturas. Aliás, a última aprovação de uma candidatura aconteceu no primeiro semestre de 2003.
- Ao nível do desempenho físico, regista-se a concretização dos objectivos previstos (sublinhe-se que a meta de 3 intervenções foi alterada para 5). Os 5 projectos apoiados correspondem a outras tantas intervenções de construção ou beneficiação de portos de pesca. As intervenções serviram um total de 453 embarcações. Dada a taxa de absorção financeira actualmente registada, não é de prever grandes evoluções no plano da realização física, estando essencialmente em causa a conclusão dos projectos aprovados.

MEDIDA 3.16 – Pescas: equipamentos e transformação

Breve Apresentação...

A Medida 3.16 apoia financeiramente acções que possam contribuir para a melhoria das condições de produção, transformação e comercialização dos recursos marinhos – produtos da pesca e da aquicultura; apoia igualmente a criação de infra-estruturas colectivas no domínio da aquicultura, devendo revestir carácter complementar das medidas horizontais, definidas a nível nacional. Trata-se da única Medida do PO CENTRO financiada pelo IFOP, representando uma parcela muito marginal do montante total da Despesa Pública a realizar no PO da Região (0,07%) e no respectivo Eixo (0,12%), com uma dotação IFOP de 1.537.000€, correspondendo-lhe 2.049.320€ de Despesa Pública (taxa média de co-financiamento de 70%) e 149.030€ de financiamento privado. À data de 30 de Junho de 2005, a Medida congregava 16 projectos aprovados. A despesa média por projecto aprovado era relativamente baixa – 103.669,88€.

Principais Conclusões...

- No que toca ao desempenho financeiro da Medida, assistiu-se, no período entre os dois exercícios de Avaliação Intercalar, a uma progressão muito considerável das taxas de aprovação e execução. Destaque para a progressão dos níveis de execução da despesa aprovada, baixíssimos no final de 2002 (apenas 2,4%) e agora já acima dos 65%. A 30 de Junho de 2005, as taxas de aprovação e execução em face dos valores programados para o período 2000-2005 eram de 91,4% e 60,4%, respectivamente (80,9% e 53,5% se tomarmos em consideração os valores programados para 2000-2006). A taxa de execução da despesa aprovada era de 66,1%. A margem de manobra que ainda existe ao nível da aprovação de projectos (cerca de 20% do programado para o período 2000-2006) não só possibilita como impõe o lançamento de novas intervenções, na busca do cumprimento dos objectivos financeiros traçados. Os níveis de execução, mesmo tendo subido consideravelmente, mantêm-se num plano modesto, exigindo um incremento do seu ritmo.
- Ao nível do desempenho físico, regista-se a concretização ou superação dos objectivos previstos. Os projectos aprovados (a 31 de Dezembro de 2004) visavam o apoio à aquicultura (2), o financiamento de equipamentos de portos de pesca (5) e a promoção do desenvolvimento da qualidade e normalização dos produtos da pesca (8). Tendo em conta a margem de manobra financeira ainda existente, é de esperar a aprovação de novos projectos e a obtenção de níveis de desempenho físico superiores aos já alcançados.

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

MEDIDA 3.17 – Assistência técnica (FEDER)

Breve Apresentação...

Com cerca de 16,2 milhões de euros de custo total programado, a Medida 3.17 contempla a gestão, acompanhamento, avaliação, publicitação e divulgação do PO CENTRO, na sua vertente FEDER, e a articulação deste Fundo com os FSE e FEOGA. As despesas certificadas (7.239.023 Euros) são classificadas segundo dois grupos distintos: "sujeitas a *plafond*" (contemplando a gestão, acompanhamento e controlo) e "não sujeitas a *plafond*" (integrando a avaliação, publicidade, estudos, conferências e sistemas de informação). As despesas com o pessoal representam cerca de 63% do total de custo programado. O volume financeiro da Medida, se o compararmos com a dimensão do Programa ou do Eixo é muito reduzido, representando 0,56% do PO CENTRO e quase 1% do Eixo III.

A Medida tem comprometido cerca de 71% da dotação total prevista para o período 2000-2006, apresentando em Junho de 2005 um ritmo de aprovação inferior ao programado, mas relativamente elevado (81%). Do ponto de vista da execução, a situação era um pouco menos favorável, apresentando apenas 63,4% em relação ao aprovado.

Principais Conclusões...

- As limitações impostas pelo Governo português na contratação de pessoas para as Estruturas de Apoio Técnico (cortes nas despesas do Estado) têm vindo a condicionar o normal e previsto desenvolvimento da Medida.
- Após as dificuldades sentidas no arranque do Programa, a aprovação subiu significativamente durante o ano de 2004, cifrando-se em 81% do programado em Junho de 2005. A taxa de execução face ao programado rondava os 51%.
- Uma vez que a utilização da Medida irá para além do período de programação (2000-2006), não se prevêem grandes dificuldades em que a execução total venha a atingir os valores programados inicialmente.

MEDIDA 3.18 – Assistência técnica (FSE)

Breve Apresentação...

A Medida 3.18 trata da gestão, acompanhamento e avaliação, publicitação e divulgação do PO CENTRO na vertente FSE, e articulação deste fundo com o FEDER e o FEOGA.

A Assistência Técnica FSE abrange duas Linhas de Acção:

- A Linha de Acção 1, que corresponde à Assistência Técnica às Medidas co-financiadas pelo FSE dos Eixos Prioritários I e II e às questões transversais do PO CENTRO
- e a Linha de Acção 2 que corresponde, por sua vez, à Assistência Técnica solicitada pela Medida, regionalmente desconcentrada, da Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local.

Desde o final de 2002 e até ao primeiro semestre de 2005, foram aprovados 6 projectos, de um total de 10. Trata-se de uma Medida com um peso residual tanto no Eixo (0,3%) como no Fundo Estrutural (1,4%).

Principais Conclusões...

- Tal como sucedida na Avaliação Intercalar, a o desempenho financeiro da Medida é inferior à média do Programa. A 18 meses do final do período de programação, ainda só tinham sido aprovados projectos que comprometiam 2,1 milhões de euros de Despesa Pública, quando estão programados para 2000-2006 quase 5 milhões. Assim sendo, a taxa de aprovação, a 30/06/2005, estava aquém dos 43%. A Taxa de Execução era igualmente muito reduzida, no final de Junho era de 36,1% do programado até ao final de 2005.

MEDIDA 3.19 – Assistência técnica (FEOGA)

Breve Apresentação...

A Medida de Assistência Técnica visa principalmente apoiar a implementação da Medida 3.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural e da Medida 2.7 - AIBT Pinhal Interior (FEOGA) através do desenvolvimento da componente do sistema de gestão do Programa relativa ao FEOGA-O, encontrando nas entidades responsáveis pela gestão, acompanhamento, avaliação e controlo os seus directos beneficiários. Foram apresentados dois projectos em cada ano respectivamente pela Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior e da Beira Litoral, no total de 10 projectos actualmente aprovados. Em termos de despesa pública a Medida representa 1,71% do Fundo e 0,29% do PO CENTRO.

Principais Conclusões...

- No que toca ao desempenho financeiro da Medida o nível de aprovações aproxima-se francamente das dotações disponíveis para o período de programação. A 30 de Junho de 2005, as taxas de aprovação face aos valores programados (2000-2006) eram de 94,6% e de 110% face ao programado para o período 2000-2005.
- Ao nível do desempenho físico, estavam executados 63,2% dos montantes aprovados, correspondendo a 59,8% dos montantes programados.

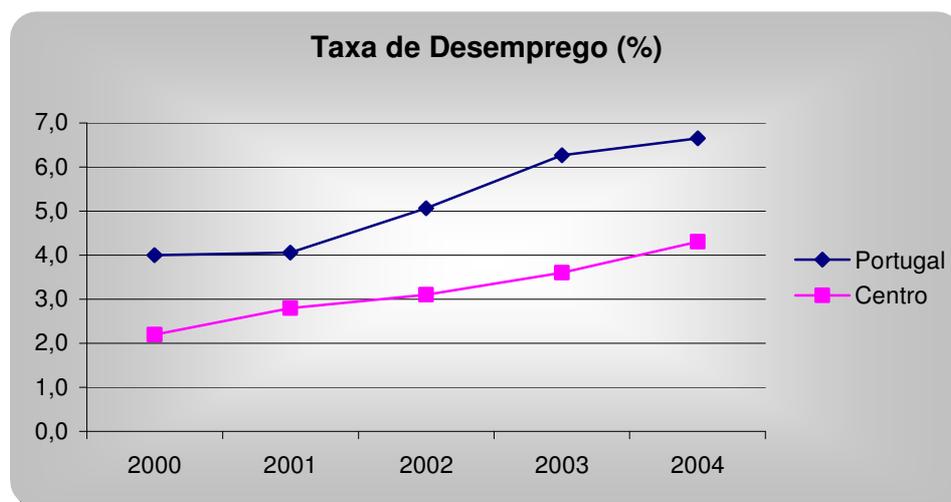
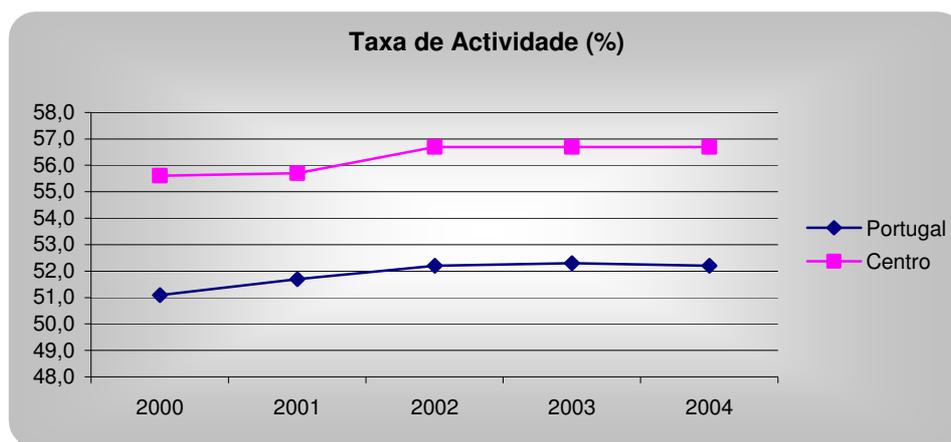
III. Análise dos Impactes Directos e Observações e Estimativas dos Impactes e Efeitos de Sinergias Globais do Programa Operacional

III. Análise dos Impactes Directos e Observações e Estimativas dos Impactes e Efeitos de Sinergias Globais do Programa Operacional

3.1. Criação de Postos de Trabalho

Embora com taxas de actividade total com quase 5 pontos percentuais superiores à média do país no período 2000 a 2004 (tanto para os activos masculinos como femininos) a Região Centro (NUTE II, 2002) terá estabilizado a partir do ano 2002 as correspondentes taxas à semelhança do verificado para o total nacional. Contudo, apesar de a NUTE Centro registar as mais elevadas taxas de actividade do país em ambos os sexos, existia no ano 2003 uma diferença de cerca de 11 pontos percentuais entre as taxas de actividade masculinas e femininas (62,3% contra 51,5%).

A taxa de desemprego registada nesse mesmo período revela igualmente um comportamento mais favorável na Região face aos valores médios nacionais, embora em ambas as unidades territoriais o indicador tenha registado uma evolução crescente no período em análise, atingindo no ano 2004 o valor de 6,7% no país contra 4,3% no Centro.



Fonte: INE- Estatísticas do Emprego

Este acréscimo contínuo do desemprego incidiu particularmente nos activos femininos, atingindo no ano de 2004 valores de 7,6% no país e cerca de 5% na NUTE Centro.

III. Análise de Impactes Directos e Estimativas de Impactes

No entanto, apesar do Centro apresentar valores mais favoráveis face ao total nacional, é de realçar que quando analisado o peso dos desempregados de longa duração no total do desemprego, para o ano de 2003, os mesmos representam uma expressão significativa, embora idêntica à de Portugal (cerca de 38%). Ora esta situação tenderá a agravar-se, de acordo com os últimos dados disponíveis, em que a procura de novo emprego no país, cresceu no ano 2004 e no 1º semestre de 2005 a um ritmo superior ao da procura de 1º emprego, embora ambos os indicadores registem elevados índices de crescimento.

O cálculo do número de postos de trabalho criados em consequência dos investimentos realizados no âmbito do PO CENTRO é um exercício que se reveste de alguma complexidade. A análise do impacte induzido pelo Programa em matéria de emprego deve reflectir, por um lado, o emprego criado no processo de intervenção estrutural (durante a execução dos projectos apoiados), cuja natureza é normalmente temporária e, por outro lado, o emprego directo e indirecto impulsionado pelas intervenções prosseguidas no contexto do Programa. Alguns dos investimentos co-financiados pelo FSE têm tradução directa no número de postos de trabalho criados.

Assim, a acção 3.2 da Medida 3.3 contempla o apoio à criação de emprego, em diversas tipologias de projectos. Desde o início do período de programação até ao final do ano de 2004, foram abrangidas quase 5.000 pessoas. As “Iniciativas Locais de Emprego”, correspondem à tipologia mais representada, seguindo-se a “criação do próprio emprego por beneficiários das prestações de desemprego” e os “apoios à contratação e conversão de contratos a termo”.

É importante ter presente que estes empregos criados têm alguma volatilidade uma vez que as taxas de “mortalidade” associadas são significativas, sobretudo em conjunturas de crise económica como a que decorre desde 2002.

O número de pessoas abrangidas tem vindo a diminuir, com excepção das ILE registando um valor mínimo no ano 2004, o que terá a ver também com alteração na legislação de enquadramento e nalguma inibição por parte do pequeno empreendedor num contexto de crise. Contudo registe-se ainda a caducidade da vigência do Contrato-Programa no período 2000-2003, tendo o novo Contrato Programa apenas entrado em vigor em Fevereiro de 2005.

Tendo como referência o valor da despesa pública executada até 31/12/2004, conclui-se que o custo médio aproximado da criação de cada posto de trabalho foi de cerca de 4.000 euros, o que é um valor baixo.

Nº de Pessoas abrangidas pela acção Apoio à criação de Emprego

	2000	2001	2002	2003	2004	Total
Criação do Próprio emprego por benef das prest. desemp.	428	436	283	269	125	1.541
Apoios à criação do próprio emprego	89	26	1	2	0	118
Iniciativas Locais de Emprego	288	251	397	556	437	1.929
Apoios à contratação e conversão de contratos a termo para sem termo	444	334	261	182	179	1.400
Total	1.249	1.047	942	1.009	741	4.988

Fonte: PO CENTRO, Relatório de Execução 2004, p. 164

Para além das intervenções co-financiadas pelo FSE, todos os investimentos apoiados pelos restantes Fundos Estruturais, nomeadamente os infraestruturais e os de apoio às actividades económicas, são susceptíveis de gerar emprego numa fase posterior à conclusão do projecto. Ora, os dados colectados a partir do recurso ao sistema de informação do Programa não permitiram gerar o indicador pretendido. Não é habitual que cada promotor de projectos desta natureza faça uma inscrição do número de empregos que o projecto potencialmente gerará em velocidade cruzado. Regra geral, os projectos que contemplam investimentos em infra-estruturas físicas não estimam as suas condições de sustentabilidade, daí que não

III. Análise de Impactes Directos e Estimativas de Impactes

inscrevam os postos de trabalho que potencialmente serão criados a fim de garantir as condições de funcionamento da infra-estrutura.

Em sede de Relatório de Progresso foi proposto o recurso a uma metodologia alternativa que permitisse apurar o emprego criado no período de execução do PO CENTRO. Trata-se de uma metodologia desenvolvida e aplicada pelo Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP) – Divisão de Modelos Económicos que tenta medir o impacte macroeconómico dos Quadros Comunitários de Apoio na economia portuguesa, permitindo expressar alguns resultados relativos à temática do emprego¹.

O DPP utilizou um modelo de base *input-output* (MODEM 5), que permite fazer estimativas repartidas por regiões (NUTE II 19892). De salientar que esta análise é realizada apenas na óptica da procura, excluindo os efeitos de natureza estrutural, ou seja, os efeitos sobre a oferta (relevantes dada a sua natureza duradoura). Assim sendo, pressupõe-se que a oferta é determinada pela procura, sendo todas as componentes da procura final exógenas com excepção do consumo privado. Para desenvolver a análise, o DPP recorreu aos dados relativos à despesa pública executada para cada ano do período 2000-2003 por Programa e por Fundos Estruturais, e dados parcelares respeitantes à execução de Medidas financiadas pelo FEDER, FSE, IFOP e FEOGA-O, categorizados por rubricas de classificação económica. Esta análise econométrica permite apurar que, no período 2000-2003, o PO CENTRO conseguiu gerar, em média, 12.400 postos de trabalho equivalentes a tempo completo por ano em Portugal. É de 9.700 o número estimado para aqueles que foram gerados na própria região. Assim sendo, execução do PO CENTRO no período 2000-2003, permitiu, em média, criar adicionalmente 1.100 postos de trabalho por ano na NUTE Norte, 1.300 na NUTE Lisboa e Vale do Tejo e cerca de 100 em cada uma das restantes NUTE II do Continente (Alentejo, Algarve) e ainda na R.A. da Madeira, não tendo praticamente expressão na R.A. dos Açores.

A Região registou uma capacidade de absorção do emprego gerado atribuível ao respectivo Programa de 78,2% (i.e. 9.700/12.400). Por outro lado, absorveu, em média, 1.100 postos de trabalho por ano gerados pelo PO do Norte, 500 pelo PO de Lisboa e Vale do Tejo, cerca de 400 pelo PO Alentejo, e cerca de 200 em cada uma das restantes NUTE II outro tanto. O PO CENTRO permitiu gerar 19,5% (ou seja, 12.400/63.500) dos postos de trabalho criados no cômputo geral dos Programas Operacionais Regionais do país neste período.

Impacte dos Programas Operacionais Regionais sobre o Emprego (Média Anual 2000-2003 - 10³ Postos de Trabalho Equivalentes a Tempo Completo)

Programa Operacional	Norte	Centro	LVT	Alent.	Alg.	RAA	RAM	Port.
	Região onde o emprego é gerado							
NORTE	17,1	1,1	2,3	0,2	0,1	0,1	0,1	21,0
CENTRO	1,1	9,7	1,3	0,1	0,1	0,0	0,1	12,4
LVT	1,0	0,5	7,6	0,1	0,1	0,0	0,1	9,4
ALENTEJO	0,7	0,4	0,9	5,5	0,0	0,0	0,0	7,5
ALGARVE	0,3	0,2	0,3	0,0	2,4	0,0	0,0	3,3
AÇORES	0,4	0,2	0,4	0,0	0,0	4,5	0,0	5,5
MADEIRA	0,4	0,2	0,4	0,0	0,0	0,0	3,2	4,3
TOTAL	20,9	12,2	13,3	2,8	2,8	4,7	3,5	63,5
Desvios percentuais entre emprego com e sem PO	1,3	1,5	0,8	1,6	1,6	4,4	3,1	1,3
Desvios percentuais entre PIB com e sem PO	1,3	1,5	0,8	2,3	1,3	4,2	2,9	1,2

Fonte: DPP - Avaliação do Impacte Nacional e Regional dos Programas Operacionais Regionais (QCA III) em 2000-2003, por aplicação de um modelo de base *input-output* (MODEM 5); Março de 2005

¹ DPP (2005) – Avaliação do Impacte Nacional e Regional dos Programas Operacionais Regionais (QCA III) em 2000-2003.

² NUTE correspondente aos 78 concelhos abrangidos pelo PO CENTRO (2000-2006).

III. Análise de Impactes Directos e Estimativas de Impactes

Em média anual no período 2000-2003, o PO CENTRO teve um impacte modesto sobre o emprego regional (1,5%), embora ligeiramente superior ao verificado para o total do país (1,3%) e ficando acima apenas dos PO Norte e PO LVT.

Analogamente, o PO CENTRO também teve um impacto modesto sobre o PIB da Região (1,5%), embora superior aos impactos dos PO Norte, LVT e Algarve e ao de Portugal (1,2%). O emprego directo gerado pelo PO CENTRO teve uma forte concentração no sector da construção (cerca de 53%) e uma expressão significativa no sector dos Serviços (33%). Contudo, e à semelhança com o verificado no PO Norte, o peso do sector da Indústria, Energia e Água apresenta, comparativamente, um peso relativamente elevado (cerca de 14%), o que certamente decorre de uma maior incidência de investimento de infraestruturção nos subsectores de energia e água³.

Resta referir que foi ainda estimado pelo DPP o efeito multiplicador da despesa pública executada pelo Programa sobre o emprego, em termos de postos de trabalho anuais (equivalentes a tempo completo) gerados por cada milhão de euros de despesa (a preços de 1999). Assim sendo, por cada milhão de euros de despesa executada no PO CENTRO, terão sido criados 47 postos de trabalho durante um ano (36 na própria região e 11 noutras regiões). Note-se que o valor do Centro, é o 2º *ex-aequo* com os Açores, logo a seguir ao Algarve região onde o multiplicador de emprego assume o maior valor (50%), sendo naturalmente superior ao da média anual do conjunto dos PO regionais do país (42%).

Em termos gerais e utilizando agora as Contas Regionais mais recentes constata-se que as NUTE II Centro, tanto na versão reduzida anterior de 78 concelhos, como na versão territorial actual de 100 concelhos, mantém no período 2000-2003 o correspondente peso relativo face ao total do país em termos de emprego e de PIB.

Contudo os índices de produtividade da Região Centro continuam a ser bastante inferiores ao da média do país, e mantiveram-se relativamente estagnados no período 2000-2003, embora ligeiramente superiores na NUTE II alargada.

Por sua vez o PIB *per capita* medido em paridade de poder de compra comparativamente à média comunitária (UE25) manteve-se muito abaixo do limiar dos 75%, sendo praticamente idêntico em ambas as configurações territoriais. A recessão económica verificada no país no ano 2003 (decrécimo real do PIB de -1,1%), também se verificou na Região Centro, daí a regressão do índice de 63 para 61, enquanto no conjunto do país esse índice, que no triénio 2000-2002 se situava em 77, declinou para 75 no ano 2003.

³ Nos PO do Norte, Centro, Alentejo e Açores, o emprego atribuível ao sector da construção ronda os 50% (entre 45% e 53), sendo atribuível alguma expressão ao sector da indústria, energia e água apenas nos casos do Norte e Centro (entre 13% a 14% do emprego), mantendo-se com expressão marginal no casos do Algarve, Alentejo, Açores e Madeira.

Indicadores de Convergência

Ano	NUTE Centro 89	NUTE Centro 2002	Ano	NUTE Centro 89	NUTE Centro 2002
Peso no Emprego País			Produtividade (PT=100)		
2000	16,8%	21,6%	2000	83	86
2001	16,5%	21,4%	2001	85	86
2002	16,7%	21,6%	2002	85	86
2003	16,8%	21,8%	2003	84	85
Peso no PIB País			PIB pc (UE25=100)		
2000	14,0%	18,5%	2000	63	63
2001	14,0%	18,5%	2001	63	63
2002	14,1%	18,5%	2002	63	63
2003	14,0%	18,5%	2003	61	61

Fonte: INE - Contas Regionais 2003 (Base 1995) e cálculos próprios.

3.2. Reforço da Empregabilidade

As Medidas do Programa com potencial impacte na empregabilidade que são abordadas neste ponto pela sua relevância em termos de execução, são as Medidas 3.2 - Ensino Profissional e 3.3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego. Neste último caso, reverte para a análise a informação exclusivamente associada às acções-tipo 3311, 3312, 3313 e 3314, isto é, todas as acções-tipo da Medida 3.3 que integram formação, excepto a 3315.

De acordo com o *Working Paper n.º 9 – The update of the mid term evaluation of structural fund interventions* produzido pela Comissão Europeia, o indicador de impacte sugerido para medir a empregabilidade é a taxa de colocação dos beneficiários da formação. A análise centra-se na apresentação da informação relativa à colocação dos formandos remetendo a análise específica da temática da empregabilidade para as análises aprofundadas das Medidas.

As fontes de informação utilizadas são diferenciadas. No caso do Ensino Profissional recorreu-se ao “Estudo do percurso dos diplomados e da compatibilidade da oferta/procura do ensino profissional nos anos lectivos de 2001/2002 e 2002/2003” (PRODEP) e no caso da Medida 3.3 foi aplicado um inquérito a uma amostra de beneficiários.

Medidas	Taxa de colocação (%)		
	Até 6 meses após a conclusão do curso	Um anos após a conclusão do curso	No momento de inquirição/situação actual
Medida 3.2 2001/2002	41	57	54
2002/2003	49	56	52
Medida 3.3 Acção-tipo 3311, 3312, 3313 e 3314	57		60

III. Análise de Impactes Directos e Estimativas de Impactes

Cerca de metade dos jovens que concluíram cursos apoiados pela Medida 3.2 estavam empregados no momento de inquirição, mas nos períodos em análise registou-se a diminuição dos diplomados empregados e o crescimento do desemprego, reflexo, em parte, da conjuntura enquanto causa do desemprego.

Considerando o percurso de inserção dos jovens, o desemprego diminuiu de forma substancial entre os diversos períodos em análise sinalizando a integração progressiva dos jovens no mercado de trabalho. Por outro lado, em todos os momentos de análise é notório o crescimento do número de jovens que opta pelo prosseguimento de estudos. A categoria estudantes abrange cerca de 1/4 dos jovens que terminaram o curso no ano lectivo de 2002/2003, valor ligeiramente inferior aos estudantes do ano lectivo 2001/2002. Considerando a situação actual de emprego, as áreas do *design* e desenho técnico, construção civil, Intervenção pessoal e social e administração, serviços e comércio afiguram-se como mais favoráveis à colocação profissional dos diplomados.

A taxa de colocação dos beneficiários da Medida 3.3 é significativa e apresenta uma tendência crescente nos períodos em análise. A rotatividade da situação profissional é elevada, particularmente na alteração das situações de emprego/desemprego; no caso das mudanças de emprego a variação é menor. O acesso ao 1º emprego ocorreu para a maioria dos inquiridos 3 meses após o curso e 64% dos inquiridos, desempregados, responderam que se encontravam nessa situação há mais de 12 meses, valor preocupante quanto à incidência do desemprego de longa duração.

3.3. Melhoria da Fluidez do Trânsito

Neste ponto da análise dos impactes do Programa Operacional pretende-se identificar e avaliar os efeitos produzidos pelos projectos apoiados na melhoria da fluidez de trânsito na Região. O processo de Avaliação Intercalar que precedeu este procedimento de actualização não incorporou, de modo consistente e aprofundado, a análise de impactes directos do Programa, por não estarem reunidas, à data, condições efectivas para a sua concretização (reduzido número de projectos concluídos), apesar de terem sido incorporadas diversas análises e obtidas conclusões sobre a temática, no decurso do estudo da eficácia e eficiência das Medidas directamente relacionadas com as acessibilidades.

Tratando-se de um conceito genérico, a melhoria da fluidez de trânsito decorre da “apropriação” de um conjunto relativamente abrangente de impactes que resultam de projectos de diferentes tipologias. Genericamente enquadrados nas Medidas que incidem sobre as acessibilidades, embora contemplados em qualquer um dos 3 Eixos Prioritários, são indutores de uma melhor fluidez de trânsito projectos de criação de novas acessibilidades, projectos de beneficiação/manutenção de vias existentes (incluindo pavimentação, reperfilamento, ...), projectos de implementação ou reforço da sinalética (horizontal e vertical), projectos que visem disciplinar o uso das vias de circulação rodoviária, projectos de criação de parqueamento (na via ou em espaço dedicado) ou destinados ao incremento da utilização do transporte colectivo.

No sentido de dar resposta aos objectivos explanados, o primeiro passo metodológico passou pela selecção e pré-identificação dos projectos, segundo a pertinência para a geração de impactes positivos na fluidez de trânsito e a sua classificação segundo as tipologias referidas anteriormente.

III. Análise de Impactes Directos e Estimativas de Impactes

Tipologia	Nº de Projectos Apoiados	Investimento Aprovado	Investimento Executado	Investimento Médio/Projecto
Beneficiação - conectividade regional (EN)	21	68.375.271	51.152.556	3.255.965
Beneficiação – local (EN)	51	103.495.834	82.828.907	2.029.330
Beneficiação/manutenção de vias existentes (EM/CM)	194	111.646.056	100.252.389	575.495
Criação de Parqueamento	1	45.424	45.424	45.424
Descongestionamento Urbano	33	72.423.463	58.194.439	2.194.650
Disciplinar o uso das vias de circulação	13	15.051.071	13.048.576	1.157.775
Incremento da Utilização do Transporte Colectivo	3	1.047.474	1.015.711	349.158
Novas Acessibilidades	95	62.095.333	50.736.367	653.635
Reforço da sinalética	2	324.474	321.964	162.237
Total	413	434.504.401	357.596.333	1.052.069

Contudo, após uma avaliação preliminar das características essenciais de todos os projectos pré-seleccionados, pela sua maior objectividade, mensurabilidade, relevância financeira e predominância tipológica foi atribuído especial destaque aos projectos de natureza infraestrutural (vias criadas e vias beneficiadas), que em termos de realização física e financeira estivessem concluídos.

O passo metodológico seguinte centrou-se na criação de uma *short-list* de projectos a sujeitar a avaliação específica. Este procedimento de avaliação, resultou da necessidade de existirem condições que assegurassem a exequibilidade da tarefa, nomeadamente que os projectos já dispusessem de um “período de vida” capaz de gerar os desejados efeitos, que os mesmos fossem mensuráveis e que existisse possibilidade de quantificar objectivamente os ganhos alcançados.

Assumidas estas premissas era intenção da Equipa construir indicadores que espelhassem com algum grau de fiabilidade a evolução verificada, e que traduzissem os impactes reais mais pronunciados na melhoria da fluidez de trânsito (efeito indutor de projectos apoiados pelo Programa Operacional). Contudo, a qualidade dos indicadores de acompanhamento associados às Medidas, e logicamente aos projectos, limitou consideravelmente o alcance da avaliação dos seus impactes, dado que, no essencial, traduzem apenas a extensão das vias intervencionadas e o tipo de intervenção realizada, dificultando a análise dos ganhos em distância e tempo decorrentes dos projectos. Acresce, que apesar de existir um indicador de resultado associado à Medida 3.12 que procura traduzir a percentagem média de redução do tempo de percurso da rodovia nos projectos aprovados, a informação obtida junto da coordenação da Medida foi a de que nem sempre foi líquida essa melhoria, havendo alguma subjectividade associada ao seu cálculo. O próprio cálculo deriva sobretudo de projectos de âmbito nacional, apoiados pelo PO de Acessibilidades e Transportes, sendo diminuto o papel que pode ser atribuído aos projectos financiados pelo PO CENTRO nos ganhos de tempo entre os percursos considerados.

III. Análise de Impactes Directos e Estimativas de Impactes

Designação do Indicador da Medida 3.12		Programado			Executado
Redução dos tempos de percurso rodovia:	Unidade	Inicial	2003	2006	2004
Castelo Branco/Lisboa	Min.	156	7	21	46
Castelo Branco/Porto	Min.	195	7	21	49
Guarda/Castelo Branco	Min.	118	22	66	63
Guarda/Lisboa	Min.	244	12	36	79
Guarda/Porto	Min.	164	13	40	47
Viseu/Lisboa	Min.	216	3	8	59
Viseu/Porto	Min.	107	6	17	35

Empiricamente, parecem evidentes os ganhos observados neste domínio. Por um lado, pela beneficiação geral da rede regional, resultante da implementação de projectos de correcção, pavimentação, reabilitação ou alargamento das estradas regionais, promovendo melhorias, pontuais ou de grande amplitude nas condições de mobilidade, fundamentais a uma boa fluidez do trânsito na Região; por outro, pela construção de novas acessibilidades regionais, o que tem grande relevância, na medida em que fomenta a conectividade inter-regional e, pela tipologia de estradas intervencionadas, tem efeitos mais significativos na diminuição dos tempos de percurso.

Com efeito, a 31 de Dezembro de 2004, os investimentos nas estradas regionais desenvolvidos ao abrigo do PO CENTRO haviam já permitido construir/requalificar 165 km de estradas e beneficiar aproximadamente 685 km e, em consequência, diminuir significativamente o tempo médio de percurso nas estradas intervencionadas.

Indicador Físico	Unidades	Previsto 2006	Resultados a 31/12/2004	
			Aprovação	Execução
Rede de estradas construídas ou requalificadas	km	220	164,5	95,1
Rede de estradas beneficiada	km		863,9	547,3
Rede viária regional	km		684,9	436,0
Rede viária municipal	km		178,9	111,2

Fonte: Relatório de Execução 2004. PO CENTRO

Registe-se, que estes valores traduzem um elevado esforço em intervenções na rede de estradas do interior, cerca de 55% do total, com particular incidência nas sub-regiões da Beira Interior Sul e Serra da Estrela.

Dados os constrangimentos apontados, a Equipa adoptou como último passo metodológico, a criação de um quadro que contempla 5 dos projectos finalizados, com uma dimensão financeira relevante, e com base nos formulários de candidatura dos projectos e das respectivas memórias descritivas, valorar de um modo qualitativo alguns dos impactes expectáveis.

III. Análise de Impactes Directos e Estimativas de Impactes

Projecto	Breve Descrição	Impacte				
		Redução dos tempos de deslocação	Aumento da velocidade média	Redução da intensidade de tráfego	Redução de estrangulamentos/pontos críticos da rede viária	Incremento da utilização de transportes públicos
EN 329 V.N. Paiva - Sátão	Construção de um troço com 10.120 m. Permitted melhorar as acessibilidades regionais à sede de distrito, bem como à rede de itinerários rodoviários principais	XXX	XX	X	XXX	XX
EN 112 – Beneficiação entre Portela do Vento e Pampilhosa da Serra	Rectificação de estrada numa extensão de 22.248 m, de modo a colmatar alguns problemas - troço antigo, muito sinuoso, com curvas de raio reduzido e largura transversal reduzida da faixa de rodagem. Circulação em velocidades baixas	XX	XX	X	XX	X
EN 342-4 – Ponte de Sarzedo / Moita da Serra	Melhoria das condições de circulação e segurança do tráfego, numa extensão de 5,5 km. Contemplou a construção de rotundas, entroncamentos, cruzamentos e sobreposição de traçado	XX	XX	XX	XXX	XX
EN 18 – Beneficiação entre Alçaria e Fundão	Alargamento da faixa de rodagem e construção de rotundas e intersecções com caixas de viragem à esquerda, numa extensão de 8.100 m. Compreendeu ainda a beneficiação do acesso a Alçaria e a pavimentação de um caminho com a extensão de 1,2 km	XX	XXX	XX	XXX	XX
EN 232 – Beneficiação entre Mangualde e Ponte de Palhês	Procedeu-se à reconversão dos principais pontos de conflito existentes no lanço, no sentido de melhorar as condições de circulação e segurança, numa extensão de 7,5 km. Incluiu a construção de variantes, a correcção de curvas consecutivas acentuadas e a homogeneização do perfil transversal	XXX	XX	XX	XXX	X

XXX – Impacte forte XX – Impacte moderado X – Impacte reduzido

Finalmente, a Equipa inquiriu um dos operadores de transportes públicos (Rede Nacional de Expresso, Lda.), tendo em vista a obtenção de elementos que validassem, empiricamente, eventuais alterações nos tempos de percurso entre localidades cuja rede viária tenha sido intervencionada. Desta abordagem, ressaltou que apenas no caso do projecto “EN 329 – Vila Nova de Paiva – Sátão”, ocorreram ganhos significativos de tempo em alguns percursos. Assim, foram beneficiados os itinerários entre Vila Nova de Paiva e a sede de distrito – Viseu (cuja ligação passou a demorar apenas 35 minutos), entre Vila Nova de Paiva e Mangualde (que demora actualmente 55 minutos) e entre Vila Nova de Paiva e Coimbra (120 minutos), sendo notório o aumento da procura nestas ligações. Estas diminuições nos tempos de percurso, originaram a redefinição de algumas carreiras, em virtude das possibilidades permitidas por essas melhorias nas vias.

Apesar de ser difícil a quantificação do fenómeno, parece indiscutível que a melhoria das acessibilidades possibilitou o reforço da mobilidade das populações das aldeias às sedes de concelho mas, e preferencialmente, entre concelhos ou cidades, contribuindo para a consolidação dos eixos e sistemas urbanos regionais. Os investimentos nas acessibilidades permitiram, sobretudo, para além da melhoria da qualidade do transporte, uma diminuição das distâncias-tempo nos percursos afectados pelos projectos apoiados, com efeitos positivos na melhoria da mobilidade e das condições de vida da população.

3.4. Melhoria da Qualidade Ambiental

3.4.1. Nota Metodológica

A Análise de Impactes do Programa Operacional da Região Centro (PO CENTRO) na Qualidade Ambiental desenvolvida no âmbito da presente Actualização da Avaliação Intercalar requereu uma sintetização do processo de Análise de Impacte Ambiental (AIA) tradicional – tendo em conta o número, o tipo e a dimensão dos projectos financiados – ainda que a diversidade intrínseca dos descritores potencialmente afectados tenha exigido a respectiva análise especializada. Com efeito, sendo os vários projectos muitas vezes merecedores, pela sua dimensão e complexidade, de um estudo de impacte ambiental específico, a análise desenvolvida teve que ser direccionada para os potenciais impactes ambientais mais relevantes de cada projecto, sendo estes avaliados sob o ponto de vista do(s) domínio(s) ambiental(ais) potencialmente mais afectados.

Conforme é explicitado no Anexo, a metodologia utilizada para a avaliação dos impactes ambientais associados aos projectos do PO CENTRO baseou-se na combinação do Potencial de um determinado impacte com uma série de Características Relevantes do Impacte, ao qual estão associados diferentes critérios de valoração expressos numa Matriz de Avaliação de Impactes. Através da agregação das valorações atribuídas é possível determinar a significância do impacte ambiental associado a cada projecto e a cada Medida/Acção. Complementarmente, foi efectuada uma análise da evolução dos Indicadores do Programa considerados mais relevantes no que respeita à qualidade ambiental.

3.4.2. Aferição da Melhoria da Qualidade Ambiental

A aferição do impacte ambiental do PO CENTRO materializa-se na análise de Medidas enquadradas pelos três Eixos de Intervenção, cuja implementação é considerada susceptível de gerar impactes. A análise destes impactes é efectuada através da caracterização qualitativa dos diversos projectos associados a cada Medida (ver Anexo - *Abordagem Metodológica à Análise dos Impactes da Melhoria da Qualidade Ambiental* e próximo quadro).

As opções estratégicas tomadas na definição dos Eixos Prioritários do PO CENTRO são estrategicamente abrangentes e diferenciadas, sendo várias as áreas de intervenção com potencial influência no desempenho ambiental do Programa: i) o investimento na melhoria dos sistemas de saneamento básico (nomeadamente na drenagem e tratamento de águas residuais e na recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos); ii) a melhoria do planeamento territorial e urbano, com ênfase na envolvente empresarial e ordenamento industrial; iii) a optimização das acessibilidades; iv) a melhoria do desempenho ambiental das actividades económicas, muito particularmente da agricultura; v) o investimento nos domínios da gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas, gestão de recursos hídricos e valorização do ambiente e do património rural; vi) o investimento na eficiência energética e nos sistemas de aproveitamento de fontes de energia renováveis.

Neste contexto, a aferição do impacte ambiental do PO CENTRO materializa-se no presente documento através da análise de Medidas enquadradas pelos três Eixos de Intervenção (e respectivas acções), cuja implementação é considerada susceptível de gerar impactes, nomeadamente: 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.7, 2.1, 2.3, 1.6, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 3.8, 3.11, 3.12, 3.13, 3.14 e 3.15. A análise destes impactes é, assim, efectuada através da caracterização qualitativa dos diversos projectos associados a cada Medida e pela confirmação do bom ritmo de evolução dos indicadores do Programa, quando estes se encontram definidos (ver Quadros e Anexo). O Programa aprovou mais de 280 projectos na área do Ambiente, correspondendo a um peso no orçamento FEDER de quase 25% (perto de 175 milhões de euros). Dentre os sectores de maior investimento destacam-se as redes de drenagem de águas residuais, seguido do sector da revitalização urbana.

Seguidamente expõem-se as contribuições das Medidas/acções para a melhoria da qualidade ambiental.

III. Análise de Impactes Directos e Estimativas de Impactes

Índice de Impacte Ambiental por Medida / Acção

Medida / Acção	Nº Projectos Avaliados	Índice Impacte Ambiental	Significado
Medida 1.1 - Equipamentos e Infra-Estruturas Locais			
Medida 1.1	17	3	Impacte Ambiental Significativo
Medida 1.2 - Ambiente e Recursos Naturais			
Medida 1.2	262	3	Impacte Ambiental Significativo
Medida 1.3 - Acessibilidades			
Medida 1.3	5	3	Impacte Ambiental Significativo
Medida 1.4 - Qualificação dos Aglomerados Urbanos e das Estruturas de Povoamento			
Medida 1.4	13	3	Impacte Ambiental Significativo
Medida 1.5 - Apoio às actividades Económicas, Acções de Desenvolvimento Territorial e Apoio à Eficácia das Políticas Públicas			
Medida 1.5	1	3	Impacte Ambiental Significativo
Medida 1.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial			
Medida 1.7	3	3	Impacte Ambiental Significativo
Medida 2.1 - Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades – Componente Territorial (FEDER)			
Medida 2.1	9	3	Impacte Ambiental Significativo
Medida 2.3 - Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias			
Acção Centros Rurais	5	2	Impacte Ambiental Pouco Significativo
Medida 2.4 - Acção Integrada "Turismo e Património no Vale do Côa"			
Acção Promoção do Desenvolvimento Turístico	3	3	Impacte Ambiental Significativo
Acção Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património	2	3	Impacte Ambiental Significativo
Medida 2.5 - Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela			
Acção Qualificação e Valorização ambiental paisagística	4	3	Impacte Ambiental Significativo
Acção Recuperação do povoamento rural e qualificação dos aglomerados tradicionais	1	2	Impacte Ambiental Pouco Significativo
Acção Acessibilidades e circuitos turísticos	2	2	Impacte Ambiental Pouco Significativo
Acção Reforço do potencial turístico e ambiental	2	2	Impacte Ambiental Pouco Significativo
Acção Acções de ordenamento e planeamento	1	3	Impacte Ambiental Significativo
Medida 2.6 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEDER)			
Acção Infra-estruturas e equipamentos de promoção das potencialidades	8	3	Impacte Ambiental Significativo
Acção Acessibilidades locais e transversais	1	3	Impacte Ambiental Significativo
Medida 2.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA)			
Acção 1 - Apoio à Silvicultura	133	2	Impacte Ambiental Pouco Significativo
Acção 2 - Apoio ao Restabelecimento do Potencial de Produção Silvícola	22	3	Impacte Ambiental Significativo
Acção 9 - Apoio à exploração florestal, comercialização e transformação de material lenhoso e de gema de pinheiro	3	3	Impacte Ambiental Significativo
Medida 3.8 - Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS) (FEDER)			
Medida 3.8	1	3	Impacte Ambiental Significativo
Medida 3.11 - Economia (FEDER)			
Acção A - Promoção de Áreas Estratégicas para o Desenvolvimento	12	3	Impacte Ambiental Significativo
Acção B - Melhoria da Envolvente Empresarial	4	3	Impacte Ambiental Significativo
Medida 3.12 - Acessibilidades e Transportes (FEDER)			
Medida 3.12	6	3	Impacte Ambiental Significativo
Medida 3.13 - Ambiente (FEDER)			
Acção A - Conservação e Valorização do Património Natural	7	3	Impacte Ambiental Significativo
Acção B - Valorização e Protecção dos Recursos Naturais	74	3	Impacte Ambiental Significativo
Acção C - Informação e Gestão Ambientais	7	3	Impacte Ambiental Significativo
Medida 3.15 - Pescas - Infra-estruturas de Portos (FEDER)			
Medida 3.15	5	3	Impacte Ambiental Significativo

III. Análise de Impactes Directos e Estimativas de Impactes

Resultados

O Quadro anterior apresenta os Índices de Impacte Ambiental resultantes da análise dos projectos associados a cada uma das acções avaliadas, bem como o seu significado. Refira-se que não foram avaliados os projectos que apresentavam taxa de execução financeira nula. A selecção dos projectos a avaliar baseou-se ainda na sua relevância em termos de potencial impacte ambiental e na sua significância financeira, sendo que algumas das Medidas consideradas susceptíveis de gerar impactes não foram avaliadas por não terem qualquer projecto associado. Contudo, trata-se apenas de uma análise preliminar, uma vez que não foi possível avaliar o impacte de todos os projectos considerados relevantes para cada Medida/acção.

No próximo quadro estão representados os Indicadores do PO CENTRO relacionados com a qualidade ambiental e a respectiva classificação da evolução elaborada de acordo com a metodologia descrita no Anexo.

Indicadores do PO CENTRO relacionados com a melhoria da qualidade ambiental

Medida	Tipo	Designação	Unid.	Quantificação			Classificação da Evolução (a)
				Situação de partida	31/12/2004	2006	
1.2	Físico	km de rede de drenagem de águas residuais criada/remodelada	km	1.300	1.403	1.300	4
		km de rede de drenagem de águas residuais criada	km	-	1.369	1.000	4
		km de rede de drenagem de águas residuais remodelada	km	-	34	300	1
	Resultado	% da população servida por recolha de águas residuais	%	60	68,4	75	3
1.4	Físico	Nº de arranjos urbanísticos	N.º	19	68	44	4
		Nº de edifícios e monumentos recuperados	N.º	7	14	17	3
	Resultado	% de população urbana abrangida por intervenções de reabilitação urbana	%	839.800 (b)	30	25	4
2.7	Físico	ha de área florestal beneficiada (1)	ha	13.000	16.254	18.000	3
		ha de área florestal arborizada ou rearboreada (1)	ha	3.000	6.717	12.000	2
	Resultado	% da área intervencionada relativamente à área florestal total (1)	%	6	8,5	11	2
3.11	Físico	Extensão da rede de distribuição de gás natural – primária + secundária	km	1.196	1.883	1.666	4
	Resultado	Nº de clientes totais da rede de gás natural	N.º	37.300	77.700	80.871	3
3.13	Físico	Extensão de costa a intervir	km	-	12	12	3
	Resultado	Nº de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza	N.º	0	14.700	24.000	2

(1) - Dado o tipo de projectos e seu período de implementação prolongado, consideram-se as quantidades do indicador dos projectos aprovados

(a) a classificação de evolução poderá ainda ser ajustada de acordo com as especificidades de enquadramento evolutivo dos indicadores em análise.

(b) unidade: habitantes.

(!) = evolução no sentido inverso ao esperado/sem evolução; a.d. - ausência de dados; n.a. - não aplicável

4 superior ao esperado **3** dentro do esperado **2** abaixo do esperado **1** muito abaixo do esperado

No sentido de procurar contribuir para uma melhor avaliação de desempenho entendeu-se interessante realizar uma avaliação ambiental complementar, porventura de leitura mais estratégica, segundo as diversas Medidas/Ações analisadas (quadro seguinte). O objectivo deste quadro é, também, que ele possa ser, no futuro, mais uma ferramenta de auto-avaliação por parte das entidades executoras dos projectos, sendo que a informação disponibilizada para a sua presente elaboração foi manifestamente escassa.

Avaliação ambiental (qualitativa) do PO CENTRO

Eixo	Medida	Acção	Descritores ambientais						Observações
			Ordenamento do Território	Qualidade de vida e saúde pública	Conservação da natureza e da biodiversidade	Qualidade do ar (e.g.: emissão de GEE)	Qualidade Estratégica	Qualidade de monitorização ambiental	
I	1.1	-	●●	●●●	●	□	B⊗	O	- Inclui intervenções nas redes de abastecimento de água, saneamento básico ou de electricidade
	1.2	-	O	●●●	●●●	□	A⊗	●●	- Inclui projectos direccionados para a recuperação e renaturalização dos cursos de água (despoluição de ribeiras)
	1.3	-	●●●	●●	O	□	C⊗	O	- Monitorização não contemplada
	1.4	-	●●	●●	●	□	C⊗	O	- Integração de preocupações ambientais com a promoção turística
	1.7	-	●●	●●	●	□	C⊗	O	- Importante na recuperação e valorização dos espaços urbanos
II	2.1	-	●●●	●●	●	□	C⊗	O	- Projectos enquadrados no Programa POLIS
	2.3	Centros Rurais	●	●●	●●	□	C⊗	O	- A acção <i>Centros Rurais</i> é a única acção da medida com projectos significativos em termos de impacte ambiental
	2.4	Prom. Desenv. Turístico	●	●●	●	□	C⊗	O	- Embora de uma forma muito discreta, alguns projectos prosseguem o objectivo de melhoria ambiental
		Rea. Agl./Rec. Património	●●	●●	●	□	C⊗	O	
	2.5	Qual. Val. Amb. e Paisag.	●●	●●	●●●	□	C⊗	O	- Em termos de educação e sensibilização ambiental salienta-se o projecto "Instalação do Ecomuseu do Zézere"
		Rec. Pov. Rural/Qu. Agl. Tra	●	●	●	□	C⊗	O	
		Aces. e Circuitos Turísticos	●	●	●	□	C⊗	O	
		Ref. Potenc. Turis. e Amb.	●●	●●	●	□	C⊗	O	
	2.6	Infra. Equip. Prom. Potenc.	●	●●●	●●●	□	C⊗	O	- Contributo significativo para a valorização da rede hidrográfica e dos planos de água - A acção <i>Infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades</i> inclui intervenções em redes de abastecimento, saneamento básico e de electricidade
		Acessibi. Locais e Transv.	●●	●	●	□	C⊗	O	
2.7	Apoio à Silvicultura	O	●	●●●	□	C⊗	O	- Importante ao nível da valorização e potenciação dos recursos florestais - Inclui projectos que contribuem para a gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas	
	Apoio Res. Pot. Prod. Silv.	O	●	●●●	□	C⊗	O		
	Apoio Explo. Florestal	O	O	●●	□	C⊗	O		
III	3.8	-	O	●●●	●●	□	C⊗	O	- Baseada apenas na avaliação de um projecto
	3.11	Acção A	O	●●	●●	□	B⊗	O	- Significativo no domínio das <i>Infra-estruturas Energéticas</i> (utilização do gás natural)
		Acção B	O	●●	●	□	B⊗	O	
	3.12	-	●●●	●●	O	□	C⊗	O	- Monitorização não contemplada
	3.13	Acção A	●●	●●	●●●	□	B⊗	O	- Inclui projectos de Educação e Sensibilização Ambiental - Inclui importantes ferramentas de operação/monitorização da qualidade ambiental As acções D e não foram alvo de análise na matriz de impacte por não se considerar susceptíveis de gerar impactes ambientais nos Domínios analisados
		Acção B	●●●	●●	●●●	□	B⊗	O	
Acção C		●●	●	●●	□	A⊗	●●●		
3.15	-	●	●	●●	□	C⊗	O	- Contribui para a sustentabilidade dos recursos marinhos e pesqueiros	

Legenda:

- não aplicável
- pouco significativamente
- significativamente
- muito significativamente
- Sem informações

- ⊗ Todos os elementos abrangidos, contributo significativo.
- ⊙ Alguns elementos abrangidos, contributo discreto.
- ⊖ Nenhum elemento abrangido, contributo reduzido.

- A: objectivos ambientais a nível da UE / internacionais.
- B: objectivos ambientais nacionais.
- C: objectivos ambientais locais

III. Análise de Impactes Directos e Estimativas de Impactes

Convém referir que as Medidas/Acções que não tenham qualquer projecto associado (Medida 2.3 / Acção Aldeias Digitais e Acção Vilas Teletrabalho), Medida 2.6 / Acção Apoio à animação turística, Medida 2.7 / Acção 4 e 10) ou que tenham, mas que estes não sejam considerados significativos na avaliação do desempenho ambiental do PO CENTRO (Medida 1.5, Medida 2.3 / Acção Contratos de Aldeia e Acção Aldeias Históricas, Medida 2.4 / Acção Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa e Acção Dinamização Económica e Social, Medida 2.5 / Acção Valorização e animação turística e ambiental e Acções de ordenamento e planeamento, Medida 2.6 / Acção Reforço e requalificação da capacidade de alojamento turístico, Acção Promoção turística do território, Medida 2.7 / Acção 3, 5, 6 e 8, Medida 3.13 / Acção D e E e Medida 3.14), não aparecem referenciadas nos Quadros e naturalmente não serão alvo de interpretação.

Principais conclusões

A análise e avaliação preliminar dos projectos implementados nas diversas acções do PO CENTRO permite concluir que o impacto ambiental decorrente da fase de operação dos projectos é sempre positivo, oscilando entre pouco significativo e significativo.

A Medida 3.13 é considerada uma das mais importantes no âmbito da avaliação ambiental por estar relacionada com assuntos tão relevantes como a conservação e valorização do património e dos recursos naturais. A Acção B, integra os projectos cujo contributo para o impacto gerado pela Medida 3.13 é mais preponderante, não só pelo elevado número de candidaturas (comparativamente com as restantes acções da mesma Medida), mas também pelo próprio conteúdo das mesmas (relacionadas com a preservação de espécies, a reabilitação e valorização da Rede Hidrográfica Nacional e de Albufeiras e a requalificação ambiental e paisagística da orla costeira). Consequentemente, a sua análise desempenha um papel determinante na avaliação geral do impacto ambiental do PO CENTRO.

Apesar da Medida 3.8 integrar projectos potencialmente geradores de impactes ambientais positivamente significativos, não lhe podemos conferir um papel preponderante na avaliação ambiental do PO CENTRO por representar um conjunto de projectos muito reduzido. Relativamente à Medida 3.14 convém referir a inexistência de projectos com relevância em termos de potencial impacto ambiental e significância financeira associados a esta Medida, situação que influencia negativamente o desempenho ambiental do PO CENTRO.

De um modo geral, pode concluir-se que o PO CENTRO integra um conjunto relevante de projectos no âmbito da melhoria da qualidade ambiental. Neste contexto, destacam-se os projectos “Recuperação Paisagística da Serra da Esgalhada”, “Limpeza e protecção marginal da bacia hidrográfica do Rio Vouga”, “Promoção e Requalificação dos Ecossistemas Ribeirinhos de Pedrogão Grande”, entre outros, devido à preocupação demonstrada na preservação e melhoria da qualidade do património natural e da conservação da natureza. Merece também nota de destaque o projecto “Estabelecimento de um sistema de gestão florestal sustentável e sensibilização dos produtores e do público em geral para a necessidade e requisitos de uma gestão florestal sustentável”, por constituir excepção na rara concretização de intervenções na óptica do desenvolvimento e gestão florestal sustentável.

Deve ainda salientar-se a existência de projectos e estudos de monitorização, educação e sensibilização ambiental que, apesar de não terem sido alvo de análise na matriz de impacto por não representarem potenciais geradores de impactes associados aos Domínios considerados, são fundamentais na educação para a cidadania e para uma gestão ambiental sustentável.

Não obstante, refira-se a inexistência de projectos associados a algumas Medidas (acções) consideradas estrategicamente relevantes aquando da concepção do PO CENTRO. Noutro contexto, as reduzidas taxas de implementação verificadas em alguns domínios deixam antever a necessidade de agilizar o ritmo de execução das intervenções, de forma a garantir o efectivo cumprimento das metas de melhoria da qualidade ambiental preconizadas para o período de vigência do PO CENTRO.



IV. Análise Específica das Medidas



IV. Análise Específica das Medidas

IV. Análise Específica das Medidas

IV. ANÁLISE ESPECÍFICA DAS MEDIDAS

4.1. Medida 1.1 - Equipamentos e Infra-estruturas Locais

4.1.1. Análise Aprofundada da Medida

A situação de execução da Medida 1.1 evidencia dois aspectos: por um lado, sendo uma Medida onde cabe uma grande diversidade de projectos em domínios diversificados como as acessibilidades e equipamentos de nível local, é uma Medida que responde às necessidades das autarquias que nela encontram uma forma de financiar os seus pequenos e médios projectos de infra-estruturação; por outro, essa mesma diversidade de projectos é complementada pelo facto de ser uma Medida que responde aos objectivos do Programa, não só porque assume uma cobertura geográfica da Região, como também tem uma expressão mais efectiva nos concelhos urbanos de maior dimensão e onde efectivamente as dotações *per capita* de infra-estruturação básica ou de dotação de equipamentos apresentavam no início do Programa alguns défices. Essa situação tinha já sido identificada no relatório de Avaliação Intercalar.

Considerando os aspectos anteriormente referidos existem algumas questões que importa salientar.

A análise da tipologia de projectos e a sua distribuição geográfica, permite verificar que a **Medida deu resposta às necessidades locais ao nível dos equipamentos de uso colectivo nos domínios social, cultural, desportivo, recreio, lazer**. Se atendermos à estrutura do investimento aprovado, os principais domínios de intervenção foram os transportes (36,8% do investimento aprovado), o desporto (15,9%), a revitalização urbana (14,3%), seguidos da educação (7,5%) e da indústria (6,5%). O domínio do ambiente é dos que tem menor expressão em termos de investimento (4,6%), o que se justifica pelo facto de os promotores poderem aceder a outras Medidas do Eixo, a Medida 1.2 e a Medida 1.9, esta última criada com a reprogramação do Programa.

Entre as **tipologias de investimentos mais frequentemente aprovados na Medida**, contam-se a beneficiação da rede viária municipal, a remodelação da rede viária urbana, arranjos urbanísticos e piscinas/equipamentos desportivos em geral. Apesar da predominância dos domínios anteriormente apontados (transportes e acessibilidades, desporto e revitalização urbana), nos últimos dois anos, verificou-se uma tendência de crescimento dos projectos no domínio da educação, nomeadamente creches e construção e reforço das escolas de ensino básico, que sofreram acções de remodelação ou ampliação, com impacto na qualidade de vida das populações. Outro domínio que, nos últimos dois anos, reforçou o seu peso na Medida 1.1 foram os equipamentos e infra-estruturas de apoio às actividades económicas, destacando-se os loteamentos e zonas industriais municipais construídos e remodelados/ampliados (9 e 19, respectivamente), assim como mercados municipais (construídos, 1, e remodelados, 4) cumprindo-se os objectivos da Medida (Anexo à Análise Aprofundada da Medida 1.1).

Relativamente á questão se as **tipologias são as mais adequadas para atingir, plenamente, os objectivos da Medida**, podemos verificar que o crescimento de projectos nos domínios da educação/apoio à infância (o número de creches ascendia a 9, as remodelações de escolas do ensino básico a 23 e contavam-se 6 novas escolas de ensino básico) e no apoio à actividade económica permitiram um melhor ajustamento ao cumprimento dos objectivos estratégicos da Medida, que no momento da Avaliação Intercalar apresentava uma forte incidência em projectos de infra-estruturas viárias (Anexo à Análise Aprofundada da Medida 1.1). Contudo, no contexto de envelhecimento da Região, parecia pertinente a apresentação de um maior número de projectos para a construção de equipamentos de apoio à terceira idade. Em 30 de Junho de 2005 (corresponde a uma actualização dos dados apresentados em 31 de Dezembro de 2004), contavam-se apenas dois centros de dia.

A análise do **padrão territorial dos investimentos** reflecte o carácter local e o seu ajustamento à procura por parte dos municípios; foram aprovados 168 projectos no litoral e 275 no interior (correspondentes a 58% do investimento, 31 de Dezembro de 2004, Relatório de Execução de 2004). Este padrão permite avaliar a

IV. Análise Específica das Medidas

capacidade de resposta da Medida às necessidades locais das populações, considerando o contexto geográfico diversificado da Região e a dupla vertente de intervenção da Medida:

- a densificação da rede de equipamentos e infra-estruturas, quer nos territórios mais populosos onde as carências são mais evidentes, quer nos mais despovoados, por forma a garantir a melhoria das condições de atractividade destas regiões, contribuindo assim para a coesão económica, social e territorial da Região;
- e a qualificação desses mesmos equipamentos e infra-estruturas.

No litoral, os elevados níveis de urbanização e de industrialização têm implícitos uma maior procura. A população mais jovem e mais urbana, requer maior dotação de equipamentos desportivos e culturais, assim como a taxa de motorização e os parâmetros de mobilidade da população que se organiza em torno de bacias de emprego com áreas de influência mais alargadas, requerem outro tipo de intervenção nas vias (nomeadamente a construção de circulares/radiais ou troços de ligação aos aglomerados urbanos). Assim, a maior pressão populacional verificada no litoral, confere ao interior da Região valores de investimento *per capita* superiores, justificáveis no quadro de uma política de convergência e de coesão social e territorial.

Não sendo possível recolher informação de forma sistemática sobre os equipamentos e infra-estruturas existentes em 2000 (ponto de partida do Programa) e 2005 (momento actual) no sentido de verificar qual tinha sido a evolução da taxa de cobertura e sua incidência territorial, escolheram-se 3 equipamentos como sendo representativos do domínios cultural, desportivo e de lazer, para os quais foi possível encontrar a informação: piscinas, campos de jogos e pavilhões desportivos. Essa informação foi recolhida (data de 2000) e actualizada (a 30 de Junho de 2005) por concelho, considerando os vários projectos/intervenções aprovados/realizados no âmbito das várias Medidas do Programa incluídas nos 3 Eixos, tendo posteriormente sido calculada a sua capitação (ver figuras e Anexo à Análise Aprofundada da Medida 1.1). A decisão de analisar os referidos equipamentos existentes e aprovados nas várias Medidas do Programa e não apenas na medida 1.1. (alvo de avaliação aprofundada), tem que ver com a pergunta feita em caderno de encargos: se as intervenções respondem às necessidades da população. Assim, não faria sentido analisar apenas as intervenções desenvolvidas na Medida 1.1, sabendo que estas são enquadráveis em outras Medidas.

Neste sentido, a **análise do padrão territorial destes 3 equipamentos** permite chegar a algumas conclusões:

- Volvidos 3 Quadros Comunitários de Apoio estão assegurados os níveis de cobertura concelhia para um conjunto de equipamentos e infra-estruturas locais. A questão que se põe neste momento, tem que ver com a qualidade do serviço prestado e não com a possibilidade de usufruir do serviço. Naturalmente que a qualidade do serviço prestado, e em abstracto, a qualidade de vida das populações, depende da dotação de equipamentos por habitante, o que remete para uma resposta à questão da satisfação das necessidades da população substancialmente diferente daquela que é dada quando se observa apenas o nível de cobertura territorial dos investimentos e dos equipamentos.
- Esse aspecto é visível em alguns concelhos do litoral (e alguns do interior), onde a dotação por habitante poderá ainda vir a crescer, melhorando substancialmente a qualidade do serviço prestado e o raio de população alvo.
- Feita uma leitura sobre o nível de cobertura territorial e de satisfação das necessidades da população, podemos concluir que nos pavilhões (gimnodesportivos e desportivos), alguns concelhos do litoral permanecem com dotações por 10.000 habitantes baixas (casos de Soure, Pombal, Leiria e Condeixa), à semelhança de concelhos rurais do interior (como Trancoso, Pinhel, Sabugal e Belmonte). Estes dois grupos espelham realidades diferentes, pois apesar de terem a mesma dotação, no caso do interior, os níveis de procura por parte da população juvenil é muito escasso revelando-se menos problemático que no litoral. No geral, a situação melhora um pouco sendo que o interior apresenta genericamente melhores dotações.
- A leitura do indicador referente aos grandes campos é diferente, introduzindo-nos uma dissimetria litoral-interior raiano, mais favorável a favor deste último. Excepção para alguns concelhos do Pinhal Interior. Neste caso, o litoral apresenta dotações inferiores, apontando no sentido de um possível reforço associado à matriz urbana do litoral da Região.

IV. Análise Específica das Medidas

- Existem diferentes dotações e coberturas territoriais consoante o tipo de equipamento e o seu patamar de utilização; os campos de jogos têm um padrão mais disperso, ao contrário das piscinas cujos limiares de utilização/procura as condicionam às sedes de concelho ou a aglomerações urbanas de maior dimensão.
- Existem múltiplas oportunidades de encaixar este tipologia de projectos em diferentes Medidas do Programa. Se este facto tem vantagens para os promotores, em termos de gestão e acompanhamento do Programa, assim como de verificação do cumprimento dos seus objectivos, apresenta algumas desvantagens, exigindo uma grande capacidade de articulação na gestão dos diferentes Eixos. Em concreto, os equipamentos em questão receberam apoio de Medidas diferenciadas dos Eixos I e III e, no presente caso, o padrão territorial e a distribuição geográfica dos novos equipamentos retratam um elevado grau de ajuste às necessidades locais/regionais.
- A análise destes 3 equipamentos assim como do caso de estudo, vem demonstrar a importância de efectuar um estudo estratégico que atenda à distribuição da população e à sua composição etária e, simultaneamente, responda a critérios de eficiência e equidade e que ajude a fundamentar as opções estratégicas para o próximo período de programação. Este estudo não se restringe, naturalmente, ao âmbito da medida 1.1., mas ao conjunto da Região, devendo surgir como suporte ao estabelecimento do novo quadro de prioridades e metas a atingir.

Atendendo à tipologia de projectos apresentada e à estrutura do Programa Operacional, verificamos a **existência de complementaridade com outras Medidas, Eixos e Programas**, designadamente complementaridades da Medida 1.1 com as Medidas 1.2 e 1.9 do Eixo I, e possíveis complementaridades com as Medidas do Eixo III vocacionadas para os sectores do ambiente, educação, desporto e acessibilidades (ver Anexo à Análise Aprofundada da Medida 1.1).

No que toca ao **acesso por grupos etários diferenciados** de população, este é relevante, face à diversidade de equipamentos e infra-estruturas construídos no enquadramento do PO. O caso de estudo relativo à Piscina do Fundão que a seguir se desenvolve, demonstra a importância deste tipo de equipamentos para a definição de novos quotidianos nos jovens (população em idade escolar, alguns a praticar modalidades de competição), nos activos (actividades de manutenção) e nos idosos (actividade terapêutica e de manutenção). O mesmo se pode inferir da construção de bibliotecas/auditórios municipais, que têm uma função polivalente e se assumem como espaços de cultura, recreio e lazer. O **grau de satisfação/utilização dos utentes dos equipamentos locais**, assim como a análise da **forma os equipamentos são usados**, são igualmente analisados a partir do estudo de caso.

A presente análise mostra a necessidade de **apoiar uma Medida de cariz semelhante, num próximo período de programação**, de forma a que as autarquias possam encontrar um apoio financeiro para a satisfação das suas necessidades locais. Contudo, o formato da Medida deverá ser menos “aberto”, significando que algumas **tipologias de projecto deveriam, futuramente, assumir um carácter mais objectivo**. Por outro lado, sugere-se a redução da importância das acessibilidades em detrimento das áreas da educação, apoio à infância e à terceira idade, assim como da revitalização urbana. Ainda na área dos transportes, os objectivos deverão reorientar-se das acessibilidades para as formas de mobilidade, incentivando-se o apoio a sistema de transporte colectivo de passageiros.

IV. Análise Específica das Medidas

4.1.2. Caso de Estudo

De acordo com os objectivos definidos no Programa de Desenvolvimento da Região Centro, a Medida 1.1 procura dotar os municípios de um conjunto essencial de infra-estruturas e equipamentos que permitam melhorar o nível e a qualidade dos serviços prestados às populações. Neste sentido, importa promover, entre outras, a qualificação das actuais redes de equipamentos desportivos. O presente caso de estudo (construção de uma piscina coberta), enquadra-se nesta tipologia. A avaliação do grau de sucesso do investimento foi, ainda, complementado através do lançamento de um questionário aos utentes.

PROMOTOR	CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO		
APOIO NO ÂMBITO DO PROGRAMA	Eixo Prioritário	Medida	
	Eixo I	Medida 1.1 – Equipamentos e Infra-estruturas Locais	
LOCALIZAÇÃO	NUTE III	Concelho	
	Cova da Beira	Fundão	

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	CONSTRUÇÃO DA PISCINA COBERTA - FUNDÃO			
ELEMENTOS FINANCEIROS DO PROJECTO	Investimento Total	Investimento Elegível	Comparticipação Solicitada	Taxa Participação
	3.116.192,60 euros	3.116.192,60 euros	2.025.525,19 euros	65%
INDICADORES FÍSICOS	Designação			
	Piscinas cobertas construídas			
	Unidade	Valor Previsto	Executado	Valor da Medida
	Nº	1	1	13
BREVE DESCRIÇÃO DO PROJECTO	A ideia central, subjacente à apresentação desta candidatura, decorre da necessidade de fornecer aos municípios, numa região interior, no Inverno, um equipamento para a prática de natação (desporto escolar) e de hidro-fisioterapia e hidro-ginástica. A concretização destas valências, permitindo servir uma população escolar e idosa, constitui o seu principal objectivo.			
	O projecto em análise engloba a construção de um equipamento composto por um edifício onde se integram duas piscinas e respectivas áreas envolventes. Ocupa uma área de 9.516 m ² , correspondendo a área coberta a 2.215 m ² , sendo a restante área destinada para espaço verde. Para além da zona de banho, integrando um tanque de recreio e diversão de 25 x 12,5 metros e um tanque de aprendizagem de 12,5 x 8 m, existem espaços funcionais que permitem delimitar as zonas de solário, de repouso e de recreio. A zona de serviços complementares compreende uma área para o público espectador, com capacidade para 100 pessoas e uma cafetaria, com esplanada pública.			
	De acordo com a candidatura apresentada, a lotação máxima instantânea corresponderá a 206 atletas/utentes, não devendo a lotação máxima diária ser superior a 4 vezes a lotação máxima instantânea (824 utentes).			

IV. Análise Específica das Medidas

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
Planeamento e eficiência	<p>Enquadramento estratégico político/sectorial/territorial justificativo De acordo com o Promotor, o projecto apresenta-se extremamente importante a três níveis: 1. o equipamento permitirá o desenvolvimento de actividades de formação, em estreita colaboração com a rede escolar do Concelho, dinamizando o desporto escolar e no âmbito da saúde, ao nível do apoio à terceira Idade, o desenvolvimento de actividades terapêuticas; 2. a nível da valorização territorial, a construção do equipamento poderá contribuir para a qualificação do centro urbano do Fundão, reforçando o seu papel atractor, pela integração de mais uma funcionalidade. No contexto da rede urbana da Beira Interior, a possibilidade de gerar complementaridades na área do desporto e do lazer; 3. ao nível do incremento da qualidade de vida da população, procurando assegurar um serviço universal à comunidade local, pela disponibilização de um equipamento de utilização colectiva, até então sem acesso a actividades de desporto e de lazer em meio aquático, ao longo de todo o ano. A justificação do presente projecto existe, para além dos objectivos enunciados em sede de candidatura. De acordo com o promotor, as más condições climáticas de Inverno limitam a prática desportiva, nomeadamente de desportos aquáticos. A oferta deste tipo de equipamento vem, assim, suprir uma importante carência ao nível do desporto escolar. Em termos urbanísticos, o promotor justificou a implantação deste equipamento, na zona poente da cidade, pela necessidade de valorizar uma área recente de expansão urbana, que não apresentava, para além da função residencial, equipamentos de elevada atractividade. Deve reconhecer-se, contudo, a nível regional, que a inexistência de um processo de coordenação intermunicipal, em termos de candidaturas, poderá levar à duplicação destas tipologias numa área restrita, limitando o papel de valorização territorial.</p> <p>Adequação da alocação dos recursos aos objectivos dos projectos Com um investimento elegível a ultrapassar os três milhões de euros, o projecto apresenta custos superiores aos custos de referência e em relação a projectos tipologicamente próximos. Após a não homologação inicial, por parte do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, o promotor apresentou informações suplementares sobre os custos, justificando o facto de a despesa prevista superar os custos de referência para este tipo de equipamento, por se tratar de uma obra dimensionada e qualificada em função do número e do perfil de população a servir (população escolar e idosos) e pelo tipo de serviço que iria prestar a estes estratos específicos da população. Este pedido de reapreciação foi aprovado e homologado em Novembro de 2002. A componente dominante nos custos do projecto corresponde à estrutura construtiva da piscina e cobertura. Da avaliação local do projecto, podemos avançar que o seu custo global poderia ser menor, se as opções arquitectónicas tivessem sido diferentes. Neste âmbito, deve referir-se que o tanque principal se encontra totalmente suspenso, com o acréscimo de custos que esta opção implicou. Considera-se, de acordo com esta situação, que os objectivos do projecto poderiam ter sido alcançados com menor alocação de recursos.. Para além do âmbito da candidatura, a Câmara Municipal do Fundão (CMF) viu-se na necessidade de contratar os serviços de uma empresa especializada na implementação e gestão deste tipo de equipamentos. De acordo com esta empresa, a opção de tratamento da água foi alterada, complementando-se o tratamento baseado em cloro por um sistema suportado em radiações ultravioletas, com importantes sobre-custos para a CMF.</p> <p>Adequação da lógica do projecto e dos seus princípios à realidade regional/local A concentração da oferta nos referidos grupos etários (jovens e idosos) foi, sem dúvida, adequada, nomeadamente numa região não habituada a este tipo de equipamento. A obra arquitectónica, contudo, apresenta alguns problemas funcionais. Assumindo, que estamos numa região de Invernos rigoroso, não se entende como é que os acompanhantes das crianças ou dos idosos terão de sair para o exterior do edifício, para poderem assistir às aulas, em bancadas afastadas dos tanques de aprendizagem e com reduzida visibilidade. As áreas verdes apresentam-se desenquadradas da actividade, não sendo aproveitadas as potencialidades deste espaço envolvente, com actividades complementares de recinto fechado.</p> <p>Adequação dos processos para alcançar os resultados Para além do caminho trilhado, a gestão do equipamento procura alargar os públicos-alvo, assistindo-se a novas propostas, como por exemplo: aulas de hidroginástica pré-natal, cursos de mergulho e classes de aeróbica e ginástica de manutenção, que o melhor aproveitamento da área envolvente permitiria alargar. No contexto da ausência de equipamentos escolares e de alternativas privadas válidas, a CMF procura, com estas propostas, promover a utilização, por grupos etários distintos dos iniciais, do equipamento. Verificam-se, ainda, processos emergentes de parcerias da Câmara com instituições públicas e privadas.</p> <p>Eficácia da programação na integração com outros fundos/projectos De acordo com uma estratégia autárquica de reforço e afirmação da actividade turística na base económica do concelho, procura-se integrar este projecto com outras valências, procurando estabelecer parcerias com as unidades hoteleiras. Para além destas, a CMF procura estabelecer com o Hospital da Cova da Beira uma parceria, que permita o usufruto da piscina pelos utentes do Centro de Reabilitação, no contexto do Programa <i>Saúde XXI</i>. Em termos de recomendações, para o período 2007-2013, ao nível da avaliação do planeamento e eficiência, considera-se que se deverão promover processos de avaliação de candidaturas que tenham em atenção a análise custo-benefício e de rentabilidade, nomeadamente em projectos arquitectónicos ou de engenharia, de modo a poderem ser realizados com custos controlados, próximos dos custos de referência. Para além desta necessidade, os diferentes projectos, que impliquem conhecimentos especializados, deverão ser acompanhados por serviços de consultoria que remeteriam para a Unidade de Gestão/CCDR. No mesmo sentido, considera-se que a certificação deste tipo de equipamento para a prática de desporto escolar e federado deverá ser também acompanhada pela CCDR.</p>

IV. Análise Específica das Medidas

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
Accountability	<p>Sucesso do projecto De acordo com o promotor, a utilização da piscina tem sido um sucesso. Considerando os valores inscritos na candidatura, o actual projecto apresenta, também, um elevado grau de sucesso. A média mensal de utentes em 2004 foi de 1192. Ao longo da semana, as 3^{as} e 5^{as} são os dias de maior procura, com um máximo no período das 17-19 horas, nas 5^{as}, de 1.184 utentes, superando o limite máximo assinalado. Situação tornada possível pela substituição do processo de tratamento de água. Após dois anos de funcionamento, o número de jovens cresceu de forma significativa, correspondendo na actualidade a mais de 50% do total; os idosos apresentam, também, um crescimento, mas mais lento, representando aproximadamente 4% dos utentes. A análise dos questionários aos utentes permitirá complementar a presente análise. A Hidro-ginástica tem vindo a crescer, representando aproximadamente 20% da facturação de classes, existindo uma forte expectativa por parte da Câmara e da futura Empresa Municipal que irá gerir as piscinas.</p> <p>De acordo com o questionário lançado aos utentes, a avaliação do projecto é muito positiva, com a totalidade dos 50 inquiridos a afirmarem da sua necessidade e do importante papel que desempenha ao nível da formação desportiva, dos cuidados fisioterapêuticos e, também, ao nível de sociabilização da população do concelho. Dos utentes questionados, 25 eram estudantes e 13 reformadas ou domésticas. O âmbito municipal deste projecto é, no entanto, visível, pelo menos de forma parcial, nos resultados obtidos, pois apenas 1 dos inquiridos residia fora do concelho.</p> <p>Concretização dos objectivos Considerando a procura referida, pode afirmar-se que os objectivos expressos em sede de candidatura foram ultrapassados e que as perspectivas por parte do promotor são igualmente positivas. A concretização dos objectivos previamente definidos foi, ainda, comprovada pelas respostas ao questionário. Dos 50 utentes inquiridos, 24 desenvolviam actividades enquadradas na aprendizagem e formação; 4 já integravam actividades ao nível de desporto federado e 17 desenvolviam actividades fisioterapeutas. A estrutura etária da população inquirida é, também, diversificada e coerente com os objectivos do projecto: 20 dos inquiridos têm menos de 10 anos; 10 entre 10-39 anos; 11 entre 40-64 e 9 mais de 65 anos.</p> <p>Eficácia da aplicação dos recursos A despesa realizada na concretização do projecto de arquitectura limitou fortemente a dinamização de alterações morfo-funcionais que seriam importantes para o desejável funcionamento integrado e multiusos da piscina. Sem por em causa o rigor na aplicação dos recursos, verificou-se que a candidatura não foi convenientemente programada. Por exemplo, com o novo sistema de tratamento de água, autarquia teve que suportar despesas, que não estavam inicialmente previstas em sede de candidatura.</p> <p>Impactes directos e indirectos do projecto Para além do impacte positivo na melhoria da qualidade de vida das populações, verificou-se, também, um impacte positivo na criação de postos de trabalho, ultrapassando o valor previsto em sede de candidatura. De 5 postos de trabalho permanentes tem vindo a evoluir-se para a existência de 10 postos permanentes e 2 temporários. Para além deste sucesso endógeno, a informatização do controlo de entradas e a respectiva contabilização de utentes teve efeitos sinérgicos muito positivos com outros serviços da CMF, permitindo aumentar indirectamente a produtividade do trabalho e a qualidade do serviço prestado.</p>

IV. Análise Específica das Medidas

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
Implementação e sustentabilidade	<p>Qualidade da gestão e implementação do projecto e sua sustentabilidade actual Todo o processo de gestão e implementação do projecto foi assegurado pelos técnicos da autarquia, do gabinete projectista e de uma equipa contratada pela autarquia para acompanhar a implementação do projecto. A autarquia sentiu a necessidade de um acompanhamento mais próximo devido à natureza do projecto.</p> <p>Com a concretização do projecto, e dado o seu sucesso, perspectiva-se, no âmbito da Empresa Municipal de gestão de equipamentos desportivos, uma crescente integração funcional entre os equipamentos, com a previsível redução dos custos internos.</p> <p>Contribuição dos procedimentos de candidatura/aprovação/acompanhamento para a eficácia e desempenho dos projectos Em termos de procedimentos administrativos e de comunicação com a Unidade de Gestão da Medida, o promotor afirmou que o processo decorreu sem problemas de montá. Todavia, mostrou-se preocupado pela ausência de procedimentos de acompanhamento técnico da obra. Neste âmbito, reconhece-se, dada a sua natureza, que este tipo de projectos deverá, em sede de recomendações para o período 2007-2013, ser acompanhado e apoiado tecnicamente ao longo da sua implementação.</p> <p>Adequação dos parceiros envolvidos O lançamento da candidatura foi acompanhada por contactos com diversos parceiros públicos e privados, com o objectivo de aproveitar e rendibilizar o equipamento. Todavia, verificaram-se dificuldade de conjugação entre os parceiros inicialmente interessados, nomeadamente ao nível de conjugação de horários e espaços. Na actualidade, para além da procura individual, a Câmara Municipal dinamiza a maior parte das classes ou grupos de utentes.</p> <p>Integração/sinergia com outros projectos Associado a este projecto, assistiu-se a um processo de qualificação dos funcionários da Câmara e da Empresa Municipal que gere as piscinas. A qualificação da mão de obra é permanente, com cursos para os monitores na Escola Superior de Rio Maior. Para além da integração funcional dos equipamentos desportivos, a CMF promove o desenvolvimento de uma Escola Municipal de Natação.</p> <p>Evidências de sustentabilidade dos projectos Para além do sucesso alcançado em termos de procura, verifica-se, em termos financeiros, que o projecto se apresenta financeiramente pouco sustentável. Na actualidade as despesas (300.000 €/ano) superam as receitas (170.000 €/ano). Não se deve esquecer, contudo, que existe uma política de apoio social à utilização universal deste equipamento, em concordância com os objectivos da candidatura, com a implementação de um cartão social municipal que permite uma redução de 50% no preço de entrada.</p>

IV. Análise Específica das Medidas

4.2. Medida 1.4 - Qualificação dos Aglomerados Urbanos e das Estruturas de Povoamento

A tendência de urbanização que tem caracterizado os vários concelhos da Região Centro, reflectiu-se num claro reforço da rede de médias e pequenas cidades e vilas da Região. Estas têm como características comuns a urbanização de novas áreas, que configurou uma dinâmica de suburbanização e periurbanização muito acentuada e, simultaneamente, um declínio das suas áreas centrais, que perderam população e actividades a favor destas periferias.

Este contexto de evolução confere à Medida 1.4 – Qualificação dos aglomerados urbanos e estruturas de povoamento uma importância fundamental. Vocacionada para a qualificação dos núcleos urbanos, incluindo a melhoria da sua imagem, a Medida 1.4, constitui um instrumento de intervenção urbana. A amplitude de alguns projectos, ultrapassa o objectivo da reabilitação urbana, enquadrando outros, como contribuir para o aumento da competitividade regional, a valorização do comércio, da actividade turística e a diversificação da oferta de espaços de recreio, cultura e lazer.

4.2.1. Análise Aprofundada da Medida

Considerando os aspectos anteriormente referidos, existem alguns pontos importantes a salientar.

O desempenho financeiro e físico mostra que a **Medida procurou dar resposta às necessidades locais ao nível da melhoria do ambiente urbano das sedes de concelho**. Contudo, e retomando as conclusões e recomendações da Avaliação Intercalar, as necessidades da Região ultrapassavam claramente o pacote financeiro que lhe estava destinado, continuando insuficiente depois de efectuado o exercício de reprogramação.

No conjunto da Medida destacam-se os “arranjos urbanísticos” onde se incluem desde melhorias do espaço público (o “arranjo exterior da praça da antiga escola” em Pampilhosa da Serra ou a “construção da Avenida Dr. Arménio Maia” em Oliveira de Frades) até intervenções de revitalização com um **carácter mais integrado**, evidenciando-se assim a **preocupação em dinamizar espaços de forma estruturada**.

Estas **iniciativas de carácter integrado** têm dois perfis distintos.

- apresentação de grandes projectos, de que são exemplo o Parque Urbano da Senhora do Pranto em Ílhavo⁴, que integra, entre outros, o novo Mercado Municipal e se assume claramente como um espaço multifuncional e o projecto de Revitalização e Consolidação Urbana das Termas de S. Pedro do Sul, que será posteriormente analisado como caso de estudo);
- apresentação de dois ou mais projectos, de menor dimensão, de carácter diversificado. Caso do Fundão com duas iniciativas conjuntas⁵ ou de Condeixa-a-Nova que conta com 4 iniciativas⁶.

Se considerarmos o *ranking* dos 10 concelhos com mais investimento realizado no âmbito da Medida 1.4 (Anexo Análise Aprofundada da Medida 1.4), é possível verificar a amplitude de intervenções e objectivos, assim como a diversidade de tipologias de projectos, evidenciando-se igualmente outros aspectos que são matéria de avaliação.

⁴ Caso de Estudo na Avaliação Intercalar do PO CENTRO, 2000-2002.

⁵ “Parque de estacionamento da FACIF e arranjos à superfície (mercado descoberto)” e o “Arranjo Urban. Área Envolvente ao Recinto FACIF - 1ª F”.

⁶ “Centro Cívico de Condeixa-a-Nova”, “Requalificação Urbana 2 - remodelação de diversos arruamentos na vila de Condeixa-a-Nova”, “Remodelação de diversos arruamentos na vila de Condeixa-a-Nova” e “Requalificação Urbana 3 - Rua de Condeixinha”.

IV. Análise Específica das Medidas

Os 10 Municípios com maior investimento realizado na Medida 1.4 – situação a 30 Junho 2005

Promotor	Projecto	Investimento total
CM Águeda	Reconversão da zona baixa da Cidade - Arranjo urbanístico do Largo 1º de Maio	1.767.638,0
CM Cantanhede	Arranjos urbanísticos na Praia da Tocha	1.148.580,0
	Revitalização Urbana das Áreas Centrais da Cidade de Cantanhede	682.780,5
	Revitalização Urbana da Cidade de Cantanhede: execução de passeios e pavimentos	480.389,1
	Rev. Urbana da Zona de Plano Parcial de Urbanização de Cantanhede-2ª fase	374.105,1
	Arranjos urbanísticos na Praia da Tocha (2ª Fase)	371.618,7
	Revitalização urbana da zona do PPU de Cantanhede	293.487,4
	Arranjo urbanístico do Largo de S. João, em Cantanhede	231.011,0
CM Condeixa-a-Nova	Centro Cívico de Condeixa-a-Nova	2.690.012,0
	Requalificação Urbana 2 - remodelação de diversos arruamentos na vila de Condeixa-a-Nova	687.588,7
	Remodelação de diversos arruamentos na vila de Condeixa-a-Nova	683.116,5
	Requalificação Urbana 3 - Rua de Condeixinha	309.507,9
CM Estarreja	Concepção/const. da Praça do Município e arruamentos envolventes	2.359.616,0
CM Fig. Vinhos	Req. urbana e benef. das infra-estruturas eléctricas do centro histórico e zona envolvente	2.337.084,0
CM Fundão	Parque de estacionamento da FACIF e arranjos à superfície (mercado descoberto)	2.225.603,0
	Arranjo Urban. Área Envolvente ao Recinto FACIF - 1ª F	1.115.376,0
CM Ílhavo	Parque Urbano da Senhora do Pranto	3.674.530,0
CM Marinha Grande	Valorização da Cerca Stephens	1.035.373,0
	Recuperação e reabilitação do Património Stephens - Biblioteca Municipal	848.271,4
	Recup. e reabilitação do patrim. Stephens - Arquivo Municipal	750.216,2
CM S. Pedro do Sul	Revitalização e consolidação urbana das Termas	4.064.824,0
CM Tondela	Arranjos urbanísticos em Tondela	2.844.812,0
	Arranjos Urbanísticos no Caramulo	564.436,3
Total dos 10 municípios	40,7% do total do investimento aprovado na Medida	

Fonte: CCDR Centro, PO, 30 de Junho de 2005

Várias das **intervenções co-financiadas estão associadas a uma reabilitação urbana e/ou comercial**, característica particularmente evidente nas intervenções efectuadas nas zonas centrais das aglomerações (casos de Águeda, Lousã e Pedrógão Grande) ou de uma forma mais ampla, nas intervenções integradas. Para além dos casos anteriormente citados de Aveiro e São Pedro do Sul, pode salientar-se o conjunto de projectos desenvolvidos em Cantanhede e na Marinha Grande. No caso de Cantanhede, procurou-se não só contribuir para a revitalização urbana com as intervenções no centro da aglomeração, como se procurou requalificar o aglomerado turístico da Praia da Tocha, iniciativas com **efeitos induzidos ao nível do desenvolvimento local**. No presente momento do Programa, não é ainda possível medir os impactes dos projectos, apesar do reconhecimento da população e dos *media* ser favorável.

IV. Análise Específica das Medidas

Para além das intervenções de revitalização urbana surgiram outras iniciativas que respondem a objectivos da Medida: a recuperação de edifícios e monumentos com vista ao reforço da imagem identitária local e a valorização dos recursos patrimoniais **contribuindo para o desenvolvimento local**. Neste âmbito, para além dos exemplos anteriores, cabe ainda destacar as intervenções efectuadas na Marinha Grande associadas ao património da Stephens.

No que diz respeito à questão se **existe uma lógica económica associada às requalificações urbanas, procurando atrair pessoas para essas áreas**, a resposta é dada pelas iniciativas de requalificação dos centros das aglomerações, mas também pela aprovação de outras iniciativas com perfis tão diversificados como o “Acesso ao Campo de Futebol e Parque de Merendas” na Murtosa, a “ Requalificação do parque Carlos Reis” na Lousã, a “Recuperação Ambiental e Ordenamento do Tejo/Ródão” em Vila Velha de Ródão, a “Adaptação da Casa do Castelo a Fórum da Juventude” em Águeda.

Dois outros aspectos importantes a ter em conta na resposta a algumas das questões consideradas matéria de avaliação é o facto de estes projectos terem uma forte incidência na rede de pequenas e médias cidades da Região e, ao mesmo, se verificar uma complementaridade com a Medida 1.1 e, em menor grau com a Medida 1.7 (nos casos dos concelhos/cidades de maior dimensão na Região) (ver Anexo Análise Aprofundada da Medida 1.4, Quadro relativo aos indicadores físicos das Medidas 1.1 e 1.4). A complementaridade verificada tem implícita a captação de financiamento por parte dos promotores, mas constitui em muitos casos, uma forma de concertar estratégias, projectos e financiamentos que permitam desenvolver acções integradas, criadoras de novas centralidades e com impacte na melhoria da qualidade de vida das populações.

Para além dos aspectos anteriormente apontados, é de notar que as questões consideradas matéria de avaliação aqui respondidas, aparecem fundamentalmente relacionadas com a necessidade de medir os efeitos/impactes dos projectos na componente económica e da competitividade das cidades. Ora, se considerarmos os objectivos específicos da Medida 1.4., verificamos que a componente económica e da competitividade das cidades tem um peso “menos importante” face a outros objectivos como a “promoção da qualidade de vida das populações e de acolhimento dos aglomerados, em particular das sedes de concelho” ou o “o reforço da imagem identitária dos aglomerados e o combate a fenómenos de exclusão e segregação de áreas urbanas” (ver Anexo Análise Aprofundada da Medida 1.4, Quadro - Grau de resposta dos projectos aos objectivos específicos da Medida 1.4). Assim, embora a tipologia de projectos aprovados se ajuste aos objectivos específicos da Medida, não é fácil avaliar os efeitos na economia e no desenvolvimento local, uma vez que este objectivo era menos importante relativamente a outros. Neste contexto, a análise do caso de estudo que se segue, dá um contributo importante, demonstrando como uma intervenção integrada veio promover a valorização do espaço urbano em torno da valência termal, no sentido de manter a sua capacidade de atracção regional e nacional e potenciar o desenvolvimento de uma componente turística diversificada, que aproveite a elevada capacidade instalada das unidades hoteleiras.

IV. Análise Específica das Medidas

4.2.2. Caso de Estudo

Esta Medida tem como principal objectivo a qualificação de espaços urbanos de diferentes dimensões, com um especial enfoque nos centros históricos e na recuperação do património urbano construído. O presente estudo de caso enquadra-se neste âmbito. A revitalização dos espaços públicos, em torno do antigo Balneário Rainha D. Amélia, a melhoria das condições de mobilidade e de estacionamento e a modernização das redes técnicas constituem acções orientadas para a qualificação do aglomerado urbano consolidado das termas de São Pedro do Sul.

PROMOTOR	CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL	
APOIO NO ÂMBITO DO PROGRAMA	Eixo Prioritário	Medida
	Eixo I	Medida 1.4 – Qualificação dos Aglomerados Urbanos e das estruturas de povoamento
LOCALIZAÇÃO	NUTE III	Concelho
	Dão Lafões	São Pedro do Sul

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	REVITALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO URBANA DAS TERMAS – Freguesia de Várzea				
ELEMENTOS FINANCEIROS DO PROJECTO	Investimento Total	Investimento Elegível	Comparticipação Solicitada	Taxa Participação	
	4.059.004,06 euros	4.059.004,06 euros	3.044.253,05 euros	75%	
INDICADORES FÍSICOS	Designação				
	Estâncias termais apoiadas				
	Unidade	Valor Previsto	Executado	Valor da Medida	Peso na Medida
	Nº	1	0	1	100%
BREVE DESCRIÇÃO DO PROJECTO	O presente projecto de revitalização do espaço urbano das termas de S. Pedro do Sul é constituído por um conjunto diversificado de acções, entre os quais se salientam: reformulação das redes de água e esgotos domésticos; a construção da rede de esgotos pluviais; a reformulação da rede de circulação interna, incluindo a construção de parques de estacionamento; a pavimentação de todos os arruamentos, passeios e vias de acesso; a construção de um passadiço para peões; a reformulação da iluminação pública e colocação de mobiliário urbano.				
	Para além destes investimentos, o projecto incluiu a construção de um novo reservatório de água na margem direita do rio Vouga, alargando a capacidade de abastecimento público e suportando, igualmente, os equipamentos de combate a incêndios.				

IV. Análise Específica das Medidas

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
Planeamento e eficiência	<p>Enquadramento estratégico político/sectorial/territorial justificativo A qualificação dos espaços públicos das termas de S. Pedro do Sul, nomeadamente a sua adaptação às necessidades dos utentes da estância termal, representou uma assinalável melhoria na qualidade de vida das populações (local e sazonal). No mesmo sentido, a reformulação dos sistemas de abastecimento público e de saneamento básico apresenta um forte impacto na qualidade ambiental das águas do rio Vouga, potenciando a sua valência turística.</p> <p>A resolução dos problemas de circulação rodoviária e pedonal, através da construção de dois parques de estacionamento com a capacidade de 95 lugares, a pavimentação e alargamento dos passeios, incluindo a construção de um passadiço sobre o rio, permitiram uma nova fruição dos espaços públicos e uma significativa melhoria das condições de estada e uso dos serviços termais.</p> <p>Em síntese, o projecto corresponde estrategicamente às necessidades de valorização do espaço urbano em torno da valência termal, no sentido de manter a sua capacidade de atracção regional e nacional e potenciar o desenvolvimento de uma componente turística diversificada, que aproveite a elevada capacidade instalada das unidades hoteleiras.</p> <p>Adequação da alocação dos recursos aos objectivos dos projectos O projecto em análise integra um conjunto de intervenções que serviram directamente para melhorar as condições de vida das populações locais, bem como responder à procura crescente de aquistas e turistas. A dimensão e natureza das acções reflecte esta dupla necessidade. Por um lado, procura responder às necessidades de uma população local que andarà por volta das 3.000 pessoas e, por outro, a uma procura termal e turística que, em época alta, chega a atingir 25.000 pessoas.</p> <p>De acordo com a análise da informação disponibilizada nos formulários de candidatura e no trabalho de campo desenvolvido, considera-se que, em consonância com a especificidade das intervenções, os montantes financeiros afectos foram adequados em relação aos objectivos do projecto. De igual modo, o promotor assegurou, ao nível da orçamentação e execução, o cumprimento criterioso dos valores padrões estipulados para o conjunto das tipologias de intervenção desenvolvidas.</p> <p>Adequação da lógica do projecto e dos seus princípios à realidade regional/local A elevada procura sazonal das Termas implica uma, nem sempre fácil, coabitação entre residentes e “visitantes”, originando situações de conflito, nomeadamente ao nível da circulação viária e estacionamento. O projecto em análise assume a necessidade dessa compatibilização, procurando satisfazer as necessidades e expectativas dos residentes, turistas e visitantes. Para além do aproveitamento do recurso “águas termais”, centrado num determinado público-alvo, procurou-se ainda promover a transformação do aglomerado intervencionado num importante núcleo associado ao turismo de lazer, exigente em termos de qualidade do espaço envolvente e das condições de fruição dos espaços urbanos e naturais.</p> <p>Adequação dos processos para alcançar os resultados A intervenção ao nível dos espaços públicos foi da responsabilidade da Câmara Municipal, que implementou de forma eficaz o conjunto de projectos. O interesse das unidades hoteleiras, de restauração e de comércio nas intervenções realizadas permitiu que a sua implementação decorresse dentro dos parâmetros normais para este tipo de intervenção. Deve, contudo, salientar-se que o grau de resposta das empresas responsáveis pela rede eléctrica e telefónica nem sempre correspondeu às necessidades de implementação do projecto, limitando a sua concretização e provocando alterações pontuais em relação ao projecto inicial.</p> <p>Eficácia da programação na integração com outros fundos/projectos O projecto, para além do financiamento solicitado ao abrigo da Medida 1.4, foi também financiado pelo Programa PITER (Turismo), pelo Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo (IFT), com uma comparticipação de 308.295 euros. Para além deste apoio, faz parte do projecto “Circuitos turísticos” no âmbito da intervenção do Programa Operacional da Região Centro. A reformulação da rede de águas residuais que permitiu a sua integração na ETAR das termas de S. Pedro do Sul foi, também, apoiada pelo PO CENTRO.</p>

IV. Análise Específica das Medidas

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
Accountability	<p>Sucesso do projecto O sucesso deste tipo de intervenções reflecte-se num aumento da procura e, conseqüentemente, no acréscimo da oferta. Devido a melhoria e qualificação do espaço urbano, as Termas passaram a apresentar uma imagem de qualidade. Neste sentido, pode afirmar-se que a sua competitiva territorial, em relação aos locais concorrentes, cresceu. A construção e renovação dos espaços hoteleiros e a implantação de novos espaços residenciais de 2ª habitação são sinais deste sucesso.</p> <p>Concretização dos objectivos De acordo com o referido ao nível do sucesso do projecto e tendo em atenção o objectivo global, a melhoria da qualidade de vida no espaço intervencionado, podemos afirmar que foram concretizados os objectivos estratégicos de aumentar a atractividade e competitividade do espaço urbano termal de S. Pedro do Sul.</p> <p>Eficácia da aplicação dos recursos A autarquia, entidade promotora, aplicou os recursos disponibilizados de acordo com as especificações do projecto e os trabalhos necessários, não cobertos pela candidatura, foram suportados pelo promotor. Em relação às metas implícitas no projecto, podemos afirmar que a aplicação dos recursos foi eficaz e corresponde à totalidade de intervenções propostas.</p> <p>Impactes directos e indirectos do projecto Não é possível identificar, no curto prazo, os impactos indirectos e induzidos destas intervenções, mas pode afirmar-se que as condições criadas irão, sem dúvida, melhorar a imagem de qualidade do espaço urbano termal, associando à qualidade do recurso natural a qualidade do espaço envolvente, com o conseqüente incremento potencial do número de visitantes.</p>

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
Implementação e sustentabilidade	<p>Qualidade da gestão e implementação do projecto e sua sustentabilidade actual Todo o processo de gestão e implementação do projecto foi assegurado pelos técnicos da autarquia e o processo de acompanhamento e comunicação com a Unidade de Gestão decorreu sem problemas assinaláveis. Pela sua natureza, o projecto de infraestruturização e de qualificação paisagística constitui um suporte para as actividades económicas, que as deverão aproveitar e valorizar em termos de atractividade turística. A sua sustentabilidade passa, assim, pela manutenção por parte dos serviços camarários, apoiados pelos empresários hoteleiros e do comércio, das condições entretanto disponibilizadas.</p> <p>Contribuição dos procedimentos de candidatura/aprovação/acompanhamento para a eficácia e desempenho dos projectos A gestão acompanhou todo o processo e contribuiu, pela rápida resposta, para a sua concretização. De acordo com a estratégia definida, o atraso nas intervenções poderia limitar o seu sucesso e implicar uma perda de competitividade do espaço termal e turístico.</p> <p>Adequação dos parceiros envolvidos O conjunto das intervenções apoiadas financeiramente nesta candidatura já fazia parte de um projecto de intervenção camarária, de valorização do espaço urbano em análise. O lançamento da candidatura e a sua concretização por parte do promotor, encontrou por parte dos empresários locais um apoio indiscutível, mas sem o estabelecimento de parcerias.</p> <p>Integração/sinergia com outros projectos A recuperação das margens do rio Vouga, a ligação da rede de saneamento à ETAR, a promoção de actividades desportivas e de lazer no espaço fluvial tem vindo a desempenhar um importante papel na valorização deste recurso, até agora insuficientemente valorizado. Neste sentido, tem vindo a ser desenvolvido um importante trabalho pela autarquia, de modo a tornar o rio um espaço-canal atractivo. A recuperação dos balneários termais também se enquadra neste processo integrado de valorização das termas, fazendo parte de outras candidaturas.</p> <p>Evidências de sustentabilidade dos projectos O conjunto de intervenções já realizadas parecem evidenciar, pela melhoria da qualidade da envolvente urbana, da circulação rodoviária e do ambiente urbano global, que estamos em presença de um projecto que permitiu a valorização do espaço urbano das Termas, com as conseqüentes impactos na sua atractividade.</p>

IV. Análise Específica das Medidas

4.3. Medida 1.5 - Apoio às Actividades Económicas, Acções de Desenvolvimento Territorial e Apoio à Eficácia das Políticas Públicas

4.3.1. Análise Aprofundada da Medida

O estado da Medida 1.5 denota dois aspectos: por um lado, a sua natureza eminentemente imaterial, visando um conjunto diversificado de finalidades no âmbito da dinamização da economia regional e que se reflecte na sua organização em quatro linhas de acção (1 - acções inovadoras de valorização de recursos endógenos; 2 - reforço das estruturas organizativas (contratualizada com o CEC – Programa Empresa); 3 - dinamização de redes e acções de cooperação inter-regional; 4- reforço da eficácia da políticas públicas); por outro lado a insuficiência de espessura institucional e de massa crítica em matéria de estabelecimento de parcerias público-privadas que se reflecte numa insuficiência de procura e proliferação de pequenos projectos, que aliás veio a ser reconhecida com a redução dos montantes programados pela reprogramação financeira do PO CENTRO aprovada em Dezembro de 2004.

Contudo, apesar de entre 2003 e o momento actual não ter sido dado seguimento ao aprofundamento do Contrato Programa Empresa com o Conselho Empresarial do Centro visando, conforme recomendações da Avaliação Intercalar, “estimular a iniciativa e espírito empresarial e incrementar os níveis de pró-actividade, no sentido de elevar os níveis de eficácia da Medida”, foram dados passos importantes com a experiência dos projectos PRAI CENTRO (Programa Regional de Acções Inovadoras 2002-2003) e a ideia de dimensão dos projectos triangulares ICE (Inovação, Competitividade, Empreendedorismo) no sentido de gerar melhores projectos.

Considerando os aspectos supra mencionados existem algumas questões que importa relevar. A análise da tipologia dos projectos co-financiados mostra que na **sua maioria ficaram aquém de corresponderem às expectativas em termos de inovação**. A generalidade dos projectos da linha de acção 1 corresponde a projectos avulsos de nível eminentemente local e não pensados à escala regional, muito centradas na edição de materiais de divulgação e informação e nas iniciativas de promoção e animação cultural; A linha de acção 3, embora com alguns projectos de cooperação inter-regional interessantes e de realização de estudos, assentou muito no apoio a eventos esporádicos sem grande impacte (feiras e exposições); Também a linha de acção 4 acabou por não ter projectos inovadores nos domínios SIG, resumindo-se a um importante projecto interno de modernização tecnológica e informacional da CCDRC e à realização de alguns estudos (com destaque para os da Associação Nacional de Municípios); A linha de acção 2, que se traduziu na contratualização do Programa Empresa, foi claramente a mais inovadora, sobretudo em termos organizacionais, pela consolidação de 19 Gabinetes de Dinamização Empresarial em articulação com uma Unidade Central, e através de implementação de sistemas de informação (ExtraNet).

A **aderência entre os objectivos definidos** no regulamento específico **ao nível dos ganhos em competitividade e produtividade** dos agentes regionais **e a tipologia de projectos** apresentados afigura-se **limitada**. Existem contudo alguns projectos com efeitos indirectos na inovação do produto (e não tanto na inovação do processo), como por exemplo o projecto “o vidro na arte e a arte no vidro”, promovido por uma Câmara Municipal. Contudo, no seguimento da reunião da Unidade de Gestão de Março de 2005, foram aprovadas propostas adicionais de dotação de 0,5 M € para complemento da OTIC (oficinas, tecnologias, inovação e conhecimento) para apoio a projectos promovidos pelo denominado grupo “G13”, grupo envolvendo 3 Universidades 6 Politécnicos e 4 Centros Tecnológicos da Região (cerâmica, têxtil, vidro e curtumes). Nessa Unidade de Gestão foi ainda decidido dotar com 1,5 M € projectos triangulares ICE, que se traduzam na criação de novas empresas e empregos qualificados visando o reforço da competitividade de empresas/sectores já existentes, lançamento de novos produtos e processos.

Não se pode dizer que tenha sido devidamente acautelada a complementaridade da Medida 1.5 com outras Medidas e Eixos do PO CENTRO, uma vez que, por exemplo, não se vislumbram sinergias significativas com outras Medidas FSE do Eixo I ou Eixo III, e por outro lado, a Medida 3.11 - Economia, só a partir meados de 2003 começou a ter incidência na dinamização da economia regional, através da aprovação de Projectos Integrados Turísticos (PITER) e de Infra-estruturas Tecnológicas de Qualidade e Formação.

IV. Análise Específica das Medidas

Contudo, como já foi referido, **verificou-se** entretanto uma interessante dinâmica de **articulação com o PRAI CENTRO**, Programa bastante exigente, com 18 projectos aprovados até 31/12/2004, e que contou com medidas de acompanhamento por parte da CCDRC. Este Programa permitiu mobilizar a participação dos agentes na constituição de redes, que irão permitir a implementação dos projectos.

A melhor forma de garantir **uma adequada utilização dos apoios no domínio dos projectos imateriais** passa por uma maior **selectividade** a par de uma **melhor definição e consciencialização** de qual o **verdadeiro papel destes projectos** na dinamização do desenvolvimento regional, **em termos de objectivos e finalidades**. A metodologia utilizada na selecção dos projectos triangulares ICE, é um bom exemplo de referência ao prever para além de requisitos exigentes em termos de candidatura, uma avaliação prévia por peritos independentes, e com critérios de selecção pertinentes: "(i) contributo para o reforço da competitividade, inovação e empreendedorismo; ii) sustentabilidade e impacte duradouro no tempo; iii) dinâmicas de rede geradas; iv) inserção e alinhamento com estratégias territoriais assumidas e consensualizadas.

O **aprofundamento do trabalho em parceria** por parte da CCDRC com os diversos agentes, a par da definição de estratégias claras e fundamentadas, assim como partilhar com eles o conhecimento em seminários e reuniões de esclarecimento e preparação de linhas de projectos, e a co-responsabilização, embora não seja fácil, constitui a **modalidade de relação preferencial** a estabelecer com os eventuais interessados.

4.3.2. Caso de Estudo

DESIGNAÇÃO	PROGRAMA EMPRESA			
PROMOTOR	CONSELHO EMPRESARIAL DO CENTRO			
APOIO NO ÂMBITO DO PROGRAMA	Eixo Prioritário		Medida	
	Eixo I	Medida 1.5 - Apoio às Actividades Económicas e de desenvolvimento territorial e Apoio à Eficácia das Políticas Públicas - FEDER		
LOCALIZAÇÃO	NUTE III		Concelho	
	NUTE II - CENTRO		NUTE II - CENTRO	
ELEMENTOS FINANCEIROS DO PROJECTO	Investimento Total	Investimento Elegível	Comparticipação Solicitada	Taxa Participação
	6.271.929€	6.217.935€	4.169.357€	67,1%
INDICADORES FÍSICOS	Designação			
	1. Campanha de Promoção - Tu és o Centro; 2. ExtraNet - Net Centro; 3. Rede de Gabinetes de Dinamização Empresarial; 4. Adaptação e Desenvolvimento da Extranet NetCentro; 5. EXPOCENTRO			
	Unidade	Valor Previsto	Executado	Valor da Medida
Nº Gabinetes	36	19		20,8%
BREVE DESCRIÇÃO DO PROJECTO	<p>Contrato Programa celebrado em 27/12/2000 entre o CEC e o Estado Português, referente á totalidade da linha de acção nº 2 e parte da nº 3 para vigorar entre 2000-2002, afectando uma verba de 12,4 milhões de Euros de comparticipação subdividido em três linhas de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • "PME Millennium" – visa a implementação de uma rede de 36 Gabinetes de Dinamização Empresarial (GDE) apoiados por uma Unidade central de Rede • "Eventos" – Programa integrado de feiras e eventos a realizar dentro e fora da Região, numa lógica de parceria e cooperação inter-institucional; • "NetCentro" – Criação de uma <i>Extranet</i> Associativa "de suporte ao desenvolvimento da Câmara de Comércio e Indústria e às Associações, constituindo-se em si como uma ferramenta facilitadora dos fluxos de informação e comunicação. Esta unidade central de rede fará a gestão, apoio e acompanhamento dos gabinetes. A <i>Extranet</i> será a base tecnológica de apoio aos empresários, suportando a implementação em rede do "PME Millennium. <p>Ao CEC fica cometida a gestão técnica, administrativa e financeira, dispões de uma Estrutura de Apoio Técnico, que aprecia as candidaturas, contratualiza os apoios e acompanha a implementação dos projectos. O período de execução do Programa foi prorrogado até 30/6/2003, com possibilidade de execução financeira da despesa até 31/12/2003. O último dos cinco primeiros projectos aprovados data de 26/11/2002, tendo a partir de então sido interrompida a aprovação de novos projectos, o que veio a ser retomado já em Junho de 2005 com a aprovação do "Programa Empresa 2" e de um projecto de "Estudo viabilidade de uma sociedade capital de risco e rede de <i>business angels</i>".</p> 			

IV. Análise Específica das Medidas

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
Planeamento e eficiência	<p>Enquadramento estratégico político/sectorial/territorial justificativo O Programa Empresa dispunha como suporte um "Plano Estratégico e Operacional de Intervenção" (CEC - Câmara de Comércio e Indústria), homologado pelo então Ministro do Planeamento. O referido Programa foi avaliado através de um estudo detalhado (CISEP, CIRIUS, relatório final datado de Julho 2003), onde se procede à avaliação da adequação da estratégia, da avaliação da execução, da avaliação do sistema de gestão, concluindo com um conjunto de conclusões e recomendações.</p> <p>Adequação da alocação dos recursos aos objectivos do projecto Os recursos disponibilizados inicialmente vieram a ser excessivos face à capacidade de aplicação (mesmo considerando a prorrogação do prazo de execução que se registou – 6 meses). Dos 12,5 Milhões de Euros apenas vieram a ser homologados investimentos no valor de 6,2 Milhões de Euros. O próprio relatório de avaliação reconhece (p. 58) que cerca de 40% dos recursos disponíveis para o Programa-Empresa não foram mobilizados. Foi exactamente na acção PME <i>Millennium</i> que existiram maiores problemas (a taxa de compromisso rondou os 41%), enquanto as duas restantes acções se situaram em níveis mais aceitáveis (Eventos 74% e NET Centro 67%).</p> <p>Adequação da lógica do projecto e dos seus princípios à realidade regional/local A adequação foi bastante boa, tendo em atenção o carácter instrumental que a componente intra e <i>extranet</i> e informação e formação associadas reveste par o objectivo de "requalificação das estruturas organizativas e reforço de desempenho na prestação de serviços às empresas". Já o mesmo não se pode dizer quanto à componente "eventos" que surge mais desgarrada e com menor impacto em termos de promoção da Região.</p> <p>Adequação dos processos para alcançar os resultados De acordo com o relatório (p. 106) e confirmado pelas entrevistas realizadas, "alguma indefinição inicial e os atrasos no arranque do Programa terão contribuído para uma menor adesão de Gabinetes (GDE's). Também as exigências de estes terem de assegurar a prazo a sustentabilidade financeira e a prestação de um elevado número de serviços aos associados terá desmotivado alguns deles a avançar. Na acção eventos não foi suficientemente assegurada uma efectiva coordenação do calendário dos eventos, não tendo sido possível assegurar um calendário conjunto dos eventos e divulgação de forma conjunta, embora se tenha procurado evitar sobreposições de eventos.</p> <p>Eficácia da programação na integração com outros fundos/projectos O facto de o objectivo "Promoção da Região" estar repartido entre a primeira e terceira linha de acção da Medida 1.5, não fazendo parte do Programa Empresa a contratualização da primeira linha, e que a 3ª linha estava vocacionada com a promoção de eventos fora da Região, colocou algumas dificuldades e incoerências na realização de eventos no interior da Região.</p>
Accountability	<p>Sucesso do projecto O Programa Empresa confrontou-se com alguns problemas e limitações e, se encarado numa perspectiva de aprendizagem, pode ser considerado globalmente como tendo resultado relativamente bem sucedido. O projecto menos conseguido terá sido o da Campanha de Promoção da Entidade e Economia Regionais "Tu és o Centro. A Região são as pessoas", essencialmente de divulgação na comunicação social (<i>spots</i> de televisão, rádio e imprensa). Projecto efémero, pois nasceu e morreu em 2001. Criação de rede 19 GDE, permitiu atingir um bom desempenho na difusão e promoção da informação e nos serviços de acompanhamento e apoio técnico, tendo isso sido referido pelas empresas. A acção NetCentro, com a criação de uma <i>ExtraNet</i> associativa de apoio ao desenvolvimento do CEC, foi de facto o coração do Programa, ao conseguir processar um elevado número de informação junto dos associados.</p> <p>Concretização dos objectivos A acção PME <i>Millennium</i> não conseguiu cumprir as metas, o que se deve à incapacidade de mobilizar algumas associações para a constituição de GDE. Contudo os resultados foram bastante satisfatórios atendendo à procura de serviços concretizada e ao efectivo reforço da capacidade de intervenção. Embora as metas definidas para a acção "Eventos" tenha sido superada, não existem dados detalhados que permitam confirmar os seus resultados efectivos. Contudo parece que a reduzida dimensão média dos eventos, além de alguma falta de integração, apontam para alguma insuficiência na concretização plena dos objectivos. A acção NetCentro terá sido a que melhor cumpriu os objectivos. A grande quantidade de informação disponibilizada quer no site quer na <i>ExtraNet</i>. Detectou-se, contudo, a necessidade de reforçar a capacidade da UCR com pessoal especializado para responder a algumas solicitações mais específicas.</p> <p>Eficácia da aplicação dos recursos Como já foi referido os recursos postos à disposição do Programa-Empresa foram claramente excedentários, tendo os níveis de compromisso e taxas de realização e de execução financeira sido insuficientes, particularmente no caso da acção PME <i>Millennium</i>.</p> <p>Impactes directos e indirectos do projecto O Programa-Empresa não contemplava indicadores de impacto nos seus documentos de programação. Embora estes tenham sido posteriormente incluídos nos inquéritos dos avaliadores, não foram disponibilizados em tempo útil, pelo que não existe informação para responder a esta questão.</p>

IV. Análise Específica das Medidas

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
Implementação e sustentabilidade	<p>Qualidade da gestão e implementação do projecto e sua sustentabilidade actual O sistema de Gestão, apesar de algumas dificuldades iniciais na fase de arranque revelou-se, de acordo com o relatório de avaliação, de boa qualidade.</p> <p>O sistema de informação de suporte à gestão apresentava lacunas quer no fornecimento de <i>inputs</i> ligados à execução, assim como na disponibilização de indicadores de resultados de resultados, assim como de Impacte, o que terá mesmo dificultado o próprio exercício de avaliação.</p> <p>O Programa Empresa não conseguiu sustentabilidade em termos de geração de receitas próprias, mas deixou as suas sementes. A Direcção pensa que só com a implementação do Programa-Empresa 2, recentemente aprovado, começará a haver alguma sustentabilidade.</p> <p>Contribuição dos procedimentos de candidatura/aprovação/accompanhamento para a eficácia e desempenho do projecto De acordo com o relatório de avaliação, os procedimentos de candidatura e tramitação decorreram de forma normal e não terão tido impactos negativos na eficácia da aprovação e desempenho dos projectos. No entanto, deve destacar-se que uma percentagem elevada dos promotores consideraram excessivos os prazos de apreciação das candidaturas.</p> <p>O aspecto mais negativo estará relacionado com as dificuldades iniciais de arranque de Programa que conduziram à auto-suspensão da Unidade de Gestão do Programa-Empresa. Contudo essa situação, assim como alguma in experiência da Estrutura de Apoio Técnico terá sido rapidamente ultrapassada.</p> <p>Adequação dos parceiros envolvidos O CEC, enquanto entidade gestora do Programa-Empresa apenas tinha um parceiro, a CCDRC. Nesse aspecto, embora se considere que à época tenha sido adequado, haverá todo o interesse em diversificar essas parcerias, em função dos novos desafios.</p> <p>È o que aliás já se prevê no Programa-Empresa 2, projecto no montante de 1,77 milhões de Euros, aprovado em 7/6/2005. Nesta última parceria o CEC, embora seja a unidade que lidera todo o processo, tem associado um Centro de Dinamização de Conhecimento (CDC) com participação do sistema científico e tecnológico da Região (Centros Tecnológicos, INETI, Universidade e Politécnicos), as Associações Empresariais, enquanto entidades fundadoras e gestoras do próprio CEC, e ainda as autarquias e as empresas.</p> <p>O Programa-Empresa 2, desenhado para o período final do actual PO CENTRO (2005-2006) tem como objectivo o reforço da capacidade de inovação, empreendedorismo e competitividade na Região Centro, apresenta actividades em quatro grandes domínios de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none">- Inovação;- Empreendedorismo;- Competitividade (qualidade, gestão e internacionalização);- Informação e Afirmação Regional <p>Neste projecto foi reduzido para 10 o número de Gabinetes (GDE's) cuja participação se prevê</p> <p>Integração/sinergia com outros projectos Não se previa explicitamente essa integração/sinergia no âmbito do Programa - Empresa</p> <p>Evidências de sustentabilidade do projecto Os GDE, assim como os serviços do CEC já cobram aos associados por alguns serviços prestados de natureza privada. A tarifação destes serviços privados será devidamente considerada no Programa Empresa 2</p>

IV. Análise Específica das Medidas

4.4. Medida 2.1 – Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades

A Medida 2.1 - Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades – Componente Territorial (FEDER) estabeleceu como objectivo de actuação apoiar projectos de requalificação urbana e ambiental enquadrados em operações integradas, funcionando conjuntamente com a Medida 3.13 (PO CENTRO) e com o Programa Operacional Ambiente como armadura financeira do POLIS - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades, em particular da Componente 1 desse Programa.

O carácter exemplificativo das operações integradas, destinadas a servir de modelo para futuras intervenções e a gerarem uma dinâmica difusora de um novo paradigma de intervenção urbana, conduziu a uma significativa selectividade territorial, sendo a elegibilidade limitada às cidades de Coimbra, Guarda, Viseu, Castelo Branco, Covilhã, Leiria e Aveiro.

O carácter simbólico, para além de ter gerado uma elevada concentração e intensificação de investimento em espaços muito limitados das cidades seleccionadas, justificou uma intensa campanha da comunicação, sem paralelo nas intervenções empreendidas ao abrigo dos programas operacionais regionais, e a criação de condições de operacionalidade excepcionais como forma de garantir eficácia à tramitação administrativa de suporte às diversas intervenções.

Da experiência de realização da Medida, entre 2000 e 2005, ressalta um conjunto de dificuldades e estrangulamentos que conduziram a atrasos significativos de execução, evidenciados na leitura do desempenho. O primeiro desses estrangulamentos, resulta da morosidade verificada na tramitação dos planos de ordenamento do território de suporte à intervenção. Mesmo beneficiando de um carácter de excepção, não foi possível assegurar eficácia ao processo de preparação das intervenções, o que justifica uma reflexão aprofundada, no sentido de que o carácter exemplificativo destas intervenções tenha, de facto, repercussão futura. Ou seja, parece evidente que a tramitação do planeamento e ordenamento do território carece de uma simplificação de processos e de tramitação por forma a assegurar eficácia aos processos de requalificação urbana.

Por outro lado, verificou-se uma suborçamentação das intervenções, por parte dos promotores locais, aquando da produção dos planos estratégicos das operações integradas. Esta situação exige também uma significativa aprendizagem futura no sentido de produzir melhores documentos de suporte às intervenções, por forma a que se conformem às dotações financeiras disponíveis. Verificaram-se ainda inúmeras desinteligências quanto à elegibilidade de determinadas despesas o que, conjuntamente com a suborçamentação das intervenções, obrigou a proceder à revisão das operações a meio percurso e à eliminação de certos projectos.

Este rol de problemas conduziu a que não seja possível observar no terreno os resultados efectivos das operações integradas e identificar evidências factuais dos ganhos ocorridos tanto em matéria de ambiente urbano, como de atractividade dos centros urbanos.

Todavia, observando-se os documentos de suporte das operações integradas e as 18 candidaturas e confrontando as estratégias e os projectos candidatados, com as orientações da Comissão Europeia expressas desde o Livro Verde para o Ambiente Urbano (1990) até à recente comunicação "Para uma estratégia Temática sobre o Ambiente Urbano" [Com(2004) 60 – JOCE de 23 de Abril de 2004], verifica-se que as acções em curso são insuficientes neste domínio.

As insuficiências resultam, essencialmente, do carácter excessivamente focalizado das operações integradas, que não visaram as cidades na sua totalidade, mas apenas parte delas. Acresce que a grelha de tipologia de projectos está restrita à requalificação urbana do espaço público e é pouco sensível aos factores chave das estratégias de qualificação do ambiente urbano como: a gestão urbana sustentável; os transportes urbanos sustentáveis; a construção sustentável e o urbanismo sustentável.

IV. Análise Específica das Medidas

Vejamos alguns domínios de intervenção e as fragilidades que foram evidenciadas.

No domínio da circulação urbana as intervenções empreendidas visaram diminuir alguns fluxos nas áreas centrais através da criação de áreas de estacionamento, túneis e reestruturação viária com a pedonalização de arruamentos centrais. As intervenções neste domínio para além de não terem tido um carácter inovador, vindo na linha de outras já empreendidas nos programas operacionais regionais do QCAII e do QCA III (Eixo I), não trouxeram ganhos para a mobilidade urbana e para a redução da circulação motorizada.

Verificou-se, neste âmbito, que o facto das intervenções se concentrarem em zonas muito limitadas das cidades, em nada beneficiou uma visão integrada da unidade urbana, da sua coroa envolvente e do subsistema que estrutura e que integra as várias unidades funcionais, geradoras/receptoras dos fluxos urbanos.

A falta de planos de mobilidade, com o objectivo de reduzir a circulação motorizada, que considerassem projectos estimuladores do uso do transporte público e do uso da bicicleta – erradamente tratada pelas várias intervenções como um meio de lazer e não como um meio de transporte conforme o documento comunitário “Cidades para Bicicletas, Cidades de Futuro” recomenda -, origina que neste domínio os ganhos sejam pouco expressivos.

A forma incipiente como a questão da circulação motorizada foi tratada repercutiu-se noutros domínios do ambiente urbano como o ruído e as emissões poluentes. Embora se reconheça que, nalgumas áreas centrais, se possam vir a registar benefícios, devido ao desvio de fluxos, o facto é que ao nível de qualquer uma das cidades apoiadas os benefícios neste domínio irão ser pouco relevantes dado que os planos estratégicos e as intervenções não revelam uma perspectiva global para todo o subsistema urbano.

Já no domínio da qualificação paisagística os ganhos foram extremamente positivos, por via da qualificação do espaço público e, principalmente, devido ao reforço da estrutura verde das cidades dado que todas as operações integradas contemplam a criação de espaços verdes. Embora os ganhos sejam positivos, tanto mais que as cidades portuguesas apresentam índices de arborização e de espaços verdes inferiores aos padrões europeus, importa destacar que as novas áreas verdes nem sempre se integram harmoniosamente no tecido urbano consolidado dada a sua perifricidade.

Uma boa parte destas novas estruturas verdes localiza-se junto das margens das principais linhas de água que atravessam a cidade. São os casos de Coimbra, Aveiro, Guarda, Leiria e Covilhã. Sendo positivo registar que nalgumas destas cidades a refuncionalização das margens foi acompanhada de intervenções hidráulicas e de regularização dos leitos. Ainda assim os ganhos em termos da qualidade dos recursos hídricos são pouco expressivos, estando mais dependentes de outros projectos ambientais empreendidos no Eixo I do PO Centro.

Em termos de ganhos de atractividade verifica-se que o facto das operações integradas incidirem nos espaços mais emblemáticos das cidades Polis da Região Centro e de terem uma forte concentração na qualificação do espaço público produzirá ganhos evidentes na imagem projectada por estas cidades.

Por essa razão, é expectável que haja ganhos na atractividade das cidades no domínio do turismo e do lazer projectando uma imagem positiva enquanto Cidades de Entretenimento. Importa, no entanto, realçar no âmbito da imagem urbana, que as intervenções não integraram qualquer tipo projecto nos domínios da reabilitação do património edificado. Esta componente é extremamente importante atendendo ao estado de degradação e desqualificação arquitectónica que registam os centros históricos destas cidades, em perda funcional e demográfica.

Todavia, considerando a importância que este conjunto de cidades desempenha na competitividade do sistema urbano regional era expectável que as operações integradas tivessem considerado outro tipo de domínios de actuação, capazes trazer benefícios locais e regionais na captação de investimento e na criação de uma rede de pólos centros de inovação e conhecimento. Neste âmbito, para além das operações não concretizarem objectivos no domínio da estruturação e organização funcional e de fluxos nestas cidades, nada acrescentam para a qualificação das actividades produtivas instaladas.

IV. Análise Específica das Medidas

Em síntese, da experiência empreendida emergem um conjunto de lições de aprendizagem que deverão ser atendidas no futuro. A primeira dessas lições prende-se com a escala de intervenção. Ou seja, há diferentes patologias que afectam as cidades da Região Centro e que exigem metodologias e escalas de intervenção diferenciadas. No que respeita aos espaços urbanos em crise, que necessitam de tratamento cirúrgico, tanto no âmbito da qualificação física como do capital humano e da inclusão social fará todo o sentido que se empreendam operações focalizadas. Por outro lado, no que concerne aos problemas que afectam o sistema urbano, em particular a mobilidade, será necessário assegurar que sejam empreendidas acções de mais amplo espectro.

A segunda lição refere-se à necessidade de que as operações de qualificação do espaço público sejam acompanhadas por operações de requalificação do espaço construído que em certas situações poderá ser ao nível da reabilitação e, noutras, no âmbito da requalificação e regeneração. Esta acção concertada implica uma maior mobilização dos privados, em particular dos proprietários.

A terceira lição assenta na melhor preparação das intervenções. Sendo positivo assinalar o esforço que estas intervenções revelaram em matéria de reflexão empírica e complexidade de intervenção a suborçamentação das intervenções revelou-se um aspecto particularmente negativo. Finalmente importa destacar a necessidade de proceder a uma melhoria de toda a tramitação processual que suporta o planeamento urbanístico. O facto de, mesmo em situação de pressuposta facilitação, se terem verificado significativos atrasos exige uma profunda reflexão para que os procedimentos de requalificação urbana empreendidos ao abrigo de fundos comunitários, ou à margem destes, possa verificar-se com níveis de eficácia que não comprometam os seus objectivos.

IV. Análise Específica das Medidas

Leiria foi uma das cidades seleccionadas para integrar a Componente 1, Linha 1 do “Programa Polis”. O projecto “reestruturação viária e urbana da cidade”, apoiado pelo PO CENTRO através da Medida 2.1, assume nesta intervenção uma importância significativa, mas representa apenas uma parcela de um conjunto mais vasto de intervenções urbanas na cidade, apoiadas por outras fontes de financiamento (p.e. PO Ambiente ou Medida 3.13 do PO CENTRO).

Dado que a “intervenção Polis” está enquadrada numa lógica integrada, centrada no denominado “Sistema Rio”, importa que este estudo de caso se centre na globalidade das intervenções urbanas realizadas ou em curso na cidade, tentando daí retirar referenciais de experiência. Mais do que projectos avulsos de requalificação urbana, enquadrados no Eixo I, o carácter demonstrativo desta Medida, passa pela tentativa de visionar a cidade no seu conjunto, com uma estratégia plenamente assumida consubstanciada num conjunto de acções integradas, pelo que é o conjunto das intervenções que importa analisar detalhadamente e não apenas um dos seus projectos, de modo a podermos perceber em que medida o ambiente urbano da cidade e a sua atractividade foi (ou será) realmente potenciada.

PROMOTOR	SOCIEDADE LEIRIA POLIS	
APOIO NO ÂMBITO DO PROGRAMA	Eixo Prioritário	Medida
	Eixo II	Medida 2.1 – Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades
LOCALIZAÇÃO	NUTE III	Concelho
	Pinhal Litoral	Leiria

DESIGNAÇÃO	INTERVENÇÃO POLIS EM LEIRIA – REESTRUTURAÇÃO VIÁRIA E URBANA DA CIDADE - ESTUDOS			
ELEMENTOS FINANCEIROS DO PROJECTO	Investimento Total	Investimento Elegível	Comparticipação Solicitada	Taxa Participação
	1.729.486,94 euros	1.729.486,94 euros	1.297.115,20 euros	75%
INDICADORES FÍSICOS	Designação			
	Estudos/projectos técnicos/diagnósticos/planos			
	Unidade	Valor Previsto	Executado	Valor da Medida
	Nº	1	1	4
				25%
BREVE DESCRIÇÃO DO PROJECTO	<p>Numa primeira fase, de arranque da Sociedade Leiria Polis, foram realizados diversos estudos técnicos de suporte a toda a intervenção a realizar. Assim efectuaram-se:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Estudos de incidências ambientais; 2. Estudo hidráulico e hidrológico – permitiu identificar situações de estrangulamento e disponibilizar pistas para a melhor localização (cotas) de construção de açudes; 3. Cartografia da área de intervenção à escala 1/500 (mais tarde 1/200 para locais muito específicos); 4. Sondagens geotécnicas – nas áreas onde iriam ser construídos os parques de estacionamento; 5. Estudo sobre a flora aquática do rio e sobre a avifauna (identificação de zonas de nidificação); 6. Estudos de monitorização ambiental, incluindo um estudo de opinião – centrado nas questões do ruído quando da realização das obras. <p>Numa segunda fase, começaram a elaborar-se os projectos técnicos, incluindo os Planos de Pormenor.</p>			
DESIGNAÇÃO	INTERVENÇÃO POLIS EM LEIRIA - REESTRUTURAÇÃO VIÁRIA E URBANA DA CIDADE			
ELEMENTOS FINANCEIROS DO PROJECTO	Investimento Total	Investimento Elegível	Comparticipação Solicitada	Taxa Participação
	8.657.008,76 euros	7.472.899,70 euros	5.205.237,98 euros	69,7%
INDICADORES FÍSICOS	Designação			
	Criação de lugares de estacionamento			
	Unidade	Valor Previsto	Executado	Valor da Medida
	Nº	525	217	824
				6,3%
INDICADORES FÍSICOS	Designação			
	Área Urbana a intervir (reestruturação urbana)			
	Unidade	Valor Previsto	Executado	Valor da Medida
	Ha	15,1	-	60
				25%
BREVE DESCRIÇÃO DO PROJECTO	<p>O projecto contempla a implementação de algumas obras de reestruturação viária e urbana da Intervenção Polis, nomeadamente a construção de 3 parques de estacionamento e requalificação e valorização dos espaços envolventes, bem como a construção de uma casa mortuária. Corresponde aos projectos de execução de obras (incluindo aquisições de terrenos e fiscalizações), decorrentes do projecto anterior, que contemplava apenas os estudos. Estas intervenções podem ser distribuídas por 3 componentes/áreas distintas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. parque de estacionamento e requalificação da zona da Fonte Quente – criação de estacionamento, de modo a dissuadir o trânsito no centro da cidade; requalificação da zona urbana e viária; 2. Casa Mortuária – novo equipamento colectivo – realocação para junto do cemitério e aproveitamento do antigo edifício para posto de informação pública no domínio do ambiente urbano (financiado pela Medida 3.13); 3. parque de estacionamento de Santo Agostinho e Serafim Lopes Pereira e valorização da envolvente - criação de estacionamento, de modo a dissuadir o trânsito no centro da cidade; requalificação da zona urbana e viária 			

IV. Análise Específica das Medidas

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
Planeamento e eficiência	<p>Enquadramento estratégico político/sectorial/territorial justificativo Tendo como beneficiários um conjunto limitado de autarquias (Aveiro, Coimbra, Viseu, Guarda, Covilhã, Castelo Branco e Leiria) que foram seleccionadas para integrarem a Componente 1, Linha 1 do “Programa Polis” na Região Centro, foi objectivo estratégico da Medida, apoiar operações integradas de requalificação urbana e de valorização ambiental, procedendo-se à selectividade das intervenções a apoiar pelo carácter demonstrativo e visibilidade nacional que demonstrassem. No caso de Leiria, avocando o rio Lis como o elemento estrutural da cidade, definiu-se uma estratégia global de intervenção centrada no denominado “Sistema Rio”. A necessidade de restituir o rio à cidade (cada vez mais visto como as suas traseiras), devolvendo-lhe importância e tentando que aí seja recentrada a vivência e fruição cidadina, justificam a opção de concentrar ao longo desta via de comunicação (historicamente o elemento de génese da cidade) a operação integrada a apoiar. Esta estratégia consubstancia-se não apenas na criação de condições de fruição em toda a extensão urbana do rio (zonas de equipamentos, zonas de lazer, zonas de estacionamento, ...), mas igualmente no estabelecimento de relações entre as duas margens (5 pontes peatonais, ...).</p> <p>Adequação da alocação dos recursos aos objectivos do projecto Quando do lançamento do Programa Polis e dada a obrigatoriedade de possuir um documento estratégico que “olhasse” para a cidade de um modo global e integrado, foi estabelecido um pacote global de investimentos necessários para concretizar as inúmeras intervenções que o compunham. Esse <i>plafond</i> global atingia inicialmente os 52 milhões de euros, cingindo-se actualmente nos 40 milhões, maioritariamente provenientes de financiamento comunitário, não apenas da Medida 2.1, mas igualmente da Medida 3.13 do PO CENTRO e do Programa Operacional do Ambiente.</p> <p>Dado o volume de intervenções em causa e as suas especificidades (incluindo a necessidade de proceder a aquisição de terrenos), parecem adequados os montantes financeiros afectos. Toda a orçamentação dos projectos de execução tem respeitado criteriosamente os valores padrões estipulados para estas tipologias de intervenções e satisfazem as necessidades para cumprir os objectivos do projecto. Não obstante, registre-se que o facto de não existir ainda nenhum Plano de Pormenor aprovado, inviabiliza o recurso à figura de expropriação, o que em alguns casos obriga à aquisição directa dos terrenos ou simplesmente, por intransigência dos proprietários em vender, não permite a concretização do projecto inicialmente equacionado.</p> <p>Adequação da lógica do projecto e dos seus princípios à realidade regional/local O papel relevante que desempenham algumas cidades, nas dinâmicas de emprego e prestação de serviços, origina que nem sempre seja fácil a coabitação entre “visitantes” e as premências e necessidades dos residentes, originando situações de conflito, nomeadamente ao nível da circulação viária, congestionamento de tráfego e recurso a estacionamento desregrado e caótico na maioria das suas artérias. Por outro lado, mas como consequência, dificilmente os centros das cidades, são possíveis de fruir em toda a sua plenitude pelos cidadãos, pelo menos em extensões relativamente consideráveis, o que aliado ao esquecimento/abandono a que foram vetados alguns equipamentos/edifícios, leva a um progressivo afastamento destas áreas. Face a este enquadramento, e na lógica inerente à criação da intervenção Polis, parece perfeitamente ajustada e correcta a criação de diversos parques de estacionamento ao longo do elemento, que se quer de novo estruturante da cidade: o rio Lis. Simultaneamente, ao dissuadir-se o trânsito à superfície, criam-se possibilidades de incrementar zonas pedonais (desde pontes até um extenso continuo verde) e requalificar espaços públicos, tornando viável a fruição pela população de toda a zona envolvente/adjacente ao leito do rio.</p> <p>Adequação dos processos para alcançar os resultados Dada a “enorme” extensão de território a interencionar, seria necessário alterar diversos instrumentos de gestão urbanística, mudando usos e classes de espaço, pelo que se optou por dividir o território de intervenção em diversas áreas, procedendo-se posteriormente à elaboração de Planos de Pormenor para cada uma delas. Assim, foram criados 3 Planos de Pormenor para o “Sistema Rio”, promovidos pela Leiria Polis, a que acresce mais um para o Centro Histórico, a decorrer em paralelo, da responsabilidade da C. M. de Leiria. Apesar destas figuras de planeamento, serem extraordinariamente importantes para poder avançar-se com os processos de expropriação necessários, um dos grandes problemas com que se tem deparado a Sociedade Polis, prende-se com o facto de todo o processo administrativo inerente à aprovação destes Planos ser demasiado moroso, complexo e burocratizado. Iniciados em 2001 e 2002, os PP2 e PP3 entraram em discussão pública em Outubro de 2002, mas só em Setembro de 2005, e apenas um deles (PP2), foi aprovado pela Comissão Técnica de Acompanhamento e irá para aprovação da Assembleia Municipal.</p> <p>Eficácia da programação na integração com outros fundos/projectos Para além das acções de valorização ambiental e requalificação urbana, apoiadas pelo POLIS, começaram a desenrolar-se outras intervenções de valorização/reconstrução do espaço público e do património, aproveitando sinergias e executadas paralelamente e de forma coordenada com a Sociedade Polis, nomeadamente ao nível da recuperação de edifícios e do tratamento de fachadas. Logicamente, estas intervenções só fazem efectivamente sentido se forem promovidas em conjunto e em simultâneo com a Intervenção Polis, podendo caminhar-se para um processo de efectiva requalificação urbana baseada numa estratégia global de intervenção.</p> <p>O projecto “reestruturação viária e urbana da cidade”, apoiado pelo PO CENTRO através da Medida 2.1, representa apenas uma parcela de um vasto conjunto de intervenções urbanas na cidade, apoiadas por outras fontes de financiamento. Assim, a Intervenção Polis em Leiria, encontra-se articulada com outros programas e Medidas, sobressaindo projectos como “valorização da qualidade ambiental da cidade”, apoiado pelo PO Ambiente e “sensibilização/comunicação ambiental – criação de um posto de informação pública no domínio do ambiente urbano”, com financiamento no Eixo III do PO CENTRO (Medida 3.13).</p>

IV. Análise Específica das Medidas

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
Accountability	<p>Sucesso do projecto Não obstante os constrangimentos decorrentes da morosa aprovação dos Planos de Pormenor e o conseqüente atraso no arranque e desenvolvimento de diversas intervenções, parece evidente que a tentativa de devolver o rio à cidade, assumindo toda a extensão urbana do rio como território privilegiado de vivência e fruição, será futuramente conseguida. Os projectos já concluídos, ou em fase final de execução, nomeadamente a construção dos parques de estacionamento e a requalificação do espaço público envolvente, estão a dotar a cidade de um novo ambiente urbano, potenciando claramente a sua atractividade.</p> <p>Apesar do Parque de Estacionamento do Largo Infantaria 7 possuir uma boa concepção e 217 lugares, actualmente a sua taxa de ocupação é bastante reduzida. As justificações apontadas passam pelo facto de: 1. continuar a subsistir um estacionamento "selvagem" nas artérias limitrofes; 2. a maioria das pessoas desconhecer a sua existência; 3. existir, por parte dos residentes, a expectativa que a autarquia irá reduzir ainda mais os valores de aquisição de lugares (actualmente os residentes possuem uma taxa de redução de 50%). Prevê-se que esta situação seja rapidamente resolvida através de um conjunto de medidas, das quais sobressaem: 1. Implementação pela autarquia de um projecto de mobilidade que contempla algumas acções dissuasoras (aumento dos passeios, passadeiras desniveladas, limpeza dos passeios, recolhimento de postes, ...); 2. colocação de sinalização exterior que facilite a "descoberta" do parque; 3. Informação objectiva da população. Registe-se o que o parque de estacionamento Serafim Lopes, apesar de constar da empreitada do Parque da Infantaria 7, ainda não ter avançado. Já no que se refere ao Parque de estacionamento da Fonte Quente (em fase de conclusão de obra), possui capacidade para 260 veículos. A sua localização privilegiada e o facto de anteriormente já existir à superfície e encontrar-se sempre lotado, permitem perspectivar que será ocupado muito rapidamente.</p> <p>De assinalar a resolução de alguns problemas inerente ao normal aproveitamento do rio, como a reconstrução de duas pontes (dos Caniços e São Romão), que tinham sido apontadas pelos estudos hidrológicos como 2 dos constrangimentos de urgente resolução e que deste modo puderam avançar rapidamente. Por outro lado, um dos projectos mais singulares da Intervenção, pela originalidade que apresenta, prende-se com a construção de 5 pontes pedonais "temáticas" (estão em fase de execução), que permitirão a sua fruição por escalões etários bastante diferenciados e assumir-se elas próprias como espaços de vivência (p. e. a Ponte Parque Infantil – que irá conter diversos elementos geralmente associados a esses equipamentos, ou a Ponte Sofá,...).</p> <p>Concretização dos objectivos Sendo o objectivo global a prosseguir, melhorar a qualidade de vida na cidade, através de intervenções urbanísticas e ambientais, de modo a aumentar a sua atractividade e competitividade, a intervenção Polis em Leiria, possui objectivos específicos muito direccionados: restituir o rio à cidade, atribuindo-lhe o carácter estruturante que esteve na sua génese; a criação de um percurso pedonal/ciclovía, estimulando a fruição e promovendo os diversos patrimónios (museológico, arquitectónico, natural, ...); criação de um "verde contínuo" e reordenamento da malha viária, através da construção de parques de estacionamento e amplos espaços pedonais.</p> <p>Neste contexto, foi equacionados um conjunto de intervenções a empreender em cada uma das áreas pré-definidas, e que integram cada um dos Planos de Pormenor em elaboração. Assim, apesar de actualmente, dadas as dificuldades inerentes à sua aprovação, a maioria dos projectos ainda não ter avançado, parece evidente que no futuro tal será uma verdade inofismável e a generalidade destes objectivos serão concretizados.</p> <p>Eficácia da aplicação dos recursos O desajuste da legislação específica dos Planos de Pormenor, aos prazos, <i>timings</i> de desenvolvimento do Programa Polis, inviabiliza uma célere concretização de muitos projectos, dada a impossibilidade de recorrer ao mecanismo de expropriações. As negociações directas são muito complicadas e onerosas e muitas das vezes as intransigências dos proprietários, inviabiliza o início dos trabalhos e a implementação do próprio projecto. De modo a contornar esta situação, as sucessivas reprogramações financeiras têm incluído um conjunto de outros projectos e acções.</p> <p>Impactes directos e indirectos do projecto Não obstante as dificuldades referenciadas anteriormente, podem ser apresentados alguns dos principais impactes já observáveis com os projectos concluídos ou em fase final de execução, nomeadamente a criação de 477 novos lugares de estacionamento (217 já disponibilizados pelo Parque da Infantaria 7), a requalificação do espaço público e reestruturação viária numa área de 15 ha. Em simultâneo foi também criado um novo equipamento público (uma nova casa mortuária, nas imediações do cemitério) e o reaproveitamento do antigo para Centro de Interpretação Ambiental. A operacionalidade e normal funcionamento destes projectos, originou a criação de 10 novos empregos permanentes.</p>

IV. Análise Específica das Medidas

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
Implementação e sustentabilidade	<p>Qualidade da gestão e implementação do projecto e sua sustentabilidade actual A parceria estabelecida entre a Câmara Municipal de Leiria e a Parque Expo S. A. levou à constituição da sociedade Leiria Polis e à sua dotação com um capital social avultado (cerca de 12 milhões de Euros). O facto de a maioria dos recursos humanos afectos à sociedade serem provenientes do corpo técnico autárquico (profundos conhecedores do território e das suas problemáticas) e da Parque Expo S. A. (vasta e reconhecida experiência em processos de requalificação urbana), assume-se claramente como uma mais valia de qualidade para a gestão e implementação do projecto.</p> <p>Pelos montantes financeiros que possui (capital social) e pela possibilidade de recorrer a diversas fontes de financiamento comunitário (dois Eixos do PO CENTRO e PO Ambiente), previsivelmente deverá ser concretizada a generalidade das intervenções propostas.</p> <p>Contribuição dos procedimentos de candidatura/aprovação/accompanhamento para a eficácia e desempenho do projecto As sucessivas mudanças nas estruturas de gestão, quer no conselho de Administração da Sociedade Leiria Polis (5 presidentes), quer na presidência da CCDR Centro (4 gestores/presidentes), têm suscitado diversas interferências nas orientações e andamento normal dos trabalhos. Por outro lado, de modo a existir uma adequação/coerência entre os diversos Polis em implementação, foi definido pela Administração Central que um conjunto de intervenções deveriam passar do Eixo II para o PO Ambiente (conforme a conveniência de investimentos a realizar). Esta redistribuição apenas recentemente foi concluída (2004 e 2005), o que também prejudicou o normal desenvolvimento dos trabalhos, nomeadamente os procedimentos de candidatura. Contudo, registe-se a enorme mais valia decorrente da experiência acumulada da Parque Expo, nomeadamente ao nível da preparação das candidaturas, o que possibilitou acelerar alguns processos e ultrapassar constrangimentos que iam surgindo.</p> <p>As dificuldades sentidas pelo facto de ainda nenhum Plano de Pormenor ter sido aprovado, aliada à necessidade de se formalizarem candidaturas, originou que fosse encontrada uma forma expedita de captar os apoios existentes, integrando nas candidaturas dos projectos de execução de obras as restantes actividades, nomeadamente aquisições de terreno e fiscalizações.</p> <p>Adequação dos parceiros envolvidos O facto da cidade Leiria ter sido considerada logo no início do processo, como uma das cidades a ser alvo de atenção e apoio ao abrigo do Programa Polis, originou que o modelo adoptado quando da realização da Expo 98, consensualmente reconhecido como um bom exemplo, fosse replicado para esta cidade e, conseqüentemente, foi estabelecido uma parceria entre a Câmara Municipal de Leiria e a Parque Expo S.A.</p> <p>Por outro lado, registe-se que nos estudos preparatórios realizados, houve a preocupação de recorrer a instituições/entidades locais para a elaboração de alguns trabalhos (p.e. no estudo sobre a avifauna foram apoiados por associações ambientalistas locais e no caso dos estudos de monitorização e opinião foram assessorados pela ESTG de Leiria). No caso da construção/execução e futura concessão do parque de estacionamento do Largo da Infanteria 7, o processo de concurso teve como vencedor um empreiteiro local, ao qual foi atribuído um período de concessão de 50 anos.</p> <p>Ao longo de todo este processo têm vindo a realizar-se diversas acções de comunicação, procurando manter a população actualizada sobre o desenvolvimento dos projectos e obras. Estas acções, centram-se sobretudo nos grupos-alvo que mais directamente serão visados pelo Programa: 1. População em geral; 2. Comerciantes/habitantes dos espaços limítrofes/adjacentes ao leito do rio; 3. Escolas/estabelecimentos de ensino/jovens. Sublinhe-se que, sempre que possível, a implementação de diversas acções, como a requalificação dos espaços públicos tem sido (e deverá continuar a ser) compatibilizada com os hábitos culturais, as feiras e festas tradicionais da cidade.</p> <p>Integração/sinergia com outros projectos A estratégia global de intervenção para a área da cidade de Leiria designada “Sistema Rio” contempla um conjunto de iniciativas e intervenções que vão muito além da operação integrada a apoiar pelo Programa Polis. O facto de assumir-se o rio Lis como o elemento estrutural da cidade, recentrando aí a vivência e fruição urbana, “obriga” a um conjunto de intervenções e sinergias com vista à despoluição total do seu leito. Neste sentido, tem vindo a ser desenvolvido um importante trabalho pela autarquia, de modo a tornar todo o leito do rio, no seu percurso urbano, como um verdadeiro “espelho de água”, navegável sempre que possível. O Parque de estacionamento do Largo da Infanteria 7, servirá de apoio ao futuro núcleo museológico a criar na área, que contemplará a readaptação do Convento de Santo Agostinho em Museu de Arqueologia, reconversão do edifício da Cruz Vermelha em edifício museológico e a recuperação e adaptação a espaço museológico do Moinho de Papel.</p> <p>Evidências de sustentabilidade do projecto Relativamente à sustentabilidade do investimento, nomeadamente nos dois parques de estacionamento alvo de candidatura à Medida 2.1, tal parece assegurado, estimando-se que, no caso do parque da Fonte Quente, no horizonte de 25 anos as receitas líquidas representem 4% do investimento inicial realizado e, no caso do parque do Largo da Infanteria 7, no horizonte de 50 anos (período concessionado) as receitas líquidas representem 17% do investimento elegível.</p> <p>O conjunto de intervenções já realizadas, em curso, ou espectáveis num futuro próximo, parecem evidenciar claramente a sustentabilidade dos projectos, como âncoras privilegiadas da estratégia definida inicialmente, que passava pela melhoria do ambiente urbano da cidade e da sua atractividade.</p>

IV. Análise Específica das Medidas

4.5. Medida 2.6 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior

A focalização temática constitui o elemento central das abordagens estratégicas seguidas pelas acções integradas de base territorial. Desta focalização temática emerge a **selectividade territorial dos investimentos**, atendendo a que estes pretendem incidir, prioritariamente, sobre os vectores alavancadores de dinâmicas territoriais.

No caso da AIBT do Pinhal a estratégia foi claramente definida. Antes de mais ela parte de um conjunto de estrangulamentos. Trata-se de um território fortemente deprimido, desertificado, ruralizado, com debilidades infraestruturais elevadas, fortemente dependente de investimento exógeno, em que somente a fileira da floresta regista alguma competitividade, ainda assim, afectada nos últimos anos pelos recorrentes incêndios florestais que reduziram significativamente a mancha florestal. Paralelamente, a estratégia aposta na valorização da grelha de recursos territoriais com maior valor, e que permitem que o território se distinga dos demais: paisagem florestal extensa e de grande valor ecológico, linhas de água com grande qualidade para as práticas balneares e aldeias com forte identidade.

Tendo este pano de fundo, a Medida assumiu como objectivos a dinamização da actividade turística, dentro dos segmentos do turismo de natureza, rural e aventura, como forma de complementar e valorizar o património natural e construído. Para tal a foi estruturada em cinco linhas de acção: (i) qualificar e aumentar a capacidade de alojamento; (ii) actividades de animação turística; (iii) promoção turística; (iv) infra-estruturas (percursos, praias fluviais, aldeias serranas, núcleos museológicos); (v) acessibilidades intra-regionais.

O estabelecimento deste referencial estratégico, com forte selectividade temática, conduziria, obrigatoriamente, a uma distribuição territorialmente desigual do investimento, conforme se verificava em 30/06/2005, em que os concelhos da Lousã, Castanheira de Pêra, Fundão, Pampilhosa da Serra e Góis agregavam cerca de 50% do investimento da Medida.

Numa leitura mais fina verifica-se que os investimentos procuram satisfatoriamente incidir sobre os principais recursos com potencialidades de desencadear alguma dinâmica turística no território. Ou seja, a aposta em concretizar uma rede de aldeias de xisto, uma rede de percursos de ligação de elevado valor paisagístico e uma rede de praias fluviais revela uma leitura de selectividade e concentração de investimento o que é extremamente positivo atendendo a ser esta a única forma de que os projectos realizados tenham escala e qualidade para alavancar dinâmicas de procura turística.

Embora se reconheça pertinência à abordagem seguida, no que concerne à produção de reflexão empírica parece-nos que o facto de esta não estar suportada em planos de ordenamento territorial, em particular de nível supramunicipal, poderá fragilizar a sua sustentabilidade. De facto, o esforço empreendido não está suportado em instrumentos de planeamento territorial, ou de planeamento sectorial que assegurem que os restantes investimentos, efectuados e a efectuar, à margem do PO Centro, públicos e privados, sejam coerentes com a matriz definida pela AIBT. Esta situação não é uma particularidade desta AIBT ou do PO CENTRO, mas é importante destacar que o essencial do esforço de qualificação e melhoramento das políticas públicas, em particular no que concerne à territorialização das mesmas, tem sido sistematicamente perseguido pelos programas operacionais regionais, sem que o sistema de planeamento territorial, nem a organização política administrativa se apropriem dessas inovações. Verifica-se que nem a montante, nem a jusante da componente programática, existe uma política de planeamento e ordenamento territorial que enquadre as iniciativas empreendidas, em particular quando se trata de abordagens supra-municipais.

Em suma, emerge como primeira lição de experiência da AIBT ser possível abandonar uma lógica de redistribuição equitativa das dotações financeiras e estabelecer quadros estratégicos que prossigam abordagens de grande selectividade temática e territorial, com vista da desencadear dinâmicas de desenvolvimento concentrando-se, para tal, o investimento num conjunto e numa tipologia limitada de projectos. No entanto, a prossecução deste tipo de abordagens deverá estar suportada um documento de planeamento territorial por forma a assegurar que outros investimentos públicos e privados sigam a mesma matriz.

IV. Análise Específica das Medidas

A inexistência de um planeamento territorial de suporte à programação evidencia-se sobre os mais diversos aspectos. Um dos quais é a deficiente articulação entre as diversas abordagens sectoriais, para um mesmo território. Esse facto faz com que o esforço de concertação intersectorial seja empreendido ao nível programático. A **articulação das Medidas 2.6 (FEDER), 2.7 (FEOGA-O) e 2.8 (FSE)** evidencia esta situação. De facto, o esforço de transversalização de políticas seguidas pela AIBT do Pinhal resulta, não tanto de um referencial de planeamento, mas do esforço da Gestão para conseguir encontrar uma articulação eficaz entre estes três instrumentos financeiros com âmbitos de actuação distintos o que nem sempre é possível de alcançar atendendo às limitações que as tipologias de projectos criam.

A articulação realizada entre as Medidas 2.6 e 2.7 é extremamente oportuna, se considerarmos que a mancha florestal constitui o principal recurso paisagístico deste território sendo determinante para os diversos produtos turísticos que o território reúne maior vocação. Ainda assim, esta articulação revela apenas conexões estratégicas dado que não foram empreendidos projectos comuns ou em sinergia directa.

A articulação entre as Medidas 2.6 e 2.7 é, por outro lado, mais efectiva, atendendo a que a geração de sinergias entre os projectos é mais fácil de ser concretizada dadas as afinidades e complementaridades que registam. São exemplo desta situação as acções de formação nas áreas do turismo e do artesanato. Todavia, face ao estado embrionário em que se encontra a actividade turística no Pinhal Interior as acções de formação registam diversas carências. Somente com um tecido económico mais robustecido que estabeleça padrões de necessidades e níveis de excelência a pauta formativa poderá qualificar-se. Ao mesmo tempo só com esse tecido empresarial será possível assegurar a empregabilidade dos formandos. Ressalta, no entanto, da experiência empreendida que existem margens de progressão significativas no domínio da articulação entre FEDER e FSE. A experiência empreendida neste período de programação centrou-se, essencialmente, na exploração de temáticas e âmbitos comuns. Julgamos, que num próximo período de programação, se deverá avançar para a realização de projectos conjuntos. Ou seja, é necessário desenhar projectos infraestruturais, com relevância para a competitividade económica deste território, e incluir, desde logo, a componente de formação e qualificação do capital humano que irá rentabilizar e gerir esse investimento. A gestão de projectos comuns deverá ser o próximo passo e emerge como a principal lição de experiência neste âmbito.

A construção desta Acção Integrada num território, com escassos graus de competências e concertação institucional, só foi possível através do recurso a um **modelo de gestão** que privilegiou a actuação da CCDR como agente motriz e concertador. Considerando a experiência empreendida na AIBT do Pinhal Interior e as restantes experiências de acções integradas, empreendidas no âmbito QCAIII, julgamos que estas iniciativas foram extremamente importantes no sentido de incutirem selectividade aos investimentos públicos co-financiados. Esta selectividade, para além de temática, prendeu-se com uma subida de escala, passando-se a privilegiar uma lógica supramunicipal nos investimentos públicos co-financiados.

Paralelamente, as acções integradas revelaram-se plataformas para a integração de políticas públicas ao nível territorial, seja através da geração de projectos em sinergia, ou em co-gestão, seja pelo incremento das relações institucionais entre os diversos actores locais e sectoriais de um dado território. Também neste domínio o papel das CCDR foi extremamente relevante, atendendo a que a concertação sectorial só poderá ser realizada a um nível supra-municipal e por quem esteja rotinado nesse tipo de actividades.

A localização territorial do coordenador das AIBT constituiu o elemento diferenciador dos diversos Modelos de Gestão das AIBT. A experiência do PO CENTRO ensina que não existem diferenças substanciais, ao nível dos resultados e da eficácia, resultantes da aplicação dos diferentes desenhos das estruturas de gestão. No entanto, a experiência de execução do PO CENTRO ensina também que a realização deste tipo de Acções exige uma forte interacção entre o coordenador e o território, conforme se verificou na AIBT do Pinhal. O facto de os actores locais não estarem, na grande maioria das vezes, preparados para inovar nos projectos e concertar nas estratégias, exige uma continuada acção no terreno que só é possível de concretizar com unidades técnicas que disponham de um dimensionamento adequado, o que nem sempre se verificou nesta e em outras Medidas do PO Centro.

IV. Análise Específica das Medidas

Resulta do exposto, como lição de experiência, que o papel da CCDR, em futuras acções de base territorial, deverá ser tão mais determinante quanto menores forem as capacidades institucionais do território e mais ambiciosa seja a perspectiva de que AIBT se revele uma plataforma de integração de políticas públicas sectoriais.

A apreciação da **participação e envolvimento dos actores locais**, no quadro das Acções Integradas de Base Territorial, deve ser ponderada e adequada considerando os elementos centrais subjacentes a estas acções.

O primeiro desses elementos é a territorialização das políticas públicas. Se, por um lado, esta territorialização pressupõe uma aproximação das abordagens sectoriais às características e particularidades de cada território, por outro lado, ela depende do envolvimento e participação concertada dos actores locais. Esta dupla necessidade de envolvimento de instituições de níveis diferenciados obriga a que a CCDR tenha uma forte presença como entidade concertadora e articuladora de diferentes perspectivas.

O segundo destes aspectos resulta da selectividade territorial dos investimentos proveniente da selectividade temática da Medida e da pretensão de que os projectos apoiados tenham um carácter alavancador. Nesse sentido torna-se necessária uma forte articulação intermunicipal que, em territórios onde esta concertação institucional é fraca e as competências técnicas exíguas, obriga a CCDR a desempenhar um papel central.

Observando-se os actores locais em presença, a arquitectura do sistema de gestão e o desempenho da estrutura de gestão, verifica-se que a participação e envolvimento dos actores locais foi globalmente assegurada. No entanto, importa relevar a falta de competências e recursos dos actores locais, o que limitou significativamente a sua participação. Este facto é particularmente evidente na fase de formulação estratégica da Medida que resulta, essencialmente, de reflexão empreendida fora da sub-região, dado não existirem documentos de referência produzidos pelos actores locais. Julgamos que também neste campo a AIBT registou resultados positivos disseminando práticas de gestão estratégica do território.

Estas debilidades territoriais exigem um esforço redobrado da CCDR e um período de tempo mais longo para o surgimento e amadurecimento de projectos diferenciadores e como elevado impacte local e subregional. Deverá ser neste esforço de formulação estratégica e de preparação de projectos de elevado valor acrescentado que se deverá começar a trabalhar desde já, no sentido de que as autarquias estejam preparadas para os desafios do próximo período de programação. A preparação e discussão atempada de projectos é determinante para o balizamento das tipologias de projecto e para a definição de plano de acção que espelhe a visão dos actores do território e que, simultaneamente, os vincule à realização e aos resultados.

Somente sobre um referencial de reflexão territorial se poderão desencadear formas de contratualização futuras, assentes num plano de acção, que são fundamentais para que haja sustentabilidade institucional na aprendizagem de abordagens supramunicipais.

O esforço em reforçar os exercícios de planeamento territorial é determinante para poder acomodar um regime de candidaturas mais eficaz e adequado aos objectivos que se pretendem alcançar e às características de cada um dos promotores. Em nosso entender o regime de candidaturas futuro deverá ganhar maior complexidade, por forma a permitir, simultaneamente, uma maior qualidade dos projectos e a modernização e qualificação das práticas administrativas.

Neste sentido o **regime de candidaturas** dos actores locais deverá combinar dois sistemas. Por um lado um **regime fechado-contratualizado**, estabilizado a partir de um plano de acção em que os projectos a empreender estejam plenamente identificados, sejam de nível supramunicipal, mas que procurem garantir equilíbrios territoriais e que resultem da concertação entre as diversas autarquias. Por outro, um **regime de mérito**, a funcionar por concurso, com uma fase de candidaturas temporalmente limitada, em que somente os melhores projectos serão apoiados, estimulando-se a competição entre as autarquias por forma a puxar pela qualidade dos projectos.

Paralelamente, deverá funcionar um **regime clássico de sistema de incentivos**, destinado a apoiar investimentos privados, com a abertura de períodos de candidatura bem definidos e ajustados ao

IV. Análise Específica das Medidas

desenvolvimento global da estratégia, em que a selecção será feita a partir de um regulamento próprio no qual estejam vertidos critérios objectivos que valorizem os projectos de investimento com maior mérito. A par destes três regimes deverão estar previamente definidos os investimentos e os actores da administração central que candidatarão projectos, sendo que também para estes deverá ser estabelecido um plano de acção no sentido de assegurar a concretização atempada dos investimentos.

No âmbito das experiências de subregionalização dos investimentos públicos estabelecidas pelas AIBT emergiram diversas práticas de **monitorização dos investimentos e dos resultados** alcançados que carecem de generalização num próximo período de programação. O principal elemento de aprendizagem foi a criação de Comissões de Acompanhamento para os projectos de maior relevância e capacidade de alavancagem. Para além deste instrumento ser extremamente importante, na medida em que permite envolver outros actores mais distanciados das realizações do Programa e com uma perspectiva de apreciação dos investimentos distinta, acresce que esta prática é extremamente relevante para a territorialização de políticas públicas, na medida em que incrementa a articulação institucional de diferentes entidades na abordagem aos problemas do território.

Num outro plano importa universalizar as práticas de avaliação ao nível das Medidas. Julgamos que a produção de abordagens mais centradas no desempenho das Medidas e com Cadernos de Encargos enformados pelas necessidades de informação de cada gestor é extremamente importante como forma de monitorizar o desempenho de cada Medida devendo ser uma prática a difundir no próximo período de programação, em particular em Medidas com maior complexidade e grau de inovação, servindo como instrumentos de apoio à gestão com extrema utilidade.

IV. Análise Específica das Medidas

A Medida 2.6, ao centrar o enfoque nas questões sub-regionais definiu estratégias mais próximas do território, focalizando atenções nos recursos locais, nomeadamente nos nós estruturantes da estratégia global definida. É neste contexto que se enquadra a rede de Aldeias do Xisto, iniciativa orientada para a afirmação da identidade do território, através da promoção de alguns dos seus valores patrimoniais. Apesar da abordagem metodológica adoptada para os casos de estudo, dever circunscrever-se à análise de um único projecto, a especificidade desta Medida e o seu carácter integrado, implicou que a análise se centrasse no conjunto de intervenções/acções/projectos apoiados, na Aldeia do Fajão. Tal abordagem originou que fossem contemplados 2 projectos: a "Recuperação do Edificado da Aldeia do Fajão" e a "Requalificação Urbana / Plano de Aldeia".

PROMOTOR	CÂMARA MUNICIPAL DE PAMPILHOSA DA SERRA			
APOIO NO ÂMBITO DO PROGRAMA	Eixo Prioritário		Medida	
	Eixo II		Medida 2.6 – Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior - FEDER	
LOCALIZAÇÃO	NUTE III		Concelho	
	Pinhal Interior Norte		Pampilhosa da Serra	
DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	RECUPERAÇÃO DO EDIFICADO DA ALDEIA DO FAJÃO – REDE DE ALDEIAS DO XISTO			
ELEMENTOS FINANCEIROS DO PROJECTO	Investimento Total	Investimento Elegível	Comparticipação Solicitada	Taxa Participação
	216.133,35 €	216.133,35 €	151.293,35 €	70%
INDICADORES FÍSICOS	Designação			
	Aldeias Serrana Requalificadas			
	Unidade	Valor Previsto	Executado	Valor da Medida
	Nº	1	1	46
	Designação			
	Edifícios Recuperados			
Unidade	Valor Previsto	Executado	Valor da Medida	
Nº	17	17	29	
BREVE DESCRIÇÃO DO PROJECTO	<p>A ideia central, que esteve subjacente à apresentação desta candidatura decorre da necessidade de proceder à valorização do edificado na Aldeia do Fajão, mediante a recuperação de alguns elementos exteriores, sobretudo em edifícios a necessitar de urgente reabilitação face ao estado de degradação e descaracterização a que tinham sido votados (17 imóveis particulares). O projecto centrou-se em intervenções no exterior dos edifícios, nomeadamente na recuperação de coberturas (substituição de elementos); tratamento de estruturas de suporte; limpeza e substituição de revestimento; execução de paredes em alvenaria (tijolo cerâmico e pedra da região); recuperação ou substituição de portas, portões, janelas, guardas; revestimentos de escadas e pavimentos (pedra da região). Em última análise, estas intervenções tinham como objectivo eliminar/remover elementos dissonantes, criando uma imagem identitária da Aldeia, associada ao Xisto.</p> <p>Integrado numa estratégia mais alargada e de maior espectro e alcance, definidas pelo Plano de Aldeia, que compreende a requalificação urbana, a melhoria do espaço público e das infra-estruturas básicas da Aldeia do Fajão, o projecto assume uma importância fundamental para o reforço e qualificação da imagem da Aldeia.</p>			
	DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	REQUALIFICAÇÃO URBANA / PLANO DE ALDEIA - FAJÃO		
ELEMENTOS FINANCEIROS DO PROJECTO	Investimento Total	Investimento Elegível	Comparticipação Solicitada	Taxa Participação
	439.899,87euros	439.899,87 euros	307.929,91euros	70%
INDICADORES FÍSICOS	Designação			
	Aldeias Serrana Requalificadas			
	Unidade	Valor Previsto	Executado	Valor da Medida
	Nº	1	1	46
	Designação			
	Projectos de requalificação e valorização urbanística apoiados			
Unidade	Valor Previsto	Executado	Valor da Medida	
Nº	1	1	7	
BREVE DESCRIÇÃO DO PROJECTO	<p>Base de sustentação de uma estratégia municipal de largo alcance, a candidatura compreende a requalificação urbana, a melhoria do espaço público e das infra-estruturas básicas da Aldeia do Fajão, assumindo uma importância fundamental para a melhoria da imagem da Aldeia e para a afirmação da identidade do território. Das diversas componentes que integram o projecto destacam-se a adaptação de um espaço para estacionamento, a repavimentação da área circundante à Igreja Paroquial, a remodelação de instalações sanitárias, a aplicação de mobiliário urbano, a recuperação de uma fonte e espaços envolventes, a reformulação da rede de segurança contra incêndios, a criação de um sistema de captação e tratamento de águas residuais e a recuperação de um edifício para acolhimento de diversas actividades. Este edifício, multifuncional e multifacetado, servirá de apoio ao turismo rural (posto de turismo, local de exposições, auditório) e de museu. Para além da valorização do património arquitectónico (enobrecimento dos espaços) e consequente dinamização do turismo, a imagem e vivência associada à Aldeia tornou-se bastante mais apelativa, aprazível e convidativa, oferecendo melhores condições a quem reside mas também a quem visita.</p>			

IV. Análise Específica das Medidas

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
Planeamento e eficiência	<p>Enquadramento estratégico político/sectorial/territorial justificativo Enquadrado estrategicamente nas linhas de orientação definidas para a afirmação e consolidação da Região Centro, enquanto território de inegáveis aptidões e oportunidades para o desenvolvimento da actividade turística, o projecto da Aldeia do Fajão, emana da aposta de requalificação de um conjunto de aldeias serranas que sustente uma rede de sítios de inegável interesse turístico – Rede de Aldeias de Xisto. A criação de “marcas” de escala territorial, passa em larga medida pela coerência e articulação que a realização de iniciativas integradas neste Programa consiga apoiar. Este fomento da actividade turística, com a afirmação deste sector na base económica local, pretende em última análise criar condições para fixar as populações no concelho e melhorar as suas condições de vida, tentando contrariar a progressiva tendência para o esvaziamento demográfico que tem assolado este território nas últimas décadas. Num concelho com pouco mais de 5.000 habitantes, estima-se que cerca de 20.000 tenham migrado para Lisboa, sendo uma parte significativa oriunda da Aldeia do Fajão (a laborarem na hotelaria/restauração).</p> <p>Por opção estratégica da autarquia e dada a dificuldade de assegurar financiamentos para a componente/participação nacional, todos os investimentos foram concentrados na Aldeia do Fajão. Os projectos integram um conjunto vasto de intervenções, que para além da requalificação urbana assumem como objectivos a melhoria do espaço público e das infra-estruturas básicas. Dada a “exiguidade” de financiamento disponível, a intervenção pública centrou-se nas partes mais nobres da Aldeia (na entrada e largo da Igreja), relegando para a intervenção privada a recuperação do edificado.</p> <p>Adequação da alocação dos recursos aos objectivos dos projectos Assumindo como orientação estratégica a concentração de todo o investimento disponível numa única aldeia, a autarquia elaborou um Plano Global de Intervenção cujos investimentos estimados rondavam os 2 milhões de euros. Contudo, dados os reduzidos montantes financeiros disponibilizados pela Medida, foi necessário definir uma estratégia de captação da componente privada.</p> <p>Com um investimento elegível a rondar os 216 mil euros, cada um dos 17 imóveis a recuperar, em média, foi apoiado com cerca de 12,7 mil euros (podendo existir grandes discrepâncias entre eles, pela natureza das obras a efectuar ser diferente de caso para caso). Dada a especificidade das acções a desenvolver (recuperação de coberturas; limpeza e substituição de revestimento; recuperação ou substituição de portas, portões, janelas, guardas; revestimentos de escadas e pavimentos), parecem claramente adequados os recursos alocados ao projecto. Registe-se que inicialmente estava previsto o apoio a 24 edifícios, mas por desistência de alguns particulares, o montante de investimento coberto pelo plano de aldeia foi redistribuído por um número menor de proprietários (17). No que se refere à “Requalificação Urbana - Plano de Aldeia”, os 439 mil euros de investimento, centraram-se sobretudo em duas componentes: o “Edifício Fajão Cultural” e a “recuperação da Fonte Velha/largo da igreja”, alvos de mais de 2/3 do investimento total afecto ao Plano. Toda a orçamentação dos projectos de execução, respeitaram criteriosamente os valores padrões estipulados para esta tipologia de intervenções de requalificação urbana e satisfizeram as necessidades para cumprir os objectivos do projecto.</p> <p>Adequação da lógica do projecto e dos seus princípios à realidade regional/local Num território privado de oportunidades de largo espectro e alcance, onde o flagelo dos incêndios tem delapidado ainda mais o seu património, a concretização de alguns projectos emblemáticos, verdadeiras marcas territoriais, poderá servir de estímulo e incentivo às actividades económicas e assumir um papel de âncora de desenvolvimento. A promoção do núcleo antigo da Aldeia do Fajão (especial incidência no edificado – restituição arquitectónica e salvaguarda dos edifícios), numa perspectiva de desenvolver o turismo no concelho e consequentemente fixar as populações, poderá assumir um papel fundamental nesta estratégia.</p> <p>Com o objectivo de assegurar a valorização dos recursos fundamentais da Região, potenciando, entre outros, os recursos turísticos existentes, foi equacionada em sede de programação que um dos objectivos subjacentes à criação de uma Medida, especificamente direccionada para o território do Pinhal Interior, contemplasse a aposta na requalificação de um conjunto de aldeias serranas, capazes de sustentar uma rede de sítios de inegável interesse turístico (a denominada Rede de Aldeias de Xisto). Esta estratégia foi consubstanciada através de um conjunto de intervenções a promover nessas aldeias: recuperação de coberturas e fachadas, requalificação de espaços sociais, instalação de mobiliário urbano, recuperação de pavimentos de ruas e calçadas, infraestruturização com redes básicas. A Aldeia do Fajão, para além do papel pioneiro no arranque desta estratégia é unanimemente apontada com um caso de sucesso na sua implementação.</p> <p>Adequação dos processos para alcançar os resultados O processo de apresentação da candidatura e a concretização eficaz dos seus objectivos, baseou-se no pressuposto que iriam ser celebrados protocolos de colaboração, autorização de intervenção e contrapartidas financeiras entre a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra e os proprietários dos imóveis particulares alvo de intervenção. Este processo foi sem dúvida o mais adequado para alcançar os resultados esperados, dada a proximidade entre parceiros e a possibilidade de estabelecer parcerias público-privadas. Contudo, registaram-se alguns constrangimentos na parte final do processo (originados por indefinições regulamentares e dos valores de co-participação), que levaram à desistência de alguns dos proprietários inicialmente referenciados. Após uma primeira estimativa realizada pela autarquia, estava previsto realizar 24 intervenções, contudo, quando conheceram os valores em causa (componente privada), alguns proprietários acabaram por desistir. Registe-se, igualmente, o facto da C. M. ter procedido ao lançamento de concursos públicos para a realização das obras/preeitadas o que possibilitou a diminuição da taxa de IVA a pagar e consequentemente permitiu reduzir os custos a suportar pelos proprietários.</p> <p>Eficácia da programação na integração com outros fundos/projectos Enquadrado nos objectivos do Programa Operacional e do Plano Global de Intervenção da AIBT do Pinhal Interior, o projecto de recuperação do edificado integra e está em conformidade com o Plano de Aldeia respectivo. Fazendo ambos parte de uma estratégia autárquica de reforço e afirmação da actividade turística na base económica do concelho, em sede de programação foi igualmente contemplado outro projecto fundamental para a concretização deste objectivo: a construção do caminho municipal entre a Ponte do Fajão e o Alto da Castanheira. Este projecto permitirá integrar mais eficazmente a Aldeia na rede regional, uma vez que ficam asseguradas as ligações à Aldeia do Piódão (Arganil), um dos locais de referência turística na Região.</p>

IV. Análise Específica das Medidas

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
Accountability	<p>Sucesso do projecto A melhoria e qualificação da imagem associada à Aldeia do Fajão (mediante a valorização e enobrecimento dos seus espaços), com o conseqüente incremento do número de visitantes e estadias, revelam que a primazia concedida à afirmação da actividade turística na base económica local foi plenamente conseguida. Este processo de requalificação urbana e aumento da oferta hoteleira, associados à inserção da Aldeia numa rede mais ampla, onde a promoção e <i>marketing</i> tenderão a acentuar-se, levarão indubitavelmente a uma forte afirmação dos valores identitários e das marcas territoriais mais relevantes do concelho e da Região.</p> <p>Actualmente, existe uma forte expectativa por parte da população sobre a possibilidade de candidatar as suas habitações (lista de espera de 14 casas), o que denota o sucesso e bom acolhimento das populações pelos trabalhos realizados até ao momento, revendo-se a generalidade dos habitantes na estratégia definida e nos meios preconizados para a atingir.</p> <p>Concretização dos objectivos Sendo certo que as intervenções apoiadas deveriam assumir um papel de motor de desenvolvimento turístico do concelho (especialmente desta Aldeia), assente na oferta e disponibilidade de estruturas de qualidade que possibilitassem a exploração e fomento da actividade turística, de forma equilibrada e ordenada, parece evidente que os objectivos foram claramente concretizados. Com a revitalização e dinâmicas emergentes com os projectos, actualmente a Aldeia é vista como um local privilegiado de lazer e turismo (seja de passagem ou estadia).</p> <p>Registe-se que era também objectivo destas intervenções, despoletar outro tipo de acções/projectos e sensibilizar a sociedade civil para a necessidade de prosseguir a estratégia definida. Tal foi plenamente conseguido, como o demonstram as inúmeras obras complementares realizadas no interior das habitações intervencionadas e, inclusive, por outros particulares que por iniciativa própria e aproveitando a presença da firma construtora e disponibilidade de materiais, realizaram intervenções nas suas habitações.</p> <p>Eficácia da aplicação dos recursos Dada a dificuldade da autarquia encontrar financiamentos para suportar a componente nacional, a opção passou por concentrar numa única Aldeia o investimento e intervenções alvo de candidatura. Por outro lado, a exiguidade de financiamentos disponíveis originou que a intervenção pública, fosse centrada nas partes mais nobres da Aldeia, nomeadamente na "entrada", tendo sido a aplicação dos recursos bastante cuidada e meticulosa. Não obstante, alguns trabalhos necessários, não cobertos pela candidatura, foram sempre suportados pela autarquia, de modo a não onerar ainda mais a componente privada.</p> <p>Impactes directos e indirectos do projecto A implementação do projecto de recuperação do edificado, para além de genericamente promover a melhoria da qualidade de vida efectiva da população, originou a abertura de uma unidade hoteleira e suscitou intenções de candidatura, pelos proprietários dos imóveis, de procederem ao licenciamento das habitações recuperadas para unidades de turismo, promotoras do aumento da oferta de camas disponíveis e de criação de empregos. Por outro lado, a actividade turística, com a nova imagem da aldeia (edifícios restaurados), associada ao Programa de Aldeias de Xisto, tem vindo a desenvolver-se, sendo crescente o número de visitantes ao Fajão e ao concelho de Pampilhosa da Serra.</p> <p>Apesar de qualquer um dos projectos em causa, possuir um impacte muito positivo na criação/manutenção de postos de trabalho, nomeadamente temporários, o projecto de requalificação urbana permitiu criar 3 novos postos de trabalho permanentes, manter 3 já criados e, temporariamente, nas diversas obras associados ao desenvolvimento do projecto, criar 22 postos de trabalho.</p> <p>O projecto de requalificação da Aldeia, teve um forte impacte na organização e disciplina do estacionamento (criação do parque de estacionamento), na melhoria da estética dos espaços (dignificação, recurso a materiais da região), na melhoria da salubridade (através do sistema de captação e tratamento das águas residuais, que possibilitou extinguir o recurso a fossas cépticas).</p>

IV. Análise Específica das Medidas

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
Implementação e sustentabilidade	<p>Qualidade da gestão e implementação do projecto e sua sustentabilidade actual Todo o processo de gestão e implementação do projecto foi assegurado pelos técnicos da autarquia, existindo desde o início uma relação de grande proximidade e afinidade com os proprietários. O facto de ao longo de todo o processo os técnicos estarem no terreno, permitiu solucionar os pequenos problemas que iam surgindo e sensibilizar e prestar todo o tipo de informações solicitadas pelos proprietários.</p> <p>Com a concretização do projecto, e dado sucesso das intervenções realizadas, fica assegurado um maior e melhor controlo de medidas de intervenções futuras, dado o carácter pedagógico que incutem (ao nível dos materiais a aplicar e das técnicas utilizadas na execução dos trabalhos). A qualidade dos materiais empregues e das reparações efectuadas, permitem ainda garantir que no curto-médio prazo dificilmente será necessário proceder a qualquer tipo de intervenção.</p> <p>Contribuição dos procedimentos de candidatura/aprovação/accompanhamento para a eficácia e desempenho dos projectos O facto da candidatura ter sido aprovada pelos técnicos da Comissão de Coordenação, apesar do valor total das intervenções apresentadas (edifícios particulares e espaços públicos) exceder o valor apresentado no Plano de Aldeia, foi extraordinariamente importante para a eficácia e desempenho global da intervenção. A justificação apresentada, de enaltecer, prende-se com o facto de se tratar de uma intervenção numa sede de freguesia e não se ter ultrapassado o valor estipulado para esta tipologia. Esta constatação revela a preocupação da gestão assegurar, através do apoio a projectos distintos, que a generalidade das acções/projectos a desenvolver numa lógica integrada e articulada, fosse alvo de apoio pela Medida e contribuisse efectivamente para a concretização da estratégia global definida.</p> <p>Adequação dos parceiros envolvidos O lançamento da candidatura e a visibilidade e sucesso da intervenção global realizada, apenas foi possível dado o estabelecimento de parcerias entre a autarquia e os proprietários de alguns imóveis. A exiguidade de meios financeiros disponíveis pela autarquia, a opção de não realizar empréstimos avultados, originou que só através da participação de privados fosse possível concretizar parte do Plano de Aldeia. Assim, a intervenção pública, autárquica, cingiu-se às partes mais nobres da Aldeia, enquanto as intervenções nos edifícios ficavam a cargo dos próprios proprietários. Não obstante, a celebração de protocolos de colaboração, autorização de intervenção e contrapartidas financeiras entre a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra e os proprietários dos imóveis, foi fundamental para o sucesso da intervenção.</p> <p>Integração/sinergia com outros projectos Associado a estes projectos e pela importância que assume na mobilidade e acesso à Aldeia, possibilitando estabelecer alguns itinerários turísticos, nomeadamente com uma das Aldeias mais carismáticas do nosso país (Piódão), registe-se outro projecto apoiado pela Medida: a construção do "caminho municipal entre Ponte de Fajão e Alto da Castanheira". Este projecto, que se assume como uma verdadeira estrada panorâmica, aliado a outra intervenção turística em Casal da Lapa (Barragem de Santa Luzia), potenciam a criação de uma rede de locais/itinerários privilegiados a visitar/fruir pelos visitantes/turistas, aumentando significativamente o tempo médio de estadia no concelho.</p> <p>Recentemente, foi aprovada a adesão a um projecto de animação das Aldeias (sendo o promotor da candidatura a Casa Grande na Barroca – Fundão), baseado sobretudo na promoção de eventos e na divulgação de actividades a desenvolver. Este projecto irá dar a conhecer a "nova imagem" da Aldeia, integrá-la nos destinos/circuitos preferenciais de visita na Região e consequentemente aumentar o número de visitantes/turistas à Aldeia.</p> <p>Evidências de sustentabilidade dos projectos Dado o sucesso alcançado com esta candidatura, actualmente existe uma forte expectativa sobre a possibilidade de candidatar outras habitações. Já foi concretizada uma "segunda fase" do projecto (com os prémios conseguidos), que contemplou mais duas habitações e foi apresentada uma nova pré-candidatura, para intervenções em mais 6/7 casas. Esta última aguarda que lhe sejam concedidos os valores remanescentes das aldeias que entretanto desistiram ou não conseguem concretizar a totalidade dos projectos apresentados. Aguarda-se, igualmente, a aprovação de uma segunda fase do projecto "Requalificação Urbana", que contemplará a construção dos balneários da piscina.</p> <p>Por outro lado, as intervenções realizadas permitiram sensibilizar os habitantes da Aldeia e despoletar um conjunto amplo de pequenas acções/projectos quer no interior das habitações intervencionadas, quer por proprietários que, por iniciativa própria, têm recorrido aos materiais e técnicas utilizadas nos projectos financiados.</p> <p>Um dos edifícios alvo de intervenção, "Fajão Cultura", pertencente à Junta de Freguesia, passará a disponibilizar um conjunto de espaços dinamizadores, que contemplam a integração de uma caixa Multibanco, um posto de turismo local, um cyber café e um Museu das Escolas (pólo de animação e dinamização cultural e atracção turística).</p> <p>Este conjunto de intervenções já realizadas, em curso, ou espectáveis num futuro próximo, parecem evidenciar claramente a sustentabilidade dos projectos, como âncoras privilegiadas da estratégia de desenvolvimento e afirmação da actividade turística no concelho e na Aldeia em particular.</p>

IV. Análise Específica das Medidas

4.6. Medida 3.2 - Ensino Profissional

Orientada para a actuação no domínio da promoção da qualificação escolar e profissional de nível secundário, a Medida 3.2 - Ensino Profissional assume como objectivos o estímulo à procura da formação inicial inserida no sistema educativo através do apoio ao funcionamento das escolas profissionais e a qualificação e diversificação da oferta de cursos de nível III de carácter profissionalizante.

A Medida apoia cursos que conferem o diploma do ensino secundário e o nível III de qualificação profissional, com plano curricular específico do ensino profissional, incluindo período de estágio e sistema modular, e um sistema de avaliação de conhecimentos que prevê uma prova de aptidão profissional. Complementarmente, poderão também ser apoiados cursos que conferem nível de qualificação profissional II e diploma do ensino básico.

Número de formandos, cursos e diplomados com nível III

	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	Total
Nº de formandos	2.229	3.109	4.229	4.719	4.647	18.933
Nº de cursos	180	265	292	389	413	1.539
Nº de diplomados (ensino secundário e qualificação profissional de nível III)	548	671	961	956		3.136

No período em análise o número de beneficiários e de cursos cresce de forma significativa, bem como o número de beneficiários que concluíram o ensino profissional com qualificação de nível III. A evolução do número de formandos reflecte a dimensão da rede de escolas e a sua penetração territorial. No presente ano lectivo estão em funcionamento 37 escolas, com diversos núcleos de ensino e 25 destas são financiadas pelo Programa Regional.

A rede de escolas da Região assegurava no lectivo de 2002/2003, uma taxa de cobertura (19.6%) superior à média nacional (15.3%)⁷. Por outro lado, a % de procura não satisfeita situava-se, no ciclo de estudos 2002/2005, em 26%.

Refira-se, contudo, que actualmente são visíveis indícios de redução da procura do ensino profissional na Região. No presente ano lectivo alguns cursos não abriram por falta de candidatos e para além da incidência dos movimentos demográficos a concorrência de outras alternativas de qualificação escolar e profissional, nomeadamente no quadro do ensino secundário regular, é também factor de diminuição da procura.

No período em análise, destacam-se como características dos formandos, o predomínio do género masculino, 66% dos beneficiários e a preponderância dos escalões etários entre os 14 e os 20 anos e o 9º ano como escolaridade de acesso. Estas características reforçam a tendência do ensino profissional configurar cada vez mais uma alternativa para os jovens que concluíram o ensino obrigatório e pretendem uma qualificação profissional de nível secundário.

No que respeita às áreas de formação predominam as áreas ligadas aos serviços com particular destaque para o trabalho social, ciências informáticas, hotelaria e restauração e gestão e administração, apesar deste predomínio as áreas da electrónica e automação, construção civil e electricidade e energia têm algum peso relativo

⁷ "Estudo do percurso dos diplomados e da compatibilidade da oferta/procura do ensino profissional nos anos lectivos de 2001/2002 e 2002/2003", Cesó & ID, 2004

IV. Análise Específica das Medidas

Estas são as características gerais da execução e o ponto de partida para a resposta às questões centrais de avaliação.

A resposta à questão de saber **em que medida as acções desenvolvidas têm contribuído para a diminuição do abandono escolar**, mostra que a contribuição potencial do ensino profissional no combate ao abandono escolar situa-se na passagem da escolaridade obrigatória para o ensino secundário e ao longo deste nível de ensino.

O abandono no ensino secundário é uma marca muito significativa do sistema educativo nacional, está associada a trajectos de insucesso escolar repetido e tem como consequência mais visível a permanência no mercado de trabalho de uma imensa faixa de jovens desqualificados escolar e profissionalmente. A incidência regional do fenómeno é distinta, mas o conjunto da realidade nacional é marcado por taxas de saída precoce do ensino que colocam Portugal numa situação muito desfavorável face à média europeia.

Neste contexto, os valores da taxa desistência no ensino profissional são diminutos e constituem um domínio de resultado particularmente relevante das escolas profissionais.

Taxa de desistência nas Escolas Profissionais na Região do Centro

Ano lectivo	(%)
2000/2001	8,42
2002/ 2003	8,70

Fonte: "Estudo do percurso dos diplomados e da compatibilidade da oferta/procura do ensino profissional nos anos lectivos de 2001/2002 e 2002/2003", Cesó & ID, 2004.

Refira-se que as taxas de retenção e desistência nos cursos gerais e nos cursos tecnológicos, no ano lectivo de 2002/2003 na Região, são muito elevadas, respectivamente 31% e 42.4%. Apesar de se tratar de taxas diferentes o que inviabiliza a sua comparação com os dados das escolas profissionais, estes valores confirmam a realidade já conhecida, elevado abandono e insucesso no ensino secundário regular, e indiciam que o ensino profissional produz resultados mais favoráveis no que respeita à permanência dos jovens no sistema e à conclusão do ensino secundário.

De forma contraditória com estes valores, a informação das escolas sinaliza taxas de conclusão baixas. Nos anos lectivos de 2001/02, 2002/2003 e 2003/2004, apenas 3 escolas apresentam taxas de conclusão acima dos 75% e sete das escolas apresentam taxas de conclusão inferiores a 50%. Esta situação muito característica do ensino profissional deve-se em grande parte aos alunos que apesar de terem frequentado o ciclo completo de estudos não completaram todos os módulos ou não apresentaram a PAP. Em muitos casos, estão já inseridos no mercado de trabalho e a conclusão destas componentes é relegada para segundo plano. Não se trata de uma situação típica de abandono e a sua consequência principal relaciona-se com o diferimento no tempo da capitalização do investimento em formação, em favor da melhoria da qualificação formal dos jovens e com a reduzida taxa de diplomados face ao número efectivo de alunos.

Recorrendo ao estudo referido as causas deste sucesso estão relacionadas com a resposta do ensino profissional à procura vocacional e à capacidade de atracção de alunos com percursos escolares mais problemáticos:

- 45% das respostas referem como motivação para a escolha das escolas profissionais, o curso profissional e a profissão a que dá acesso;
- Cerca de 1/3 dos inquiridos tinham tido insucesso antes de entrar para a escola profissional.

As características específicas do ensino profissional e a mobilização de acções desenvolvidas pelas escolas para casos concretos constituem, neste contexto, importantes factores a considerar.

IV. Análise Específica das Medidas

No primeiro caso, temos aspectos que podemos considerar motivacionais e que levam desde logo à adesão dos alunos às escolas profissionais e os podem manter (e fazer progredir) no sistema educativo. São as componentes que todas as escolas profissionais devem ter e aplicar de forma sistemática e que melhor se articulam com empregabilidade: responsabilização do aluno, orientação para a profissão, estrutura modular, avaliação diagnóstica e acompanhamento, relação com o meio envolvente. No segundo caso, temos as acções específicas de resolução de casos e de recuperação de alunos: “remediações” e recuperações, épocas especiais, articulação entre docentes.

Numa perspectiva mais geral importa também analisar a dinâmica da procura desta modalidade. O incremento das taxas de frequência e o aumento da sua importância no contexto do ensino secundário reforça o seu protagonismo como importante alternativa para a frequência e conclusão do ensino secundário.

Taxa de frequência das Escolas Profissionais

	2000/2001	2001/2002	2002/2003
Região Centro	25,5	28,9	28,5
Continente	19,5	21,7	21,5

Fonte: “Estudo do percurso dos diplomados e da compatibilidade da oferta/procura do ensino profissional nos anos lectivos de 2001/2002 e 2002/2003”, Cesó & ID, 2004.

Por outro lado, embora a ligação entre o ensino profissional e os jovens com percursos escolares mais problemáticos seja tendencialmente menor esta modalidade de ensino continua a atrair jovens com percursos escolares de elevado risco em termos da conclusão do ensino secundário. Para estes, na ausência desta modalidade de ensino, a inserção desqualificada, profissional e escolarmente, no mercado de trabalho ou os trajectos de elevado risco no ensino secundário geral seriam as alternativas de percursos mais prováveis. Nesta perspectiva a Medida constitui um importante contributo no combate à saída precoce dos jovens do sistema de formação e no aumento dos níveis de qualificação da população da Região.

A segunda questão colocada, **em que medida as acções desenvolvidas contribuíram para criar condições favoráveis à inserção dos jovens na vida activa, tem uma resposta positiva.** A melhoria das condições de inserção no mundo do trabalho dos jovens abrangidos respeita num primeiro nível ao resultado imediato pós formação – a dupla qualificação escolar e profissional de nível secundário. Num contexto nacional e regional de baixas qualificações da população activa e de necessidades prementes de técnicos intermédios este resultado coloca os jovens num patamar de qualificações que favorece a inserção no mercado de trabalho. Vejamos em termos concretos, com base no estudo referido, qual a incidência deste resultado nos percursos de inserção profissional dos jovens diplomados nos anos lectivos de 2000/2001 e 2002/2003.

- Um ano após a conclusão do curso, mais de metade dos diplomados, cerca de 57%, estão inseridos no mercado de trabalho e apenas cerca de um terço ainda não tinha tido qualquer trabalho. Valor que pode ser preocupante, dado que tinham já concluído o curso há dois anos e optado pela inserção na vida activa.
- Dos que já tinham tido emprego, acima de 60% (no ano 01/02 foram 68,7%), demoraram menos de 6 meses a obter o primeiro emprego, com destaque para cerca de 43% que conseguiram esse objectivo em menos de 3 meses.
- Nota-se alguma estabilidade nas situações de emprego: o número dos que tiveram mais do que dois empregos é residual (7%). Sendo ainda quase metade (46,0% em 01 /02 e 50% em 02 /03) o número daqueles que tiveram apenas um emprego, valor ligeiramente superior ao continente. Podemos também considerar marcante a desigualdade de géneros, por ser maioritariamente feminino o emprego a tempo parcial, pela concentração nos mais baixos escalões de rendimento, pelas perspectivas de carreira menores e pela maior propensão para o desemprego.
- Se tomarmos por comparação a Região Norte, quanto à inserção, a Região Centro tem indicadores melhores; existem entre 2 e 7 por cento menos desempregados e mais cerca de 3% a 9%, empregados (na categoria de empresários a percentagem é menor).

IV. Análise Específica das Medidas

- A maioria trabalha a tempo completo, mas com um nível de remuneração baixo, com tendência para se agravar, aumentando a distância face à realidade nacional. Por outro lado, dominam os contratos a termo certo e outras formas (recibos verdes, trabalho ocasional ou por empresa de tempo parcial) que representam 61% e 76% em 01 /02 e 02/03.
- Registam-se de forma relevante situações de acumulação de prosseguimento de estudos com trabalhador.
- Regista-se um acréscimo dos desempregados, de 15% para 22% entre ambos os anos, bem como um nível elevado de alunos que consideram que o curso não tem saídas ou não existe trabalho na sua área de residência. Estes desempregados revelam disponibilidade para mudar de residência e para a mobilidade entre profissões.

Refira-se que a informação das Escolas Profissionais relativa à inserção dos seus formandos é substancialmente mais positiva – cerca de 70% nos ciclos de formação de 1998/2001 a 2001/2004. Inúmeros factores condicionam a inserção dos jovens diplomados (as características inatas do indivíduo, o contexto de inserção, ...), mas neste âmbito importa sobretudo situar o contributo das escolas para a inserção. As características do ensino profissional orientam a sua intervenção para domínios particularmente favoráveis à inserção dos jovens, nomeadamente:

- Criação com os alunos de competências técnicas e perícia para uma profissão específica, adequada a um contexto próximo.
- Criação com os alunos de competências transversais e atitudes favoráveis à inserção no mercado de trabalho.
- Acções voluntaristas de inserção e apoio à inserção no mercado de trabalho, antes, durante e após o curso e posicionamento /imagem no sistema da formação e emprego, mobilização de rede local e inserção no meio.

O modo como cada escola acciona esta matriz de base da sua actuação marca o potencial de inserção dos jovens no mundo do trabalho. O estudo revela que algumas destas dimensões apresentam níveis de eficácia reduzidos:

- Iniciativas empresariais, não estão relacionadas com o curso e apenas um terço a um quarto tiveram apoio da escola para início da actividade.
- O contacto com a escola para a obtenção de emprego, apenas mobiliza uma pequena parte dos formandos. À pergunta como encontrou o primeiro emprego, a soma de actividades relacionadas com a escola (Estágio, univa, acção da escola) é baixa, em especial para os empresários.
- A utilidade do curso para obtenção de um emprego é globalmente elevada entre 60% e 70%, mas o trabalho executado não está de acordo com a formação para 45% e 38%, com o ano 02 /03 a ter os melhores indicadores.

IV. Análise Específica das Medidas

4.7. Medida 3.3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao Nível Local

Orientada para a actuação no domínio reinserção dos desempregados a Medida 3.3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego assume como objectivo central a promoção da melhoria das condições de empregabilidade e a reinserção, a curto prazo, dos desempregados não DLD, particularmente os que possuem baixos níveis de qualificação escolar e profissional. Apoia projectos nas áreas da formação profissional, dos estágios e dos apoios à criação do próprio emprego e constitui um instrumento crucial na estratégia de combate ao desemprego na Região do Centro.

A análise aprofundada da Medida 3.3 incide nas acções-tipo 3311, 3312, 3313 e 3314, que corporizam a componente de apoio à formação e integram uma diversidade assinalável de objectivos, destinatários e estratégias formativas.

Acção-tipo	Objectivo geral	Destinatários
3311 - Qualificação profissional com progressão escolar	Promover o reforço da qualificação escolar e profissional – Cursos EFA.	Activos desempregados com idade superior a 18 anos que não tenham completado a escolaridade básica de 4, 6 ou 9 anos.
3312 - Qualificação e reconversão profissional	Promover competências técnicas, sociais e relacionais tendo em vista adquirir ou completar uma qualificação profissional nível 2 e 3.	Desempregados não qualificados ou com baixo níveis de qualificação, mas com escolaridade obrigatória
3313 - Aperfeiçoamento profissional	Promover a reciclagem, actualização ou o aperfeiçoamento das competências dos desempregados.	Desempregados não qualificados ou sem qualificações adequadas à inserção no mundo do trabalho.
3314 - Especialização profissional quadros superiores	Promover a actualização, aperfeiçoamento e especialização de competências transversais e técnicas	Desempregados, jovens e adultos com formação de nível superior.

Da execução no período 2000-2002, ressalta um desempenho globalmente positivo no que respeita às taxas de execução física e financeira, embora com dificuldades ao nível do cumprimento dos indicadores de realização e o forte protagonismo do IEFP na implementação da Medida como promotor de formação e responsável pelos Contratos Programa “Estágios” e “Medidas de Apoio ao Emprego”. O principal desafio para o futuro colocava-se ao nível da qualidade dos projectos apoiados, nomeadamente na sua relação com os contextos territoriais de inserção.

Num contexto de crescente aumento da taxa de desemprego, embora muito abaixo da média nacional, o desenvolvimento da Medida pós 2002 é marcado pelo significativo crescimento da procura (entre 2003 e 2004 os pedidos cresceram 39%).

No período de 2000 a 2004, 13.406 desempregados participaram em acções de formação no âmbito das acções-tipo 3311, 3312, 3313 e 3314. A análise da incidência geográfica dos cursos revela uma forte penetração da formação na área litoral (48% dos cursos realizaram-se no Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral), e na zona interior da Região a formação incidiu de forma mais significativa em Dão-Lafões, Cova da Beira e Serra da Estrela⁸.

Considerando o número de beneficiários, a orientação central da Medida é a promoção da qualificação profissional de nível 2 e 3 dos desempregados com escolaridade obrigatória – área de actuação central da acção-tipo 3312. As restantes áreas de actuação assumem uma menor importância: a formação de curta e média duração que não confere qualificação (3313), a formação para licenciados à procura do 1º emprego (3314) e as acções de longa duração para os desempregados sem escolaridade básica que conferem qualificação escolar e profissional (3311).

⁸ A análise da distribuição geográfica dos cursos é baseada numa listagem de acções referente a 11.516 formandos.

IV. Análise Específica das Medidas

Beneficiários por acção tipo e género (2000/2004)

Acção-tipo	Beneficiários		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%
3311 Qualificação profissional com progressão escolar	1462	11	1245	85
3312 Qualificação e reconversão profissional	8364	62	5271	63
3313 Aperfeiçoamento profissional	1478	11	993	67
3314 Especialização profissional de quadros superiores	2102	16	1444	69
Total	13406	100	8953	

Fonte: Sistema de Informação Medida 3.3 e Relatórios de Execução do PO CENTRO

No conjunto dos beneficiários o peso das mulheres é muito significativo (68%) com particular relevo no caso da acção-tipo 3311.

Considerando o universo de beneficiários das diversas áreas de actuação da Medida (formação, estágios e apoios ao emprego), os desempregados não DLD representam – 47%, os DLD – 12% e os desempregados à procura do 1º emprego – 42%. No que respeita aos escalões etários é muito significativo o escalão etário 25-49 anos, bem como a representatividade dos jovens. Contudo, no caso das acções-tipo em análise o peso dos beneficiários à procura do 1º emprego e dos escalões etários mais jovens será menor dado que estas são características particularmente relevantes dos beneficiários dos estágios.

Beneficiários da Medida 3.3 por escalão etário (2000/2004)

Escalão etário	%
15-24	24
25-49	71
+ 50	5
Total	100

Fonte: Relatórios de Execução do PO CENTRO

A escolaridade dos beneficiários reflecte a supremacia da acção-tipo 3312 como espaço privilegiado de actuação da Medida: cerca de 2/3 dos beneficiários possuem escolaridade até aos 9 anos e verifica-se uma repartição similar entre os beneficiários com o ensino básico e o ensino superior.

Beneficiários da Medida 3.3 por escolaridade (%) (2000/2004)

	2001	2002	2003	2004
<=4 anos	26	15	11	16
6 anos	28	25	28	28
9 anos	21	22	25	37
12 anos	12	18	18	19
Superior	13	20	19	0.3
Total	100	100	100	100

Fonte: Relatórios de Execução do PO CENTRO

A orientação temática da formação é diversa consoante as acções-tipo. Na 3311 predominam as áreas da Hotelaria e restauração, Floricultura e jardinagem, Serviços pessoais, Têxtil, vestuário, calçado e couro. Na 3312, a diversidade temática é maior com preponderância das áreas da Hotelaria e restauração, Metalurgia e

IV. Análise Específica das Medidas

metalomecânica e Electricidade e energia. Na 3313, é muito relevante a área da informática (cerca de 1/3 dos cursos) e as restantes áreas mais representativas são o Marketing e publicidade, Electricidade e energia e Comércio. A relevância da informática é ainda mais significativa na 3314.

Quanto à tipologia de promotores é muito significativo o protagonismo dos centros de formação, de gestão directa do IEFP ou participada, com particular predomínio para os primeiros, dado que são responsáveis pela formação de mais de 50% dos formandos.

Estas são as características centrais da formação realizada e o ponto de partida para a resposta às principais questões de avaliação propostas para a análise aprofundada da Medida.

A questão em **que medida as acções desenvolvidas têm contribuído para melhorar as condições de empregabilidade dos activos desempregados, tem implícita uma aferição** do contributo da Medida para o desenvolvimento dos conhecimentos e das capacidades dos desempregados favoráveis à inserção no mercado de trabalho e à manutenção da situação de empregado.

A formação é uma importante medida activa no combate ao desemprego e a actualização das qualificações dos indivíduos facilita a (re)inserção no mercado de trabalho. Assim, numa perspectiva geral, os desempregados envolvidos em acções de formação estão, à partida, em melhores condições para aceder ao mercado de trabalho do que estavam antes de frequentarem a formação. Essas condições estão relacionadas com os conhecimentos e capacidades trabalhadas no contexto de formação ou nas eventuais experiências profissionais, mas também com outros factores individuais condicionantes do acesso ao mercado de trabalho, nomeadamente: a quebra do ciclo de desocupação, a criação de novas redes de contactos, o despoletar de novos interesses profissionais e de valorização pessoal e o incremento dos níveis de qualificação formal.

A análise do inquérito aplicado a uma amostra de beneficiários⁹ permite ilustrar alguns destes aspectos.

Para cerca de metade dos inquiridos a frequência da formação está relacionada com o objectivo de entrada no mercado de trabalho (47% dos inquiridos referem como razão principal “era muito importante para conseguir arranjar um emprego”). Contudo, para os restantes são relevantes motivações que indiciam uma fraca relação com este objectivo: ocupar-me enquanto não conseguia emprego (26%); orientação do Centro de Emprego (13%); aumentar a qualificação escolar e profissional (10%).

A alteração do nível de escolaridade dos inquiridos antes do curso e no momento de inquirição abrange 24% dos inquiridos. Esta alteração reflecte-se de forma mais evidente na diminuição do número de beneficiários com quatro anos de escolaridade e no aumento do número de beneficiários com 9 anos de escolaridade.

O incremento da qualificação profissional é particularmente relevante na diminuição dos beneficiários com o nível I (de 60% para 70%) e no aumento dos beneficiários com nível II (de 34% à entrada para 81% à saída). Refira-se, porém, que cerca de metade dos beneficiários da acção-tipo 3311 não regista incremento da qualificação profissional de partida.

No que respeita às estratégias de valorização das qualificações pós formação, cerca de 20% voltou a estudar ou a frequentar outros cursos de formação, 35% refere intenção de voltar a frequentar cursos de formação e

⁹ Inquérito telefónico realizado em Setembro de 2005, aplicado a 361 formandos de cursos encerrados até Dezembro de 2004 com a seguinte distribuição dos inquiridos: Acção-tipo: 3311 – 9% 3312 – 59% 3313 – 14% e 3314 – 18%. NUT III: Cova da Beira 24%, Pinhal Litoral 21%, Dão-Lafões 12%, Serra da Estrela 10%, Baixo Vouga 9%, Baixo Mondego 6%, Beira Interior Sul 6%, Beira Interior Norte 4%, Pinhal Interior Norte 1%, Pinhal Interior Sul 1%, outros 7%; Género: 67% mulheres e 33% homens; Idade: até 25 anos – 17%; 26/34 – 43%; 35/44 – 24%; 45 e + – 17%. Escolaridade (ciclo completo): até 6 anos – 43%, 9 anos – 30%, 12 anos – 9% e superior 19%.

A selecção dos cursos considerou critérios de representatividade da execução (acção-tipo, ano de realização, promotores, áreas temáticas, duração e locais de realização).

Não foi possível cumprir a amostra inicialmente definida (388 inquéritos). Para o actual número de inquéritos e para um intervalo de confiança de 95.5% a margem de erro é de 5.1%.

IV. Análise Específica das Medidas

17% intenção de voltar a estudar. A expressão destes números deve ser ponderada face aos segmentos de público da Medida, potencialmente mais afastados da adopção de uma cultura da aprendizagem ao longo da vida.

Na resposta à questão aberta “qual pensa ser o resultado mais importante para a sua vida por ter frequentado o curso?”, a maioria das respostas refere o reforço de conhecimentos e a valorização pessoal proporcionados pelo curso, mas não é percebida uma relação directa com a inserção no mercado de trabalho “aprende-se alguma coisa e estamos ocupados”. Refira-se que cerca de 9% das respostas referem expressamente que a utilidade do curso é nula. As referências aos resultados associados à inserção real ou potencial são claramente inferiores, mas destacam-se pelo seu significado “ganhou vontade de trabalhar; passei do trabalho na agricultura para a área de hotelaria”.

Relativamente à questão **onde se procura saber em que medida as acções desenvolvidas têm contribuído para facilitar a reinserção profissional dos activos desempregados**, em particular nos casos que resultam dos processos de reestruturação de empresas, podemos encontrar as seguintes conclusões¹⁰.

A análise da situação profissional dos inquiridos desempregados antes do curso revela que, no momento de inquirição, 60% estavam integrados no mercado de trabalho, registando-se uma melhoria da taxa de colocação com o aumento do tempo da permanência dos inquiridos no mercado de trabalho.

Taxa de colocação (peso dos inquiridos desempregados antes do curso face ao total de inquiridos a trabalhar)	
Até 6 meses após a conclusão do curso	No momento de inquirição
57%	60%

Fonte: Inquérito beneficiários (Quaternaire Portugal)

A rotatividade entre as situações de desemprego e emprego é uma marca dos percursos dos inquiridos – 64% já estiveram desempregados. As situações de mudança de emprego são menos significativas, apenas 20% dos que já trabalharam tiveram mais do que um emprego e 34% dos que estão a trabalhar mantêm o 1º emprego após o curso. São os desempregados à procura do 1º emprego aqueles para quem é mais fácil o acesso ao mundo do trabalho.

O primeiro emprego após o curso, maioritariamente por conta de outrem, ocorreu para 56% dos inquiridos nos 3 meses subsequentes. Nesse emprego, 23% dos inquiridos eram abrangidos pelo regime contratual de vínculo permanente, mas a qualidade do emprego tende a melhorar – para o emprego no momento de inquirição o vínculo permanente abrange 47% dos inquiridos.

Relativamente ao desemprego 64% dos inquiridos desempregados estão nesta situação há mais de 12 meses e 20% há menos de seis meses. As questões relacionadas directamente com o curso são apontadas como a justificação principal para a situação de desemprego – 50% coloca a ênfase no reduzido número de empregos na área do curso e 31% na insuficiência das qualificações proporcionadas.

Um número significativo dos inquiridos valoriza o curso como instrumento de apoio no acesso ao emprego (33% considera importante e 21% muito importante), porém é também relevante o número daqueles que depreciam o curso como factor facilitador do acesso ao emprego (46% consideram pouco ou nada importante). Adicionalmente, refira-se que mais de 1/3 dos inquiridos afirma fazer uma utilização restrita dos conhecimentos adquiridos (raramente e nunca) e apenas 28% afirma utilizar com regularidade. Contudo, a maioria dos inquiridos aprecia muito positivamente a qualidade do curso: 17% considera muito boa e 52% boa.

¹⁰ A formulação desta questão está dirigida para os desempregados que “resultam dos processos de reestruturação de empresas”, contudo a informação disponível no sistema de informação não permitiu direccionar a análise para estes públicos.

IV. Análise Específica das Medidas

A integração dos desempregados no mercado de trabalho é condicionada por uma teia complexa de factores individuais e de contexto. As capacidades inatas do indivíduo, o ambiente familiar e social, a conjuntura do mercado de emprego e as estratégias de recrutamento das empresas jogam um papel fundamental nas oportunidades de emprego. É necessário também considerar as opções individuais face ao desemprego e à formação: o desemprego pode ser uma opção mais vantajosa do ponto de vista financeiro e mesmo a formação pode ser encarada nesta perspectiva ou numa lógica de adiamento da entrada no mercado de trabalho, perpetuando as suas vantagens “superficiais”.

Neste contexto, é razoável considerar que a formação contribuiu para a melhoria das condições de empregabilidade e para a inserção profissional dos beneficiários da Medida, e esse contributo terá sido tanto maior quanto estiveram reunidas condições de eficácia, designadamente aos seguintes níveis (i) motivação de partida dos beneficiários focalizada nas condições de empregabilidade e no mundo do trabalho, (ii) qualidade dos conhecimentos e dos comportamentos proporcionados, incluindo as atitudes face ao mundo do trabalho, (iii) intencionalidade da formação face ao objectivo de inserção e (iii) enquadramento da formação no meio envolvente. O trabalho de terreno realizado e o inquérito aplicado indiciam que estas condições nem sempre estiveram asseguradas.

Em qualquer um dos domínios em análise – melhoria das condições de empregabilidade e apoio à inserção no mundo do trabalho – importa também situar a abrangência da formação realizada face ao seu público-alvo no que respeita à cobertura global e territorial do fenómeno do desemprego e à incidência nas diferentes tipologias de desempregados na Região.

Relativamente aos públicos abrangidos, o número de desempregados envolvidos em formação corresponde, no período de 2000/ 2004, a uma média anual de 12.3% de desempregados não DLD da Região abrangidos por formação, estimando-se que em 2005 esta taxa seja inferior devido ao aumento do desemprego.

Taxa de incidência das acções-tipo 3311, 3312, 3313 e 3314 nos desempregados não DLD da Região do Centro

Nº médio anual de beneficiários (2000-2004)	2.671
Nº médio anual de desempregados não DLD (2000-2003)	21.655
Peso dos beneficiários (%)	12,3%

Fonte: Sistema de Informação Medida 3.3; Inquérito ao Emprego (2000, 2001, 2002 e 2003), INE

Atendendo ao peso significativo no fenómeno do desemprego dos desempregados não DLD e à relevância da formação como um instrumento privilegiado da activação dos desempregados em geral e, em particular, dos que possuem baixas qualificações, a taxa cobertura afigura-se diminuta face à dimensão do fenómeno.

Refira-se que a taxa de cobertura global da Medida (formação, estágios e apoio à criação do próprio emprego) é com certeza mais elevada, mas o contributo principal decorre da actuação no segmento “Estágios” que incide exclusivamente nos desempregados à procura do 1º emprego e com qualificação superior. Por outro lado, o inquérito permitiu verificar um peso relevante de inquiridos desempregados de longa duração (42% dos inquiridos), o que reproduzido para a Medida reduz a taxa de cobertura dos desempregados não DLD.

Quanto à relação entre a distribuição territorial do desemprego e a cobertura da Medida na Região, regista-se uma penetração deficitária em alguns dos espaços sub-regionais, nomeadamente o Baixo Vouga, o Pinhal Interior Norte e Dão-Lafões, inversamente no Baixo Mondego a cobertura da Medida ultrapassa o seu peso relativo quanto à realidade do desemprego na Região.

IV. Análise Específica das Medidas

Distribuição territorial do desemprego e dos beneficiários por NUTE III

NUTE III	Desemprego 2003	Beneficiários (2000-2004)
Baixo Vouga	21%	16%
Baixo Mondego	20%	32%
Pinhal Litoral	9%	9%
Pinhal Interior Norte	7%	1%
Dão-Lafões	18%	11%
Pinhal Interior Sul	2%	2%
Serra Estrela	3%	8%
Beira Interior Norte	6%	5%
Beira Interior Sul	4%	7%
Cova da Beira	8%	9%

Fonte: Sistema de Informação Medida 3.3; IEFP, Direcção de Serviços e Estudos, Estatísticas Mensais 3º Trimestre de 2003

Relativamente à relação entre as características dos beneficiários e as características dominantes dos desempregados na Região, constata-se a reduzida incidência nos desempregados dos níveis etários mais elevados e com os mais baixos níveis de escolaridade, conforme ficou patente pelas entrevistas aprofundadas realizadas a 2 promotores (Centro de Formação Profissional de Castelo Branco e Conselho Empresarial da Região Centro).

IV. Análise Específica das Medidas

4.8. Medida 3.11 – Economia

1. Análise Aprofundada da Medida

A Medida Desconcentrada 3.11, constituindo a 3ª Medida com maior dotação financeira do PO CENTRO, estrutura-se em duas acções – A) Promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento (com 6 sub-acções) e B) Melhoria da envolvente empresarial (com 4 sub-acções). A situação da execução da medida evidencia três aspectos: i) por um lado um excelente desempenho financeiro global e reduzida manobra para aprovação de novas candidaturas até ao final do período de programação; ii) uma excessiva concentração de investimento no domínio do gás natural, insuficiente incidência de investimentos no Interior da Região e ausência de aprovações nalgumas das sub-acções (ex. ALE e Recuperação de áreas mineiras ou reduzida aprovação no caso das Pousadas de Juventude); iii) aprovação posteriormente ao exercício de avaliação intercalar de projectos no âmbito de alguma das sub-acções até então por iniciar “Projectos Integrados Turísticos” (PITER) e “Infra-estruturas Tecnológicas, de Qualidade e de Formação”, com maiores incidência em termos de desenvolvimento regional.

O forte impacte verificado na modernização e desenvolvimento das infra-estruturas energéticas poderá ter significativa repercussão no reforço da competitividade do sistema produtivo da Região e na melhoria da qualidade ambiental, caso o tarifário seja compensador para as empresas utilizadoras, o que parece não estar a acontecer.

Considerando os aspectos acima referidos designadamente a “novidade” de progressiva aprovação de projectos no âmbito das sub-acções - “Infra-estruturas tecnológicas, de Qualidade e de Formação” e “Projectos Integrados Turísticos”(PITER), existem algumas questões que importa reflectir.

A transferência dos projectos de “sistemas tecnológicos e da formação” da Medida 3.1 do então POE para a Medida 3.11 do PO CENTRO foi um passo importante por permitir reintroduzir uma lógica mais integrada e de desenvolvimento regional a esta medida, como permitir articular a questão da inovação e empreendedorismo em sectores produtivos específicos. A aprovação de sete projectos e de três propostas de ideias, irão promover certamente **alterações estruturais significativas na oferta de infra-estruturas tecnológicas e de formação regional** uma vez que estão distribuídas por diversos sectores (dos moldes, às biotecnologias) e abrangem os principais centros urbano-industriais da Região, incluindo a Beira Interior (Covilhã).

Estas intervenções na medida em que associam Centros Tecnológicos, Associações Empresariais Sectoriais, Entidades de Certificação de Qualidade e Universidades e Politécnicos, permitem o **estreitamento de redes de cooperação e a transferência** de e inseedinação **de novas competências**. Na medida em que existem parcerias entre os promotores de infra-estruturas tecnológicas, **com sinergias em matéria de afectação e rendibilização de recursos**, há teoricamente condições para uma melhor racionalização na afectação de recursos.

Não existem complementaridades significativas com outras Medidas do PO CENTRO, em matéria de infra-estruturas tecnológicas e de inovação, embora estejam a ser desenvolvidos no âmbito da Medida 1.5 esforços de coordenação significativos. Tem havido contudo, algumas complementaridades com o Programa PRAI CENTRO, onde foram concebidos alguns projectos interessantes de inovação tecnológica, assim como com o POCTI, no que respeita ao reforço de projectos OTIC (oficinas, tecnologias, inovação e conhecimento); Também no que respeita aos projectos turísticos se verifica uma melhor articulação com a Medida 1.5, tendo sido melhorados os critérios propostos para análise e exigida uma avaliação prévia da qualidade das candidaturas por painel de 5 peritos representativos e independentes.

As condições de acesso e os critérios de selecção previstos e utilizados para os projectos de infra-estruturas tecnológicas e PITER parecem **globalmente adequados**, em termos de sua articulação com os objectivos da medida, embora no caso do projecto das Incubadoras, além da figura Capital de Risco, deveriam ser disponibilizados incentivos para ajudar a equilibrar os défices de financiamento nos dois primeiros anos de funcionamento, enquanto não se atinge a situação de cruzeiro.

IV. Análise Específica das Medidas

Uma forma de garantir agentes mobilizadores para a Região, em termos de inovação tecnológica e de empreendedorismo, será o de **organizar ciclos de promoção** tanto quanto possível contínuos (todos os anos haveria iniciativas e concursos de ideias), em articulação com a rede de incubadoras, para promover e sensibilizar a captação de novos e melhores projectos.

A concretização dos principais projectos PITER já aprovados (“Hotel Termal em Unhais da Serra”, “Turismo Termal e de Negócios da Beira Interior”, “Leiria-Fátima” e “Cúria”), correspondendo os dois últimos a “modernização/ampliação” do existente), tem pelo aumento e diversificação de oferta turística que induz, um **contributo potencial significativo nas alterações estruturais na oferta turística local / regional e impactes económico-sociais**, designadamente em termos de empregos. Por outro lado, a análise documental e observação permitem concluir que estes projectos, atingem em geral um nível de qualidade bastante satisfatório.

1.2. Caso de estudo

DESIGNAÇÃO	OPEN - Oportunidades Específicas de Negócio				
PROMOTOR	OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio				
APOIO NO ÂMBITO DO PROGRAMA	Eixo Prioritário		Medida		
	Eixo III		3.11 – Economia – FEDER Linha de Acção: Dinamização dos Sistemas Tecnológicos, da Formação e da Qualidade		
LOCALIZAÇÃO	NUTE III		Concelho		
	Pinhal Litoral		Marinha Grande		
ELEMENTOS FINANCEIROS DO PROJECTO	Investimento Total	Investimento Elegível	Complicação Solicitada	Taxa Complicação	
	3.002.435€	2.913.964€	1.748.378€	60,0%	
INDICADORES FÍSICOS	Designação				
	Capacidade Acolhimento				
	Unidade	Valor Previsto	Executado	Valor da Medida	Peso na Medida
	Nº de Empresas	16 (8 industriais e 8 de serviços)	Seleção dos Em concurso	Aprovados 104 módulos até 31/12/2004	15,4%
	Designação				
	Área Bruta de Construção				
Unidade	Valor Previsto	Executado	Valor da Medida	Peso na Medida	
M ²	4.750	4.750	n.a	n.a.	
BREVE DESCRIÇÃO DO PROJECTO	<p>Projecto de criação de um Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica a localizar na Zona Industrial da Marinha Grande, junto de empresas industriais e de associações empresariais e tecnológicas relevantes (Centro Tecnológico da Indústria dos Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos (CENTIMFE), Centro Protocolar da Indústria do Vidro (CRISFORM), Centro Empresarial da Marinha Grande (Instalações em fase de acabamento), e Escola Profissional e Artística (EPAMG, a construir). Este conjunto de projectos nesta Zona Industrial são desenvolvidos numa lógica de Parque Tecnológico, conjugando as componentes promoção da inovação e empreendedorismo. O projecto OPEN tem como associados fundadores a Câmara Municipal da Marinha Grande, o CENTIFME, a CEFAMOL (Associação Nacional da Indústria de Moldes), a ANJE (Associação Nacional de Jovens Empresários) e INOVA- Engenharia de Sistemas Lda.</p> <p>A OPEN cederá espaços equipados e disponibilizará serviços e estruturas de apoio ao desenvolvimento dos negócios das empresas a acolher (serviços administrativos, apoios na elaboração de Plano de Negócios, na divulgação de tecnologias desenvolvidas e no acesso a serviços de I&D especializados, promoção de acções de formação, dinamização da constituição de redes de cooperação).</p> <p>O Centro de Incubação tem capacidade para acolher 16 empresas (8 de indústria e 8 de serviços), por um período máximo de 3 anos, e dispõe ainda de 3 salas para acções de formação no âmbito do empreendedorismo. As instalações co-financiadas pela medida III.11 do POC foram inauguradas em Agosto de 2005, encontrando-se desde Setembro de 2005 a seleccionar os projectos de empresas a incubar. A actividade do Centro de Incubação iniciar-se-á na prática apenas a partir de Janeiro de 2006, com a instalação das primeiras empresas.</p>				

IV. Análise Específica das Medidas

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
Planeamento e eficiência	<p>Enquadramento estratégico político/sectorial/territorial justificativo A decisão da aprovação do financiamento da construção e apetrechamento de um Centro de Incubação de base tecnológica foi precedida de uma candidatura (proposta de ideia) submetida à medida 3.1 do POE em Dezembro de 2001 e que foi aprovada. A candidatura dispunha de um documento de fundamentação estratégica. Essa estratégia teve a sua génese na processo e dinâmica de criação do Pacto Territorial para o Emprego previsto no final da década de 90 como resposta à crise que assolava a indústria vidreira, pacto esse que não chegou a ser concretizado.</p> <p>Na Marinha Grande e Leiria existe uma elevada concentração de empresas produtoras de moldes para injeção de plástico, sector muito dinâmico e que se tem deparado com importantes oportunidades de negócio (produção e serviços). A par da necessidade crescente de disponibilização de mão de obra altamente qualificada, que escasseia, existe um ambiente muito dinâmico em termos tecnológicos e de inovação (de produtos e processos), bem como associações e Centros Tecnológicos com grandes assinaláveis competências que enquadram esta " proposta de casamento" entre incubação tecnológica e empreendedorismo neste território.</p> <p>Adequação da alocação dos recursos aos objectivos do projecto Os recursos alocados foram considerados suficientes para a construção e equipamento. Pode-se contudo considerar existir uma grande rigidez nos programas no que respeita ao acompanhamento dos custos.</p> <p>O aspecto menos adequado foi o não ser contemplado o financiamento do apoio à consolidação da fase 2 do projecto (custos intangíveis de apoio à entrada em funcionamento da Incubadora), uma vez que apenas no ano 2008 se prevê a obtenção de resultados líquidos positivos, com libertação de meios suficientes.</p> <p>Adequação da lógica do projecto e dos seus princípios à realidade regional/local Excelente adequação, até porque existe uma efectiva dinâmica de parcerias entre Câmara Municipal, Associações Empresariais e Centros Tecnológicos a nível sub-regional, assim como com Universidades e Instituto Politécnico.</p> <p>Esta lógica de intervenção pró-activa visa também prevenir o surgimento de desemprego de categorias profissionais mais qualificadas e detectar novas oportunidades de negócios. A potenciação de "spin-offs" de novos projectos e empresas, com dinamização da constituição de redes de cooperação com empresas e empresários de suporte (<i>business angels</i>).</p> <p>Adequação dos processos para alcançar os resultados... Neste momento já estão a auditar os 1^{os} candidatos , dispõe de site próprio www.open.pt e e-mail para contactos open@open.pt e informação sobre "pré-candidaturas".</p> <p>Os projectos de candidatura apresentados irão ser criticados por especialistas. Já tem uma carteira de pré-candidaturas em número significativo (15 pré-candidaturas – 10 industriais e 5 de serviços), mas irão ser bastante selectivos e cuidadosos na aprovação.</p> <p>Eficácia da programação na integração com outros fundos/projectos... Razoável eficácia, uma vez que ainda estão no principio de vida.</p> <p>O Open participa num projecto do INTERREG III-B, liderado pela Universidade Juan Carlos, de Madrid, que conta com 9 parceiros de Espanha, França e Portugal. Propuseram uma candidatura à IC EQUAL, mas não foi aprovada.</p>

IV. Análise Específica das Medidas

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
Accountability	<p>Sucesso do projecto O processo de construção, apetrechamento, foi totalmente bem sucedido, tendo sido cumpridos os prazos (a inauguração estava prevista para Novembro de 2005) e os orçamentos (pequeno desvio da ordem de 5%). Neste momento ainda estão na fase de recepção e apreciação de candidaturas, pelo que só daqui a 3 anos quando estiverem a terminar o 1º ciclo de empresas instaladas será possível avaliar do sucesso do projecto.</p> <p>Concretização dos objectivos Inauguração das instalações em 24 de Agosto 2005 (já com equipamento técnico e administrativo, mobiliário, etc.). Já elaborado e em implementação o Plano de Marketing e Comunicação, e em Dezembro esperam fazer a contratualização com as empresas a instalar. Estão por conseguinte concretizados os três primeiros objectivos do projecto (i) criação da incubadora, ii) criação das condições de acolhimento de iniciativas empresariais e iii) potenciação das capacidades endógenas da Marinha Grande em matéria de iniciativa empreendedoras), estando em curso de realização o quarto objectivo (iv – promoção do potencial de articulação, integração de esforços conducentes à criação de novas empresas com soluções tecnológicas e de experiência empresarial inovadoras).</p> <p>Eficácia da aplicação dos recursos Para já a eficácia parece ser elevada, embora se verifique que até ao momento apenas tenha sido contratado um dos dois técnicos previstos para a constituição do núcleo de competências.</p> <p>Impactes directos e indirectos do projecto... Ainda não é possível quantificar impactes directos e indirectos. Contudo, este tipo de projecto de Incubadora terá sido o primeiro a arrancar na Região Centro e neste momento já se encontram aprovados um total de nove projectos de infra-estruturas tecnológicas e de formação na Região Centro, o que é assinalável. Muito possivelmente a excelente qualidade do projecto "OPEN" em termos organizativo, funcional e de instalações e serviços, assim como a constituição de uma Rede de Incubadoras, que reúne desde Novembro de 2002, poderá ter influenciado positivamente o aparecimento de outras propostas diversificadas na Região Centro.</p>

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
Implementação e sustentabilidade	<p>Qualidade da gestão e implementação do projecto e sua sustentabilidade actual A qualidade da gestão na implementação da 1ª fase é visível, não se dispendo de elementos para ajuizar da actual fase em curso. Necessidade de desdobrar ciclos de promoção, tanto quanto possível contínuos, de forma a todos os anos haver iniciativas para promover e sensibilizar a captação de novos projectos (concursos de ideias).</p> <p>Contribuição dos procedimentos de candidatura/aprovação/accompanhamento para a eficácia e desempenho do projecto Serão fundamentais, e estão a ser preparados detalhadamente, com apoio de especialistas nas componentes tecnológicas e de gestão empresarial</p> <p>Adequação dos parceiros envolvidos A diversidade e complementaridade entre os parceiros do OPEN (designadamente sócios fundadores) asseguram um leque diversificado de valências e competências: Município da Marinha Grande – elemento representativo e de ligação à dinâmica territorial e socioeconómica local e sub-regional; CENTIMFE – Promoção da transferência de Know-how e apoio na formação de Recursos Humanos; CEFAMOL – Ligação com as empresas da indústria de moldes; ANJE – Componente de empreendedorismo; INOVA – Engenharia de Sistemas Lda. – projecto com caso de estudo de desenvolvimento de metodologias de projectos de reengenharia de processos, com incidência no controle da qualidade e incremento da produtividade. Por outro lado, o projecto foi alargado a novos parceiros - duas Câmaras Municipais – Batalha e Porto de Mós, às Universidades (Coimbra, Aveiro e IST) aos sectores do vidro e cristalaria – CRISFORM - e a 35 empresas industriais e de serviços, deixando de estar confinado ao sector de moldes e plásticos, e alargando a sua área de influência territorial.</p> <p>Integração/sinergia com outros projectos O projecto OPEN já participa activamente em algumas redes de cooperação empresarial. Destaque para a rede IDT (rede regional de inovação, desenvolvimento e tecnologia www.redeit.com), com o projecto triangular Comunidade Criativa Inovadora, juntamente com a ANJE, Instituto Politécnico de Leiria, CENTIMFE, e outras entidades. Os encontros e reflexões que tem sido promovidos com outras entidades e projectos de incubadoras (nomeadamente Incubadora D. Dinis, Instituto Pedro Nunes, Biocant, Beira Atlântico Parque, IIEFP- Figueira da Foz), tem tido contributo importante na dinâmica de aprendizagem regional, possibilitando a criação de uma rede que funciona desde Novembro de 2002.</p> <p>Evidências de sustentabilidade do projecto O projecto terá sustentabilidade a partir do ano 2008, de acordo com os pressupostos do estudo de viabilidade económico-financeira, e caso a taxa de ocupação seja da ordem dos 100%. Necessidade de, no próximo Quadro Comunitário, pensar sistema de incentivos apropriados ao apoio de projectos de incubadoras, para além do capital de risco.</p>

IV. Análise Específica das Medidas

4.9. Medida 3.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA-O)

A Medida AGRIS foi desde o seu início alvo de significativa indefinição, motivada pelas seguintes principais razões:

- Programa regional constituído por acções comuns a todo o território do Continente;
- Ausência de uma estrutura de coordenação activa, a nível nacional, embora amenizada pela criação posterior do Grupo de Ligação Nacional
- Necessidade de respeitar, no início, a programação por acção, que rapidamente passou para maior facilidade de transferências de verbas;
- Grande instabilidade legislativa, não apenas no início da sua aplicação, tendo levado a dois anos praticamente sem execução. A um ano do fim do Programa ainda se espera pela regulamentação de sub-acções como a 2.3 – Criação e modernização de pequenas unidades artesanais de âmbito local;
- Elevado número de entidades intervenientes no processo de recepção de candidaturas, análise, decisão, homologação e contratação que conduzem a prazos muito dificilmente inferiores a 6 meses e muito frequentemente próximos de um ano;
- Significativa lentidão na execução de projectos em algumas acções;
- Forte sensibilidade às alterações das prioridades políticas nacionais e à pressão pelo cumprimento da regra “n+2”;
- Pressão dos municípios para uma equitativa distribuição das verbas, nomeadamente onde os investimentos públicos eram elegíveis;
- Sobreposição de acções com Medidas apoiadas pelo FEDER e com o Programa LEADER+.

Face ao nível de aprovações, que a 30/06/05 atingiam 94,2% do programado até 2006, pouco restará de Fundo para o restante período de programação, o que levou mesmo a coordenação da Medida a suspender a Medida em Fevereiro de 2005 oficiosamente e que veio a ser generalizado, de forma oficial, a todo o Programa AGRIS, desde Maio.

Em síntese, o desempenho financeiro da Medida pode ser caracterizado por:

- Nível elevado de aprovações que se aproxima muito do montante global disponibilizado pelo fundo e que poderá mesmo ser insuficiente para fazer face às expectativas geradas;
- A repartição das verbas disponíveis pelas diferentes acções foi sendo progressivamente adaptada às necessidades e à estrutura da “procura”. No Quadro seguinte comparam-se os objectivos no início do Programa (Complemento de Programação) com os valores objectivo reprogramados que constam no Complemento de Programação de Dezembro de 2004.
- É de destacar a acção 1 com muito mais projectos do que o inicialmente programado, a constituição de OPF, a realização de caminhos e de reabilitação de perímetros de rega. Pela negativa destaca-se a adesão à acção 2, a constituição de entidades e de apoio à prestação de serviços florestais e a acção 4 com muito menos projectos aprovados (embora nesta última houvesse a expectativa de poder enquadrar o apoio aos ADS o que não se veio a confirmar).
- Até ao final do Programa, e embora possa haver alguns montantes recuperados de projectos aprovados e sem execução, verificar-se-á uma forte carência de fundos durante o ano 2006, prevendo-se que a maioria das acções não venha a ser novamente aberta.

Quanto ao ritmo de execução física, continua a verificar-se significativa lentidão, nomeadamente nas acções que envolvem maiores montantes:

- No apoio a associações (acções 3.1, 4 e 8) em que o apoio previsto se pode prolongar por 5 anos a execução é justificadamente baixa.
- Nos projectos de novos regadios colectivos e mesmo na beneficiação dos perímetros em exploração, a obras prolongam-se sempre por vários anos.
- No apoio à electrificação o processo continua excessivamente lento, tal como já destacado na Avaliação Intercalar.

IV. Análise Específica das Medidas

- Na acção 7,1, onde é inicialmente aprovado um plano de intervenção para posterior enquadramento das acções, justifica-se o atraso no início das obras, embora intervenções aprovadas em 2003 ainda não apresentem praticamente nenhuma execução.
- Na acção 2, na criação de unidades produtivas, dos 78 projectos aprovados apenas 43 (55%) estavam concluídos no final de 2004, enquanto que na acção 6.1, caminhos agrícolas e rurais com uma taxa de execução face ao aprovado de apenas 30% se destaca claramente pela negativa.
- Realce-se ainda as intervenções plurianuais no âmbito dos planos de prevenção de incêndios florestais (acção 3.4), onde por manifesta falta de dotações próprias, por dificuldades de utilização das máquinas e pessoal próprios de forma elegível e pelos atrasos inerentes aos necessários concursos públicos para a realização de empreitadas, se arrastou a execução praticamente nula por mais um ano.

Os indicadores disponibilizados em muito pouco ultrapassam o número de projectos e os montantes afectos a cada acção, não permitindo aprofundada análise sobre os reais impactos da Medida, da sua eficácia e mesmo da eficiência.

Por outro lado, indicadores como “a área florestal abrangida por projectos de prevenção” não demonstram a efectiva realização de acções mas apenas que a área está dentro de um plano de acção. Do mesmo modo, a área beneficiada por projectos de regadio não demonstra a efectiva utilização deste regadio.

A inclusão de Medidas do FEOGA no PO CENTRO iniciou a possibilidade de regionalização de um conjunto de políticas de promoção de desenvolvimento rural e que esboça um esforço de coordenação regional entre as Medidas dos diferentes Programas, embora ainda claramente insuficiente.

Foram criadas, a nível regional, um conjunto de competências de análise e acompanhamento dos projectos separando-se neste caso do IFADAP que passou a entidade pagadora e controladora. Este conjunto de competências acrescidas, principalmente ao nível das DR Agricultura e a maior relação de proximidade com os promotores constituiu a principal mais valia da Medida a nível de boas práticas.

IV. Análise Específica das Medidas

Indicadores Físicos da Medida 3.14

Medida	Indicadores Físicos	Unidade	Programado para 2006 (fonte: C.P.2001)	Programado para 2006 (C.P.2004)	Aprovado até 31/12/04	Realizado até 31/12/04
R1- Diversificação na pequena agricultura	Projectos aprovados (Total)	nº	5587	8.565	7.069	5.393
	Ajudas Públicas	(1000 euros)	40000 a 44000	54.613	44.219	36.058
R2- Desenvolvimento dos produtos de qualidade	Projectos para criação e modernização de unid. Prod. aprovados	nº	130	75	78	43
	Projectos de incentivos a produtos de qualidade aprovados	nº	21	8	7	0
	Projectos à acção 2.3 de incentivos à criação e modernização de peq. uni. Artesanais de âmbito local aprovados	nº	ND	10	0	0
	Ajudas Públicas (1000 Euros)	(1000 euros)	10000 a 14000	6.827	6.561	4.580
R3- Gestão sustentável e estabilidade ecológica da floresta	Organizações de produtores florestais constituídas	nº	33	57	39	1
	Entidades prestadoras de serviços florestais instaladas	nº	47	16	5	0
	Projectos de apoio à prestação de serviços florestais	nº	126	8	5	1
	Nº de projectos de apoio à prevenção de riscos bióticos e abióticos aprovados	nº	113	117	86	0
	Área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos bióticos a abióticos (ha)	ha	143300	375.000	1.295.034	
	Projectos de valorização e conservação dos espaços florestais co interesse público	nº	45	5	0	
	Área florestal de interesse público coberta por projectos de valorização e conservação	ha	875	3.200	0	
	Ajudas Públicas (1000 Euros)	(1000 euros)	20000 a 24000	52023	42.540	7.785
R4- Serviços à agricultura	Projectos de instalação de serviços de substituição e gestão	nº	55	4	4	0
	Projectos de desenvolvimento de outros serviços à agricultura	nº	155	40	47	18
	Ajudas públicas (1000 Euros)	(1000 euros)	62000 a 66000	11.299	7.166	4.933
R5- Gestão de recursos hídricos e emparcelamento	Projectos relativos a novos regadios colectivos e a regadios tradicionais aprovados	nº	206	142	122	23
	Agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais	nº	10000	8.700	11.198	1.369
	Área beneficiada pelos proj. de regadios colectivos e tradicionais	ha	8000	4.800	8.026	477
	Rede de rega criada ou beneficiada no âmbito dos proj. de regadios colectivos e tradicionais	km	725	410	345	37
	Projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega aprovados	nº	3	22	14	0
	Agricultores abrangidos pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	nº	3700	5.360	14.765	0
	Área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	ha	11500	14.000	44.216	
	Rede de rega nova ou reabilitada nos perímetros de rega	km	nd	30	33	0
	Proj. de emparcelamento aprovados	nº	7	5	3	0
	Agricultores abrangidos por projectos de emparcelamento	nº	2230	2.200	1.846	0
	Área beneficiada por projectos de emparcelamento	ha	2000	2.500	771	0
R6 Caminhos e electrificação agro rurais	Ajudas públicas (1000 Euros)	(1000 euros)	76000 a 80000	60.027	56.787	23.594
	Projectos de caminhos agrícolas e rurais	nº	154	178	187	60
	Rede viária nova ou beneficiada	km	405	810	387	116
	Explorações agrícolas beneficiadas pelos projectos de caminhos agrícolas e rurais	nº	6400	8.600	10.646	3.480
	Projectos de electrificação aprovados	nº	600	599	557	212
	Linhas de média tensão instaladas	km	340	700	284	96
	Linhas de baixa tensão instaladas	km	450	600	375	106
	Explorações agrícolas e unidades agro-industriais beneficiadas pelos projectos de electrificação	nº	1400	4.500	1.184	485
	Ajudas públicas	(1000 euros)	12000 a 16000	30.602	30.618	12.053
	R7- Val. do ambiente e do património rural	Projectos de recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais aprovados	nº	32	339	335
Projectos de conservação do ambiente e dos recursos naturais aprovados		nº	nd	269	209	165
Ajudas públicas		(1000 euros)	14000 a 18000	15.301	14.517	7.964
R8- Dinamiz. desenv. agrícola e rural	Projectos aprovados	nº	21	52	36	0
	Ajudas públicas	(1000 euros)	1200 a 1600	4.708	3.125	252

Fonte: PO CENTRO – Relatório de Execução 2004 e Complemento de Programação.

IV. Análise Específica das Medidas

As recomendações para o período de programação em curso apresentadas em 2003 mantêm-se, na sua grande maioria válidas, nomeadamente:

- A simplificação dos procedimentos de forma a clarificar e agilizar os processos administrativos, agilizando o processo de análise, decisão, contratação e pagamento, especialmente para os pequenos projectos;
- Implementação de um sistema de informação/base de dados que permita pleno conhecimento da evolução de cada acção, e que ainda não está totalmente operacional;
- Enfatizar uma estratégia de desenvolvimento de produtos de qualidade e de valorização territorial que envolva um maior esforço de dinamização local;
- Apostar na capacitação de associações e empresas prestadoras de serviços capazes de enquadrar e apoiar os agricultores regionais;
- Acelerar o processo de execução das diferentes acções.

No que diz respeito à questão se as tipologias de investimentos aprovados/executados são os mais adequados para atingir plenamente os objectivos da Medida, verifica-se que para a totalidade das acções e sub-acções da Medida o número de projectos já superou o inicialmente programado. Assim, a questão centra-se essencialmente no tipo de projecto executados. Para a avaliação dos efeitos da Medida foram utilizados de três indicadores, cruzando-os com a representatividade dos projectos apoiados no total regional, tendo por objectivo global a promoção da competitividade dos produtores e da Região.

Acção	Redução dos Custos de Produção	Diversificação da Produção	Acréscimo do Valor Acrescentado
1 - Acção Diversificação na Pequena Agricultura	+	+	
2 - Acção Desenvolvimento dos Produtos de Qualidade	+		+
3 - Acção Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas	+		
4 - Acção Serviços à Agricultura	+		
5 - Acção Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento	++	+++	+++
6 - Acção Caminhos e Electrificação Agro-rurais	++	+	
7 - Acção Valorização do Ambiente e do Património Rural			
8 - Acção Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural		+	+

Impacto ao nível dos Beneficiários	Impacto Regional
Indirecto	Sem impacto
Pequeno	Muito pequeno +
Médio	Pequeno ++
Elevado	Médio +++
	Elevado ++++

Assim consideramos que os efeitos ao nível dos beneficiários se centram na redução dos custos de produção, enquanto que ao nível regional o maior impacto será devido aos novos regadios e beneficiação dos existentes, aos caminhos e à electrificação. A maior dúvida centra-se actualmente no impacto que os projectos na área da floresta, acção 3 quer ao nível da sustentabilidade das associações constituídas quer no apoio à prevenção dos incêndios florestais.

Face às características do território e aos principais desafios que se lhe colocam significa que o padrão territorial da sua implementação corresponde às zonas com maiores desafios.

O tipo de acções e de projectos aprovados adequa-se em muito maior escala às regiões do interior (com 83,5% do investimento) do que do litoral com consequências nos resultados ao nível da repartição por regiões agrárias: maior peso relativo da Beira Interior face à Beira Litoral. Ao nível de NUTE III a Beira Interior Norte, Sul e Dão-Lafões representam 63% dos projectos aprovados e 61,8% do investimento elegível. Para esta assimétrica distribuição espacial contribuem, com forte peso os regadios colectivos, a existência de mais produtos com Denominação de Origem ou Indicação Geográfica de Proveniência, e igualmente os projectos de apoio à pequena agricultura.

IV. Análise Específica das Medidas

O ritmo de implementação dos projectos correspondeu ao programado, pois apesar de muito lento e gerador de fortes descontentamentos no período inicial de programação, o Programa recuperou bastante a nível de aprovações. No que toca ao ritmo de execução dos diferentes projectos, este permanece demasiado lento. Por um lado um conjunto de acções são de carácter plurianual, outras são de execução bastante lenta como a construção de barragens. Contudo, em algumas acções persistem projectos simples, sem qualquer execução 3 anos após a sua homologação o que é claramente insustentável para o Programa, exigindo uma maior atenção da gestão a estas situações.

Quanto ao grau de satisfação dos beneficiários, inicialmente insatisfeitos pelos atrasos na implementação do Programa e pela demora no circuito de análise, decisão dos projectos e pelo seu pagamento, a opinião é agora francamente mais favorável. Todavia, a suspensão do Programa devido a escassez de verbas pode voltar a gerar novas áreas de insatisfação.

Elemento igualmente decisivo para a satisfação dos beneficiários é a taxa de apoio. Para o conjunto dos investimentos em infra-estruturas, caminhos, electrificação, emparcelamento construção e beneficiação de perímetros de rega colectivos os subsídios a fundo perdidos são de 100%. Consideramos que são taxas adequadas de uma forma geral, embora no caso da beneficiação dos perímetros de rega, deva passar a ser exigida uma comparticipação privada, nomeadamente das Associação de Regantes, que deverá ser financiada pela cobrança de taxas de rega. Este é aliás uma das questões que a aplicação da directiva quadro da água vai seguramente levantar. Quanto ao financiamento de projectos privados, a taxa mais frequente é de 50%. Embora seja considerada insuficiente pelos promotores e associações, que naturalmente querem maior apoio, consideramos tratar-se de um estímulo muito significativo. Aliás, taxas superiores podem levar facilmente a situações de sobre-investimento. O carácter degressivo dos apoios às organizações de agricultores é muito interessante, no sentido em implica a busca de recursos próprios de financiamento.

No decurso do Programa, a complementaridade com outros Programas / Medidas foi tomada claramente em consideração com o Programa Sectorial Nacional (PO Agricultura "AGRO"). Tendo sido definidas as zonas de delimitação e de transição das acções entre programas, de igual modo esta articulação foi considerada ao nível da AIBT do Pinhal Interior Centro. Contudo, ao nível do FEDER e do Programa LEADER+, a articulação foi muito menor, ou mesmo nula, havendo mesmo alguns casos de clara sobreposição de acções e mesmo de concorrência.

No que diz respeito á adequabilidade do modelo de gestão é de evidenciar que se trata de um modelo descentralizado de gestão de uma Medida que em termos conceptuais não apresentou diferenciação regional. O elevado número de entidades intervenientes no processo de recepção de candidaturas, análise, decisão, homologação e contratação que conduzem a prazos muito dificilmente inferiores a 6 meses e muito frequentemente próximos de um ano já com o pleno decurso da Medida.

A inexistência de uma estrutura nacional de ligação forte foi uma clara deficiência, tanto mais que ao nível regional a coordenação entre fundos não compensava este tipo de deficiências.

Nos próximos anos, irão verificar-se alterações. As Medidas de apoio ao desenvolvimento rural que integram o chamado 2º Pilar da PAC, vão passar a ser financiadas por um único fundo designado Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) e a ser agrupados em quatro Eixos Prioritários:

- o Eixo I, que integra as Medidas visando o aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- o Eixo II, que integra as Medidas visando a melhoria do ambiente e uma boa gestão do espaço rural;
- o Eixo III, que integra as Medidas visando a melhoria da qualidade de vida e a diversificação das economias das zonas rurais;
- o Eixo LEADER (Eixo IV) que visa a sustentação de projectos elaborados a nível local.

De acordo com as decisões tomadas no Conselho de Agricultura de 21 de Junho de 2005, foram estabelecidas taxas de financiamento mínimas por cada Estado Membro para cada um dos quatro Eixos Prioritários:

IV. Análise Específica das Medidas

- 10% das verbas disponíveis a afectar a cada um dos Eixos I e III;
- 25% das verbas disponíveis a afectar ao Eixo II;
- 5% das verbas disponíveis a afectar ao Eixo LEADER.

Cada EM disporá, assim, de uma margem de manobra nacional correspondente a 50% das verbas de que venha a dispor no contexto do FEADER, que poderá vir a afectar a cada um dos 4 Eixos, em função das prioridades que venham a ser definidas no contexto do respectivo Plano Estratégico Nacional a elaborar até ao final de 2005 e das Medidas que venham a ser seleccionadas no âmbito do respectivo Programa de Desenvolvimento Rural a elaborar até ao final de 2006 e a implementar durante o período 2007-2013.

Este Programa, vem substituir o conjunto dos programas AGRO, AGRIS, RURIS e LEADER em vigor ao longo do período 2000-06 que beneficiavam de financiamentos provenientes das secções garantia e orientação do FEOGA e, ainda, de pequenas contribuições financeiras do FEDER e FSE.

O próximo período de programação apresenta portanto significativas diferenças, quer ao nível da concepção, quer da flexibilização, quer da importância relativa das diferentes acções, face ao actualmente em análise.

O conjunto de recomendações que efectuamos, embora surjam principalmente da análise da Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural do PO CENTRO podem frequentemente ser adaptadas aos outros Programas em vigor.

De forma sintética consideramos importantes o seguinte conjunto de alterações:

- Opção por uma coordenação forte e centralizada das prioridades de natureza política e da gestão organizacional, financeira e orçamental do plano;
- Elaboração de subprogramas sectoriais baseados numa abordagem empresarial e numa gestão inter-profissional e orientados para o lançamento dos apoios previstos no Eixo I no contexto das áreas que venham a ser identificadas como estratégicas no âmbito das fileiras agro-florestais prioritárias para a obtenção de ganhos acrescidos de competitividade;
- Elaboração de subprogramas regionais e de planos locais integrando o conjunto das acções previstas nos Eixos II e III e visando a implementação de estratégias de desenvolvimento regional e local capazes de contribuírem para uma valorização sustentada dos respectivos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais, para uma diversificação e reforço do respectivo tecido económico e social e para a melhoria da qualidade de vida das suas populações;
- Além dos mínimos regulamentares, flexibilização das dotações financeiras entre os diferentes Eixos que constituirão o futuro FEADER, de forma permitir uma gestão mais flexível face a eventuais alterações da procura e do enquadramento socio-económico;
- Reforço significativo, face ao período 2000-06, da importância relativa dos fundos afectos às Medidas a integrar nos Eixos II e III do FEADER relativamente às do Eixo I;
- Dentro do Eixo I reforço das acções imateriais, nomeadamente da componente Humana, da Gestão e da Promoção dos Mercados;
- Concentração dos apoios aos investimentos empresariais nas áreas da qualidade, e da inovação de produtos e processos produtivos;
- Definição de um valor/dimensão mínimo de investimento nos projectos de apoio às muito pequenas unidades de produção agrícola onde os custos processuais ultrapassam frequentemente os montantes do apoio. Em substituição podem ser reforçadas as ajudas directas, totalmente desligadas da produção como por exemplo as Indemnizações Compensatórias;
- Simplificação (redução ao essencial sem perda de controlo e de garantias) dos processos de análise, decisão, homologação e contratação das candidaturas;
- Diminuição da importância do subsídio a fundo perdido, nas empresas agrícolas e agro-alimentares, sendo substituído por ajudas reembolsáveis ou taxas de juro bonificadas;
- Concentração dos apoios á aquisição de máquinas agrícolas no apoio à primeira instalação de jovens agricultores e nas restantes explorações nos casos de áreas de clara inovação tecnológica;
- Nos casos em que os investimentos (algumas infra-estruturas, máquinas e equipamentos) sejam condicionados por posições dominantes no mercado, os apoios públicos devem ser estabelecidos com referência a valores máximos padrão que tenham em consideração os respectivos custos reais.

IV. Análise Específica das Medidas

- Apoio exclusivo a projectos florestais que respeitem os planos de ordenamento e o plano concelhio de defesa da floresta contra incêndios;
- Análise dos investimentos (públicos e privados) de maior dimensão de forma mais rigorosa baseada em critérios de análise Benefício-Custo social.
- Maior abertura ao sector privado, não o excluindo da prioridade enquanto beneficiário das acções e Medidas a considerar em cada Eixo;
- Clara definição dos interlocutores locais, responsáveis pela execução dos planos/projectos, eliminando sobreposições entre autarquias Locais, Associações de Agricultores e Proprietários Florestais e mesmo Organismos da Administração Central;
- Constituição de um conjunto de indicadores de acompanhamento dos impactos do Programa que sejam exequíveis mas que ultrapassem a mera contabilização do nº de projectos e dos montantes gastos.



V. ANÁLISE TEMÁTICA APROFUNDADA



V. ANÁLISE TEMÁTICA APROFUNDADA

V. Análise Temática Aprofundada

V. ANÁLISE TEMÁTICA APROFUNDADA

5.1. A Questão da Concepção Estrutural do Programa e a Adequação à Evolução Contextual

5.1.1. Adequação das Prioridades do Programa à Evolução Contextual da Região

Uma reflexão sobre a estrutura do Programa pressupõe uma leitura sobre dois aspectos que têm uma relação implícita com a forma como o Programa está estruturado.

Na Avaliação Intercalar, em 2003, foi analisada a pertinência da estratégia e foram feitas várias recomendações que procuravam corrigir, desajustamentos do Programa, face às alterações de contexto. O exercício de validação da Matriz SWOT permitiu retratar duas situações:

- alterações de contexto, sublinhando-se:
 - o acentuar do processo de reestruturação produtiva com reflexos no acréscimo de desemprego e nas necessidades de mão-de-obra com perfil de qualificação mais elevado;
 - uma acentuação da problemática dos incêndios, com impactes na fileira agro-florestal;
- uma re-enfatização das debilidades verificadas na rede urbana, nomeadamente nos domínios do ambiente, requalificação urbana e provisão de bens públicos, que foram sub-dimensionadas na afectação de verbas do PO, em particular do Eixo I.

Por outro lado, até finais de 2002, a evolução do Programa mostrava uma grande capacidade de execução ao nível infraestrutural no Eixo I e uma preparação/capacitação para reforçar o desempenho dos Eixos II e III que, pelo seu carácter inovador, registaram ritmos menores de execução. Ficou ainda claro que face às necessidades da Região e à dinâmica diferenciada dos actores, existiam desajustamentos na programação: sub-dotação no ambiente e requalificação/revitalização urbana e sobredotação na formação (associada ao FORAL), bem como outros ajustamentos.

Tal como foi possível caracterizar anteriormente, o processo de reprogramação incorporou grande parte dos ensinamentos e das recomendações da Avaliação Intercalar, quer no sentido de responder às mudanças de contextuais, quer no sentido de proceder a ajustamentos relativos à estrutura do Programa e à sua programação financeira inicial.

Volvidos dois anos sobre o exercício anterior, verificamos que parte das alterações de contexto que afectaram a Região, se mantiveram ou acentuaram, o que confere um quadro de acção consideravelmente diferente do que caracterizava a região na altura em que Programa foi concebido:

- o decréscimo do investimento acompanhado pelo encerramento de inúmeros estabelecimentos, aumentaram os níveis de desemprego regional e realçaram as necessidades de formação/qualificação e reorientação da mão-de-obra;
- também o problema dos incêndios e da devastação da floresta se manteve, demonstrando a pertinência da reprogramação e o seu contributo para o cumprimento dos objectivos, nomeadamente nos casos onde acentuou negativamente a situação de alguns domínios.

Os valores relativos ao processo de convergência das regiões da EU, mostram que a Região Centro não tem vindo a crescer o seu PIB *per capita* em ppc, permanecendo entre as regiões mais pobres da Europa.

PIB *per capita* (ppc) da UE 25 na Região Centro

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Região Centro	59.7	59.8	59.8	60.7	62.6	63.2	63.0	63.0

Fonte: Eurostat

V. Análise Temática Aprofundada

O outro aspecto a considerar relaciona-se com a verificação do **cumprimento dos objectivos** a que o Programa se propunha. O Programa apresentava uma estrutura, suportada em objectivos estratégicos traduzidos em medidas, com objectivos gerais/específicos, tipologias de projectos e metas a atingir. Partindo deste pressuposto, pode-se afirmar que **a estrutura do Programa é validada quando são cumpridos os objectivos** a que este se propunha. Os resultados da Avaliação Intercalar e a sua actualização, mostram **que os objectivos do Programa serão globalmente atingidos**, verificando-se uma melhoria nas dotações infraestrutural e social da Região. Contudo, esta não pode ser a única leitura a fazer. Fazendo a leitura das a partir das metas verificamos que as metas estabelecidas, transpostas em indicadores, nem sempre retratam todos os objectivos definidos e, como tal, não abarcam a totalidade dos domínios de intervenção predefinidos na concepção do Programa. Neste sentido, e como foi possível verificar pela Avaliação Intercalar, **existiam diferentes níveis de sucesso/cumprimento dos objectivos específicos de cada Medida**, o que tem que ver com o facto de haver tipologias de projectos dominantes em relação a outras. Na Avaliação Intercalar foram identificados esses desvios, situação que após 2002 foi corrigida, nomeadamente porque surgiram novas tipologias de projectos diferentes das dominantes até 2002, que vieram contribuir para o cumprimento dos objectivos estratégicos.

Assim, reflectindo sobre os resultados alcançados pelo Programa nos vários domínios, conclui-se:

- que devido aos elevados défices regionais, se mantém a pertinência e necessidade dos investimentos no ambiente, acessibilidades, equipamentos e reabilitação urbana, como forma de responder às prioridades estratégicas do Programa de garantir o “acesso da população aos serviços universais e infraestruturização do território” e alcançar a “qualificação urbana e ordenamento das cidades”;
- que o esforço de infra-estruturização produzido pelo Eixo III em vários domínios da economia, em particular na agricultura, pescas e energia, contribuirão para o aumento da competitividade regional, embora a natureza dos projectos não permita ter, desde já, a verdadeira dimensão dos seus resultados;
- que os investimentos na formação tiveram alguns efeitos positivos, nomeadamente no que diz respeito à inversão dos padrões de elevado abandono escolar que caracterizam a Região e, de uma maneira geral, o país;
- que a experiência positiva de intervenção territorial integrada na lógica das Acções Integradas de Base Territorial, visível nas intervenções estruturantes realizadas, promoveram uma mudança positiva no quadro de competitividade dos espaços mais desfavorecidos da Região Centro.
- que se verificaram dificuldades em estabelecer complementaridades entre Medidas, nomeadamente entre Medidas de diferentes Eixos. A existência de Medidas com objectivos de espectro muito alargado que, como é melhor explanado na alínea referente às “condições de acesso e critérios de selecção de candidatura”, por vezes dificultam a execução de intervenções mais específicas, necessárias ao cumprimento dos objectivos.

A evolução descrita leva-nos a ponderar sobre a estruturação em Eixos/Medidas e a sua dotação financeira. O Eixo I, pela dotação financeira que possuía, vocacionada para as autarquias e pelos domínios de intervenção que contemplava, consistia num Eixo fundamentalmente vocacionado para a base infraestrutural, necessário à reparação dos défices infraestruturais da Região.

Quanto ao Eixo II, com excepção das medidas POLIS cuja lógica é diferente, ao nível das AIBT, a discriminação positiva que se pretendia com a sua configuração foi conseguida, sendo evidente que os investimentos efectuados contribuem para um aumento da competitividade regional e, conseqüentemente, para a qualidade de vida das populações. Contudo, emergem alguns problemas que emanam da dificuldade de concertar agentes e investimentos em territórios com uma base económica débil.

No Eixo III, se lembrarmos que uma das prioridades do Programa era a “qualificação dos factores de competitividade da economia regional”, verificamos que, neste campo, o Programa não conseguiu inverter a tendência desfavorável de evolução da Região. Apesar dos investimentos efectuados, a Região perdeu competitividade e emprego como demonstram os dados recentes. Isto decorre do facto de haver um conjunto de iniciativas cujos resultados são agora de carácter “intangível” e cujos efeitos serão visíveis a médio e longo prazo, e nesse domínio contam-se as intervenções que têm como objectivo contribuir para a “qualificação dos factores de competitividade da economia regional”. São os casos da rede de gás natural, a construção de

V. Análise Temática Aprofundada

novas infra-estruturas económicas (caso do sector portuário), assim como iniciativas ligadas à sociedade da informação (construção de redes locais e desenvolvimento do Estado-aberto), que não tendo resultados de momento mesuráveis, melhorarão os factores de competitividade da Região.

Contudo, no computo geral, as intervenções efectuadas no âmbito das Medidas Desconcentradas revelam que um modelo deste tipo, tem dificuldades acrescidas de amarração ao território, uma vez que no caso das Medidas que incidem sobre sectores, que não têm entidades desconcentradas, a sua orientação teve fundamentalmente uma lógica “nacional”. Remete-se assim para uma reflexão mais ampla sobre se a estrutura dos PO regionais deve ou não ser igual para todas as regiões, sendo que no caso da Região Centro a resposta apontaria para um não, e qual a pertinência de um eixo com as características do Eixo III.

5.1.2. Uma Reflexão Prospectiva sobre as Necessidades da Região

A reflexão sobre as necessidades da Região deverá ter em conta o sentido de várias recomendações da União europeia que visam o relançamento da *Estratégia de Lisboa* em matéria decrescimento e emprego, mas também em termos de política de coesão no quadro das dimensões económica, social e ambiental da estratégia. Este relançamento implica uma forte dinamização das redes de cooperação e intermediação institucional em domínios como a inovação, a ajuda às PME, capital de risco, desenvolvimento tecnológico e valorização do capital humano para os quais é necessária inovação organizacional à escala regional e local. A necessidade de criar mais empregos e adoptar políticas de emprego mais activas, assim como uma política integrada de desenvolvimento rural que contribua também para uma gestão sustentável do território e para a melhoria da qualidade de vida são exemplos de aspectos a considerar.

Os investimentos a realizar na Região deverão assim, procurar responder aos desígnios anteriores e, neste sentido, parece pertinente enumerar alguns princípios/dualidades subjacentes à reflexão prospectiva para o próximo período de programação.

Uma primeira questão a ter em conta é a dualidade entre o aumento dos níveis de cobertura com equidade na cobertura territorial de infra-estruturas e equipamentos locais ou uma opção por investimento estratégico em alguns sectores e territórios gerando, naturalmente, diferenças territoriais. A resposta terá de estar no equilíbrio de ambos, muito embora se possam considerar opções distintas consoante os domínios de intervenção.

A componente das acessibilidades regionais ou das infra-estruturas de apoio às actividades económicas deverá assumir um carácter estratégico, não só porque estas continuam a ser um factor de localização das actividades económicas, como constituem uma matriz de organização dos sistemas urbanos e regionais da Região. Num nível estão as cidades e suas áreas de influência, que deverão reforçar claramente o seu carácter estratégico para o desenvolvimento da Região, contando com as acessibilidades mas, igualmente, com a existência de um conjunto de equipamentos e infra-estruturas de produção, inovação e conhecimento que deverão ser entendidas como uma *rede* de suporte ao seu desenvolvimento. Noutra nível, estarão outros territórios (correspondentes ao actual modelo das AIBT) onde a concentração de investimentos com o objectivo de dinamizar as suas bases económicas, teve efeitos positivos. Uma leitura deste tipo, dará uma orientação mais selectiva aos investimentos a efectuar, exigindo-se uma grande articulação com as orientações estratégicas de carácter nacional.

Na componente das infra-estruturas do domínio ambiental, verifica-se que os elevados investimentos efectuados durante os anos de vigência dos Quadros Comunitários de Apoio mudaram significativamente o retrato da Região no que toca aos níveis de atendimento em infra-estruturas básicas. Contudo, os níveis estão aquém do desejado, sendo possível incrementá-los com investimentos estratégicos que permitam “interligar” os investimentos anteriores e, assim, dar um enorme salto do ponto de vista qualitativo. Refira-se ainda que no próximo período de programação, os programas regionais incorporarão o Fundo de Coesão, o que conferirá outra capacidade de investimento e realização na área do ambiente. Neste sentido, as orientações serão no sentido imprimir uma selectividade aos investimentos na área do saneamento que deverão assumir, assim, um carácter estratégico, permitindo alargar as intervenções a outros sub-domínios da área ambiental.

V. Análise Temática Aprofundada

Outro domínio onde se levanta a dualidade equidade/selectividade dos investimentos a efectuar é o dos equipamentos sociais e da requalificação urbana. No actual Programa, estes foram domínios onde se alcançaram bons resultados, tendo assim contribuído para o desenvolvimento local e para a melhoria das condições de vida da população. Parece assim pertinente manter as orientações do actual Programa Operacional. Contudo, os investimentos devem inserir-se numa estratégia mais ampla que deve incorporar, como princípio, a recuperação da identidade local e regional, para que as intervenções a efectuar, reforcem a sua base territorial.

Embora as considerações anteriores apontem no sentido de uma maior selectividade dos investimentos a efectuar, nomeadamente assente em critérios de base territorial (reforço da importância das cidades e vilas da Região), importa lembrar que é necessário não esquecer que é ao nível local que se assegura a “equidade” no acesso a bens e serviços e, portanto, que se assegura a satisfação das necessidades das populações, contribuindo para aumentar os níveis de convergência dos territórios menos favorecidos. Assim, paralelamente a uma lógica que imprimirá maior selectividade em projectos e domínios considerados estratégicos para o desenvolvimento regional, deverão considerar-se um conjunto de investimentos de base local que responderão fundamentalmente a critérios de equidade e assegurem a convergência/coesão social, tais como os existentes na Medida 1.1. do actual Programa.

A segunda dualidade que emergirá na elaboração do próximo programa, relaciona-se fundamentalmente com o conflito que ocorrerá entre os domínios da competitividade e do emprego. No primeiro domínio, as questões da investigação e desenvolvimento tecnológico, assim como a inovação e o reforço do empreendedorismo constituem a *pedra de toque* de um novo modelo de intervenção que é preciso aprofundar. Aspectos como a disseminação do acesso às tecnologias de informação, o incentivo à concretização da transferência de tecnologia e melhoria dos processos organizacionais nas pequenas e médias empresas (PME), a melhoria dos pactos triangulares entre PME, universidades/institutos politécnicos, centros tecnológicos e municípios e ainda a formação de redes de cooperação, são exemplos de vectores de actuação e de dinamização da capacidade de desenvolvimento regional de base endógena.

Paralelamente, encontra-se o desígnio do pleno emprego. A aposta futura na inovação como instrumento para a melhoria da competitividade regional terá repercussões numa mudança do modelo produtivo da Região, que numa primeira fase se deparará com um aumento dos níveis de desemprego, nomeadamente entre as mulheres que, nas últimas duas décadas, entraram massivamente no mercado de trabalho da Região. Não havendo qualquer dúvida sobre a importância da inovação e da competitividade na definição de estratégias futuras da Região, a questão do emprego e dos conhecidos desajustes entre uma procura de mão-de-obra qualificada e a oferta de mão-de-obra desqualificada (abundante na Região) deve ser tomada em linha de conta numa visão que ultrapassa o domínio do emprego.

Cabe encontrar soluções que minimizem os custos sociais do aumento do desemprego da mão-de-obra que, levará algum tempo para mudar o seu perfil de capacitações, destacando-se o papel da formação de recursos humanos como vector prioritário para Região. Prioritário em diversos sentidos:

- atendendo a este quadro de evolução possível há que apostar na diminuição da taxa de abandono escolar, pois para além de ser fundamental aumentar os níveis de instrução da Região, é uma forma de diminuir a pressão da entrada de novos activos no mercado de trabalho e, portanto, de controlar o potencial aumento de desempregados. Retirando alguma aprendizagem do actual Programa, verificamos que o Ensino Profissional deverá constituir uma aposta, não só porque evidenciou menores taxas de abandono escolar, como responde de forma mais efectiva aos potenciais frequentadores.
- para além do efeito/relação imediata entre o emprego e a formação, existe outro efeito que importa ter em linha de conta na definição de estratégias para o futuro da Região. A Região tem registado perdas demográficas importantes, com excepção das cidades que concentram um crescente número de habitantes. Neste contexto, e perspectivando-se um aumento do desemprego na Região, importa encontrar soluções de forma a que os jovens e os activos não sintam necessidade de emigrar (assiste-se hoje a uma retoma da emigração dos activos para fora do país e para outras regiões de Portugal em busca de trabalho), contribuindo ainda mais para acentuar o declínio demográfico da Região. O percurso em busca da inovação/criação de um modelo produtivo mais

V. Análise Temática Aprofundada

competitivo não deve descurar a necessidade de manter as populações actuais, mesmo sabendo que muitos destes activos possuem níveis de formação e qualificação ajustados ao paradigma produtivo intensivo em trabalho que durante tanto anos permitiu à Região registar níveis de actividade e de crescimento económico positivos. O domínio da formação poderá dar algumas respostas neste sentido, mesmo que algumas das respostas tenham uma orientação mais social que económica.

- é ainda preciso “territorializar” as intervenções em matéria de emprego e conducentes ao apoio à actividade económica, de forma a permitir o desenvolvimento de novas actividades, igualmente menos exigentes em qualificações, que permitam absorver o crescente número de desempregados.

A terceira reflexão relaciona-se com o domínio da sociedade da informação e com a transversalidade da sua importância e actuação. Não sendo de ignorar os avanços conseguidos neste domínio, importaria não só definir objectivos e metas a atingir, mas sobretudo, atender a uma visão integrada das intervenções. Essa perspectiva hoje não existe como se pode verificar pelo desempenho da Medida desconcentrada, onde as intervenções surgem às escalas local e regional, não se evidenciando o seu grau de articulação com outros investimentos ou outros domínios de intervenção. Por outro lado, qualquer estratégia vocacionada para o domínio empresarial deverá ter em linha de conta a actual qualidade dos recursos humanos e empresariais, que registam limitados níveis de incorporação do sector no sector produtivo. É fundamental atender a essa limitação na formulação de orientações/objectivos futuros.

Neste sentido, sendo a Região Centro muito heterogénea do ponto de vista demográfico, económico e territorial, parece pertinente no próximo período de programação:

- manter orientações/medidas de dotação infraestrutural de base local, sendo no entanto de considerar uma redução da sua dotação financeira. Estando assegurados níveis de base, as novas Medidas de base local deverão apontar num sentido mais estratégico/selectivo, promovendo a qualificação do serviço ou a resposta a algum défice estrutural;
- manter ou reforçar as orientações/medidas no domínio da formação, uma vez que este se avizinha de fundamental importância quer para a mudança do perfil económico e competitivo regional, quer para a mudança no perfil dos recursos humanos, actualmente com níveis de instrução e qualificação muito baixos. Importa estimular as estratégias associadas à lógica interna de um ensino mais profissionalizante e ao alargamento da escolaridade obrigatória, por forma a reforçar a qualificação dos jovens. Importa ainda prevenir o desemprego, nomeadamente de longa duração e de jovens, através do reforço dos sistemas de formação às necessidades de criação/desenvolvimento de novas competências, e programas de intervenção para jovens desempregados;
- a manutenção de orientações/Medidas de base territorial tendo cada território uma orientação temática onde se enquadram as várias linhas de orientação;
- introduzir domínios transversais, destacando-se para já a necessidade de estabelecer um quadro de política urbana que, simultaneamente, suporte o desenvolvimento económico da Região e contribua para a melhoria da qualidade de vida das suas populações.

5.2. A Questão das Experiências de Transversalização de Políticas Públicas no PO CENTRO

Procurando dispor de uma matriz de actuação mais bem preparada para a geração de sinergias intersectoriais, o IIIº Quadro Comunitário de Apoio rompeu com a lógica prosseguida, até então, de estruturar o QCA em dois patamares:

- As intervenções operacionais de enfoque temático e sectorial, da responsabilidade da administração central;
- Os programas operacionais regionais geridos pelas Comissões de Coordenação Regional e tendo como beneficiários exclusivos as autarquias locais, os seus agrupamentos e outros actores associativos de desenvolvimento local.

V. Análise Temática Aprofundada

A nova matriz caracterizou-se por programas operacionais regionais com um Eixo destinado a apoiar intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentrada. Pretendeu-se, assim, criar na arquitectura dos programas, e por consequência nos modelos de gestão, condições favoráveis à transversalização¹¹ de políticas públicas, através da elaboração de um modelo regionalmente desconcentrado.

A leitura das experiências empreendidas no período 2000-2005 no PO Centro permitem fazer um balanço pouco auspicioso desta inovação. De facto, foram raras as experiências de transversalização intersectorial na realização de projectos em sinergia ou co-gestão, dentro Eixo III e entre este e o Eixo II. Ainda assim, de entre as escassas experiências realizadas importa relevar a articulação entre as Medidas 3.14 e as diversas AIBT e entre as Medidas 2.1 e 3.13 – favorecida pelo facto de estarem ambas amarradas pelo Programa Polis em que a tutela é a mesma.

Os fracos resultados alcançados, em termos de transversalização, a partir do Eixo III resultaram essencialmente de quatro razões:

- Escassa capacidade de decisão regional seja da Gestão do Programa, seja das coordenações das Medidas, conforme veremos adiante;
- Falta de reflexão estratégica ao nível regional e sub-regional, por parte dos sectores, que enquadrasse a actuação das Medidas e permitisse identificar projectos estruturantes;
- Formação das Medidas do Eixo III demasiado orientada para responder a problemas de nível nacional;
- Presença de Medidas referentes a abordagens sectoriais sem qualquer lógica estratégica, política e administrativa de nível regional, como a Sociedade de Informação, ou a Ciência e Tecnologia.

Face a estas condicionantes a experiência dificilmente poderia ter tido melhores resultados. Ou seja, com défices de experiência e planeamento tão acentuados por parte da Administração Central desconcentrada e tão escassa capacidade de decisão regional, capaz de ir moldando as Medidas aos problemas regionais, era difícil aguardar um desempenho mais positivo. Esta conclusão é extremamente importante porque, em nosso entender, o tipo de factores que limitaram os resultados aponta claramente para que a experiência seja continuada, desde que melhorada e ajustada.

De facto, cremos que a experiência criou dinâmicas e preocupações e que foram lançadas as bases para que num futuro período de programação se possa alcançar uma melhor transversalização de políticas.

As Unidades de Gestão exemplificam os ganhos de experiência que se verificaram. A existência de uma Unidade de Gestão comum para os diversos sectores, e na qual estão também presentes as autarquias, bem como a CCDR, dado que o Presidente desempenha funções de Gestor do Eixo III, contribuiu para o reforço das parcerias institucionais, o que é um excelente ponto de partida para abordagens futuras.

Neste contexto, não deverá perder-se de referência que, pese embora a escassez de resultados efectivos, o carácter experimental da iniciativa teve um fortíssimo impacte no reforço da leitura regional por parte dos Sectores gerando, em particular nas estruturas desconcentradas da administração central, uma oportunidade de participação na concretização de políticas regionais que deverá ser continuada e aprofundada no próximo período de programação.

A par da transversalização à escala regional pretendeu-se desencadear o mesmo tipo de abordagem ao nível sub-regional. A faceta integradora e multisectorial das AIBT visou alcançar tal objectivo. Para tal, foi estabelecido o acesso às diversas acções integradas de órgãos desconcentrados, ou não, da administração central por forma a empreenderem, dentro da temática de cada acção integrada, projectos complementares de forte impacte sub-regional.

¹¹ Entenda-se, para este efeito, transversalização de políticas públicas como a integração concertada de actuações da administração pública aos mais diversos níveis, através do reforço de parcerias institucionais, ou da geração de projectos imbricáveis e sinérgicos.

V. Análise Temática Aprofundada

Todavia, a participação de entidades públicas supra-locais ficou aquém do que seria desejável, verificando-se que não foram alcançados os ganhos desejáveis através da intensificação de investimento da administração central em territórios deprimidos. Esta situação resultou, desde logo, do facto da tipologia de projectos e dos beneficiários elegíveis se focalizarem excessivamente nas autarquias.

Todavia, da experiência empreendida ressaltam duas situações contrastantes com elevada importância em termos de aprendizagem. Pela positiva, destaca-se a actuação do IPPAR e da Direcção Geral de Monumentos Nacionais, envolvidos em quase todas as Acções Integradas com a realização de projectos de elevado valor sinérgico e complementar a outros projectos realizados pelas Câmaras Municipais. No plano oposto encontra-se o Museu de Arte e Arqueologia do Vale Côa, da responsabilidade do IPA. Trata-se do projecto nuclear da estratégia da AIBT do Côa, tendo por esse facto sido lhe acometido uma elevada dotação financeira. Embora estivesse claramente definido desde a concepção da Medida, não foi candidatado até meio de 2005 devido a diversos atrasos na realização dos estudos técnicos.

Observando-se os dois referenciais de experiências de transversalização – Eixo III e AIBT -, julgamos que emerge como recomendação para o próximo período de programação a necessidade de intensificar a participação da Administração Central Regionalmente Desconcentrada nas acções integradas de base territorial. A concentração e intensificação de investimento exige que a matriz de investimento regional dos Sectores seja coerente com os restantes investimentos municipais no sentido de assegurar impacte dos mesmos para o incremento da competitividade territorial.

Para que essa articulação funcione, é determinante envolver os diversos parceiros desde a fase de planeamento estratégico das intervenções, reforçando a participação das estruturas regionais no processo de planeamento e evitando-se as metodologias *top-down* produzidas à posteriori da concepção dos programas, de que é exemplo a tentativa de concertação intersectorial produzida no Pacto Territorial da Beira Interior.

5.3. A Questão dos Graus de Desconcentração da Decisão e do Reforço da Territorialidade no PO CENTRO

Em consonância com as orientações de actuação da CE para o período de programação 2000-2006, de desconcentração das responsabilidades de Gestão, o QCAIII experimentou, aos mais diversos níveis, soluções destinadas a aproximar os programas operacionais, em particular os regionais, do território.

O primeiro desses esforços assentou na atribuição¹² ao presidente da Comissão de Coordenação Regional das competências associadas ao estatuto de Autoridade de Gestão, estabelecida pelo Regulamento 1260 dos Fundos Estruturais, cabendo-lhe, também, assumir a presidência das Unidades de Gestão.

Resulta daqui uma vontade expressa de assumpção do PO CENTRO como um instrumento central de prossecução de uma política de desenvolvimento regional, atribuindo à CCDR Centro uma significativa responsabilidade na gestão e operacionalização do Programa Operacional e de concretização de uma estratégia de desenvolvimento da Região.

Esta solução se, relativamente aos Eixos I e II do Programa, denota alguma continuidade face ao QCA II, em que o papel da CCDR consiste na coordenação e dinamização dos actores locais, é particularmente inovadora quanto ao Eixo III, dado que lhe atribuiu renovadas competências de concertação entre a componentes local/regional e a sectorial/central. Desta forma, a CCDR viu ser amplamente reforçado o seu papel em matéria de desenvolvimento regional, com condições impar para gerar concertação entre os serviços regionais desconcentrados.

Com a atribuição da Gestão do Eixo III ao Gestor do PO CENTRO e, por conseguinte, à Presidência da CCDR, constata-se que houve uma clara aposta na afirmação da Comissão de Coordenação para realizar um papel chave na prossecução de um modelo de experimentação de gestão desconcentrada dos Fundos Estruturais.

¹² Artigo 26º do Decreto-Lei 54/A-2000

V. Análise Temática Aprofundada

Todavia, a implementação deste modelo, conforme foi registado na Avaliação Intercalar, ficou aquém das expectativas, dado que, em verdade, não se verificou uma efectiva desconcentração do poder de decisão sectorial para o nível regional, o que fragilizou a actuação da CCDR como estrutura de gestão e concertação da componente sectorial.

Esta fragilidade decorre da falta de autonomia de decisão do Gestor do Programa e dos coordenadores das Medidas regionalmente desconcentradas, relativamente aos Ministros que tutelam os respectivos sectores para a aprovação dos projectos.

Esta situação verifica-se no Eixo I e II, em que o Gestor do Programa depende do Ministério que tutela (inicialmente o Ministério do Planeamento e actualmente o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional), e, no caso das Medidas Desconcentradas, em que o Gestor regional não recebeu qualquer delegação de competências por parte dos Ministérios sectoriais, ao mesmo tempo que os Coordenadores de Medidas Desconcentradas continuaram a não dispor de autonomia de decisão. Neste âmbito, já em sede de Avaliação Intercalar se chamou a atenção de que só se tinha identificado um caso de delegação de competências de um Ministério sectorial no Gestor do PO CENTRO (Ministério da Segurança Social e do Trabalho).

Acresce, que a existência de uma lógica de abordagem regional estava desde logo fragilizada pela inclusão no Eixo III de domínios de actuação que têm uma lógica eminentemente nacional, sem qualquer correspondência na pauta de entidades regionalmente desconcentradas da Administração Central. São exemplos desta situação os domínios da Sociedade de Informação e da Ciência e Tecnologia.

Se a este panorama adicionarmos o facto de a legislação nacional determinar a presença maioritária dos municípios nas Unidades de Gestão do Eixo I, conclui-se que os ganhos de capacidade de decisão regional foram inequivocamente condicionados tanto por défices na desconcentração do poder de decisão, como por interferência, do nível local, na prossecução de uma visão regionalmente estruturada dos investimentos.

Pese embora este somatório de dificuldades e de incoerências julgamos que se verificaram ganhos que poderão ter reflexos positivos no próximo período de programação, desde que devidamente rentabilizados.

O primeiro desses ganhos decorre da acumulação de experiência da CCDR. Se até ao QCAIII a CCDR Centro era uma entidade plenamente experimentada na concertação e dinamização dos actores de âmbito local, a partir deste Programa passou a reunir um capital de experimentação, como actor chave de concertação sectorial-regional, que lhe permitirá, num próximo período de programação, com uma atribuição efectiva de autonomia de decisão, reforçar as suas funções de gestor regional.

No mesmo sentido, os serviços desconcentrados da Região que revelaram estar suficientemente maduros para a concertação interinstitucional, inscrevendo os seus programas de actividades e de investimento, mais numa lógica de sinergia e convergência com os objectivos do desenvolvimento da Região, do que segundo uma lógica de cumprimento de um programa de investimento sectorial, dispõe hoje de um capital de experimentação na participação nos processos de desenvolvimento regional, suportados por Fundos Estruturais, capaz de justificar o aprofundamento do seu grau de autonomia no próximo período de programação.

Importa no entanto destacar que o aprofundamento da autonomia de decisão ao nível regional deverá estar suportado, desde logo, num maior envolvimento dos actores regionais na concepção do futuro instrumento de programação. Todavia, esta participação só fará sentido se for acomodada por uma visão actuação territorial de cada sector, à luz das prioridades de política estabelecidas pelos Ministérios.

O estabelecimento de elegibilidades, beneficiários, critérios de selecção e tipologias de projecto deverá suportar-se nessa reflexão sectorial sobre o território regional e na identificação de projectos regionalmente estruturantes, afastando-se do modelo actualmente empreendido que prima pela homogeneidade das diversas intervenções sectoriais de diferentes programas operacionais regionais.

V. Análise Temática Aprofundada

A partir da aprendizagem deste período de programação, em particular da cultura de concertação entre serviços desconcentrados que, embora embrionária, caracteriza este Programa Operacional, julgamos que há condições para se alcançar uma melhor territorialidade da concepção e programação dos investimentos sectoriais, com ganhos expressivos na selectividade dos investimentos e num incremento do efeito de alavancagem por via da criação de sinergias, só possíveis com a concentração e intensificação de investimento nos níveis territorial e temático.

O afinamento do modelo actual pressupõe um maior espaço de actuação do Gestor do programa operacional regional, por forma a condicionar e articular a génese das Medidas Desconcentradas, mas também uma inequívoca delegação de competências dos Ministérios sectoriais tanto na Gestão Regional, como na coordenação sectorial regional, de forma a assegurar eficácia na gestão e flexibilidade de adaptação ao contexto territorial.

A um nível sub-regional a realização das Acções Integradas de Base Territorial reflectem um outro tipo de experimentação na territorialização de políticas públicas com efeitos directos sobre a desconcentração da decisão.

Neste âmbito, a par de coordenações claramente centralizadas (AIBT Aldeias e Pinhal Interior) o PO CENTRO acolheu um outro tipo de abordagem territorial, de âmbito misto, no qual se combinou uma gestão centralizada das Medidas, mas com um gestor ao nível local (AIBT do Côa e da Serra da Estrela). A apreciação destas experiências ensinam não existirem diferenças substanciais, ao nível dos resultados e da eficácia, resultantes da aplicação dos diferentes desenhos das estruturas de gestão sendo certo, no entanto, que a interactividade com o território foi determinante para o bom desempenho global destas Medidas.

O desenho destas abordagens sub-regionais visaram alcançar dois objectivos específicos que no futuro tenderão a ganhar relevância e a condicionar os modelos de gestão:

- A concertação intermunicipal - determinante para a selectividade dos projectos e para conceber intervenções de nível supra-municipal;
- A concertação intersectorial - determinante para que o pretendido efeito de alavancagem das acções de valorização territorial tenha resultados na medida em que há investimentos facilitadores ou, por vezes, estruturantes de determinadas temáticas que são da exclusiva responsabilidade da administração central, seja no domínio das acessibilidades, dos recursos naturais, ou dos recursos patrimoniais.

Se relativamente à segunda componente a participação da CCDR é determinante, até pelo que ficou expresso anteriormente relativamente ao papel que as CCDR poderão representar no campo da concertação intersectorial, já no domínio da concertação intermunicipal a actuação das CCDR só se justifica em territórios em que a concertação municipal e as competências técnicas não sejam capazes, ou condicionem o desempenho. Em geral, os territórios abrangidos pelas Acções de Base Territorial encontravam-se nesta segunda situação, o que originou ganhos de eficácia e eficiência nas funções de gestão e coordenação empreendidas pela CCDR.

Todavia, num sentido prospectivo e interpretando que num futuro período de programação a existência de Medidas de enfoque subregional e tematicamente concentradas nos principais factores de competitividade territorial será um instrumento adequado de intervenção em toda a Região, deverá pensar-se na forma de acomodar outros territórios com maior solidez institucional e com grande experimentação em processos de contratualização, como o Médio Tejo e o Oeste.

Considerando esta heterogeneidade territorial é nosso entendimento que as abordagens subregionais futuras deverão ser capazes de se adequar às capacidades e competências do território não perseguindo modelos universais. Os casos específicos do Médio Tejo e Oeste exigem tratamentos diferenciados atendendo, por um lado, à grande experimentação que as Comunidades Urbanas registam desde o QCA I e, por outro, ao facto de a sua estratégia de desenvolvimento regional não ser comparável com a da Região Centro, dado que registam um outro quadro de problemas e de oportunidades.

V. Análise Temática Aprofundada

Todavia, os benefícios resultantes das práticas de contratualização ao nível do incremento do planeamento territorial sub-regional, do aumento dos níveis de participação e co-responsabilização dos actores locais e da adequação dos projectos às especificidades do território, exigem que no próximo período de programação este tipo de experiências sejam empreendidas na Região Centro.

5.4. Sistema de Gestão, Acompanhamento e Avaliação

5.4.1. Condições de Acesso e Critérios de Selecção de candidaturas

Neste âmbito, a Avaliação Intercalar de 2003 concluiu que os critérios e mecanismos de selecção de projectos cumpriam positivamente a sua função de instrumento de Gestão, contribuindo para a sua eficácia. Mas, era ressaltada a incapacidade dos critérios de selecção das diversas Medidas permitirem a transversalização de políticas públicas no âmbito de territórios determinados. A Medida 1.5 era mesmo apresentada como um exemplo de que uma maior selectividade de projectos (carácter imaterial) pode não corresponder o nível desejável de resposta institucional dos beneficiários potenciais. Por outro lado, referia-se que enquanto nos Eixos Prioritários I e II havia uma correlação entre a tipologia de projectos aprovados e as reflexões de âmbito regional, o mesmo não existia no Eixo Prioritário III, funcionando aqui a lógica de primazia em detrimento da promoção e procura de projectos ditados pela resposta a domínios estratégicos da Região. Referia-se ainda que a criação de um mandato de gestão sob a forma da criação para esse efeito de um Chefe de Projecto traduzia, no âmbito dos Eixos I e II, a correcta antecipação das exigências de proactividade das Medidas FSE, o que constituía uma boa prática de gestão em termos de antecipação de necessidades e de avaliação de recursos internos. Assim, globalmente, concluía-se pelo incremento moderado da selectividade e qualidade dos projectos.

Actualmente, como se poderá concluir dos aspectos a seguir apresentados, as candidaturas reflectem tanto quanto possível os critérios existentes, mas o nível de selectividade continua a apresentar margens de progressão, no sentido de apoiar investimentos regionais estruturantes.

A título de exemplo, dos níveis de selectividade das Medidas, apresenta-se de seguida um conjunto de situações ilustrativas de aspectos menos conseguidos ao nível da concretização dos objectivos específicos devido aos critérios de selecção existentes.

Medida 1.5 – Apoio às Actividades Económicas, Acções de Desenvolvimento Territorial e Apoio às Eficácia das Políticas Públicas

As condições de acesso assim como os próprios critérios de selecção eram demasiado genéricos para permitirem atingir os objectivos propostos, bastante mais ambiciosos.

Neste contexto a linha de acção 1 limitou-se a aprovar projectos relativamente comuns (feiras, exposições e pequenos estudos de mercado).

A destacar a celebração do Contrato-Programa com o CEC - “Programa Empresa”, que abrangeu a totalidade da linha de acção 2 e parte da 3: (iniciativa PME Millenium – apoiou 19 Gabinetes de dinamização empresarial e 1 gabinete central; NET Centro - *intra* e *Internet*, importante ferramenta de gestão, apoio e acompanhamento dos Gabinetes; e Eventos – Programa relativamente articulado de feiras e eventos a realizar dentro e fora da Região).

Regista-se nesta Medida e concretamente na linha de acção 1 uma grande proliferação de projectos avulsos, de âmbito eminentemente local (feiras, pequenos projectos culturais), embora alguns de qualidade. Já as candidaturas ao abrigo do Contrato-Programa parecem, em geral, ter outro alcance.

Porém, a instabilidade dos Gestores e Direcção da CCDRC reflectiu-se negativamente. O Programa Empresa não teve continuação após 30 de Junho de 2003, só tendo sido retomado já no ano 2005.

V. Análise Temática Aprofundada

Com a experiência dos projectos PRAI e a ideia de dimensão ICE (Inovação, Competitividade, Empreendedorismo) existem condições para no futuro melhorar o nível de selectividade, exigindo em simultâneo a definição de uma estratégia mais clara por parte da CCDRC e um trabalho em parceria.

Medida 3.11 - Economia

As condições de acesso, bem como os critérios de selecção da Medida 3.11 não têm permitido alcançar os respectivos objectivos operacionais. Por um lado, duas das seis subacções da acção "A" não têm qualquer projecto aprovado até ao momento (criação de ALE e recuperação de áreas mineiras), e, por outro, boa parte das sub acções são fechadas e têm a ver com projectos de âmbito nacional (exemplo: rede de reservatórios de gás natural).

Mais recentemente apareceram vários projectos de novas Infra estruturas tecnológicas, de formação e do sistema de qualidade (exemplo: incubadoras) com muita qualidade e projectos PITER que nalguns casos atingem uma qualidade satisfatória.

Os investimentos na Região na área do turismo não consideram a estratégia regional, mas derivam directamente da vontade dos promotores, porque a DRE não tem "poder" junto do Ministério do Turismo (ex. apenas emite pareceres vinculativos sobre licenciamento de equipamentos). Desta forma, não pode existir proactividade por parte da DRE para atrair investimentos estratégicos e adequados à Região (não têm capacidade de intervir, dado que as decisões de candidatura são tomadas a nível nacional), embora proponham a aprovação de candidaturas por considerarem que terão sempre algum impacte positivo na oferta turística local.

Em diversas Medidas do Eixo III, é por vezes difícil seleccionar à luz das prioridades regionais, pois as prioridades de actuação são definidas pela Tutela (exemplo: Medida 3.11 –Economia), numa lógica nacional.

Embora o investimento de carácter imaterial seja considerado essencial para o desenvolvimento sustentável da Região, na estrutura do actual Programa e na respectiva programação (objectivos e critérios das Medidas) existe uma prevalência do material face ao imaterial. Os projectos de investimento de natureza imaterial são poucos e existe dificuldade no surgimento de candidaturas interessantes. Para além da programação do Programa e dos critérios de selecção terem que reflectir esta prioridade regional, haverá ainda que implementar acções de sensibilização dos agentes económicos.

Segundo a Gestão, na instrução das candidaturas existe margem para alcance de maiores níveis de selectividade. Será fundamental investir na lógica de instrução de candidatura, com cuidados especiais ao nível da definição dos objectivos e respectivos indicadores de acompanhamento. A candidatura deveria ser analisada segundo uma grelha objectiva, de forma a existir maior selectividade, com base numa matriz de indicadores de impacto regional.

Maiores níveis de eficácia e eficiência de gestão e acompanhamento de projectos exigirão uma lógica de apreciação diferente, baseada no contributo potencial da candidatura para os objectivos estratégicos e prioritários da Região, traduzidos numa bateria de indicadores.

Por outro lado, no sentido de melhorar o processo da aprovação justificar-se-ia estabelecer um limiar a partir do qual era exigida a homologação pela Tutela. Desta forma, não se desvalorizaria o papel da Unidade de Gestão e não se desperdiçariam recursos num processo que não traz qualquer valor acrescentado.

O processo de selecção e aprovação teria a beneficiar com o reforço das práticas de trabalho em equipa das EAT (EP, Coordenadores, EAT). Maiores níveis de articulação permitiriam investimentos regionais mais concertados e adequados às necessidades da Região.

Apesar de se considerar que no Eixo Prioritário II existem boas experiências e que o Eixo Prioritário tem características importantes, no futuro a estratégia deveria ser suportada numa bateria de indicadores para as regiões mais carenciadas (indicadores de coesão). Isto permitiria definir prioridades em função das regiões mais carenciadas. O modelo do Eixo Prioritário II poderia ser aberto a todas as sub-regiões, mas com prioridades estabelecidas e sustentadas na bateria de indicadores de coesão.

V. Análise Temática Aprofundada

A selecção de projectos regionais estruturantes, implica a selecção de projectos de qualidade com base em critérios mais exigentes que passam pela existência de um conjunto de indicadores de apoio à monitorização da intervenção. Este sistema seria um instrumento de apoio à decisão permitindo medir o progresso da Região.

A Gestão considera assim não ter havido o nível de selectividade desejável e aconselhável atendendo a que isso exigiria a definição à priori do que é um bom projecto regional. Ou seja, seria necessário definir e aplicar critérios relativos ao mérito regional do projecto. Numa tentativa de aproximação a esta necessidade, foi possível aplicar um conjunto de critérios para hierarquizar candidaturas da secção A do Eixo Prioritário I, mas não são propriamente critérios que atendam ao mérito do projecto, pois isso exigiria a definição prévia de um projecto regional de referência (boa prática).

Regista-se ainda que, no sentido de melhorar a selectividade das candidaturas, houve afinação de critérios da Medida 1.5 e 1.6.

5.4.2. O Acompanhamento Interno

Os principais objectivos do acompanhamento e monitorização de projectos são:

- Assegurar, em diversos momentos de realização, que o respectivo financiamento é utilizado para os objectivos e nas condições contratualizadas (em particular, indicadores de realização e de resultado, componentes apoiadas e calendarização);
- Detectar eventuais situações de desvio sensíveis face aos indicadores de realização e de resultado e às metas de gestão previstas, permitindo intervenções preventivas e de correcção;
- Disponibilizar uma base para a avaliação de benefícios da intervenção, bem como da sua eventual transferibilidade e efeito demonstrativo.

O acompanhamento interno, nomeadamente do projecto, revela características distintas por Eixo e por FE, que reflectem a forma como está configurado o modelo de gestão e a distribuição de competências ao nível dos coordenadores de Medidas.

Reconhece-se a existência de mecanismos de acompanhamento, previstos nos regulamentos internos das UG de cada um dos Eixos Prioritários e nas respectivas Pistas de Controlo, capazes de recolherem e verificarem a realização física dos projectos, o que não só garante a existência de dados de base para a quantificação dos indicadores de realização física, como garante a existência de meios de controlo/verificação da veracidade dessa informação.

O acompanhamento regular dos projectos, a análise dos relatórios de execução e a avaliação do projecto face aos objectivos previstos, são tarefas regulares de acompanhamento ao nível do projecto que se encontram asseguradas, pelas diferentes EAT e suportadas pelos diversos subsistemas de informação existentes. Os procedimentos para o acompanhamento resultam do confronto entre o processo de candidatura e pedidos de pagamento e a constatação no local da realização material e física.

No âmbito do acompanhamento dos projectos, há ainda a destacar o papel da função de controlo de 1º nível, da qual podem resultar contributos importantes em termos de execução dos projectos.

O controlo de 1º nível, embora debatendo-se com escassez de recursos humanos até ao final de 2004, contribuiu positivamente para a eficiência e eficácia da Gestão e Acompanhamento, de nível estratégico e operacional. É de referir que, em 2004, esta função passou a dispor de um manual, onde são definidas as práticas a adoptar, os meios e procedimentos a assegurar nas operações de controlo de 1º nível, de forma a garantir a qualidade dos serviços. Com a formalização dos procedimentos garantir-se-á, certamente, maior qualidade e fiabilidade dos dados de acompanhamento recolhidos. Neste sentido, consideramos que a actividade de controlo de 1º nível deverá ser dinamizada, pois constituindo um dos instrumentos de verificação da execução financeira e física dos projectos seleccionados, constitui mais um instrumento interno de acompanhamento.

V. Análise Temática Aprofundada

Por outro lado, a participação nos Grupos Temáticos e nas actuais Plataformas de Integração Estratégica permitiram concertar políticas de forma a melhorar a gestão e acompanhamento estratégico do PO.

Segundo a Gestão uma maior eficácia dos projectos exige um maior e mais regular acompanhamento do promotor. Neste sentido, atendendo à experiência dos GAT seria aconselhável envolvê-los mais na gestão e acompanhamento de projectos. Descentralizar dentro da Região a gestão e acompanhamento, sendo objecto de fiscalização por parte de uma Comissão de Acompanhamento. Estas contratualizações deveriam exigir um conjunto de especificações técnicas e as auditorias deveriam ser ao conjunto de projectos contratualizados e não a cada um dos projectos.

Assim, o problema não está relacionado com a existência dos meios de verificação/accompanhamento, mas antes com a capacidade das EAT os aplicar com a frequência aconselhável e desejável.

Conforme já era mencionado na Avaliação de 2003, o acompanhamento interno existe nos Eixos Prioritários I e II e em algumas Medidas desconcentradas do Eixo Prioritário III, embora não necessariamente em termos de acompanhamento permanente e estratégico de projectos tendente a melhorar a sua qualidade ou a ultrapassar factores críticos da sua execução.

Atendendo à importância do acompanhamento corrente da execução dos projectos e à dependência que o acompanhamento estratégico tem deste nível operacional de acompanhamento, seria recomendável uma maior disponibilização das EAT para o acompanhamento junto dos promotores, o que passaria forçosamente pelo reforço das equipas técnicas. A prática mais regular desta função de acompanhamento permitiria maiores níveis de eficácia na execução dos projectos e maiores níveis de eficiência de gestão e acompanhamento estratégico.

O próprio sistema de informação adoptado pelo Programa, contribuindo para a gestão e acompanhamento, não é indiferente ao desempenho da Gestão em termos de acompanhamento/monitorização. Considera-se que o sistema deveria, para além de dispor de informação actualizada quanto à execução física dos projectos, permitir a quantificação regular do sistema de indicadores de objectivo, contribuindo atempadamente para o acompanhamento estratégico da intervenção operacional. Ou seja, considera-se que a actualização de frequência semestral e/ou anual dos indicadores de objectivo, não auxilia a Gestão na monitorização permanente da intervenção, nomeadamente, não apoia o processo de selecção de candidaturas com base nas prioridades estratégicas (selecção de projectos capazes de contribuir para o alcance dos objectivos prioritários).

Como o desempenho do sistema de indicadores de objectivo está fortemente dependente da definição adequada de indicadores das candidaturas, considera-se que existe aqui margem de progresso no sentido da definição adequada e ponderada dos objectivos específicos da candidatura e, como consequência, dos respectivos indicadores de acompanhamento. Neste aspecto, justificar-se-ia uma maior disponibilidade da EAT do futuro Programa para trabalhar as candidaturas, que reúnem as condições de acesso, com os promotores, assegurando que integram objectivos bem definidos e indicadores objectivos, úteis, claros e quantificáveis.

5.4.3. O Acompanhamento Externo de Nível Estratégico (CA)

A Comissão de Acompanhamento, face ao anterior período de programação, viu alargada a sua composição, contemplando nomeadamente a participação dos parceiros sociais. O significativo alargamento (92 participantes) reflectiu-se contudo ao nível da operacionalidade deste órgão, não permitindo um melhor acompanhamento estratégico da intervenção e levantando problemas ao nível da participação.

Por outro lado, a frequência semestral da CA não permite o acompanhamento contínuo e activo por parte dos participantes, semestralmente há mudanças que se perdem e não são acompanhadas, e por outro lado a informação transferida nestes momentos é abundante e necessita por vezes de um esforço individual de

V. Análise Temática Aprofundada

contextualização e/ou um acompanhamento permanente da intervenção, o que não permite facilmente um envolvimento interessado por parte dos membros.

Há assim necessidade de repensar o papel das Comissões de Acompanhamento, e introduzir análises mais qualitativas (e não só quantitativas) tendo em atenção a existência de uma estratégia regional.

5.5. Sistema de Indicadores

Ao nível do conteúdo informativo disponível no sistema de informação do Programa, destaca-se a função do sistema de indicadores de objectivo pois este auxilia o acompanhamento estratégico da intervenção.

Os Sistemas de Informação Integrados dos FE, durante o período 2000-2004, não tendo estado operacionais ou embora operacionais não apresentaram informação física actualizada ao nível do projecto, não auxiliaram a Gestão no processo de recolha de dados físicos necessários à quantificação dos indicadores agregados, sendo essa tarefa desenvolvida pelas diversas soluções operacionais no PO CENTRO. Neste âmbito, justifica-se ainda referir que o módulo QCA do SIFEC também não alcançou plenamente os objectivos. O módulo QCA do SIFEC pretendia dar uma visão integrada e global da execução financeira e física do QCA III, por Programa e por Medida, nomeadamente disponibilizando os indicadores de objectivo actualizados. Este módulo dispõe de informação relativa ao acompanhamento físico das Medidas do QCA, na medida da sua disponibilização pelos SII dos FE.

A participação, em 2003, no grupo de trabalho orientado pela CG do QCA contribuiu para a maior uniformização da metodologia de cálculo de alguns indicadores, nomeadamente dos indicadores de eficácia da Reserva de Eficiência.

No final de 2004 e ao nível do SIFEC/Módulo FEDER, encontra-se actualizada a informação financeira e os indicadores de acompanhamento da realização física dos projectos, mas à semelhança dos anos anteriores permanecem algumas dificuldades e instabilidade na obtenção dos relatórios e no funcionamento deste módulo.

Assim, actualmente apesar do sistema de informação operacional ainda exigir um significativo esforço de coordenação e de recolha de dados de base à quantificação dos indicadores de objectivo, considera-se que existe maior controlo da metodologia de cálculo de cada indicador e o processo de quantificação encontra-se mais agilizado.

No entanto, permanecem algumas características nos indicadores previstos que lhes retira qualidade, identificando-se margens de progressão no sentido de alcançar um maior nível de qualidade e eficácia.

Tendo como referência os documentos¹³ produzidos pela Comissão Europeia sobre indicadores e sistema de indicadores para a monitorização de intervenções, em termos práticos consideramos que um bom indicador é aquele que é portador dos seguintes atributos: pertinente, relevante, quantificável, fiável e útil. Do nosso ponto de vista, a fiabilidade de um indicador está dependente da forma como a informação de suporte é recolhida e tratada, e da credibilidade das fontes e dos processos de controlo da qualidade dessa informação. Ou seja, a fiabilidade de um indicador mede-se no exercício da sua efectiva quantificação/actualização, e, para isso, não é indiferente a qualidade do sistema de informação de suporte e os meios de controlo existentes para a validação da informação de base. O indicador para além de adequadamente seleccionado, só por si, tem características que necessitam de ser controladas à partida para que seja claro.

Atendendo a estes aspectos e apenas a título de exemplo, apresentamos as seguintes situações ao nível dos indicadores do sistema existente que, do nosso ponto de vista, deveriam ser evitadas. Convém ainda referir que, no âmbito da Avaliação Intercalar de 2003, foi realizada uma análise a cada um dos indicadores. Assim,

¹³ Means collection, vol 2(1999); The Evaluation of sócio-economic development-The Guide(2003)

V. Análise Temática Aprofundada

dos indicadores de objectivo quantificados e integrados no Relatório de Execução de 2004, a título de exemplo mencionamos as seguintes situações:

- Medida 1.1- indicador: infra-estruturas de apoio à actividade económica - este indicador da forma como está redigido não permite medir o seu alcance. Valeria a pena clarificar a tipologia de infra-estruturas a contabilizar; Indicador: Reabilitação urbana – dificuldades de *per si* indicar o objecto de medição;
- Medida 1.4 - indicador: arranjos urbanísticos – este indicador é muito abrangente e talvez agregue intervenções de dimensão e importância variável. Carece assim de clarificação e aperfeiçoamento;
- Medida 1.7 - indicador: equipamentos estruturantes - este indicador é muito abrangente e agregue tipologias de equipamentos de áreas diferentes e de importância regional variável;
- Medida 2.1 - indicador: população abrangida por intervenções de requalificação urbana – a não ser que o conceito de população abrangida esteja objectivamente determinado, a quantificação deste indicador poderá levantar problemas;
- Medida 2.3 - indicador: população rural abrangida por intervenções de dinamização etc. E social das aldeias e centros rurais - a não ser que o conceito de população rural abrangida esteja objectivamente determinado, a quantificação deste indicador poderá levantar problemas;
- Medida 2.5 - indicador: outros equipamentos desportivos construídos - este indicador da forma como está redigido (outros equipamentos) não permite medir o seu alcance;
- Medida 2.7 - indicador: nº de projectos – tipo de indicador a evitar uma vez que pode ser obtido através da contagem dos projectos e por outro lado estando referido à aprovação, apenas quantifica realizações potenciais e não efectivas;
- Medida 2.8 - indicador: formandos – este indicador necessita de esclarecimento quanto ao momento de contabilização dos beneficiários da formação, isto é trata-se de contabilizar formandos em acções de formação em curso e concluídas ou apenas com pedido de saldo.

É reconhecido ao sistema de indicadores um papel importante no sistema de acompanhamento estratégico, quando agregados por Medida e dispo de objectivo quantificado para 2006, e no acompanhamento dos projectos pois permitem verificar e controlar a execução física dos projectos.

Face à experiência vivida no âmbito do processo longo, complexo e confuso de concepção do sistema de indicadores e face ao mérito da sua utilização diferenciada (gestão, acompanhamento, controlo e avaliação), é aconselhável para futuro uma intervenção mais atempada e concertada entre a Comissão de Gestão do QCA, Observatório do QCA e os Gestores das intervenções regionais e sectoriais. A concertação servirá o interesse e a vantagem de concepção de um sistema de indicadores mais simples e necessariamente em menor quantidade, que integre os indicadores mais adequados aos objectivos prioritários e estratégicos, de cada Programa e do conjunto dos Programas, com uma metodologia de cálculo desde logo explícita (uniformização de critérios de cálculo) de cada um, e com uma organização clara dos processos de recolha de dados de base à sua quantificação. Neste sentido, haverá ainda que sensibilizar quer os promotores, quer os intervenientes na gestão estratégica dos Programas para a importância da quantificação dos indicadores de acompanhamento.

É ainda de referir que a implementação de um Programa está suportada numa determinada orgânica de gestão e acompanhamento e num sistema de informação específico (aplicações informáticas), cujas características (modelo de dados, funcionalidades, segurança, nível de actualização) interferem também na qualidade e fiabilidade do exercício efectivo da quantificação/actualização do sistema de indicadores previamente definidos.

Em jeito de síntese do referido anteriormente, deixamos as seguintes orientações para os Sistemas de Indicadores a conceber para o próximo QCA:

- Definir indicadores coerentes para os domínios comuns e para todos os territórios, de forma a promover a comparabilidade e a referenciação;
- Simplificar o sistema de indicadores com base na redução do carácter pluriobjectivos dos Programas, isto a redução de objectivos estratégicos levaria à redução dos objectivos operacionais (reflectidos nas Medidas), e portanto, do número de indicadores de objectivo;

V. Análise Temática Aprofundada

- Definir indicadores de forma proporcional e adequada aos objectivos operacionais e estratégicos das diversas tipologias necessárias ao desenvolvimento das análises da pertinência da estratégia, de eficácia, eficiência e de impacto. Ou seja, indicadores de contexto, realização, resultado e impacto;
- Actualizar os valores de referência/custos padrão para apoiar a análise de eficiência;
- Definir valores de partida e metas fiáveis, isto é objectivamente sustentadas;
- Dinamizar o acompanhamento da execução física dos projectos, bem como os instrumentos de verificação física em geral, como garante da fiabilidade dos dados de base à quantificação dos indicadores;
- Tornar o processo de quantificação dos indicadores mais normalizado e transparente, com base na existência de uma ficha de caracterização, como a seguinte:

Ficha de caracterização dos indicadores de objectivo do Sistema de Indicadores de um PO

Indicador de Objectivo	Eixo/Medida	Tipologia (realização; resultado; impacto)	Conceito (identificação das variáveis de base)	Fonte dos Dados				Frequência de Actualização	Métodos de Verificação da Execução Física
				Estatística	Acto Administrativo	Execução do PO			
						Estruturas internas	Entidades externas		
Indicador "x"									

Fonte: Equipa de Avaliação

Consideramos assim que, atendendo às orientações apresentadas, será possível montar um sistema de indicadores de objectivo adequado e com maior grau de fiabilidade, que apoiaria a monitorização e avaliação das intervenções e, muito particularmente, a selecção de projectos com base no seu potencial contributo para as metas definidas nos indicadores (projectos prioritários), coerentes com os objectivos estratégicos do próprio Programa.

5.6. Sistemas de Informação

O exercício da Avaliação Intercalar realizado em 2003 permitiu, desde logo, identificar algumas fragilidades no SI do PO CENTRO, que exigiam um esforço de coordenação desproporcionado e condicionavam a sua capacidade e qualidade informativa. A existência de múltiplas bases de gestão de informação tornava complexo e custoso o sistema de recolha e acompanhamento de dados, principalmente os resultantes da execução física dos projectos, dados estes fundamentais para o exercício de quantificação dos indicadores de objectivo (realização física e de resultados). Identificaram-se igualmente potenciais ganhos de eficiência no SI do Programa com a efectiva e plena integração nos Sistemas de Informação Integrados dos Fundos Estruturais.

As referências a seguir apresentadas, retiradas do Relatório de Execução de 2004, evidenciam os progressos registados nos níveis de implementação e funcionamento dos Sistemas de Informação Integrados dos FE. Isto é, permitem verificar que a actual arquitectura embora mais próxima da integração e centralização da informação, financeira e física, ao projecto, encontra-se ainda em implementação e transferência /recuperação de históricos.

V. Análise Temática Aprofundada

Neste sentido são de destacar as seguintes referências do Relatório:

Em 2004, verificou-se a prossecução dos trabalhos conducentes à implementação e utilização dos sistemas de informação desenvolvidos pelas autoridades de pagamento e de gestão dos Fundos.

Ao nível do **SIFEC/Módulo FEDER** encontra-se actualizada a informação financeira e os indicadores de acompanhamento da realização física dos projectos. Mas, permaneceram, à semelhança dos anos anteriores, algumas dificuldades e instabilidade na obtenção dos relatórios e no funcionamento deste módulo.

No **SIIFSE**, apenas a Medida 3.2 se encontra integrada. Na Medida desconcentrada 3.3 “o registo e análise financeira das candidaturas, o processo de análise e gestão subsequentes dos pagamentos é feita utilizando as aplicações informáticas disponibilizada pelo POEFDS, funcionando em VAX”.

A gestão e acompanhamento das Medidas FEOGA-O continuou a basear-se no Sistema de Contingência (IFADAP) contendo este a informação financeira necessária. A informação ao nível dos indicadores físicos encontra-se em folhas Excel e Access. Em simultâneo, entrou em funcionamento o SIADRU, estando em plena produção as Acções 1 e 2. A integração das restantes acções das Medidas FEOGA-O (2.7 e 3.14) estará concluída no decurso do primeiro semestre de 2005.

No **SI2P** (Medida IFOP: 3.16), ao nível do Coordenador, foi efectuada em 2003 a ligação da Direcção Regional das Pescas e Aquicultura do Centro ao módulo de gestão de projectos do sistema de informação da DGPA e em 2004 decorreu a recuperação do histórico, estando actualizada a informação. Será efectuada no decurso do primeiro semestre de 2005 a ligação, ao nível do Gestor, ao sistema de informação.

Assim, o sistema de informação operacional no período 2000-2004, enquanto suporte às actividades de gestão e acompanhamento da intervenção, não assegurou nem disponibilizou à Gestão os dados financeiros e físicos, ao nível dos projectos co-financiados pelos diferentes Fundos Estruturais, de forma centralizada e integrada. A isto também não é estranho o próprio modelo de gestão instalado, assente em diversos coordenadores externos à EAT do Gestor. Quer o acompanhamento global e estratégico da intervenção, quer o acompanhamento do ciclo de vida do projecto exigiu, mais no passado do que actualmente, o acesso/recolha a informação de bases diversas. No entanto, embora o processo de recolha de dados ainda seja complexo, considera-se que se encontra mais agilizado e célere.

De facto, os sistemas informáticos operacionais apoiaram com alguma insuficiência a gestão e acompanhamento permanente e estratégico do PO CENTRO. Existindo várias bases de informação que não comunicam entre si, o acompanhamento estratégico é posto em causa. Mesmo o SIFEC-FEDER que revelou maior nível de operacionalidade e de centralização da informação dos projectos FEDER, não serviu convenientemente a gestão corrente dos projectos, registando-se diversas adaptações de funcionalidades e conteúdos informativos inseridos.

Atendendo à indisponibilidade atempada e à instabilidade das soluções dos Fundos Estruturais e aos problemas causados, ao nível da gestão e acompanhamento, ao Gestor, que neste caso decidiu aguardar pelas soluções únicas, centralizadas e integradas dos Fundos Estruturais, é nosso entendimento que:

- a futura intervenção deverá ser assistida por uma solução informática própria. O sistema proprietário deverá atender às especificidades do Programa, integrar e centralizar toda a informação, financeira e física, dos projectos a co-financiados, independentemente do FE;
- os SI integrados dos FE não deverão integrar a funcionalidade da gestão corrente ao nível dos projectos, mas antes conter a informação agregada necessária e obrigatória à gestão do Fundo Estrutural;
- as entidades nacionais responsáveis pela gestão dos FE apenas terão que garantir que os SI próprios dos Programas dispõem das funcionalidades e do conteúdo informativo necessário ao Fundo, acompanhando o desenvolvimento de interfaces adequadas aos SI próprios dos Programas para transferência periódica e em tempo útil dos mapas obrigatórios a cada um dos Fundos;

V. Análise Temática Aprofundada

- o ponto de partida não poderá ignorar o investimento já realizado na concepção dos SI actuais, e portanto, serão desenvolvidas apenas as adaptações necessárias, sabendo que os pontos de partida são ao nível dos PO são diferenciados. No caso do PO CENTRO implicaria a concepção de raiz de um SI, mas baseado em soluções/funcionalidades já testadas ao nível por exemplo do SIFEC-FEDER e do SIIFSE, e o desenvolvimento das interfaces aos SI integrados dos FE.

Desta forma, teremos um SI atempadamente disponível e sobretudo adaptado às necessidades/especificidades de gestão e acompanhamento corrente das diversas intervenções e globalmente dos FE. Estamos convictos que esta solução ultrapassará muitos dos actuais problemas de articulação, concertação e monitorização das intervenções estratégicas e serão libertados recursos humanos e tempo para a desejável proactividade na promoção/procura de investimentos estruturantes (de natureza sobretudo imaterial e inovadora).

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1. Síntese das Conclusões

CAP. II – REANÁLISE DO DESEMPENHO FÍSICO E FINANCEIRO

Reanálise Global do Desempenho

O desempenho do Programa é muito positivo, sendo a taxa de aprovação do investimento total, relativamente ao programado, bastante elevada (96,6%), enquanto os níveis de execução em relação ao aprovado são igualmente satisfatórios (72%). A evolução verificada permite destacar que a programação financeira para o primeiro ano era desajustada face ao conjunto de inovações/mudanças introduzidas na gestão e estrutura do PO CENTRO (introdução de Medidas Desconcentradas no Eixo III, a integração dos 4 Fundos e a criação de AIBT) e ao escassos níveis de planeamento territorial e estratégico que permitam a prévia definição dos projectos estruturantes.

O Eixo I é o que apresenta níveis de aprovação e execução mais elevados, muito embora o ritmo tenha sido decrescente, dado o esgotamento da disponibilidade financeira de muitas Medidas. Ao contrário, os Eixos II e III têm reforçado os ritmos de aprovação e execução. Registe-se a criação da Medida 1.9 – Saneamento Básico, com a reprogramação aprovada no final de 2004.

Apesar da grande recuperação verificada após a Avaliação Intercalar, a Medida que tem níveis de execução mais baixos no Eixo I é a Medida 1.6. O Eixo II, apresenta níveis de comprometimento mais baixos que os restantes Eixos, situação que é particularmente explicada pelos resultados menos eficazes das Medidas 2.4 e 2.8. A Medida do Eixo II com níveis de comprometimento mais altos é a Medida 2.1, possuindo contudo níveis de execução muito baixos. No Eixo III houve um claro reforço dos níveis de aprovação, na maioria das Medidas. Contudo, existem algumas Medidas que persistem desde a Avaliação Intercalar com níveis de aprovação e execução baixos: 3.5, 3.6, 3.14 e 3.18.

Em termos estratégicos, observa-se o cumprimento dos objectivos subjacentes a criação dos diversos Eixos de Intervenção. O Eixo I tem vindo a contribuir largamente para garantir os equipamentos e infra-estruturas que definem as condições materiais de vida e as condições básicas do exercício das actividades, ao passo que o Eixo II tem permitido apoiar um conjunto coerente de acções orientadas para o aproveitamento e valorização das potencialidades de territórios específicos ou resolução de problemas específicos, fomentadores de uma maior coesão regional. Quanto ao Eixo III é evidente a preocupação com a qualificação dos factores de competitividade da economia regional.

Análise das Alterações Introduzidas através do Exercício de Reprogramação

O desempenho do Programa Operacional entre 2000-2002, possibilitou a sua classificação como muito eficiente, tendo acedido à Reserva de Eficiência num valor de 85,29 Milhões de euros de Fundo. O Eixo I aumentou o investimento em 7,8%, com um crescimento ao nível dos Fundos de 8,1%, especialmente direccionado para as Medidas 1.1, 1.4, 1.7 e 1.9. Por outro lado, face às dificuldades de execução, foi feita uma reafectação de verbas das Medidas 1.5 e 1.6 que, decorrente da reprogramação interna, viram reduzidos os seus montantes. No Eixo II, as Medidas 2.1, 2.6, 2.7 e 2.8, viram também as suas dotações financeiras reforçadas. A Medida 2.2 foi fundida na 2.8, com uma reafectação total. No Eixo III, as Medidas 3.1 e 3.13 reforçaram a sua quota, assim como a 3.3 que foi alvo de reestruturação interna, recebendo mais de 9,5 milhões de euros de Fundos do processo de reprogramação interna e acolhendo importantes montantes provenientes da reserva de eficiência (5 milhões de euros de Fundos).

Estas alterações surgem como resposta à necessidade de: 1. colmatar as carências de infra-estruturas e equipamentos vocacionados para a melhoria das condições de vida da população e para a competitividade

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

regional; 2. suprimir as carências em matéria de reabilitação urbana e de equipamentos sociais; 3. dar resposta às alterações de contexto verificadas na Região, nomeadamente melhorar a capacidade de resposta à formação de recursos humanos ou ao aumento do desemprego; 4. ajustar os conteúdos, resultados e metas a atingir em algumas Medidas e 5. reforçar a Medida 2.7 como consequência da vaga de incêndios que assolou o território.

Avaliação do Desempenho das Medidas

Eixo I - Apoio aos Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal

Medida 1.1 – Apresenta elevados níveis de aprovação e execução, mantendo-se a situação de esgotamento de verbas (ao nível da despesa pública). Os projectos concluídos ultrapassam largamente as metas estipuladas, com excepção dos que se enquadram no domínio das infra-estruturas de saneamento que têm encontrado resposta noutras Medidas do mesmo Eixo.

Medida 1.2 – Mantém-se a situação de esgotamento das verbas (em termos de Fundo) diagnosticada na Avaliação Intercalar. Em forte consonância com a situação financeira, a totalidade das metas físicas definidas foram alcançadas ou encontram-se praticamente cumpridas (os projectos aprovados deixam antever a superação das metas inicialmente previstas).

Medida 1.3 – O ritmo de desempenho não permitiu alterar as características dos projectos apresentados, existindo uma forte representação das intervenções em estradas municipais e de recuperação de vias, o que reflecte a natureza e escala das intervenções e beneficiários elegíveis na Medida. As metas previstas relativas à construção/remodelação de rede viária foram superadas.

Medida 1.4 – A Medida encontra-se esgotada, ao nível da despesa pública, situação que se mantém desde a Avaliação Intercalar. A distribuição territorial equilibrada entre o litoral e o interior da Região, mostra uma evolução positiva no desempenho dado que, anteriormente, era notória a forte concentração de projectos e investimento no litoral. A maioria das acções desenvolvidas centrou-se em torno dos arranjos urbanísticos, que ultrapassaram largamente as metas estabelecidas.

Medida 1.5 – Progressão considerável dos níveis de aprovação e execução, não só por força da reprogramação financeira, mas igualmente pela aprovação de projectos relevantes. Continua a existir margem de manobra significativa para a apresentação de novas candidaturas. A maior concentração de projectos em determinadas acções radica na maior capacidade dos promotores em apresentar candidaturas baseadas na experiência adquirida nos anteriores Quadros Comunitários. Mantém-se aquém do previsto os projectos orientados para intervenções de maior imaterialidade e inovação.

Medida 1.6 – Os níveis de aprovação e execução progrediram a bom ritmo, não só por força do efeito estatístico resultante da reprogramação financeira, mas também por força do avanço considerável da aprovação e execução de novos projectos. Antevêm-se grandes dificuldades no cumprimento das metas previstas de realização financeira previstas. Foram aprovados projectos abrangendo mais de 47 mil formandos, o que levou os indicadores de realização física a aproximarem-se consideravelmente das metas previstas em complemento de programação.

Medida 1.7 – A Medida apresenta boas taxas de desempenho. No processo de reprogramação, em consonância com as recomendações efectuadas na Avaliação Intercalar, a Medida beneficiou de um reforço da reserva de eficiência. Foram aprovados um conjunto de novos projectos de menor dimensão, localizados maioritariamente nas médias e pequenas cidades da Região, o que configurou uma distribuição do investimento mais equilibrada.

Medida 1.8 – As aprovações ultrapassam o valor da dotação FEDER programado. Não obstante, o grau de execução é bastante reduzido. A elevada eficácia financeira, comprova a sua relevância para a concretização de muitos investimentos autárquicos. O desempenho financeiro da Medida, tem sido bastante afectado pelo facto da programação financeira ser inversa ao padrão de necessidades e da procura dos promotores.

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

EIXO II - Acções Integradas de Base Territorial

Medida 2.1 – A mensurabilidade dos resultados alcançados está bastante limitada pelo facto da Medida ser apenas um instrumento financeiro destinado a suportar intervenções do Programa Polis. Embora a programação financeira da Medida previsse as dificuldades de implementar acções no domínio da requalificação urbana, a morosidade processual resultante da complexidade das intervenções dificultou o seu desempenho. A escassa execução financeira reflectiu-se sobre a realização física, verificando-se um desempenho bastante insuficiente nos indicadores adoptados, não se registando nenhuma aprovação ou execução de “extensão de ciclovia a criar/reabilitar”.

Medida 2.3 – Regista a mais elevada taxa de execução do Eixo II e os melhores resultados no acompanhamento da execução dos projectos. O bom desempenho financeiro da Medida resultou do conceito estratégico/operacional de intervenção estar consensualizado, existindo projectos em carteira, e da experiência da coordenação na implementação e gestão, capaz de identificar os actores a dinamizar e de os mobilizar rapidamente para a apresentação de candidaturas. O bom desempenho financeiro reflectiu-se no desempenho físico e no elevado volume de realizações.

Medida 2.4 – A transversalização de políticas públicas, essencial no quadro da AIBT, ficou marcada pelo facto de não ter ainda sido concretizado o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, elemento central e estruturante da estratégia. Esta situação afecta negativamente o desempenho financeiro da Medida dado que a verba alocada ao projecto está em reserva. Considerando as características do território foi bastante positivo o tratamento privilegiado concedido à componente da qualificação e alargamento da oferta turística, destacando-se três unidades de TER apoiadas e duas unidades de restauração.

Medida 2.5 – Existe uma evidente desproporção entre a ambição de objectivos da Medida e a escassez de recursos financeiros que foram afectos. O quadro estratégico e a excessiva amplitude das tipologias de projectos criaram condições para a aprovação de um elevado volume de pequenos projectos capacidade de alavancagem de dinâmicas económicas. O desempenho físico da Medida regista um cumprimento desigual, tendo registado avanços muito positivos em domínios como os “Parques Temáticos/Museus construídos” e insuficiente cumprimento das metas de construção de “Parques de Estacionamento” e de “Beneficiação de Estradas”..

Medida 2.6 – A programação financeira não levou em conta que a aplicação desta Medida, pelo seu grau de inovação e num território com escasso planeamento estratégico e territorial, obrigava a um conjunto de tarefas prévias que atrasariam o arranque da apresentação de candidaturas. O desempenho físico da Medida encontra-se associado aos débeis níveis de realização financeira, originando que a generalidade dos indicadores de realização se apresentem relativamente distantes das metas fixadas o que resulta das fragilidades de desenvolvimento do território.

Medida 2.7 – O nível de aprovações aproxima-se das dotações disponíveis para o período de programação. Destaca-se a Acção 1 de apoio à silvicultura com 2/3 dos projectos aprovados. Em termos de impacto global é de destacar a Acção 6, claramente estruturante, de “apoio à prevenção dos riscos provocados por agentes abióticos” - leia-se, incêndios. Contudo, a recente aprovação dos projectos e a sua reduzida execução, não torna possível atribuir-lhe efectivas responsabilidades na melhoria da prevenção dos incêndios.

Medida 2.8 – Desempenho financeiro muito baixo, situação que já se verificava aquando da Avaliação Intercalar. Os constrangimentos da Medida prendem-se com a adequada e necessária convergência dos objectivos, das formações previstas/propostas, com os objectivos específicos de cada uma das AIBT. Existe, no entanto, uma grande dificuldade, por parte de potenciais e reais promotores, que os projectos formativos traduzam essa convergência. O diminuto número de projectos executados, origina que a 2 anos do final do Programa ainda não tenham sido executados metade dos objectivos inicialmente propostos.

EIXO III - Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas

Medida 3.1 – Níveis francamente positivos de aprovação e execução, na linha do assinalado aquando do exercício de Avaliação Intercalar. Regista-se um cumprimento elevado das metas de realização previstas. Apenas nos casos do número de salas de educação pré-escolar novas ou ampliadas e do número de novas

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

escolas do ensino básico o desempenho fica aquém do previsto. Com base no número de candidaturas em apreciação, prevê-se ultrapassar facilmente esta situação. Para os restantes indicadores, os valores previstos foram já alcançados ou até largamente ultrapassados.

Medida 3.2 – Desempenho financeiro ligeiramente inferior à média do PO Centro. A 18 meses do final do Programa faltava ainda comprometer 16 milhões de euros do Fundo disponível. No entanto, a tendência da dinâmica da procura assegura o cumprimento das metas de execução. O número de formandos abrangidos rondou os 19.000 alunos, o que representa 4/5 da meta definida. Dos finalistas, 1/6 atingiram uma qualificação de Nível III, perspectivando-se desta forma a consecução dos objectivos até ao final do Programa.

Medida 3.3. – A Medida está praticamente fechada. A taxa de aprovação é elevada, ao passo que o desempenho da taxa de execução é um pouco diferente (bastante mais baixo) dado o financiamento de projectos com execução de médio prazo. Os valores dos indicadores de realização e resultado, permitem perspectivar que os objectivos definidos, poderão ser superados.

Medida 3.4 – Registam-se baixos níveis de aprovação e execução, como consequência da tardia assinatura do primeiro Contrato Programa com o IEFP e da tardia publicação do regulamento específico da Medida. Esta situação deixa antever dificuldades quanto à consecução das metas previstas. A recente assinatura de um novo Contrato Programa com o IEFP para a gestão da Medida, poderá afirmar-se com um elemento decisivo para aumentar o desempenho financeiro. A criação de postos de trabalho em resultado dos apoios concedidos as iniciativas locais de emprego representa já uma superação do valor previsto, em complemento de programação.

Medida 3.5 – Melhoria assinalável em relação ao fraco desempenho financeiro diagnosticado na Avaliação Intercalar. Entre os novos projectos aprovados, destacam-se os Centros de Ciência Viva de Aveiro e de Proença-a-Nova. Ao nível do desempenho físico, verifica-se uma assinalável evolução e alargando a natureza do indicador físico à beneficiação de Centros já existentes, a recuperação é ainda mais notória e visível. Perspectivam-se novas iniciativas que permitirão ultrapassar os objectivos programáticos estabelecidos.

Medida 3.6 – Evolução muito positiva do desempenho financeiro. Os atrasos verificados na regulamentação da linha de acção “Portugal Digital” condicionaram a execução da Medida. Contudo, registou-se uma forte evolução em 2004, com a candidatura de várias Universidades e Institutos Politécnicos da Região para a implementação de “Campus Virtuais”. Forte correspondência entre a situação física e financeira.

Medida 3.7 – Apesar da alteração significativa no âmbito de intervenção da Medida e da expectativa de que o nível de aprovações tivesse um acréscimo muito relevante, não foi aprovado nenhum projecto no primeiro semestre de 2005. A Medida continua sem execução.

Medida 3.8 – Assistiu-se a uma reduzida progressão das taxas de aprovação e execução, apesar do aparecimento de alguns projectos financeiramente importantes. Boas possibilidades de cumprimento dos objectivos financeiros inicialmente programados. Os indicadores de realização física encontram-se muito aquém das metas definidas, não sendo espectável o seu pleno cumprimento. Ainda não foi aprovado qualquer projecto, para a criação de infra-estruturas para promoção da saúde e para formação.

Medida 3.9 – Progressão muito significativa das taxas de aprovação e execução, em virtude da homologação de um conjunto de projectos financeiramente relevantes. Apenas 28% dos indicadores definidos apresentam realização física, restringindo-se à recuperação/valorização de castelos e à intervenção em edifícios de interesse patrimonial. Com base nas limitações temporais e na taxa de absorção financeira da Medida, parece difícil o cumprimento pleno das metas de realização física previstas.

Medida 3.10 - Assistiu-se a uma normalização das elevadas taxas de aprovação verificadas nos primeiros anos e a uma progressão considerável das taxas de execução, consequência da construção dos estádios. Considerável nível de realização, encontrando-se a meta prevista para intervenções em equipamentos desportivos já ultrapassada e a área útil desportiva construída ou modernizada apresenta-se bastante superior à quantificação inicial. Contudo, deve relevar-se os constrangimentos colocados ao desempenho físico da Medida pelos três maiores projectos (estádios de futebol), uma vez que dois terços do investimento foram

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

absorvidos, impedindo a aprovação e diversificação das intervenções. Dada a taxa de absorção financeira registada, não se prevêem grandes evoluções na realização física.

Medida 3.11 – Mantêm-se bastante positivos os níveis de aprovação e execução. O elevado nível de comprometimento financeiro resulta da inclusão de um grande projecto – construção de instalações subterrâneas de gás natural. Relativamente à expansão da rede de gás, as metas previstas foram já ultrapassadas, incluindo o alargamento significativo do número de clientes da rede de gás natural na Região. Os indicadores de desempenho financeiro deixam antever o cumprimento dos objectivos definidos, porém, a elevada taxa de aprovação registada irá condicionar a aprovação de novas candidaturas.

Medida 3.12 – Melhoria significativa do grau de execução em relação ao programado. Ao nível do desempenho físico, verificava-se a ausência de resultados em metade dos indicadores físicos definidos. A actual situação do “Metropolitano Ligeiro do Mondego” permite perspectivar que as metas dos indicadores relativos a esta componente não serão atingidas.

Medida 3.13 – Registam-se níveis positivos de aprovação e execução, mas ainda aquém do que seria expectável. Apesar do número de projectos aprovados ser bastante significativo, a maioria é de dimensão financeira bastante modesta. Desempenho físico bastante positivo, encontrando-se as metas definidas para a maior parte dos indicadores já atingidas ou superadas. Destaque para as intervenções na rede hidrográfica, indicador não previsto em complemento de programação, com considerável nível de execução.

Medida 3.14 – O nível de aprovações da Medida aproxima-se das dotações disponíveis para o período de programação. Com um início bastante dificultado pelo atraso na implementação do Programa, foi no período que mediou os dois exercícios de avaliação que cresceu de forma muito significativa a taxa de execução (este forte atraso na execução dos projectos, pode atribuir-se à sua tipologia). A comparação com os objectivos físicos definidos no início do Programa revela a insuficiência de realizações na maioria das acções.

Medida 3.15 – Ritmo elevado de progressão das taxas de aprovação e execução (destaque para a progressão dos níveis de execução). Tendo em conta a tipologia de projectos e a elevada taxa de aprovação registada é improvável a aprovação de novas candidaturas. De igual modo, esta elevada taxa de absorção financeira, não deverá possibilitar grandes evoluções no plano da realização física.

Medida 3.16 – Progressão muito considerável das taxas de aprovação e execução (destaque para os níveis de execução da despesa aprovada). A margem de manobra que ainda existe ao nível da aprovação de projectos possibilita e “impõe” o lançamento de novas intervenções, de modo a cumprir os objectivos financeiros traçados inicialmente. Tendo em conta o volume financeiro ainda disponível, é espectável a aprovação de novos projectos e a obtenção de níveis de desempenho físico superiores aos já alcançados.

CAP. III – ANÁLISE DOS IMPACTES DO PROGRAMA OPERACIONAL

Ao nível da criação de postos de trabalho

No período 2000-2003, o PO CENTRO conseguiu gerar, em média, 12.400 postos de trabalho em Portugal, dos quais 9.700 na própria Região. Assim, a Região registou uma capacidade de absorção do emprego gerado atribuível ao Programa de 78,2%. Simultaneamente, a Região, absorveu, em média, 1.100 postos de trabalho por ano gerados pelo PO Norte. Em termos globais, o PO CENTRO permitiu gerar cerca de 1/5 dos postos de trabalho criados nos Programas Operacionais Regionais do país neste período (63.500). Contudo, em termos de média anual no período 2000-2003, o PO teve um impacte modesto sobre o emprego regional (1,5%). Com base no efeito multiplicador da despesa pública executada pelo Programa sobre o emprego, em termos de postos de trabalho anuais gerados por cada milhão de euros de despesa, conclui-se que terão sido criados 47 postos de trabalho durante um ano (36 na própria região e 11 noutras regiões do país). Ou seja, o custo médio aproximado da criação de cada posto de trabalho rondou os 4.000 euros.

Ao nível da empregabilidade

Cerca de metade dos jovens que concluíram cursos apoiados pela Medida 3.2 estão empregados, embora nos últimos anos se observe um crescimento do desemprego, reflexo da conjuntura económica nacional. Verifica-

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

se, igualmente, uma integração progressiva dos jovens no mercado de trabalho e o crescimento do número de jovens que opta pelo prosseguimento de estudos. A taxa de colocação dos beneficiários da Medida 3.3 é significativa e apresenta uma tendência crescente. A rotatividade da situação profissional é elevada, particularmente na alteração das situações de emprego/ desemprego.

Ao nível da melhoria das condições de fluidez do trânsito

Parecem evidente os ganhos neste domínio. A beneficiação geral da rede regional, promove melhorias fundamentais para uma boa fluidez do trânsito na Região e a construção de novas acessibilidades regionais fomenta a conectividade inter-regional e tem efeitos muito significativos na redução dos tempos de percurso.

Apesar de ser difícil a quantificação do fenómeno, a melhoria patenteada nas acessibilidades em consequência dos projectos aprovados, possibilitou o reforço da mobilidade das populações preferencialmente entre concelhos ou cidades, contribuindo para a consolidação dos eixos e sistemas urbanos regionais. Assim, os investimentos nas acessibilidades permitiram, para além da melhoria da segurança e qualidade do transporte, uma diminuição das distâncias-tempo nos percursos afectados, com efeitos positivos na melhoria da mobilidade e das condições de vida da população.

Ao nível da melhoria da qualidade ambiental

A análise dos projectos implementados permitiu concluir que o impacto ambiental decorrente da fase de operação dos projectos é sempre positivo. A Medida 3.13 apresenta-se como uma das mais importantes no âmbito da avaliação ambiental por estar relacionada com assuntos tão relevantes como a conservação e valorização do património e dos recursos naturais.

O PO CENTRO integra um conjunto relevante de projectos no âmbito da melhoria da qualidade ambiental, destacando-se os que denotam preocupação na preservação e melhoria da qualidade do património natural e da conservação da natureza. Merecem também destaque projectos de intervenções na óptica do desenvolvimento e gestão florestal sustentável e estudos de monitorização, educação e sensibilização ambiental que são fundamentais na educação para a cidadania e para uma gestão ambiental sustentável. Refira-se a ausência de projectos associados a algumas Medidas (acções) estrategicamente relevantes aquando da concepção do PO CENTRO. Noutro contexto, as reduzidas taxas de implementação verificadas em alguns domínios deixam antever a necessidade de agilizar o ritmo de execução das intervenções, de forma a garantir o efectivo cumprimento das metas de melhoria da qualidade ambiental preconizadas.

CAP. IV – ANÁLISE ESPECÍFICA DAS MEDIDAS

Medida 1.1 – Faz sentido equacionar eventuais mecanismos alternativos no modelo organizacional. Muito embora o Gestor e o Chefe de Projecto, conhecedores do território em análise, tivessem procurado conciliar a procura dos municípios com as necessidades da Região, numa perspectiva que se alarga a todo o Eixo I, considera-se que a recomendação feita na Avaliação Intercalar (criação de linhas de acção correspondentes às diferentes tipologias/domínios de intervenção) contribuiria para apurar um novo modelo organizacional de gestão da Medida. A elaboração de um estudo estratégico que fundamente o quadro de necessidades da Região em matéria de equipamentos e infra-estruturas de base constituiu igualmente um elemento fundamental para o próximo período de programação. Neste contexto, o estabelecimento de pequenas mudanças no modelo organizacional, introduzirá necessariamente mudanças no regime de candidaturas actual. Uma leitura deve ainda ser feita para o futuro período de programação: parte do que é hoje considerado do âmbito do planeamento deverá assumir a vertente do ordenamento como é evidente nos casos das intervenções no ambiente e nas cidades, ajudando a clarificar estratégias e a estruturação das formas de intervenção. Parece evidente a necessidade de apoiar uma Medida de cariz semelhante, num próximo período de programação, para que as autarquias possam encontrar um apoio financeiro para a satisfação das suas necessidades locais. Contudo, o formato da Medida deverá ser menos “aberto”, significando que algumas tipologias de projecto deveriam, futuramente, assumir um carácter mais objectivo., Sugere-se, ainda, a redução da importância das acessibilidades em detrimento das áreas da educação, apoio à infância e à terceira idade, assim como da revitalização urbana. Ainda na área dos transportes, os objectivos deverão reorientar-se das acessibilidades para as formas de mobilidade, incentivando-se o apoio aos sistemas de transporte colectivo de passageiros.

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Medida 1.4 – Os objectivos específicos da Medida e os projectos aprovados permitem mudar os territórios, mais pela qualidade do que pela quantidade das iniciativas realizadas. Contudo, e tal como foi apontado na Avaliação Intercalar, “o crescimento das cidades verificado na última década, extravasou em muito os centros consolidados, dando lugar a processo de suburbanização e periurbanização desordenado”. Neste sentido, para o próximo período de programação não só será extremamente pertinente enquadrar as iniciativas de revitalização/requalificação urbana, como um conjunto de acções e de objectivos que contribuam para o reordenamento dos espaços urbanos. É fundamental para a Região caminhar para outra cultura de política urbana, que proporcione novos financiamentos, não só para intervir no espaço público mas também no ordenamento territorial e na requalificação do existente, um dos domínios mais fragilizados do actual Programa. Consideram-se assim dois objectivos prioritários a ter em conta: controlar e qualificar o crescimento suburbano das cidades (o que implica pensar nos espaços intersticiais, promovendo o estacionamento e apoio aos transportes colectivos urbanos, entre outras acções conducentes a um melhor ordenamento destes espaços); o segundo domínio diz respeito aos centros históricos, cuja reabilitação patrimonial, demográfica e económica se impõe. Assim, é fundamental as políticas de reabilitação surgirem integradas com as políticas de habitação, ultrapassando-se a visão da reabilitação patrimonial.

Medida 1.5 – A Actualização da Avaliação Intercalar permite concluir que continua a haver alguma dificuldade no desempenho da Medida 1.5, em termos de concretização plena dos objectivos e também em termos de execução física e financeira. Constatou-se ainda que a maior parte dos projectos não atingiram as expectativas em termos de inovação e não têm efeitos evidentes em matéria de ganhos em matéria de competitividade e produtividade. Apesar de não ter sido dado seguimento, no período 2003-2005, ao aprofundamento do Contrato Programa Empresa com o Conselho Empresarial do Centro, foram dados passos importantes com os projectos integrados do PRAI CENTRO e com os projectos triangulares ICE (Inovação, Competitividade, Empreendedorismo), no sentido de gerar melhores projectos, assim como se aumentou a selectividade na aprovação dos projectos. Atendendo às verbas ainda disponíveis, e à existência de uma carteira significativa de projectos que parecem revelar uma nova dimensão, alguns dos quais já aprovados, como o Programa-Empresa 2, considera-se que existem condições para uma melhoria do desempenho da medida até 2006. Estas dinâmicas e aprendizagens revelam-se muito promissoras na perspectiva da preparação do novo ciclo de programação para 2007-2013 em matéria de enquadramento de projectos de natureza imaterial.

Medida 2.1 – Da análise aprofundada Medida 2.1 ressaltam diversas insuficiências das operações integradas no domínio do Ambiente Urbano. As principais fragilidades decorrem das intervenções incidirem sobre espaços muito limitados, não tendo gerado projectos nem contribuído para a redução global do tráfego motorizado, somente possível com a realização de planos de mobilidade urbana e a promoção de modos sustentáveis de mobilidade, como os transportes colectivos de passageiros, e uma rede global de ciclovias. Por esta razão as melhorias em termos de ruído e emissões poluentes limitar-se-ão aos arruamentos pedonalizados. Já no domínio da qualificação paisagística, os ganhos serão extremamente positivos, por via da qualificação do espaço público e, principalmente, devido ao reforço da estrutura verde, conforme o Estudo de Caso da cidade de Leiria permite verificar. Em termos de atractividade o facto das áreas emblemáticas terem sofrido profundas requalificações do espaço público tornará as cidades mais aprazíveis para visitantes e turistas. No entanto, a imagem urbana, em particular nos centros históricos, continuará a ser repulsiva dado que os projectos não foram acompanhados de intervenções sobre o património edificado.

Medida 2.6 – A estratégia da AIBT do Pinhal foi adequadamente definida, estando suportada na prévia identificação dos estrangulamentos e visando rentabilizar os principais recursos deste território, como: a paisagem florestal extensa; as linhas de água com grande qualidade; as aldeias com forte identidade. A prossecução da abordagem estratégia originou um padrão territorial de investimento claramente selectivo, privilegiando os concelhos com recursos territoriais mais valiosos sem excluir, no entanto, qualquer concelho. A aposta em concretizar uma rede de aldeias de xisto, uma rede de percursos de ligação de elevado valor paisagístico e uma rede de praias fluviais é geradora de desequilíbrios territoriais evidentes mas, por outro lado, aumenta as potencialidades de os investimentos terem capacidade de alavancar dinâmicas, conforme o Estudo de Caso da Aldeia do Fajão permite constatar. A articulação entre as Medidas 2.6 e 2.8 foi mais eficaz que entre a 2.6 e a 2.7, essencialmente devido à compatibilidade de projectos, sendo de relevar as acções de formação no domínio do turismo que se poderão intensificar num futuro programa em que as infra-estruturas e

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

serviços turísticos tenham maior expressão e assegurem a empregabilidade dos formandos. A construção desta Acção Integrada, num território com escassos graus de competências e concertação institucional, só foi possível através do recurso a um modelo de gestão que privilegiou a actuação da CCDDR como agente motriz e concertador ao mesmo tempo que a participação e mobilização dos actores locais foi conseguida. Os futuros regimes de candidaturas deverão sofisticar-se e adequar-se à tipologia de beneficiários e aos objectivos das acções integradas combinando, no caso das autarquias, um regime fechado-contratualizado, estabilizado a partir de um plano de acção com um regime de mérito, a funcionar por concurso, destinado a estimular a competição entre as autarquias, por forma a puxar pela qualidade dos projectos.

Medida 3.2 – No período em análise, o número de cursos e escolas profissionais apoiados pela Medida, apresenta uma relevante tendência de crescimento, com o envolvimento de 18.933 formandos e a qualificação escolar, de nível secundário e profissional de nível III, de 3.163 jovens. À semelhança do que ocorre noutras regiões, verificam-se indícios que sinalizam uma dinâmica da procura que não responde de forma integral à oferta actual. Devido às baixas taxas de abandono registadas no ensino profissional, à relevância desta modalidade na Região como alternativa ao ensino secundário regular e às características da procura, considera-se que as escolas profissionais são bem sucedidas no combate à diminuição do abandono e à saída precoce dos jovens do sistema de ensino. As estratégias associadas à lógica interna do ensino profissional e as acções desenvolvidas por iniciativa das escolas são importantes factores de suporte à diminuição do abandono escolar. Um ano após a conclusão do curso, mais de metade dos diplomados, cerca de 57%, estão inseridos no mercado de trabalho, enquanto que um terço não tinha sido colocado. O contributo das escolas para a inserção está associado à intencionalidade das estratégias de qualificação, incluindo competências transversais e atitudes favoráveis à inserção no mercado de trabalho, à actuação no apoio à inserção no mercado de trabalho e à inserção no meio. Os resultados recenseados revelam que existem importantes margens de progressão nestas componentes da actuação das escolas.

Medida 3.3 - No período de 2000 a 2004, 13.406 desempregados participaram em acções de formação. Os beneficiários são na sua maioria mulheres, com escolaridade até aos 9 anos e dos escalões etários até aos 44 anos. A orientação central da Medida é a promoção da qualificação profissional de nível 2 e 3 dos desempregados com escolaridade obrigatória – área de actuação da acção-tipo 3312. Os contributos da formação para a melhoria das condições de empregabilidade dos beneficiários centram-se essencialmente na aquisição de novos conhecimentos e capacidades em diversas áreas temáticas, aspecto amplamente valorizado pelos beneficiários inquiridos. São também recenseados resultados ao nível do incremento da qualificação escolar e profissional e da adopção de uma cultura da aprendizagem ao longo da vida, mas longe de generalização face ao universo de beneficiários inquiridos. A taxa de colocação dos beneficiários inquiridos em situação de desemprego anterior ao curso, revela que no momento de inquirição 60% dos inquiridos estavam a trabalhar. A utilidade do curso e o grau de utilização das aprendizagens são cotados positivamente, mas verifica-se que um número relevante de inquiridos tende a desvalorizar o curso como meio de acesso ao emprego centrando os seus resultados na aquisição de aprendizagens sem relação directa com a inserção no mercado de trabalho. A incidência dos resultados ao nível da empregabilidade e da inserção dos beneficiários é condicionada pelo grau de focalização dos beneficiários na inserção e pela orientação das estratégias de formação no que respeita à qualidade dos conhecimentos e das atitudes, à intencionalidade face à inserção e ao enquadramento no meio envolvente. A relação da execução da Medida com a realidade do desemprego na Região revela que o contributo da formação para a empregabilidade e para a inserção dos desempregados não DLD é limitado (taxa de cobertura de 12,3%), apresenta alguns desequilíbrios regionais, considerando a distribuição geográfica do desemprego, e abrange de forma deficitária os desempregados que possuem baixas qualificações e se situam nos escalões etários mais elevados.

Medida 3.11 – A Actualização da Avaliação Intercalar permite concluir que tem havido progressos significativos na concretização da Medida, e uma recentragem, “a possível”, com a aprovação e progressiva concretização de projectos de Infra-estruturas Tecnológicas, de Qualidade e de Formação, que incluem a componente empreendedorismo e Projectos Integrados Turísticos PITER. Acresce que em ambas as situações existe uma razoável cobertura regional, quer em termos de Litoral/Interior, quer em termos de sistema urbano. Atendendo à escassez de verbas disponíveis, dado que a taxa de compromisso rondava os 90% em 30/06/2005, considera-se que deverá uma particular selectividade na aprovação de novos projectos, devendo estes ser canalizados preferencialmente para as duas acções referidas. As dinâmicas e aprendizagens em curso, nomeadamente no que se refere à melhoria da qualidade dos Projectos PITER e de

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

infra-estruturas centradas na inovação, competitividade e empreendedorismo, assim como de uma visão mais ampla em matéria de parcerias público-privadas, revelam-se bastante estimulantes em termos de perspectivar um novo ciclo de programação para 2017-2013, que deverá reservar para Programas nacionais de âmbito sectorial, o financiamento de infra-estruturas que extravasem a dimensão regional.

Medida 3.14 – A Medida foi desde o seu início alvo de significativa indefinição, motivada pelo facto do Programa regional ser constituído por acções comuns a todo o território do Continente. Por outro lado, a ausência de uma estrutura de coordenação activa, a nível nacional e a instabilidade legislativa, atrasaram o arranque e execução da Medida. O elevado número de entidades intervenientes no processo (desde a recepção de candidaturas até à contratação), também conduziu a prazos muito dilatados. Contudo, sublinhe-se que a inclusão de Medidas do FEOGA no PO CENTRO fomentou a regionalização de um conjunto de políticas de promoção de desenvolvimento rural, denotando um esforço de coordenação regional entre as Medidas dos diferentes Programas, embora de forma claramente insuficiente. Face ao actual nível de aprovações, pouco restaria de Fundo para o restante período de programação, o que levou mesmo a coordenação da Medida a suspender a Medida em Fevereiro de 2005.

CAP. V – ANÁLISE TEMÁTICA APROFUNDADA

A Questão da Concepção Estrutural do Programa e a Adequação à Evolução Contextual

Adequação das Prioridades do Programa à evolução contextual da Região

Uma reflexão sobre a estrutura do Programa pressupõe uma leitura sobre dois aspectos, que têm uma relação implícita com o próprio processo de estruturação do Programa.

O primeiro aspecto é a verificação do cumprimento dos objectivos a que o Programa se propunha. Considerando os resultados da Avaliação Intercalar e da sua actualização, verificamos que os objectivos estratégicos do Programa serão globalmente atingidos, tendo em conta que já foram e serão cumpridas grande parte das metas estabelecidas e que se verificou uma melhoria nas dotações infraestrutural e social da Região.

Este aspecto entronca com o segundo, que consiste numa leitura da adequabilidade da estrutura do Programa à realidade da Região, bem como, às mudanças que se verificaram entre 2000 e 2005. O exercício de validação da Matriz SWOT permitiu retratar essas mudanças. Volvidos mais dois anos sobre o exercício anterior, verificamos que parte das alterações de contexto que afectavam a Região em finais de 2002, se mantiveram ou acentuaram, o que confere com um quadro de acção consideravelmente diferente do que caracterizava a Região na altura em que Programa foi concebido.

No cômputo geral, as intervenções efectuadas no âmbito das Medidas Desconcentradas revelam que um modelo deste tipo, tem dificuldades acrescidas na amarração ao território. Remete-se assim, para uma reflexão mais ampla sobre se a estrutura dos PO regionais deve ou não ser igual para todas as regiões, sendo que no caso da Região Centro a resposta apontaria para um Não.

Uma reflexão prospectiva sobre as necessidades da Região

Podem-se enumerar alguns princípios/dualidades subjacentes à reflexão prospectiva para o próximo período de programação.

Uma das questões a ter em conta, é a dualidade entre um aumento dos níveis de cobertura, com equidade na cobertura territorial, ou uma opção por investimento estratégico em alguns territórios específicos, gerando, naturalmente, diferenças territoriais. A resposta terá de estar no equilíbrio de ambas. Por um lado, uma orientação mais selectiva dos investimentos a efectuar; por outro, uma preocupação com a “equidade”, contribuindo para a coesão regional e para uma satisfação transversal das necessidades das populações da Região.

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A segunda dualidade que emergirá, relaciona-se fundamentalmente com os domínios da competitividade e do emprego. Paralelamente à aposta futura na inovação como instrumento para a melhoria da competitividade regional, encontra-se o desígnio do pleno emprego. Não havendo qualquer dúvida sobre a importância da inovação na definição de estratégias futuras, a questão do emprego, e dos conhecidos desajustes entre a procura de mão-de-obra qualificada e a oferta de mão-de-obra desqualificada, deve ser tomada em linha de conta numa visão que ultrapassa o domínio do emprego.

A Questão das Experiências de Transversalização de Políticas Públicas no PO CENTRO

As experiências de transversalização de políticas públicas no PO CENTRO centraram-se na integração de um Eixo Estratégico, destinado à Administração Central regionalmente desconcentrada, que visava potenciar a articulação sectorial à escala regional, e a componente integradora e multisectorial das AIBT que visava conseguir a mesma integração dos sectores, mas à escala sub-regional. Da experiência empreendida, no período 2000-2005, emerge como principal lição de experiência que a transversalização, a partir do Eixo III, ficou muito aquém do pretendido devido à escassa autonomia de decisão regional; à falta de reflexão empírica nas abordagens regionais e sub-regionais, por parte do sectorial; à formatação do regional, demasiado orientada para responder aos problemas de nível nacional; e à presença de abordagens sectoriais sem qualquer lógica política e administrativa de nível regional (p.e. Sociedade de Informação e Ciência e Tecnologia). Ao nível da AIBT os resultados foram contrastados destacando-se a actuação do IPPAR e da Direcção Geral de Monumentos Nacionais, envolvidos em quase todas as Acções Integradas realizando projectos de elevado valor estruturante para as temáticas. No plano oposto encontra-se o Museu de Arte e Arqueologia do Vale Côa, projecto estruturante e de maior dimensão financeira da AIBT do Côa que, embora claramente definido desde a concepção da Medida, não tinha ainda sido candidatado até meio de 2005.

A Questão dos Graus de Desconcentração da Decisão e do Reforço da Territorialidade no PO CENTRO

As experiências de desconcentração do poder de decisão e do reforço da territorialidade no PO CENTRO ocorreram a dois níveis. Ao nível do reforço do poder de decisão regional, através do protagonismo de gestão atribuído ao Presidente da CCDR, numa clara aposta na afirmação da Comissão de Coordenação para realizar um papel chave numa tentativa de implementar um modelo de gestão desconcentrado dos Fundos Estruturais. Todavia, a implementação deste modelo, ficou aquém das expectativas, dado que não se verificou uma efectiva desconcentração do poder de decisão sectorial para o nível regional, o que fragilizou a actuação da CCDR como estrutura de gestão e concertação da componente sectorial. Esta fragilidade decorreu da falta de autonomia de decisão do Gestor do Programa e dos coordenadores das Medidas regionalmente desconcentradas, relativamente aos Ministros que tutelam os sectores para a aprovação dos projectos. O segundo nível de desconcentração foi resultado da implementação das Acções Integradas de Base Territorial. A par de coordenações centralizadas (AIBT Aldeias e Pinhal Interior) o PO acolheu um outro tipo de abordagem territorial, de âmbito misto, que combinou uma gestão centralizada das Medidas, com um gestor ao nível local (AIBT do Côa e da Serra da Estrela). Da apreciação destas experiências ressalta não terem existido diferenças substanciais, ao nível dos resultados e da eficácia. Considerando que o cumprimento dos resultados das AIBT dependem da concertação intermunicipal, determinante para a selectividade dos projectos e para conceber intervenções de nível supramunicipal e da concertação intersectorial, determinante para que se gere um efeito de alavancagem na valorização territorial, a forte presença da CCDR na Gestão das AIBT foi adequada, embora deva ser considerada a possibilidade futura de encetar processos de contratualização que incrementem as responsabilidades das autarquias.

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Sistema de Gestão, Acompanhamento e Avaliação

Acompanhamento interno - Existência de mecanismos de acompanhamento, previstos nos regulamentos internos das UG de cada um dos Eixos Prioritários e nas respectivas Pistas de Controlo, capazes de recolherem e verificarem a realização física dos projectos, o que não só garante a existência de dados de base para a quantificação dos indicadores de realização física, como garante a existência de meios de controlo/verificação da veracidade dessa informação. Atendendo à importância do acompanhamento corrente da execução dos projectos e à dependência que o acompanhamento estratégico tem deste nível operacional de acompanhamento, seria recomendável uma maior disponibilização das EAT para o acompanhamento junto dos promotores, o que passaria forçosamente pelo reforço das equipas técnicas. Finalmente, justificar-se-ia uma maior disponibilidade da EAT do futuro Programa para trabalhar as candidaturas, que reúnem as condições de acesso, com os promotores, assegurando que integram objectivos bem definidos e indicadores objectivos, úteis, claros e quantificáveis.

O acompanhamento externo de nível estratégico (CA) - A Comissão de Acompanhamento, face ao anterior período de programação viu alargada a sua composição. Este facto, reflectiu-se contudo ao nível da operacionalidade deste órgão, não permitindo um melhor acompanhamento estratégico da intervenção e levantando problemas ao nível da participação.

Sistema de Indicadores

Actualmente apesar do sistema de informação operacional ainda exigir um significativo esforço de coordenação e de recolha de dados de base à quantificação dos indicadores de objectivo, considera-se que existe maior controlo da metodologia de cálculo de cada indicador e o processo de quantificação encontra-se mais agilizado. Face à experiência vivida no âmbito do processo longo, complexo e confuso de concepção do sistema de indicadores e face ao mérito da sua utilização diferenciada (gestão, acompanhamento, controlo e avaliação), é aconselhável para futuro uma intervenção mais atempada e concertada entre a Comissão de Gestão do QCA, Observatório do QCA e os Gestores das intervenções regionais e sectoriais.

Sistema de Informação

O exercício da Avaliação Intercalar realizado em 2003 permitiu desde logo identificar algumas fragilidades no SI do PO CENTRO. De facto, é de reconhecer que existindo várias bases de informação, o acompanhamento estratégico é dificultado. Mesmo o SIFEC-FEDER que tendo revelado maior nível de operacionalidade e de centralização da informação dos projectos FEDER, não serviu convenientemente a gestão corrente dos projectos, registando-se diversas adaptações de funcionalidades e conteúdos informativos inseridos.

6.2. Síntese de Recomendações

6.2.1. Recomendações para o Actual Período de Programação

Reorientar a Actuação Estratégica de Medidas com Vista à Concretização dos Objectivos

Considerando a existência de disponibilidades financeiras em algumas Medidas entende-se ser oportuno utilizar essas dotações no sentido de reorientar a sua actuação, privilegiando tipologias que possam contribuir para o cumprimento de objectivos menos cumpridos até ao momento. São exemplos desta situação:

Medida 1.5 - As disponibilidades financeiras da Medida deverão ser orientadas para a diversificação das intervenções, no sentido do cumprimento das metas de realização física previstas para 2006, designadamente em matéria de “reforço das estruturas organizativas de apoio à actividade económica” e “reforço da eficácia das políticas públicas”, linhas de acção cujas metas de realização física definidas estão ainda longe do cumprimento. Exigir-se-á, para tal, uma maior selectividade e, possivelmente, uma maior pró-actividade na gestão da Medida, com o objectivo de captação de projectos dotados de maior componente de inovação.

Medida 1.6 - A gestão deverá procurar apostar na diversificação dos projectos e a manutenção de uma participação activa nas iniciativas do Grupo Coordenador do Programa FORAL, numa perspectiva de integração e adaptação à realidade regional das orientações estratégicas para a execução da Medida.

Medida 2.7 - A curto prazo torna-se essencial garantir um maior acompanhamento dos projectos para aumentar a sua execução e no sentido de incentivar as estruturas já instaladas a dinamizarem a elaboração e a implementação de efectivos planos de prevenção e ordenamento, promovendo ainda a crescente articulação entre entidades privadas, associativas e autárquicas.

Medida 2.8 - Deverá ser incrementada a articulação entre as Medidas 2.8 e 2.3, através de um reforço da pró-actividade da Coordenação por forma a aumentar o número de projectos da Medida 2.8. Sublinhe-se que o FSE poderá revelar-se um instrumento relevante para a consolidação do potencial latente nas Aldeias, tanto ao nível da preparação dos recursos para as actividades turísticas, como na qualificação e divulgação de saberes-fazeres tradicionais, que vão do artesanato às pequenas agro-industriais.

Medida 3.2 - A Gestão deverá reforçar a actuação da Medida na resposta aos problemas regionais de desenvolvimento de formação qualificante de nível secundário e às carências de técnicos intermédios no. É prioritário que a Medida actue ao nível da orientação estratégica da oferta de formação e do acompanhamento e regulação da actividade e dos resultados das escolas, nomeadamente em termos da empregabilidade dos jovens. Atendendo aos indícios de redução da procura desta modalidade de formação importa também antecipar o problema da sustentabilidade da rede de escolas a nível regional.

Medida 3.3 - Atendendo aos resultados da análise realizada emergem como recomendações centrais para o incremento da execução da Medida: (i) o reforço da orientação estratégica da execução face às características da problemática do desemprego na Região, elemento essencial e fundador do seu estatuto de Medida Desconcentrada; (ii) a promoção da melhoria da qualidade e dos resultados globais da formação por via da adopção de critérios de qualidade e de sucesso relativos à empregabilidade e à inserção dos beneficiários.

Medida 3.4 - A aprovação de um novo Contrato Programa com o IEFP abre boas possibilidades a um incremento dos índices de realização financeira da Medida e a uma progressão do número de postos de trabalho criados. O facto de faltar já pouco tempo para o fim do actual período de programação poderá, porém, inviabilizar a consecução dos objectivos financeiros inicialmente programados para a Medida, uma vez que as taxas de aprovação e execução são ainda muito baixas. A gestão da Medida deverá, neste sentido, procurar adoptar uma atitude mais pró-activa quanto à aprovação de projectos, procurando igualmente a agilização dos procedimentos, com vista ao incremento do ritmo de concessão de apoios.

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Medida 3.6 - A alteração estratégica, ao nível regional, de valorizar e implementar as linhas de acção “Coesão Digital” e o “Comércio Electrónico” deverá ser acompanhada por uma validação objectiva e rigorosa dos projectos. O seu elevado número poderá limitar este processo, mas em contrapartida, a falta de avaliação prévia da eficácia limitará, em muito, o sucesso do objectivo programático e a aplicação dos fundos comunitários e nacionais.

Medida 3.8 - A margem de manobra que ainda subsiste no plano financeiro deverá ser utilizada criteriosamente, de forma a possibilitar um incremento dos níveis de realização física, designadamente nas linhas de acção onde a execução é reduzida ou mesmo nula. Se é verdade que a definição das metas de realização física parece ter sido demasiado ambiciosa, não é menos verdade que as intervenções têm sido pouco diversificadas. Neste sentido, são de privilegiar os projectos mais inovadores, concretamente os que se orientem para a criação de infra-estruturas de apoio à promoção da saúde em meio comunitário (mercados, escolas, locais de trabalho, etc.) e de apoio à formação e diversificação dos perfis profissionais na área da saúde.

Medida 3.9 - A margem de manobra financeira deverá ser aproveitada para a diversificação dos projectos e para o apoio a iniciativas em domínios de intervenção mais inovadores e dotados de uma maior imaterialidade (edição de materiais audiovisuais e multimédia, publicações, intervenções arqueológicas...).

Medida 3.11 - O esforço de diversificação das intervenções, que se traduziu num incremento da eficácia da Medida no plano do cumprimento dos seus principais objectivos estratégicos deverá ser prosseguido orientando-se os apoios para áreas de intervenção diversificadas e com níveis de realização física baixa ou nula.

Medida 3.16 – Dado que existe ainda margem de manobra financeira recomenda-se a aprovação de novas candidaturas que diversifiquem o tipo de projectos aprovados.

Medida 3.19 - Para além da gestão do Programa consideramos interessante a realização de abordagens mais aprofundadas sobre o desempenho de algumas acções e que se podem vir a revelar de extrema importância na preparação do próximo período de programação.

Incrementar as Práticas de pró-actividade da Gestão no Sentido de Gerar um Maior Volume de Candidaturas

Em 30 de Junho de 2005 diversas Medidas do PO CENTRO registavam taxas de comprometimento da dotação financeira abaixo dos 70% o que justifica que as estruturas de Gestão incrementem as acções necessárias à geração de candidaturas/projectos. Nesta situação apresentavam-se as Medidas:

- Medida 1.6 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos
- Medida 2.4 – Acção Integrada “Turismo e Património do Vale do Côa”
- Medida 3.4 – Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local
- Medida 3.5 – Ciência, Tecnologia e Inovação
- Medida 3.6 – Sociedade de Informação – Portugal Digital
- Medida 3.12 – Acessibilidades e Transportes
- Medida 3.18 – Assistência Técnica FSE

Elevar os Níveis de Acompanhamento dos Projectos por forma a Elevar a Execução Financeira das Medidas

Verifica-se que inúmeras Medidas do PO CENTRO apresentavam em 30 de Junho de 2005 taxas de execução financeira das dotações aprovadas relativamente baixas (inferiores a 60%) o que obriga as estruturas de Gestão a aumentarem as práticas de acompanhamento dos projectos. Nesta situação apresentam-se as seguintes Medidas:

- Medida 1.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos
- Medida 1.8 – Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico
- Medida 1.9 – Saneamento Básico

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- Medida 2.1 – Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades
- Medida 2.6 – Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEDER)
- Medida 2.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FSE)
- Medida 2.8 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social (FSE)
- Medida 3.4 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local
- Medida 3.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação
- Medida 3.6 - Sociedade de Informação – Portugal Digital
- Medida 3.14 – Agricultura e Desenvolvimento Rural

Assegurar o Rápido Encerramento de Projectos e Medidas

É fundamental que as estruturas de Gestão focalizem a sua actuação no acompanhamento da execução dos projectos para que se verifique o rápido encerramento de projectos e Medidas. Desta forma as estruturas técnicas e de gestão poderão antecipar-se resultados e concentrar-se recursos na preparação e no arranque do programa operacional regional do período de programação 2007-2013.

Diversificar as Experiências de Avaliação Final do PO CENTRO e Proceder a uma Ampla Divulgação dos Resultados e Impactes

As estrutura de Gestão deverão, logo que as Medidas sejam encerradas, proceder à realização de estudos específicos de avaliação que permitam avaliar os resultados e os impactes alcançados pelo PO CENTRO. Estes documentos de avaliação deverão incidir sobre aspectos específicos do Programa, em particular sobre os resultados, impactes e sustentabilidade de projectos/domínios com maior relevância e sobre as Medidas que tenham um maior grau de inovação, como as AIBT. Os resultados das avaliações deverão ser amplamente divulgados e publicitados.

6.2.2. Recomendações para o Próximo Período de Programação (2007-2013)

Produção de Planeamento de Suporte à Programação

a) Assegurar um Sistema de Planeamento Regional

- **Lição de Experiência 2000-2006:** Da avaliação realizada ressalta a existência de grandes debilidades no planeamento territorial da Região Centro. Esta debilidade, presente na quase totalidade do território nacional tem impactes diversos sobre o Programa Operacional Regional como seja: (i) não estar garantida a coerência entre os projectos co-financiados e outros projectos; (ii) escassez de reflexão empírica que forneça critérios e referenciais de selectividade de projectos; (iii) reduzida capacidade de estimativa das metas, dos impactes e dos contributos do Programa Operacional Regional para o desenvolvimento regional; (iv) excessiva dependência das dinâmicas de procura e, por conseguinte, excessiva amplitude temática e tipológica das Medidas. Uma leitura histórica dos três Programas Operacionais Regionais permite verificar que tanto o Programador como os Gestores têm procurado resolver, das mais diversas formas, as inúmeras deficiências que o sistemático défice de planeamento territorial de âmbito supra municipal apresenta. Sendo positivas algumas das opções tomadas, como seja a definição de metas de desenvolvimento para a Região, a produção de reflexão de suporte a intervenções em rede, ou a existência de um Eixo destinado aos diversos sectores, a verdade é que esta situação implica perdas de eficácia que terão de supridas num cenário futuro de ainda maior escassez de recursos.
- **Recomendação 2007-2013:** O futuro Programa Operacional Regional deverá estar suportado num sistema de planeamento territorial para toda a Região Centro. Este sistema deverá fornecer ao Programador e ao Gestor referenciais claros sobre: (i) as hierarquias urbanas e estruturação dos subsistemas regionais; (ii) as redes urbanas, de infra-estruturas e de equipamentos; (iii) os domínios e os territórios com carências específicas a suprir; (iii) as prioridades de investimento público; (iv) os projectos estruturantes; (v) as metas e objectivos a alcançar. Desta forma Programa Operacional

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Regional deverá constituir-se, fundamentalmente, como um instrumento financeiro que concretiza de forma muito bem definida a estratégia de desenvolvimento regional em pleno respeito por uma matriz de ordenamento do território previamente definida.

b) Reforçar da Territorialização das Políticas Públicas – Reflexão Estratégica Sectorial

- **Lição de Experiência 2000-2006:** A experiência de implementação do Eixo III, destinado a intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas permitiu verificar que existe uma grande debilidade na produção de reflexão empírica ao nível regional pelos diversos sectores, que enquadre estrategicamente a acção sectorial. O maior impacte desta situação, embora não tenha sido o único motivador de tal, deu-se nas tipologias de projectos apoiados pelas Medidas do Eixo III que, na grande maioria dos casos, foi de âmbito nacional. Esta situação concorre para que a pretendida e desejável territorialização de políticas públicas não se faça com a qualidade desejável de forma a permitir incrementar a amarração das intervenções ao território. Tal como apontado na alínea anterior, o modelo actual desenvolvido pelo Eixo III, mostra que o esforço empreendido não foi suportado em instrumentos de planeamento territorial, ou de planeamento sectorial que assegurem coerência com os restantes investimentos, públicos e privados, efectuados e a efectuar, à margem do PO CENTRO.
- **Recomendação 2007-2013:** Os diversos sectores com Administração Regionalmente Desconcentrada (Ambiente, Cultura, Educação, Emprego, Economia, Saúde, Agricultura e Pescas) deverão produzir desde já documentos estratégicos que permitam identificar prioridades e projectos estruturantes para o próximo período de programação. Estes documentos deverão servir de suporte à configuração de Medidas, tipologias de projecto e critérios de elegibilidade e metas a inscrever no próximo Programa Operacional. De entre os diversos domínios a estudar atentamente, importa destacar pela sua maior importância a necessidade de proceder a diagnósticos profundos: (i) na dotação de equipamentos (cultura, educação, saúde e desporto) e na definição de redes regionais e supramunicipais; (ii) nas dotações de infra-estruturas de saneamento e abastecimento de água; (iii) nos domínios das necessidades em ensino e formação profissional, no quadro do Plano Regional de Emprego.

c) Reforço do Planeamento Intermunicipal

- **Lição de Experiência 2000-2006:** As experiências empreendidas pelas Acções Integradas de Base Territorial revelaram-se extremamente positivas para o desenvolvimento de uma abordagem subregional dos Programas Operacionais Regionais e para um primeiro esboço de planeamento intermunicipal. Todavia, estes exercícios não foram ainda suportados em exercícios de planeamento intermunicipal, numa lógica *bottom-up* capazes de gerar projectos intermunicipais adequados ao novo contexto de escassez de recursos financeiros e de racionalização de redes.
- **Recomendação 2007-2013:** A experiência de abordagem subregional desenvolvida pelas AIBT deverá ser aprofundada no próximo período de programação. Este aprofundamento exige, desde logo, que se verifiquem progressos efectivos no planeamento intermunicipal de modo a sustentar a acção das Medidas. Para esse efeito recomenda-se que sejam produzidos planos de acção subregionais, que seguindo um conjunto de referenciais estabelecidos pela CCDR estimulem as Câmaras Municipais a desenvolver projectos intermunicipais, que sejam a base do processos de contratualização. O reforço da geração de projectos numa lógica intermunicipal revela-se ainda extremamente pertinente no sentido de alcançar uma maior selectividade territorial nos investimentos co-financiados e uma intensificação e concentração de investimento em projectos com maior potencial de alavancagem de dinâmicas territoriais.

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Objectivos e Domínios de Actuação Prioritário

a) Reforçar os Estímulos à Competitividade Regional

- **Lição de Experiência 2000-2006** – A evolução do tecido económico e dos recursos humanos da Região evidencia um quadro de grandes debilidades, caracterizado por uma deslocalização do investimento, por um aumento do desemprego e por dificuldades de desenvolver novas iniciativas empresariais assentes em modelos produtivos intensivos em capital, incorporadores de inovação e de recursos humanos mais qualificados. Por outro lado, a Região tem registado perdas demográficas importantes. Na perspectiva de um aumento do desemprego, importa encontrar soluções de forma a que os jovens e os activos não sintam necessidade de emigrar (assiste-se hoje a uma retoma da emigração dos activos para fora do país e para outras regiões de Portugal em busca de trabalho), contribuindo ainda mais para acentuar o declínio demográfico da Região. O percurso em busca da inovação/criação de um modelo produtivo mais competitivo não deve descurar a necessidade de manter as populações actuais, mesmo sabendo que muitos destes activos possuem níveis de formação e qualificação ajustados ao paradigma produtivo intensivo em trabalho que durante tanto anos permitiu à Região registar níveis de actividade e de crescimento económico positivos. O domínio da formação poderá dar algumas respostas neste sentido, mesmo que algumas das respostas tenham uma orientação mais social que económica. As Avaliações efectuadas têm evidenciado a menor eficácia das Medidas vocacionadas para estes domínios, sublinhando-se assim a sua importância para o próximo período de programação.
- **Recomendação 2007-2013:** A experiência de evolução do tecido económico e dos recursos humanos da Região e o balanço das Avaliações, apontam no sentido de apostar em 4 domínios de actuação complementares entre si, recomendando-se:
 - Reenfatizar a atenção nos recursos humanos:
 - atendendo, em particular, ao reforço no domínio do ensino e da formação, destacando-se o ensino profissional que, como foi demonstrado, regista taxas de desistência menores e, nesse caso, configura-se como uma alternativa para os jovens que concluíram o ensino obrigatório e pretendem uma qualificação profissional de nível secundário;
 - incentivando e orientando a oferta para domínios centrais de intervenção que permita ultrapassar a dependência da execução face à lógica da oferta de formação, muitas vezes subordinada a estratégias de reprodução e apoio à sustentabilidade das organizações. Neste contexto, incentivar e orientar a oferta para domínios centrais de intervenção ganhará um peso estratégico significativo. Por outro lado, o estímulo à qualidade implica também um conhecimento mais profundo das práticas e dos resultados de formação, domínio que globalmente se pode considerar escassamente trabalhado. Recomenda-se que no futuro Programa se contemple uma linha consistente de actuação que permita a selectividade dos projectos, em função dos objectivos gerais e específicos a definir, e a implementação de processos de avaliação que assegurem e estimulem a qualidade e os resultados das intervenções;
 - orientando as tipologias de intervenção a contemplar e tendo em consideração as orientações do FSE e as problemáticas de emprego e formação a nível regional. Neste campo, afigura-se relevante privilegiar as intervenções de formação que conferem qualificação profissional, particularmente no caso dos públicos em desvantagem face ao mercado de trabalho. Na mesma linha, recomenda-se a consolidação da intervenção no domínio da educação e formação de adultos, nomeadamente através dos cursos que promovam o incremento da qualificação escolar e profissional como condição relevante para a melhoria das condições de acesso ao emprego e o reforço da inclusão social;
 - mobilizando parcerias na implementação das intervenções e potenciando uma participação mais activa dos parceiros sociais, das organizações não governamentais e dos próprios operadores de formação. No presente período de programação, este envolvimento esteve praticamente circunscrito aos contratos-programa com os serviços públicos de emprego e formação. Importa, no futuro período de programação, reforçar esta componente, nas

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

fases de programação, execução e acompanhamento, como é, aliás, apontado no documento da Comissão inicialmente referido.

- Melhorar as acessibilidades e as infra-estruturas de apoio à actividades económica – não só porque estas continuam a ser um factor de localização das actividades económicas, como constituem uma matriz de organização dos sistemas urbanos e regionais da Região. Neste sentido, as cidades e suas áreas de influência, deverão reforçar claramente o seu potencial competitivo, contando com as acessibilidades mas, igualmente, com a existência de um conjunto de equipamentos e infra-estruturas de produção, inovação e conhecimento que deverão ser entendidas como uma *rede* de suporte ao seu desenvolvimento. Noutra nível, estarão outros territórios (correspondentes ao actual modelo das AIBT) onde a concentração de investimentos com o objectivo de dinamizar as suas bases económicas, teve efeitos positivos. Uma leitura deste tipo, dará uma orientação mais selectiva aos investimentos a efectuar, exigindo-se uma grande articulação com as orientações estratégicas de carácter nacional;
- Apostar no triângulo formado pelos domínios da investigação/desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo empresarial. Estes 3 campos de acção constituem a pedra de toque de um novo modelo de intervenção que é preciso aprofundar. Aspectos como a disseminação do acesso às tecnologias de informação, o incentivo à concretização da transferência de tecnologia e melhoria dos processos organizacionais nas pequenas e médias empresas (PME), a melhoria dos pactos triangulares entre PME, universidades/institutos politécnicos, centros tecnológicos e municípios e ainda a formação de redes de cooperação, são exemplos de vectores de actuação e de dinamização da capacidade de desenvolvimento regional de base endógena;
- Atender à transversalidade do domínio da sociedade da informação - não sendo de ignorar os avanços conseguidos neste domínio, importaria não só definir objectivos e metas a atingir, mas sobretudo, atender a uma visão integrada das intervenções. Essa perspectiva hoje não existe, como se pode verificar pelo desempenho da Medida desconcentrada, onde as intervenções surgem às escalas local e regional, não se evidenciando o seu grau de articulação com outros investimentos ou outros domínios de intervenção. Por outro lado, qualquer estratégia vocacionada para o domínio empresarial deverá ter em linha de conta a actual qualidade dos recursos humanos e empresariais, que registam limitados níveis de incorporação deste domínio no sector produtivo. É fundamental atender a essa limitação na formulação de orientações/objectivos futuros.

b) Continuar o Combate aos Estrangulamentos Estruturais

- **Lição de Experiência 2000-2006:** Os investimentos efectuados durante os anos de vigência dos três Quadros Comunitários de Apoio mudaram significativamente o retrato da Região no que toca aos níveis de atendimento em equipamentos sociais e infra-estruturas básicas. Por outro lado, a selectividade territorial introduzida pelo Eixo II, reforçada pelos investimentos efectuados no domínio da agricultura e do desenvolvimento rural, procuraram melhorar, ou pelo menos, manter os níveis de desenvolvimento/attractibilidade dos territórios menos competitivos, contribuindo para a coesão social e territorial da Região. Considerando estes dois factos, no futuro período de programação levanta-se uma questão de base: equidade na cobertura territorial ou uma opção por investimento estratégico em alguns territórios. A resposta terá de estar no equilíbrio de ambas, o que pressupõe incorporar critérios que atendam a uma lógica hierárquica que justifique, por um lado, uma orientação mais selectiva (social e funcionalmente hierarquizada) dos investimentos a efectuar, por outro, que atenda ao nível local, que responderá fundamentalmente a critérios de equidade, assegurando a convergência/coesão social da Região. Por outro lado, a experiência actual permite evidenciar positivamente iniciativas de carácter integrado ou estruturante como foram conseguidas nas Medidas 1.4 e 1.7. No primeiro caso, foram concretizados alguns projectos de grande dimensão que introduziram mudanças muito significativas nos territórios intervencionados (relembrar análise do caso de estudo). No caso da Medida 1.7, cabe salientar novamente o que já tinha sido salientado na Avaliação Intercalar, o valor acrescentado do estudo de base intitulado “Orientações estratégicas para a aplicação da Medida 1.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial”, documento que veio suprir a carência de estudos de base no início do Programa. O terceiro aspecto a ter em linha

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

de conta na experiência actual, é a fraquíssima expressão de intervenções de carácter multimunicipal, o que limita a capacidade de ordenar os espaços sub-regionais.

- **Recomendação 2007-2013:** A experiência de evolução permite evidenciar alguns domínios que, não descurando outros, deverão assumir uma importância fundamental:
 - Infra-estruturas do domínio ambiental – embora os elevados investimentos efectuados mudassem significativamente o retrato da Região no que toca aos níveis de atendimento em infra-estruturas básicas, em alguns espaços sub-regionais, estes níveis estão aquém do desejado, sendo possível incrementá-los com investimentos estratégicos que permitam “interligar” os investimentos anteriores e, assim, dar um enorme salto do ponto de vista qualitativo. Refira-se ainda que, no próximo período de programação, os Programas Regionais incorporarão o Fundo de Coesão, o que conferirá outra capacidade de investimento e realização na área do ambiente. Assim, as orientações serão no sentido imprimir uma selectividade aos investimentos na área do saneamento que deverão assumir, um carácter estratégico, permitindo alargar as intervenções a outros sub-domínios da área ambiental;
 - Manutenção dos investimentos no domínio das infra-estruturas e dos equipamentos locais no sentido de assegurar a cobertura territorial e/ou melhorar os níveis de prestação dos serviços onde este é deficiente. Contudo, a actual Medida 1.1 do Programa, mostra que o formato da Medida deverá ser menos “aberto”, sugerindo-se a redução da importância das acessibilidades em detrimento das áreas da educação, apoio à infância e à terceira idade, áreas que no quadro demográfico e de formação da Região, são fundamentais para a promoção da coesão social e territorial;
 - Apostar na qualificação das cidades e no ordenamento dos subsistemas urbanos e regionais em que se inserem, o que implica dois níveis de intervenção:
 - intervenção à escala da cidade – seguindo a experiência actual, a aposta deve centrar-se em projectos integrados de reabilitação urbana, com capacidade de intervenção em vários domínios (espaço público, acessibilidade, reabilitação do edificado). A aposta deve ainda incluir as intervenções de ordenamento e requalificação do tecido suburbano e periurbano, territórios que no actual período de programação, foram intervencionados de forma menor;
 - intervenção à escala sub-regional (intermunicipal), nomeadamente no campo da mobilidade.
 - Proteger os recursos e as paisagens de forma articulada com o processo de desenvolvimento rural, recomendando-se:
 - elaboração de sub-programas sectoriais baseados numa abordagem empresarial e numa gestão inter-profissional no contexto das áreas que venham a ser identificadas como estratégicas no âmbito das fileiras agro-florestais prioritárias para a obtenção de ganhos acrescidos de competitividade;
 - elaboração de sub-programas regionais e de planos locais visando a implementação de estratégias de desenvolvimento regional e local capazes de contribuir para uma valorização sustentada dos respectivos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais, para uma diversificação e reforço do respectivo tecido económico e social e para a melhoria da qualidade de vida das suas populações.

Estruturação do Programa

a) Aprimorar a Estrutura do Programa aos Desafios de Desenvolvimento Regional

- **Lição de Experiência 2000-2006:** A estrutura do Programa Operacional revelou-se adequada aos desafios de desenvolvimento regional da Região. Em traços gerais, tratou-se de uma evolução do anterior Programa Operacional ao qual foram adicionados como elementos inovadores o Eixo II destinado a Acções Integradas de Base Territorial e o Eixo III destinado a Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentrada. Todavia, os regulamentos comunitários propostos para 2007-2013 irão obrigar a produzir acertos – a começar pelo facto de os Programas passarem a ser monofundo – as prioridades de desenvolvimento evoluíram no sentido de incrementar a importância da competitividade regional e o modelo desenvolvido registou algumas

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

debilidades. Estes três factores exigem que se produzam melhoramentos na estrutura do futuro Programa Operacional.

- **Recomendação 2007-2013:** A organização estrutural do próximo Programa Operacional Regional deverá ter como referência, desde logo, os objectivos específicos que se colocam à União Europeia, no período de programação 2007-2013, e a experiência de programação empreendida em 2000-2006. Neste sentido o Programa Operacional deverá de ser capaz de responder com idêntico grau de eficácia à necessidade de continuar a combater os principais estrangulamentos estruturais que afectam a Região e de estimular a competitividade regional, no sentido de que se verifiquem progressos efectivos na convergência. Desta forma o Programa Operacional deverá continuar a dispor de três Eixos de actuação que sucedam e melhorem a actuação dos actuais Eixos de actuação. No âmbito do Eixo I os melhoramentos deverão estar centrados num aprimoramento das Medidas que incidem sobre as fragilidades infraestruturais. Este aperfeiçoamento só será possível se for suportado num esforço significativo de planeamento territorial que permita à Gestão ter grande criteriosidade/selectividade nos projectos a apoiar e uma maximização de resultados num contexto de menor disponibilidade de recursos. Este planeamento será igualmente relevante para que se proceda a uma articulação entre FEDER e Fundo de Coesão que, sendo regionalizado, deverá ser concentrado nas debilidades ambientais da Região Centro. O Eixo II deverá ser utilizado como principal instrumento de apoio à competitividade territorial devendo passar, por isso, a manter a mesma lógica de incidência subregional, mas universalizada a todo o território regional, e com afinamentos ao nível das Medidas e da selectividade temática e envolvimento da Administração Central. Finalmente, o Eixo III deverá ser redimensionado nos domínios de actuação passando a conter somente as intervenções de âmbito FEDER e, dentre destas, apenas aquelas que registem pertinência regional, ou seja em que exista uma órgão desconcentrado da Administração Central Desconcentrada que o possa gerir.

b) Melhorar a Articulação das Medidas Temáticas Transversais e outras Medidas

- **Lição de Experiência 2000-2006:** A experiência empreendida pelo PO CENTRO no âmbito do Eixo II com uma Medida de carácter transversal (2.3) a sobrepor-se a Medidas de âmbito subregional exige aprendizagem atendendo a que se verificou uma sobreposição de instrumentos de actuação (intervenções em aldeias), sem que se perceba a existência de uma matriz globalmente coerente, pese embora a Medida 2.3 tivesse uma grelha de actuação territorial perfeitamente definida.
- **Recomendação 2007-2013:** A existência de Medidas temáticas transversais, relevantes para a competitividade regional, como seja a questão do reforço e estruturação dos subsistemas urbanos que estruturam a Região Centro, ou das redes de núcleos rurais, deverá ser cuidadosamente definida no sentido de que se conjugue harmoniosamente com as Medidas de âmbito subregional evitando-se a repetição temáticas/abordagens idênticas por duas Medidas num mesmo território.

c) Dar Continuidade às Medidas Temáticas Focalizadas

- **Lição de Experiência 2000-2006:** A experiência empreendida nas diversas Acções Integradas de Base Territorial do Eixo II do PO CENTRO, revela um salto qualitativo em termos de selectividade temática e territorial com impactes na dinamização económica destes territórios, em particular no âmbito do turismo o que é corroborado pela evolução na oferta de camas e na procura turística.
- **Recomendação 2007-2013:** A experiência das AIBT deverá ser generalizada a todo o território da Região e a temática das intervenções sendo aprimorada no sentido de que os investimentos se concentrem nos *cluster* subregionais com maior competitividade. Esta abordagem deverá dar continuidade à concentração e intensificação de investimento nos recursos que registem maior capacidade de geração de riqueza.

d) Reforçar a Desconcentração de Competências

- **Lição de Experiência 2000-2006:** O PO CENTRO registou três níveis de insatisfatória desconcentração do poder de decisão. O primeiro nível resulta do facto de o Gestor não ter a possibilidade de homologar a totalidade dos projectos do Programa, dependendo sempre de uma homologação ora do Ministro que tutela a CCDR, ora dos Ministros que tutelam os sectores. Ao

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

nível dos coordenadores das Medidas sectoriais verificou-se que também não lhes foi dada autonomia de decisão, nem assegurada a contrapartida nacional em PIDDAC, de forma a poderem gerir com flexibilidade as suas Medidas. Finalmente, ao nível das AIBT o grau de desconcentração de competências foi inexistente sendo a totalidade da Medida conduzida pela CCDR, embora tenha sido assegurada a participação das autarquias na discussão dos projectos em Unidade de Gestão.

- **Recomendação 2007-2013:** A Comissão Europeia tem feito um esforço da desconcentração de competências gradualmente ao longo dos diversos períodos de programação. Este esforço funda-se na evidência de que a aproximação da decisão do território gera ganhos de eficácia e eficiência na gestão e implementação dos programas comunitários e responsabiliza e dinamiza os actores locais no processo de desenvolvimento. Nesse sentido julgamos que, no próximo período de programação, deverão ser dados saltos qualitativos neste âmbito a três níveis: reforçar as competências de gestão do presidente da CCDR, atribuindo-lhe a competência de aprovação e homologação dos projectos; reforçar a capacidade de decisão dos coordenadores regionais das Medidas na definição dos projectos a candidatar atribuindo em PIDDAC aos órgãos desconcentrados a contrapartida nacional dos investimentos; contratualizar com as Comunidades Urbanas e Associações de Municípios a partir de um Plano de Acção os investimentos municipais a realizar no âmbito das Medidas de incidência subregional. As futuras Medidas subregionais deverão contribuir para o reforço das práticas de planeamento e gestão de projectos intermunicipais, como forma de robustecer o tecido institucional e elevar os níveis de concentração e selectividade dos investimentos. Nesse sentido é fundamental que desenvolvam experiências de contratualização suportadas em Planos de Acção desenhados pelas Associações de Municípios a partir de referenciais definidos pela CCDR.

e) Sofisticar a Estruturação Interna das Medidas

- **Lição de Experiência 2000-2006:** Verificou-se em algumas Medidas do PO CENTRO, em particular do Eixo I, a existência de um campo de intervenção relativamente amplo sem que na sua estrutura tivessem sido estabelecidos Linhas de Acção que ajudassem a uma melhor organização e gestão.
- **Recomendação 2007-2013:** As Medidas com maior grau de complexidade ou destinadas a uma gama de beneficiários de diferente natureza (público ou privado) ou de nível hierárquico (central ou local) diferenciados, deverão ser estruturadas em Linhas de Acção com dotações financeiras, objectivos específicos e indicadores de realização claramente definidos. Esta situação deverá ser aplicada, em particular, no que respeita à Medida destinada às questões ambientais, dado que o cumprimento de metas claras no domínio ambiental e a correcta articulação entre o FEDER e o Fundo de Coesão exigem que, no próximo período de programação, esta Medida seja estruturada em Linhas de Acção, que faça a separação dos projectos de redes de abastecimento de água e de redes de saneamento.

f) Assegurar a Continuidade de Sistemas de Incentivos nas Medidas Subregionais

- **Lição de Experiência 2000-2006:** Os sistemas de incentivos em regime *Minimis*, aplicados no âmbito das AIBT, permitiram gerar um conjunto de investimentos extremamente importantes para geração de riqueza e para a dinamização turística dos territórios de incidência das Medidas. Sendo evidente a sustentabilidade financeira destes projectos ressalta como evidência deste período de programação que: (i) estes investimentos não teriam surgido noutra circunstância porque os sistemas de incentivos existentes no âmbito da QCA III não permitem investimentos com montantes de elegibilidade tão baixos e ajustados a contextos tão específicos; (ii) ao contrário dos restante sistemas de incentivos sustentados exclusivamente na procura, estes sistemas foram amplamente dinamizados pelos coordenadores das Medidas que identificaram as situações mais interessantes e virtuosas para o território e para a estratégia das Medidas.
- **Recomendação 2007-2013:** Considerando que as Medidas subregionais devem visar exclusivamente elevar os níveis de competitividade territorial e atendendo à experiência positiva empreendida no actual período de programação, recomenda-se que as Medidas subregionais contenham um sistema de incentivos ajustado nos seus critérios e no modo de funcionamento às actividades e empreendedores a apoiar e à estratégia a desenvolver.

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

g) Reduzir o Espectro de Tipologias de Projecto nas Medidas

- **Lição de Experiência 2000-2006:** O PO CENTRO demonstrou que por vezes o espectro de tipologias de projecto é demasiado grande. Esta situação é resultado, essencialmente, da existência de grandes debilidades ao nível do planeamento a montante do processo de programação, que permita definir os investimentos estruturantes a realizar. Desta situação resulta, como é exemplo a AIBT da Serra da Estrela, o surgimento de um conjunto de pequenos projectos que, embora elegíveis, tem um reduzido impacte local e regional.
- **Recomendação 2007-2013:** A amplitude de tipologias de projecto das diversas Medidas, em particular das mais selectivas, deverá ser reduzido reforçando-se para tal os esforço de planeamento e identificação prévia dos projectos a apoiar no período de programação.

h) Aprofundar a Articulação entre FEDER e Fundo de Coesão

- **Lição de Experiência 2000-2006:** A articulação entre o FEDER e o Fundo de Coesão, no âmbito do PO CENTRO não é particularmente evidente o que resulta, essencialmente no facto de o segundo não ter uma gestão regionalizada que permita do Gestor do PO CENTRO encontrar lógicas virtuosas de articulação ajustadas ao território e aos estrangulamentos estruturais que a Região apresenta.
- **Recomendação 2007-2013:** A regionalização do Fundo de Coesão permitirá que, a partir de um exercício de planeamento rigoroso, se estimem as necessidades no domínio ambiental e se identifiquem os níveis de actuação e os projectos com maior relevância e se possa estabelecer o âmbito de actuação destes dois Fundos, no sentido que maximizar resultados com os recursos disponíveis rentabilizando a rede existente.

i) Orientação das Medidas Sectoriais para Projectos de Relevância Regional

- **Lição de Experiência 2000-2006:** Emerge como evidência de uma boa parte dos projectos apoiados no âmbito do Eixo III, que estes resultam de uma lógica nacional e não de uma visão regional. Para esse facto contribuí severamente o facto de na fase de programação não ter existido o esforço necessário de identificar os projectos estruturantes de âmbito regional. Desta forma ter-se-ia alcançado uma separação mais clara entre o âmbito de actuação do PO Sectorial e a Medida Desconcentrada Sectorial. Por seu lado, uma melhor definição dos projectos de relevância regional teria contribuído para uma melhor articulação entre o Eixo III e o Eixo I e entre o Eixo III e o Eixo II, conforme era desejável.
- **Recomendação 2007-2013:** Tendo como referência a experiência empreendida no actual período de programação, recomenda-se que no próximo período de programação não sejam integradas Medidas e tipologias de projectos destinadas a apoiar projectos sectoriais de nível ou âmbito nacional. Para que este objectivo seja alcançado será necessário incrementar as experiências de planeamento sectorial regional, reduzir a dimensão financeira destas Medidas e acolher no Eixo III apenas Medidas com pertinência regionalizada e para as quais exista uma entidade desconcentrada com capacidade de gestão.

j) Evitar a Construção de Programas Nacionais Temáticos a partir de Medidas do Programa Regional

- **Lição de Experiência 2000-2006:** A mensurabilidade dos resultados alcançados pela Medida 2.1 ficou seriamente limitada pelo facto desta ser apenas um instrumento financeiro de suporte a intervenções do Programa Polis. Com esta solução, a legibilidade da pertinência da Medida ficou afectada, da mesma forma que questões como o *accountability*, a avaliação da eficácia de gestão e a mensurabilidade do desempenho ficam afectados, pelo que teria sido preferível dispor-se de um programa nacional de requalificação urbana do que utilizar os recursos regionalizados com esse fim.
- **Recomendação 2007-2013:** É desejável que as Medidas do próximo Programa Operacional Regional não se constituam como instrumentos financeiros para o desenvolvimento de programas de âmbito nacional montados sobre estes programas, conforme se verificou com a experiência do Programa Polis.

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

k) Flexibilizar a Gestão no Desenvolvimento Rural

- **Lição de Experiência 2000-2006:** Verifica-se da experiência empreendida no âmbito do PO CENTRO que as Medidas no âmbito do desenvolvimento rural decorrem mais das lógicas de procura regional, do que da existência que um processo de planeamento que permita referenciar os projectos estruturantes. Neste sentido, o facto da Medida da Agricultura e Desenvolvimento Rural estar suborganizada em diversas sub-acções dirigidas a tipologias de projecto específicas e com regulamentos específicos teria facilitado a prática de gestão, nomeadamente que houvesse mais flexibilidade nas reprogramações financeiras.
- **Recomendação 2007-2013:** Considerando que o desempenho das Medidas de Desenvolvimento Rural está mais dependente da procura do que da realização de exercícios de planeamento, recomenda-se a flexibilização das dotações financeiras entre os diferentes Eixos que constituirão o FEADER, de forma permitir uma gestão mais flexível face a eventuais alterações da procura e do enquadramento socio-económico.

l) Estabelecer Limiares Mínimos de Investimento nos Projectos de Desenvolvimento Rural

- **Lição de Experiência 2000-2006:** Da experiência empreendida pela Medida 3.14 verificou-se que inúmeros projectos apresentam um montante de investimento de tal modo escasso que os custos processuais suplantam esse valor, pelo que se justificaria uma maior selectividade.
- **Recomendação 2007-2013:** Recomenda-se que seja futuramente definido um valor/dimensão mínimo de investimento nos projectos de apoio às muito pequenas unidades de produção agrícola, onde os custos processuais ultrapassam frequentemente os montantes do apoio. Em substituição podem ser reforçadas as ajudas directas, totalmente desligadas da produção como por exemplo as Indemnizações Compensatórias.

Modelo e Práticas de Gestão

a) Aprofundar o Modelo Regionalmente Desconcentrado

- **Lição de Experiência 2000-2006:** O modelo regional desconcentrado revelou-se uma experiência extremamente interessante no sentido de elevar a territorialidade das políticas e projectos sectoriais. Todavia, conforme foi exposto detalhadamente no capítulo 5.3., este modelo registou inúmeras falhas que não permitiram que fosse efectivamente concretizado. Em síntese, as falhas verificadas relacionam-se com a escassa transmissão de autonomia de decisão para o Gestor do Programa e para os coordenadores das Medidas.
- **Recomendação 2007-2013:** Considerando o capital de experiência adquirido no período 2000-2006, no que respeita ao modelo regionalmente desconcentrado, julgamos que a experiência deverá ser continuada e melhorada no sentido de se tornar, efectivamente, num modelo desconcentrado de decisão. Para tal, é fundamental que o Gestor do Programa tenha autonomia de decisão podendo homologar os projectos do Eixo III, por atribuição de competências dos Ministros das diversas tutelas com representação nas Medidas sectoriais. Por outro lado, é fundamental que a autonomia de decisão da definição e apresentação de projectos, por parte dos coordenadores das Medidas Desconcentradas, seja garantida sendo necessário, para tal, que lhe seja assegurada a autonomia financeira necessária para a adicionalidade relativa ao investimento público nacional.

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

b) Empreender Experiências de Contratualização

- **Lição de Experiência 2000-2006:** As experiências de aproximação ao território empreendidas pelas AIBT tiveram escassos ganhos em termos de generalização dos processos de planeamento estratégico e territorial subregional. Por outro lado, não contribuíram para facilitar os processos de tramitação na aprovação de projectos e validação de despesa, ou redução dos custos de gestão de Medidas, pelo facto que não foram acompanhados de modelos de contratualização com as Associações de Municípios, no sentido de transferir responsabilidades e tarefas.
- **Recomendação 2007-2013:** Em concordância com as recomendações da Comissão Europeia, é fundamental que o próximo Programa Operacional Regional desenvolva experiências de contratualização com as Comunidades Urbanas e com as Associações de Municípios, no âmbito das Medidas regionalmente desconcentradas, desconcentrando competências e incrementando os níveis de participação dos actores locais na concepção, definição e implementação do Programa Operacional. Estas experiências que deverão ser suportadas num plano de acção para cada sub-região têm como benefícios: (i) reforçar o planeamento territorial subregional obrigando as autarquias a desenvolver projectos intermunicipais e elevando a selectividade dos projectos; (ii) robustecer as comunidades intermunicipais e a gestão de projectos conjuntos que, conforme se pode verificar noutras experiências nacionais e europeias, originou a apresentação de candidaturas intermunicipais a outros Programas – sociedade de informação, dinamização económica, gestão de recursos naturais e formação de recursos humanos; (iii) facilitar a tramitação tornando-a mais expedita e com menores custos, ainda para mais se considerarmos que a Região será ampliada com a anexação das NUTE III do Oeste e Médio Tejo; (iv) libertar a gestão de tarefas menos relevantes, concentrando-a nas práticas de gestão estratégica, acompanhamento e dinamização dos actores.

c) Garantir que a CCDR continue a Desempenhar um Papel de Liderança na Medidas de Enfoque Subregional

- **Lição de Experiência 2000-2006:** A CCDR desempenhou um papel extremamente relevante no âmbito das AIBT atendendo a que o seu protagonismo institucional foi determinante para que estas Medidas tivessem algumas experiências de transversalização de políticas públicas, envolvendo a Administração Regionalmente Desconcentrada, e, por outro, viabilizando projectos intermunicipais em sub-regiões onde o inter-municipalismo apresenta níveis de desenvolvimento extremamente débil.
- **Recomendação 2007-2013:** Recomenda-se no próximo período de programação que a CCDR continue a desempenhar um papel de coordenação das Medidas de enfoque subregional, como forma de superar os constrangimentos resultantes da escassa competência e coesão institucional, que se verificam em algumas sub-regiões, e garantir a transversalização das acções dado que está em situação privilegiada para, no âmbito da estratégia de desenvolvimento temático de cada uma das sub-regiões, poder negociar, mobilizar e captar os sectores para desenvolverem projectos que complementem e/ou viabilizem os projectos de âmbito municipal.

d) Desenvolver Experiências de Selecção de Candidaturas por Concurso para as Autarquias

- **Lição de Experiência 2000-2006:** O PO CENTRO revelou-se pouco inovador no que respeita aos regimes de candidaturas que resultam essencialmente de uma prévia negociação entre a gestão e o promotor. De facto, fazendo recurso da ampla experiência dos técnicos da CCDR na implementação de Programas Operacionais, a estratégia de qualificação das candidaturas assenta, essencialmente, num acompanhamento próximo do terreno no sentido de gerar projectos e de elevar os padrões de qualidade técnica e sustentabilidade dos mesmos. Esta abordagem embora deva ser continuada, deverá ser complementada por outras fórmulas que estimulem as autarquias e os actores regionais a elevar os padrões de qualidade dos projectos.

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- **Recomendação 2007-2013:** Considerando a futura escassez de recursos e a necessidade de elevar os padrões de qualidade dos projectos, julgamos que no próximo período de programação deverão ser ensaiadas formas de implementar um regime de mérito. Este regime destinado aos diversos actores, consoante as circunstâncias, deverá funcionar por concurso, com uma fase de candidaturas temporalmente limitada, em que somente os melhores projectos serão apoiados. Desta forma estimular-se-á a competição entre os actores locais e regionais, de forma a puxar pela qualidade dos projectos. Esta situação deverá ser implementada em Medidas abertas, ou seja em tipologias de projecto com elevado grau de inovação, ou em projectos imateriais.
- e) **Dimensionar Adequadamente as Estruturas Técnicas das Medidas Subregionais**
- **Lição de Experiência 2000-2006:** A avaliação realizada permitiu verificar que as AIBT estavam infra-dotadas de recursos humanos considerando que as características destas Medidas, com forte territorialidade e selectividade, e dos territórios em que actuam, com escasso nível de competências institucionais e débeis níveis de investimento endógeno, exigiam que as tarefas de dinamização dos actores locais e de acompanhamento dos projectos implicasse uma maior disponibilidade de recursos humanos do que aquelas a que tradicionalmente se verificava num Programa Operacional Regional.
 - **Recomendação 2007-2013:** No próximo Programa Operacional Regional, as Medidas de enfoque subregional, exigentes de forte interacção com o território, deverão ter uma estrutura técnica devidamente dimensionada por forma a que as tarefas relacionadas com a tramitação não absorvam a Equipa, limitando as indispensáveis acções de gestão estratégica, dinamização de actores e acompanhamento de projectos no terreno.
- f) **Elevar os Níveis de Selectividade na Apreciação de Candidaturas**
- **Lição de Experiência 2000-2006:** Embora os critérios e mecanismos de selecção de projectos cumpram positivamente a sua função de instrumento de gestão, contribuindo para a sua eficácia, verifica-se uma relativa incapacidade dos critérios de selecção das diversas Medidas permitirem a transversalização de políticas públicas no âmbito de territórios determinados. Esta situação é particularmente evidente no caso dos projectos do Eixo Prioritário III em que a lógica de resposta a problemas e especificidades de desenvolvimento regional é frequentemente ultrapassada pela resolução de problemas e objectivos de âmbito nacional e sectorial. Não obstante tenham sido introduzidas algumas melhorias em termos de níveis de selectividade de candidaturas, existem margens de progressão quanto aos níveis de qualidade e carácter estruturante dos investimentos regionais apoiados.
 - **Recomendação 2007-2013:** Tendo presente as recomendações da União Europeia que visam o relançamento da *Estratégia de Lisboa* em matéria de crescimento e emprego, mas também de política de coesão (dimensões económica, social e ambiental) deverão ser ao nível do Complemento de Programação devidamente trabalhados à escala regional os critérios de selecção e indicadores de acompanhamento por forma a serem claros, completos e coerentes com os objectivos gerais e específicos definidos no PO Regional. Esta melhor definição facilitaria uma progressiva contratualização da própria selecção, gestão e acompanhamento dos projectos, no quadro de um processo de descentralização dentro da Região, que deveria inclusive envolver os GAT, sendo objecto de fiscalização por parte de uma Comissão de Acompanhamento. Esta solução implica um maior investimento na lógica de instrução e preparação de candidatura e uma maior disponibilidade das EAT para trabalhar com os promotores as candidaturas, que reúnem as condições de acesso, e posteriormente no acompanhamento dos projectos.

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

g) Recomendações Desenvolvimento Rural

- **Lição de Experiência 2000-2006:** Face a uma estrutura de utilização dos Fundos fomentada principalmente pela procura, o apoio financeiro centrou-se principalmente em infra-estruturas e em sistemas de apoio e enquadramento às actividades agrícolas de carácter público ou associativo. Consideramos essencial a reflexão sobre a sustentabilidade do conjunto de acções apoiadas, frequentemente fora de uma lógica integrada de desenvolvimento rural e consubstanciadas em projectos desgarrados e com reduzido efeito multiplicador. Embora com mais valias de gestão ao nível da proximidade com os promotores, verificou-se de forma muito mais vincada uma lógica de Medida claramente centralizada e próxima da verificada no PO Sectorial, do que na articulação regional com as acções dos outros Fundos.
- **Recomendação 2007-2013:** A utilização dos recursos do FEADER na área da competitividade (Eixo I) deverá privilegiar o conjunto de acções imateriais, nomeadamente ao nível do *marketing*, da formação e da gestão, em detrimento do clássico apoio a infra-estruturas e à substituição de equipamentos onde apenas a inovação poderia constituir elemento de relevo. Por outro lado, consideramos essencial reforçar o apoio na área da gestão sustentável das áreas agrícolas e florestais e do apoio à qualidade de vida em meios rurais. Assim através do primeiro Eixo privilegiar-se-ia o apoio aos sistemas de produção claramente virados para o mercado, de forma que possam manter a sua capacidade concorrencial e a assumir papel essencial na produção. Por outro lado, ao nível dos Eixos II e III seria necessário apoiar o conjunto de sistemas que, do ponto de vista da comunidade, sejam social e ambientalmente desejáveis, mas optando por uma lógica claramente independente do mercado.

Sistema de Informação

a) Criação de uma Solução Informática Própria

- **Lição de Experiência 2000-2006:** Face à inexistência atempada dos sistemas de informação dos FE e/ou aos problemas criados pela irregularidade no seu funcionamento, a opção da Gestão pela utilização directa destes SI centralizados acabou por levar a que a gestão e acompanhamento corrente dos projectos do Programa se fizesse por recurso a diversas bases de informação, não permitindo a centralização dos dados e tornando complexo e moroso o processo de recolha de informação.
- **Recomendação 2007-2013:** O sistema proprietário deverá atender às especificidades do Programa, integrar e centralizar toda a informação, financeira e física, dos projectos co-financiados, independentemente do FE. Os SI integrados dos FE não deverão integrar a funcionalidade da gestão corrente ao nível dos projectos, mas antes conter a informação agregada necessária e obrigatória à gestão do Fundo Estrutural. No caso do PO CENTRO implicaria a concepção de raiz de um SI, baseado em soluções/funcionalidades já testadas ao nível por exemplo do SIFEC-FEDER e do SIIFSE, e o desenvolvimento das interfaces aos SI integrados dos FE.

b) Melhorar a Informação no sentido de Reforçar o Apoio à Análise da Eficiência

- **Lição de Experiência 2000-2006:** A análise de eficiência contou com dificuldades acrescidas ao nível da recolha de dados nos sistemas de informação operacionais, uma vez que o conteúdo informativo disponível genericamente não permitiu obter custos unitários de realização de determinados equipamentos e infra estruturas, exigindo um esforço específico e adicional de obtenção destes resultados apenas para uma amostra de equipamentos, para os quais se dispunha de custos padrão oficiais.
- **Recomendação 2007-2013:** No futuro modelo de dados do SI atender à necessidade de dados financeiros de realização de diversas componentes do projecto mais desagregados (isolar o custo financeiro de uma obra específica) e definir valores de referência/custos padrão.

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

c) Simplificar o Sistema de Indicadores

- **Lição de Experiência 2000-2006:** Embora se tenha revelado um positivo salto qualitativo face aos períodos de programação anteriores o sistema de indicadores do PO CENTRO, à semelhança da generalidade dos Programas Operacionais, revelaram algumas insuficiências como: (i) a sua recolha exige um esforço relativamente grande que não é suficientemente expedita e regular para ser útil ao processo de monitorização e acompanhamento; (ii) nem sempre cobrem a grelha de objectivos e tipologias de projectos das diversas Medidas.
- **Recomendação 2007-2013:** A par de um esforço de planeamento e de identificação de melhor quantificação das metas a alcançar o sistema de indicadores deverá ser reduzido e simplificado. Esta simplificação passará por dispor de um sistema de indicadores menos ambicioso e centrado somente nos objectivos estratégicos do Programa que permita fornecer uma ideia actualizada dos avanços produzidos nesses domínios.

d) Reforçar a Intervenção no Sistema de Indicadores de Objectivo

- **Lição de Experiência 2000-2006:** A estabilização da bateria de indicadores de objectivo, o controlo da metodologia de cálculo, a organização do processo de recolha de dados necessários à sua quantificação agregada constituíram aspectos com significativas dificuldades de implementação no Programa. Face à experiência vivida no âmbito do processo longo, complexo e confuso de concepção do sistema de indicadores e face ao mérito da sua utilização diferenciada (gestão, acompanhamento, controlo e avaliação), é aconselhável para futuro uma intervenção mais atempada e concertada.
- **Recomendação 2007-2013:** Intervenção ao nível do Sistema de Indicadores de Objectivo, mais atempada e concertada por parte da Comissão de Gestão do QCA, do Observatório do QCA e dos Gestores das Intervenções Regionais e Sectoriais. A concertação servirá o interesse e a vantagem de concepção de um sistema de indicadores mais simples, em menor quantidade, integrando os indicadores mais adequados aos objectivos prioritários e estratégicos, de cada Programa e do conjunto dos Programas, com uma metodologia de cálculo desde logo explícita (uniformização de critérios de cálculo) de cada um, e com uma organização clara dos processos de recolha de dados de base à sua quantificação.

e) Tornar o Processo de Quantificação dos Indicadores mais Normalizado e Transparente, com base na Existência de uma Ficha de Caracterização de cada um dos Indicadores

- **Lição de Experiência 2000-2006:** O processo de quantificação dos indicadores embora ainda exigente em termos de acesso às diversas bases de informação, encontra-se actualmente mais agilizado e com metodologias de cálculo mais claras e normalizadas. Para isso contribuiu certamente o processo alargado a todos os Programas de definição e quantificação dos indicadores de eficácia associados à Reserva de Eficiência.
- **Recomendação 2007-2013:** A existência, desde a integração inicial do indicador no sistema de indicadores do Programa, de uma ficha de caracterização tornará o processo da sua actualização mais normalizado e transparente, para além de independente de quem o criou. A ficha de caracterização de cada indicador permitirá que qualquer técnico o possa actualizar, segundo as características definidas.

f) Definir Indicadores Coerentes para os Domínios Comuns e para todos os Territórios, de forma a Promover a Comparabilidade e a Referenciação

- **Lição de Experiência 2000-2006:** A utilidade da bateria de indicadores criada para os diferentes Programas seria maior caso predominassem em temáticas comuns indicadores comuns. Desta forma haveria maior concertação na selecção dos indicadores, evitar-se-ia em maior grau a dispersão do alcance dos indicadores face aos objectivos operacionais e estratégicos, e poder-se-ia comparar resultados, utilizando valores de referência.

VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- **Recomendação 2007-2013:** Maior concertação sectorial e regional na concepção dos indicadores de objectivo, de forma a estabelecer, na medida do possível, para domínios comuns indicadores comuns.

Avaliação e Monitorização

a) Aumentar o Rigor Crítico da Avaliação *Ex-Ante*

- **Lição de Experiência 2000-2006:** A análise da relevância e da pertinência do Programa, particularmente ao nível da identificação dos graus de coerência interna entre os objectivos gerais e específicos inerentes a cada Medida, assim como, a coerência entre as várias Medidas, revela-se muitas vezes “optimista” face ao quadro possível de articulações. As articulações apresentadas na Avaliação *Ex-Ante*, pressupõem a existência de um sistema de planeamento em que planos, programas, sistema de indicadores e de monitorização estariam em pleno funcionamento.
- **Recomendação 2007-2013:** Maior rigor crítico na Avaliação *Ex-Ante* e na integração das recomendações produzidas no Complemento de Programação, com reflexão atenta sobre estimativas de metas, adequabilidade de indicadores, coerência entre os recursos financeiros e fundamentação dos objectivos específicos, recorrendo a um avaliador independente.

b) Melhorar a Estimativa de Metas a Alcançar

- **Lição de Experiência 2000-2006:** Na sequência do que foi apontado anteriormente, as metas apresentam-se muitas vezes desajustadas em relação à realidade da Região. Esse aspecto é particularmente evidente no actual Programa. O escasso grau de fiabilidade das metas determinadas para algumas Medidas deriva, por um lado, das metas estabelecidas em Complemento de Programação serem por vezes exageradas e/ou inalcançáveis (por exemplo nas Medidas 1.6 e 3.9) ou do facto das metas estabelecidas inicialmente se apresentarem subestimadas ou terem já sido amplamente alcançadas dadas as carências regionais nesses domínios (Medidas 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 3.1). Registe-se ainda o caso de algumas Medidas não poderem atingir a totalidade das metas definidas inicialmente, dada a não concretização de alguns projectos emblemáticos e estruturantes (p.e. no caso da Medida 3.12 o Projecto “Metropolitano do Mondego”, e no caso da Medida 2.4, o projecto do “Museu Arqueológico do Vale do Côa”).
- **Recomendação 2007-2013:** Melhorar a estimativa de metas, que deverá ser adequada às necessidades identificadas e às disponibilidades financeiras.

c) Implementar Procedimentos no âmbito do FSE que permitam Melhorar a Adequabilidade da Acções aos Objectivos e às Necessidades

- **Lição de Experiência 2000-2006:** As Medidas do FSE incorporaram de forma deficitária a orientação estratégica dos promotores e a monitorização da execução e do grau de cumprimento dos objectivos. Trata-se de domínios de gestão da eficácia do FSE que assumem uma particular importância face às características do mercado de formação em Portugal e à necessidade de controlar o risco da execução depender de forma substancial da lógica da oferta e dos operadores de formação, nem sempre compatível com os objectivos estratégicos do FSE.
- **Recomendação 2007-2013:** Implementar procedimentos no âmbito do FSE, que assegurem a orientação estratégica da oferta e a monitorização continuada das práticas e dos resultados da formação. Trata-se fundamentalmente de reforçar na lógica da gestão as iniciativas de regulação e de avaliação das intervenções centradas na qualidade da execução e no grau de cumprimento dos objectivos. Adoptar esta lógica supõe (i) orientar, na fase de preparação e concepção das candidaturas, as iniciativas dos operadores para os domínios de execução mais relevantes, (ii) contemplar, na fase de concepção e planeamento das intervenções a avaliação e monitorização da execução, como uma linha de actuação crucial da gestão da medida, (iii) formalizar, estruturar e direccionar procedimentos de recolha de informação do actual período de programação para o apoio



VI. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES



a esta função e (iv) rentabilizar e valorizar as iniciativas de avaliação dos próprios promotores como meio de controle da qualidade pedagógica e de incremento dos níveis de exigência, o que supõe estruturar e regular a produção desta informação.

